

ANTONIO JOSÉ DE PINHO

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA LÍNGUA:

Um estudo diacrônico e sincrônico dos pronomes oblíquos tônicos

FLORIANÓPOLIS
2012

ANTONIO JOSÉ DE PINHO

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA LÍNGUA:

Um estudo diacrônico e sincrônico dos pronomes oblíquos tônicos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística. Orientador: Prof. Dr. Felício Wessling Margotti.

FLORIANÓPOLIS
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pinho, Antonio José de

Aspectos da história da língua [dissertação] : Um estudo
diacrônico e sincrônico dos pronomes oblíquos tônicos /
Antonio José de Pinho ; orientador, Felício Wessling
Margotti - Florianópolis, SC, 2012.

351 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Linguística.

Inclui referências

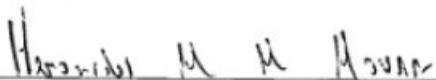
1. Linguística. 2. Linguística histórica. 3. História da
língua. 4. Variação e mudança pronominal. 5. Pronomes oblíquos
tônicos. I. , Felício Wessling Margotti. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Linguística. III. Título.

Antonio José de Pinho

**ASPECTOS DA HISTÓRIA DA LÍNGUA: UM ESTUDO
DIACRÔNICO E SINCRÔNICO DOS PRONOMES OBLÍQUOS
TÔNICOS**

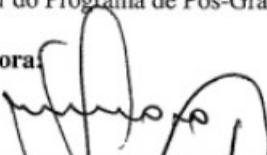
Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Florianópolis-SC, 28 de novembro de 2012.

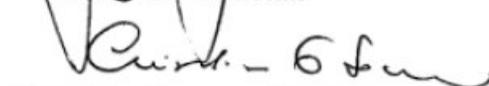


Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Felcio Wessling Margotti (UFSC)
Orientador – Presidente



Prof.^a Dr.^a Cristine Gorski Severo (UFSC - Membro)



Prof.^a Dr.^a Sandra Quarezemin (UFSC - Membro)



Prof.^a Dr.^a Zilma Gesser Nunes (UFSC – Suplente)

Para Nosso Senhor Jesus Cristo, o
Verbo feito carne, Aquele por meio do
qual todas as coisas foram feitas.

“A linguagem foi instituída para produzir vida.”
Rosenstock-Huessy. *A origem da Linguagem*, p. 115.

RESUMO

No presente estudo busca-se efetuar um estudo histórico do sistema pronominal do português, mais especificamente da evolução dos pronomes oblíquos tônicos precedidos pela preposição *com*. Apresenta-se a evolução dos pronomes pessoais do latim clássico ao português atual, passando pelos estágios intermediários do latim vulgar e português arcaico. Este estudo dá especial atenção aos pronomes oblíquos tônicos diante da preposição *com*, sobre os quais são apresentados dados quantitativos do *corpus* do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), analisados sob a metodologia da dialetologia pluridimensional. Como a mudança não ocorre isoladamente, analisam-se também algumas mudanças fonéticas, morfológicas e sintáticas que influenciaram direta ou indiretamente na reestruturação dos pronomes oblíquos tônicos. De forma geral, defende-se que a perda do sistema latino de casos – devido ao apagamento de consoantes finais e pelo aumento no uso de preposições – provocou uma drástica mudança da ordem sintática – da ordem SOV para a ordem românica SVO –, e esta alteração na ordem dos constituintes interferiu na reestruturação dos pronomes oblíquos. Esses processos de mudança que atingiram a gramática do latim, gerando a gramática do português, são também explicados do ponto de vista de mudanças tipológicas. Trata-se, portanto, de um estudo que procura unir, na análise, a teoria da variação e mudança (dialetologia e sociolinguística) à teoria dos universais linguísticos (mudança tipológica).

Palavras-chave: Variação pronominal. Variação linguística. Dialetologia. Linguística histórica.

ABSTRACT

In this study we seek to make a historical study of the pronominal system of Portuguese, more specifically the evolution of oblique pronouns tonics preceded by the preposition *com* (with). It presents the evolution of personal pronouns of classical Latin to Portuguese, through the intermediate stages of vulgar Latin and archaic Portuguese. This study gives particular attention to oblique pronouns tonics on the preposition *com*, about which are presented quantitative data of the corpus of *Altas Linguístico do Brasil (ALiB)*, analysed under the methodology of pluridimensional dialectology. As the change does not occur in isolation, are analyzed also some phonetic, morphological and syntactic changes that have influenced directly or indirectly in the restructuring of oblique pronouns tonics. In general, argues that the loss of the Latin case system – because of the deletion of final consonants and by an increase in the use of prepositions – caused a drastic change of syntactic order – SOV order to the SVO romanic order –, and this change in the order of constituents intervened in the restructuring of oblique pronouns. These processes of change that have reached the Latin grammar, generating the grammar of Portuguese, are also explained from the point of view of typological changes. Therefore, it is a study that seeks to unite, in the analysis, the theory of variation and change (dialectology and sociolinguistics) to universal linguistic theory (typological change).

Key-words: Historical linguistics. Linguistic variation. Dialectology. Pronominal variation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema de H. Thun.....	67
Quadro 2 – Esquema da estrutura silábica.....	76
Quadro 3 – Esquema do esforço muscular e da curva da força silábica.....	78
Quadro 4 – Principais variantes do /s/ posvocálico em português e espanhol.....	98
Quadro 5 – Neutralização entre acusativo singular e plural na primeira e segunda declinação.....	113
Quadro 6 – Sistema consonantal do latim clássico.....	157
Quadro 7 – Sistema consonantal do português atual.....	157
Quadro 8 – Parâmetros linguísticos quanto à estrutura silábica...188	
Quadro 9 – Pronomes pessoais (caso nominativo) do latim clássico.....	208
Quadro 10 – Sistema pronominal do latim vulgar.....	213
Quadro 11 – Sistema pronominal de 3º pessoa no latim vulgar.....	218
Quadro 12 – Traços morfo-semânticos de gênero, número e pessoa de <i>gente</i> e <i>a gente</i>	229
Quadro 13 – Exemplo do paradigma verbal e pronominal em três fases históricas da língua: latim, português clássico e português brasileiro atual.....	237
Quadro 14 – Perfil dos informantes das capitais.....	263

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – O /s/ posvocálico no espanhol panamenho.....	99
Tabela 2 – A variação do posvocálico em relação ao estilo no espanhol colombiano.....	101
Tabela 3 – Marcação de plural de acordo com a posição do vocábulo no SN.....	106
Tabela 4 – Artigos definidos e indefinidos do espanhol.....	107
Tabela 5 – Frequência de apagamento de /s/ em determinantes....	108
Tabela 6 – Frequência de apagamento de /s/ em substantivos.....	108
Tabela 7 – Evolução dos grupos consonantais <i>pl-</i> , <i>cl-</i> e <i>fl-</i>	121
Tabela 8 – Apagamento do R no Rio de Janeiro em dois períodos de tempo, contrastando verbos e não-verbos.....	136
Tabela 9 – Distribuição do /r/ posvocálico [+ anterior] por faixa etária em regiões do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro.....	137
Tabela 10 – Variação das formas de tratamento ao rei.....	224
Tabela 11 – Porcentagens na variação entre as formas <i>conosco</i> , <i>com nós</i> e <i>com a gente</i> nos três estados do sul do Brasil em regiões rurais.....	259
Tabela 12 – A relação entre a ordem sintática e a ocorrência de preposição ou posposição.....	287

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sentido da mudança [l]→ [ɫ]→ [l ^w]→ [w] considerando a faixa etária.....	129
Gráfico 2 – Realização do R em posição interna e externa no dialeto carioca na década de 70 do século.....	134
Gráfico 3 – Realização do R em posição interna e externa no dialeto carioca na década de 90 do século.....	135
Gráfico 4 – Comportamento do /r/ posvocálico em posição interna.....	189
Gráfico 5 – Comportamento do /r/ posvocálico em posição final.....	190
Gráfico 6 – Variação/mudança nos oblíquos tônicos do século XIII ao século XV entre formas não preposicionadas (- prep.) – <i>migo, tigo, sigo, nosco, vosco</i> – e as formas preposicionadas (+ prep.) – <i>comigo, contigo, consigo, conosco, convosco</i>	255
Gráfico 7 – Variação entre <i>conosco, com nós</i> e <i>com a gente</i> em regiões urbanas de Santa Catarina.....	261
Gráfico 8 – Variação entre <i>conosco, com nós</i> e <i>com a gente</i> nas capitais com base no ALiB.....	265
Gráfico 9 – Variação entre <i>conosco, com nós</i> e <i>com a gente</i> por região, com base em dados do ALiB.....	268
Gráfico 10 – Variação entre <i>conosco, com nós</i> e <i>com a gente</i> segundo a escolarização.....	271
Gráfico 11 – Variação entre <i>conosco, com nós</i> e <i>com a gente</i> segundo a faixa etária, com base no ALiB.....	273

Gráfico 12 – Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* segundo o sexo, com base no ALiB.....275

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição das denominações de galo no sudoeste da França.....	61
Mapa 2 – Zona em branco = <i>jument</i>, traços verticais = <i>caballa</i>, traços horizontais = <i>equa</i>, traços.....	63

ABREVIATURAS

ALiB – Atlas Linguístico do Brasil

ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil

C – consoante

It. – italiano

Port. – português

P.r. – peso relativo

SN – sintagma nominal

SP – sintagma preposicional

SV – sintagma verbal

V – vogal

WLH – (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968])

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
CAPÍTULO 1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	39
1.1 SINCRONIA E DIACRONIA.....	39
1.2 O DESENVOLVIMENTO DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA.....	41
1.2.1 A linguística histórica da língua portuguesa.....	42
1.2.2 A teoria da mudança linguística e a volta a linguística histórica.....	44
1.2.3 Dos neogramáticos a sociolinguística.....	46
1.3 PARA UMA TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA.....	49
1.4 A VARIAÇÃO DA LÍNGUA PELO ESPAÇO GEOGRÁFICO...52	
1.4.1 Um breve histórico dos estudos dialetológicos.....	53
1.4.1.1 A dialetologia tradicional.....	53
1.4.1.2 As pesquisas de Wenker.....	56
1.4.1.3 Atlas Linguístico da França (ALF).....	59
1.4.2 As dimensões da variação linguística.....	64
1.4.2.1 Variação diatópica.....	64
1.4.2.2 Variação diastrática.....	65
1.4.2.3 Variação diafásica.....	67
1.4.3 A dialetologia no Brasil.....	68
1.4.3.1 Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).....	68
CAPÍTULO 2 – A MUDANÇA FONOLÓGICA.....	73

2.1 INTRODUÇÃO.....	73
2.2 A ESTRUTURA DA SÍLABA.....	74
2.3 O APAGAMENTO DA NASAL POSVOCÁLICA.....	82
2.4 A PERDA DAS OCLUSIVAS EM FINAL DE SÍLABA.....	93
2.5 A EVOLUÇÃO DO /S/ POSVOCÁLICO.....	95
2.5.1 Variação do /s/ em coda no português e espanhol.....	98
2.5.2 Variação do /s/ em coda em outras línguas românicas.....	112
2.6 A VOCALIZAÇÃO E APAGAMENTO DA LATERAL ALVEOLAR /L/.....	117
2.6.1 A evolução geral da lateral /l/ do latim ao português.....	117
2.6.2 A vocalização e queda da lateral /l/ em posição de coda.....	121
2.7 O APAGAMENTO DO /R/ EM FINAL DE PALAVRA.....	131
2.7.1 O problema da avaliação do apagamento do /r/ posvocálico.....	140
2.8 A REESTRUTURAÇÃO DA SÍLABA PORTUGUESA.....	142
2.9 MOTIVAÇÕES DAS MUDANÇAS FONÉTICO-FONOLÓGICAS.....	146
2.9.1 Leis <i>versus</i> tendências fonéticas.....	146
2.9.2 Aspectos gerais da mudança fonética.....	149
2.9.3 Crítica à causalidade na mudança linguística.....	166
2.9.4 Graus de intensidade e apócope.....	171
2.9.5 Tipologias linguísticas.....	174
2.9.5.1 Tipologias linguísticas e mudança fonológica.....	177
2.9.6 Interação entre mudança fonológica e mudança morfossintática.....	191

CAPÍTULO 3 – MUDANÇAS MORFOSSINTÁTICAS.....	197
3.1 A PERDA DA CATEGORIA DE CASO.....	197
CAPÍTULO 4 – O NASCIMENTO DE NOVOS PRONOMES....	207
4.1 O SISTEMA DE PRONOMES PESSOAIS LATINOS E SUA EVOLUÇÃO.....	207
4.2 UMA NOVA REESTRUTURAÇÃO DO PARADIGMA PRONOMINAL.....	220
4.2.1 Introdução.....	220
4.2.2 O desenvolvimento dos pronomes <i>você/vocês</i>.....	221
4.2.3 A gramaticalização de <i>a gente</i>.....	228
4.2.3.1 Fatores internos e externos da variação <i>nós/a gente</i>	233
4.3 A NOVA MORFOLOGIA VERBAL.....	236
4.4 A DIACRONIA DOS OBLÍQUOS TÔNICOS.....	238
4.4.1 A evolução das formas pronominais oblíquas tônicas.....	246
4.4.2 Análise dos dados diacrônicos.....	252
4.4.2.1 Metodologia.....	252
4.4.2.2 O corpus da análise.....	253
4.4.2.3 Discussão dos dados.....	254
4.4.3 Análise sincrônica.....	257
4.4.3.1 A variação no sul do Brasil.....	258
4.4.4 A variação nas capitais: dados do ALiB.....	262
4.4.4.1 Geral.....	265
4.4.4.2 Variação diatópica.....	267
4.4.4.3 Escolaridade.....	271
4.4.4.4 Faixa etária.....	272
4.4.4.5 Sexo.....	275

CAPÍTULO 5 – AS CAUSAS INTERNAS DA MUDANÇA.....	277
5.1 TIPOLOGIAS LINGUÍSTICAS.....	277
5.2 A MUDANÇA SINTÁTICA.....	299
5.2.1 O exemplo da Vulgata de São Jerônimo.....	301
5.2.2 Mudanças em cadeia.....	305
5.3 A TENDÊNCIA A REGULARIZAÇÃO DAS FORMAS.....	307
5.3.1 A evolução dos oblíquos tônicos em outras línguas.....	312
5.4 A MUDANÇA NA SINTAXE DO ADJUNTO ADVERBIAL....	315
5.5 A MUDANÇA NA ATRIBUIÇÃO DE CASO.....	317
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	321
REFERÊNCIAS.....	328
Anexo 1 – Mapa da vocalização da lateral /l/ pós-vocálica no sul do Brasil.....	345
Anexo 2 – Caminho dos tropeiros (séculos XVIII e XIX).....	346
Anexo 3 – Mapa da variação do pronome <i>conosco</i> em regiões rurais do sul do Brasil.....	347
Anexo 4 – Anexo 4 – Mapa da variação do /r/ em coda silábida no sul do Brasil.....	348
Anexo 5 – Mapa do apagamento do arquifonema /N/ no final da palavra <i>homem</i> no sul do Brasil.....	349
Anexo 6 – Mapa do apagamento do fonema /r/ no final da palavra <i>revólver</i> no sul do Brasil.....	350

Anexo 7 – Mapa do apagamento do fonema /r/ no final da palavra <i>calor</i> no sul do Brasil.....	351
--	------------

INTRODUÇÃO

No presente estudo busca-se compreender como uma mudança linguística tem repercussões sobre outros pontos da gramática. Partindo de um estudo histórico da língua portuguesa, com foco na evolução dos pronomes oblíquos tônicos, especialmente o *conosco*, procura-se ver até que ponto outras mudanças estariam, em diferentes graus, vinculadas à reestruturação do paradigma dos oblíquos tônicos desde sua origem no latim. O intuito é ter uma visão não atomística, mas global, relacionando mudanças ocorridas desde o nível fonológico até o nível sintático. Dessa forma, *as mudanças dos oblíquos tônicos formam um núcleo a partir do qual são buscadas relações com mudanças de outros níveis da gramática*, de modo a realizar uma pesquisa que não envolva somente esse tópico de morfologia histórica. Assim, partindo desse tema bem específico pretende-se traçar relações entre outras mudanças no percurso histórico da língua, buscando uma visão mais global da evolução da língua portuguesa.

Os pronomes oblíquos tônicos portugueses – *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco* e *convosco* – passaram por drásticas mudanças, principalmente na transição entre o português arcaico e o português clássico. Nesse período vemos a reintrodução da preposição *com* diante dos pronomes, nos quais já havia a mesma preposição latina (*cum*). Os oblíquos do português arcaico (*migo*, *tigo*, *sigo*, *nosco* e *vosco*) vieram dos pronomes pessoais latinos no caso ablativo mais a partícula *cum* (*me + cum > mecum > migo*). Nas gramáticas históricas da língua portuguesa (COUTINHO, 1976[1938]; NUNES, 1975; WILLIAMS, 2001[1938])

não está, entretanto, suficientemente explicada esta reintrodução da preposição *com* às formas do paradigma pronominal.

Nasce, então, o problema central a ser investigado: que fatores internos ou externos podem ter causado essa reintrodução da preposição *com* diante de *migo*, *tigo*, *nosco*, *sigo* e *vosco*?

Outra questão logo suscitada foi como teria sido o percurso desses pronomes do latim ao português. E ainda quais variantes existiriam para esses pronomes no português brasileiro atual, mais especificamente do *conosco*? Centramo-nos na variação do *conosco* no Brasil atual em virtude da disponibilidade de dados do ALERS e, principalmente, do ALiB referentes a essa forma pronominal.

Uma terceira questão era quais outras mudanças, em outros níveis gramaticais, estariam relacionadas à reestruturação do paradigma pronominal de *conosco*?

Evidenciou-se a relação entre a mudança da ordem sintática SOV do latim para a ordem SVO do português como um dos fatores internos. Tal mudança envolve questões de universais linguísticos, mais especificamente, envolve universais implicacionais. De acordo com esses universais linguísticos, sobre os quais se tratará mais detalhadamente no capítulo 5, a estrutura sintática SOV possibilitava a existência de posposições, como de fato existiam em latim. Em *noscum*, por exemplo, a partícula *cum* é posposta ao pronome que rege, *nos*. Por outro lado, a estrutura SVO, como na sintaxe portuguesa – e na sintaxe das línguas neolatinas em geral –, exige a preposição das partículas. Por isso, a mudança sintática, operada na ordem básica da oração do latim

ao português, configurou-se como uma força interna a impulsionar a reestruturação dos oblíquos tônicos.

A alteração na ordem básica da oração, na qual o objeto direto descola-se da esquerda para a direita do verbo, está relacionada com a perda de morfologia de caso do latim. E esse processo está envolvido, por sua vez, com alterações fonológicas – a perda dos fonemas de final de palavra que constituem parte da morfologia de caso –, além de um incremento no uso de preposições.

Para refazer essa intrincada rede de mudanças, na primeira parte desse estudo apresentamos a diacronia das consoantes em coda silábica no final de palavra, recorrendo a dados desde o latim até o português brasileiro atual. Isso será efetuado para que se possa tornar evidente certos padrões mais amplos da mudança fonológica.

Após isso é apresentada a transformação da sílaba latina até o português atual. Vemos, por exemplo, que há uma tendência cada vez maior de se formarem sílabas abertas¹ no português do Brasil, e essa tendência já existia no latim vulgar. Isso causa alterações na morfologia, visto que as flexões encontram-se no final das palavras, constituindo-se muitas vezes como codas de sílabas finais, como o /m/ que no latim marca o acusativo.

Após tais incursões em pontos da fonologia histórica do português, analisaremos a gradativa perda do rico sistema latino de flexões de caso do latim, e suas relações com mudanças fonológicas. Na verdade veremos que mudanças fonológicas – como a perda do /m/ final

¹ Sílabas abertas são aquelas que não possuem consoantes ao seu final, como as duas sílabas da palavra *casa* (CV.CV).

marcador de acusativo – desencadearam neutralizações nas flexões de caso².

Essa perda de morfologia nominal de caso desencadeia, por sua vez, a alteração na ordem básica das palavras na oração, com a passagem de SOV para SVO, como será visto com mais detalhes no capítulo sobre as causas internas da mudança, na segunda parte. Essa mudança sintática leva a um novo uso de *com* diante dos pronomes oblíquos.

Será esse percurso – de mudanças gerando outras mudanças – que veremos ao longo dos capítulos, primeiramente observando as mudanças fonológicas, posteriormente, as morfossintáticas, as causas internas da mudança e, por fim, dados do português atual, para identificar possíveis rumos da mudança, ou melhor, ver como o sistema de oblíquos tônicos tem se reestruturado no conjunto de mudanças no uso dos outros pronomes pessoais.

Vemos, portanto, que uma mudança linguística é desencadeada por mudanças anteriores e, igualmente, por um contexto que a favoreça. Toda mudança linguística acaba tendo reflexões em outros componentes da gramática. O que não poderia deixar de ser diferente, pois a língua é um complexo sistema cujas partes estão intimamente interligadas. Uma mudança acaba afetando outros elementos, gerando *mudanças em cadeia*, na qual uma é causa de outra, continuamente. Tarefa difícil é ver que fatores internos estariam em jogo nessa relação de causa e efeito.

² É claro que não apenas mudanças fonológicas levaram a perda do sistema de caso do latim. Outros fatores serviram de incremento para o uso de preposições, as quais assumiram novas funções e acabaram por dispensar o uso de desinências de caso para a expressão das relações sintáticas.

Isso justifica a metodologia que adotamos nesta pesquisa, partindo de um ponto específico da gramática – no presente caso, os oblíquos tônicos – e ir tecendo redes de mudanças, nas quais mudanças num nível da gramática, como o nível fonológico, podem ter repercussões em outros níveis da gramática, inclusive na sintaxe.

A ideia inicial dessa pesquisa veio da necessidade que senti em dar continuidade a pesquisa que iniciei ainda na graduação, que resultou na monografia intitulada *Um estudo diacrônico do pronome conosco* (PINHO, 2009)³. Nessa pesquisa foi possível logo se constatar que não se detecta uma motivação interna da mudança tão facilmente. Uma mudança na sintaxe, por exemplo, pode ter sérias consequências na reestruturação do paradigma pronominal. Geralmente os estudos apontam o contrário, que a mudança pronominal gera mudanças sintáticas, como a inclusão dos pronomes *você(s)* e *a gente* motivando um maior preenchimento da posição de sujeito. Isso pode ser verdade⁴, mas não se vê que o contrário também pode ocorrer: a mudança sintática sendo causa de mudanças pronominais. Aqui reside a inovação da presente pesquisa.

Foi isto que pude contatar em pesquisa ainda como estudante de graduação. Defendi em Pinho (2009) que a mudança na ordem clássica do latim sujeito-objeto-verbo (SOV) para a sintaxe românica sujeito-verbo-objeto (SVO) foi a causa para a reestruturação profunda do

³ Esta pesquisa resultou em um artigo intitulado *Considerações sobre a história do pronome conosco* (2010), publicado em co-autoria com Bruno Cardoso, na revista *Working Papers em Linguística*.

⁴ Naro *et Scherre* (2007) contestam que há uma relação direta entre a criação de novos pronomes e o maior preenchimento do sujeito pronominal, o que é discutível. A questão, entretendo, parece estar em aberto.

paradigma *nobiscum*, *vobiscum*, *mecum*, etc. Pela teoria dos universais linguísticos sabemos que as línguas de tipo SOV tendem a ter posposições. No caso do citado paradigma pronominal latino, vemos que a preposição *cum* é posposta ao pronome que rege o caso ablativo justamente por causa da ordem sintática. Já em línguas com a sintaxe SVO, como o português, temos o predomínio da anteposição da partícula *com/cum*. Por isso em português dizemos *com você*, o não *você com*, como seria em latim.⁵

A mudança na sintaxe latina (SOV > SVO) – provocada por mudanças anteriores de natureza fonológica, bem como no uso de preposições –, portando, desencadearia uma reestruturação nesses pronomes, nos quais a proposição *cum* que os rege é colocada à sua esquerda, e não mais à direita, como ocorria no latim.

Mas voltado à questão central, um dos principais objetivos deste estudo é analisar a variação *nós* e *a gente* na posição sintática de adjunto adverbial de companhia (ex: Eu vi o Paulo *com a gente/conosco*). Atualmente há vários estudos sobre essa variação na posição de sujeito (LOPES, 1993, 1998, 1999, 2007). Contudo, a posição de adjunto adverbial não foi objeto de aprofundados estudos. O interessante nessa posição sintática é que temos três variantes para o pronome. Há em variação no Brasil a forma padrão *conosco*, vinda diretamente do português clássico, *com nós* e *com a gente*.

(1) Eles observaram Paulo *conosco*.

⁵ Os universais linguísticos e sua importância para a compreensão da relação entre mudanças sintáticas e pronominais serão abordados mais profundamente no capítulo 5.

(2) Eles observaram Paulo *com nós*.

(3) Eles observaram Paulo *com a gente*.

No caso (1) temos o português padrão, no qual o pronome *conosco* constitui-se como um resquício de caso ablativo na morfologia. Já em (2) e (3) temos a perda desse resquício de caso no pronome, por substituição de formas que estão no caso de sujeito. Trata-se de uma continuação de um longo processo de mudança que tem apagado os resquícios de caso acusativo, dativo e ablativo no sistema pronominal do português, para a manutenção somente da forma nominativa, ou do caso reto, como dizem as gramáticas tradicionais. Este processo pode ser visto nos seguintes exemplos:

(3) Os policiais *nos* viram > Os policiais viram *nós/a gente*

(4) Os policiais *me* viram > Os policiais viram *eu*.

(5) Os policiais *o* viram > Os policiais viram *ele*

(6) Os policiais *lhe/nos/me* deram uma multa > Os policiais deram uma multa pra *você/nós/a gente/mim/leu*

Dos exemplos (3) a (5) observamos como o caso oblíquo (*nos, me, o*) tem sido sistematicamente abandonado no uso, sendo substituído pelas formas do caso reto (*nós/a gente, eu, ele/ela, você(s)*). Tal como no latim com relação aos nomes, a perda da marcação de caso no português obriga a colocação do pronome ao fim. Troca-se, neste caso, a ordem sintática SOV pela SVO, como já ocorreu desde o surgimento do proto-romance, o qual deu origem às línguas neolatinas. Em (6), o

mesmo processo de perda dos casos é visto na função de objeto indireto (dativo), onde os pronomes átonos *me*, *lhe* e *nos* são também substituídos por pronomes do caso reto. Vemos, portanto, um generalizado processo evolutivo de regularização das formas, em que a forma sobrevivente é a do caso nominativo, em grande parte.

Para efetuar uma análise quantitativa dessa variação, é feito o uso do *corpus* do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALIB), mais especificamente dos dados de todas as capitais brasileiras. Dentro do quadro teórico da dialetologia plitidimensional (THUN, 2005), é possível ver como se processa a atual variação entre essas três formas (*conosco*, *com nós* e *com a gente*) nos diferentes grupos sociais. É possível observar, além da variação diatópica (o principal objetivo da dialetologia), a variação *diastrática*, *diafásica*, *diagenérica* e *diageracional*⁶. Dessa forma, há a possibilidade de se efetuar uma análise da variação tanto na dimensão horizontal (a variação diatópica) quanto na dimensão vertical, entre os estratos sociais. Como temos dados sincrônicos de duas faixas etárias diferentes, poderemos acompanhar uma possível mudança em tempo aparente.

Como a mudança linguística é, obviamente, um processo complexo. E é por esse motivo que será buscado incluir deferentes elementos teóricos para tentar explicar satisfatoriamente as alterações da língua. Procurar-se-á explicar, como dito anteriormente, quais as causas internas da mudança de *nobiscum* para *com nós/com a gente*. Essa procura faz revelar uma intrincada rede de mudanças, e é passível de

⁶ A significação de cada um destes termos será abordada na fundamentação teórica.

crer que não se poderá compreender essa mudança adequadamente se não for feito um esforço de se rastrear quais as principais mudanças que levaram a essa alteração pronominal. O que leva a percorrer diferentes níveis gramaticais, justificando a estrutura desse texto: primeiro a mudança fonológica, depois morfologia e, por último, sintaxe.

Contrariamente a esta postura, de buscar ver a relação de mútua influência das mudanças em diferentes partes da gramática, vê-se que as gramáticas históricas que existem hoje (que, na verdade, foram escritas na primeira metade do século XX) ainda seguem a metodologia neogramática, e apresentam uma lista de leis fonéticas e morfológicas. Quer dizer, listam as mudanças, mas não vêem que fatores internos ou externos as motivaram, muito menos que outras mudanças as desencadearam.

Faz-se necessário mais do que nunca, pois, aplicar a teoria da variação e mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968 [2006]) aos estudos diacrônicos, tarefa iniciada parcialmente por Tarallo (1990b), como também dos universais linguísticos, numa tentativa de se reinterpretar, na medida do possível, a história da língua portuguesa à luz dos mais recentes avanços da ciência da linguagem. O que é uma tarefa árdua e longa.

Será muito proveitosa uma possível integração entre a teoria da variação e mudança com a teoria dos universais linguísticos. Nesta teoria podemos ver que a história de uma língua pode ser descrita em termos de mudança de uma configuração tipológica a outra. Já a teoria da variação e mudança impede que se cometa o mesmo erro dos neogramáticos ou gerativistas, ao encarar a mudança como algo

mecânico, como se a língua evoluísse aos saltos – de uma geração a outra. Por meio da sociolinguística laboviana (LABOV, 1972 [2008]) vemos que a mudança é gradual e socialmente motivada, e pela observação das tipologias vemos para qual tipologia a língua está caminhando, nos possibilitando, com indícios empíricos de variação, antever futuros estados da língua. Por isso é importante conjugar a análise social da mudança (que elementos da história social interferem) com as condições estruturais que entram em jogo (as estrutura interna e as tipologias universais).

Esta dissertação constitui-se como a continuação de uma instigante pesquisa que iniciei ainda durante a graduação, fazendo parte de um projeto bem maior, que, creio, durará muitos anos ainda para ser concluído, no qual pretendo contribuir para a atualização, ou melhor, para uma re-interpretação dos dados diacrônicos do português, em seus vários níveis gramaticais. Isso só poderá ser possível numa unificação entre a teoria da variação e mudança linguística à teoria dos universais, como também à teoria da gramaticalização. Faz-se necessário, portanto, que a nova geração de linguistas procure unir a tradição dos estudos filológicos (predominantes até os anos 50 do século XX) aos mais atuais avanços da teoria linguística, sem qualquer tipo de dogmatismo científico (pensar que uma teoria é melhor que outra), que só faz prejudicar o progresso da ciência.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 SINCRONIA E DIACRONIA

Um fato bem assentado na linguística é que todas as línguas são sistemas que mudam com o tempo. O estudo da linguagem pode se dividir em dois eixos: a *linguística sincrônica* tem como objeto o estado da língua num determinado período histórico, abstraindo o fator tempo. Ou seja, para a linguística sincrônica importa a análise das formas como elas se apresentam num intervalo de tempo delimitado – uma década, um século etc.. Desse ponto de vista, não importa a evolução das formas em análise, mas apenas as relações que estabelecem entre si, num sistema abstrato: a gramática. Para esse tipo de estudo, portanto, importa não os estados passados da língua, mas apenas um determinado estado, ou *sincronia*.

Ao contrário dessa perspectiva, para a *linguística diacrônica* não é a sincronia – o estudo de apenas um período da língua – que importa, mas a *diacronia* do sistema, ou seja, o estudo dos estados sucessivos pelos quais a língua passou. Na perspectiva diacrônica da língua, vê-se como as formas vão se alterando e sucedendo ao longo do tempo. Dentro dessa perspectiva, a variável *tempo* é central. Na linguística diacrônica (ou histórica) o que importa é a continuidade da língua pelo tempo. Analisa-se o sistema em alteração constante no

tempo em todos os seus níveis, do fonético-fonológico ao morfossintático. Cabe, portanto, à linguística histórica o estudo da evolução da língua no tempo.

Dubois *et al.* (1978) dão uma definição bem clara da diferença entre os conceitos de diacronia e sincronia:

A língua pode ser considerada como um sistema que funciona num determinado momento do tempo (sincronia) ou então analisada na sua evolução (diacronia); pela diacronia, seguem-se os fatos de língua na sua sucessão, na sua mudança de um momento a outro da história: para F. DE SAUSSURE, *diacronia* é primeiro um dos pontos de vista que o lingüista pode escolher e que, de maneira fundamental, se opõe a sincronia. Nessa perspectiva, todo estudo diacrônico é uma explicação histórica do sistema sincrônico e os fatos diacrônicos são as mudanças sofridas pela língua.

A *diacronia* é também a sucessão de sincronias que, no espírito de F. DE SAUSSURE, é a única que pode explicar de forma adequada a evolução da língua. Chama-se igualmente diacronia o caráter dos fatos linguísticos considerados na sua evolução através do tempo, ou então a disciplina que se ocupa desse caráter (a linguística diacrônica) (DUBOIS *et al.*, 1978, p. 181).

1.2 O DESENVOLVIMENTO DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

A linguística nasceu no século XIX como uma ciência fundamentalmente histórica. Com o descobrimento do sânscrito pelos filólogos europeus, no final do século XVIII, descobriram-se certas semelhanças entre a língua dos antigos textos sagrados do hinduísmo com o latim e o grego. Logo se lançou a hipótese de um possível parentesco entre o latim, o grego e o sânscrito. Dessa forma, as modernas línguas da Europa e da Índia teriam um ancestral em comum. Começou então um intenso trabalho da comparação entre essas línguas na tentativa da reconstrução da língua ancestral que teria dado origem às modernas línguas indo-europeias. Esse ancestral foi denominado de indo-europeu, que seria uma língua da qual não sobreviveram documentos escritos, falada em alguma região próxima ao Mar Negro, por volta de 3000 a.C. A linguística comparativa do século XIX conseguiu, em boa parte, reconstruir a estrutura gramatical do indo-europeu e traçar o parentesco entre as diversas línguas que dele descendem.

O desenvolvimento dos métodos da filologia alcançado nesse trabalho passou a ser aplicado no estudo histórico das próprias línguas europeias, primeiramente. Com isso houve o nascimento de um grupo de lingüistas, na segunda metade do século XIX, denominados de neogramáticos, cujo principal nome é Hermann Paul, conhecido principalmente por seu livro *Princípios fundamentais da história da língua*. Essa obra tornou-se a principal referência teórica dessa escola,

pois nela encontra-se a síntese dos conceitos desenvolvidos pelos neogramáticos.

1.2.1 A linguística histórica da língua portuguesa

Os métodos desenvolvidos pelos neogramáticos inspiraram outros filólogos, que os aplicaram no estudo da história de línguas particulares. Sob inspiração neogramática há, por exemplo, as obras de Coutinho (1976 [1938]) e Williams (2001 [1938]) sobre a diacronia do português.

A década de 30 do século XX marca um período de significativo desenvolvimento da filologia portuguesa (ambas as gramáticas históricas de Coutinho e de Williams foram publicadas em 1938). Sem contar que, em Portugal, ainda estava em plena atividade a revista *Boletim de Filologia*, de Leite de Vasconcelos, na qual saíram os primeiros e mais aprofundados estudos filológicos da língua portuguesa. Podemos situar o início dessa fase no ano de 1888-1889, no qual se publicou o primeiro volume da *Revista Lusitana*, também de Leite de Vasconcelos, que foi um significativo veículo de divulgação dos primeiros estudos históricos da língua portuguesa, os quais possibilitariam a escritura das primeiras gramáticas históricas. J. J. Nunes, por exemplo, publicou na *Revista Lusitana* um extenso estudo de fonética histórica do português, o qual depois serviu de base para a primeira parte de seu *Compêndio*.

A *Revista Lusitana* acabou em 1943, logo após a morte de Leite de Vasconcelos. E o *Boletim de Filologia* durará até o início da década de 90. Mas muito antes desta data, em uma rápida análise dos trabalhos publicados nas últimas décadas do periódico português, vemos que o *Boletim de Filologia* já não era mais filológico (não tinha mais uma preocupação histórica), e não vemos mais a publicação de significativos artigos de investigação histórica, tiradas algumas exceções.

Isso se deve ao fato de que, nos anos 70, a linguística sincrônica toma uma posição de proeminência, com desenvolvimento do estruturalismo, do gerativismo, da psicolinguística, da sociolinguística etc. Diante dessas novas disciplinas, que surgem dentro da linguística, a linguística histórica tornou-se naquele momento uma área de estudos periférica, sendo a situação duas ou três décadas antes era totalmente inversa; ou seja, antes era a linguística histórica que dominava o cenário dos estudos científicos da língua.

Apesar da linguística estrutural do século XX ter colocado ênfase no estudo sincrônico da língua, pode-se ver que, na linguística produzida em língua portuguesa, os estudos históricos (diacrônicos) dominaram até mais ou menos a década de 50 do século passado. Grandes nomes da linguística (ou filologia), tais como Antenor Nascentes, Silva Neto, Coutinho, Leite de Vasconcelos, Said Ali, Maurer Jr., entre tantos outros, se debruçaram a estudar a história da evolução do português desde suas origens no latim clássico. Produziram as primeiras gramáticas históricas e dicionários etimológicos que até hoje são fontes valiosas para o estudo da história da língua portuguesa.

Apesar do crescimento da linguística sincrônica – desenvolvida dentro da perspectiva estruturalista e, depois, gerativista – em detrimento dos estudos diacrônicos, é possível se observar que, dos anos 90 do século XX em diante, tem havido uma significativa alteração desta situação. No Brasil, por exemplo, tem se falado em um renascimento da linguística histórica. Destaca-se a atividade da linguística Mattos e Silva⁷, que tem uma rica produção de estudos sobre a história da língua, como as obras *O português arcaico* e *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*.

O início desse renascimento da linguística no Brasil pode ser visto na obra de Tarallo que em 1990 publica *Tempos linguísticos*, livro em que inicia a aplicar os avanços da linguística laboviana aos estudos diacrônicos. Infelizmente, sua morte prematura interrompe sua atividade científica.

1.2.2 A teoria da mudança linguística e a volta a linguística histórica

Os trabalhos de Labov, e de seu orientador Weinreich, deram origem a um novo ânimo à linguística histórica com a proposta de uma *teoria da mudança linguística* (WLH, 2006 [1968]). As pesquisas de Labov, feitas sobre o inglês estadunidense, são fundamentalmente sincrônicas, e visam a estabelecer as regras que determinam a variabilidade sistemática das línguas. É sabido que se há variação linguística pode também haver mudança. Desta forma, a linguística

⁷ E também do grupo de pesquisadores reunidos na UFBA.

sincrônica sociolinguística, inspirada em Labov, acabou renovando os estudos históricos. Hoje há, por exemplo, quem fale em uma *sociolinguística histórica*, na qual se aplicam os métodos da sociolinguística à pesquisa diacrônica.

Labov (2008 [1972]) propõe que as línguas são sistematicamente heterogêneas. Essa heterogeneidade não é, portanto, algo que ocorre de forma caótica, desordenada. Muito pelo contrário, as pesquisas empíricas de Labov demonstram a existência de uma sistematicidade na variação e mudança linguística. As variantes de uma determinada estrutura, como a concordância de número dentro do sintagma nominal português, variam de acordo com determinadas regras, e não aleatoriamente. No caso da concordância de número em português, a perda da concordância se dá dos vocábulos que estão mais à direita para os que estão à esquerda, sendo preservada a marca de plural no primeiro elemento do sintagma, que é geralmente o artigo (ex.: *os belos carros* > *os belos carro* > *os belo carro*) (NARO, SCHERRE, 2007).

A sistematicidade da variação proposta por WLH levam ao entendimento de que a variação não é algo marginal ao sistema gramatical. Muito pelo contrário, as formas em variação fazem parte da própria estrutura da língua. E o estudo da variação proposto por WLH faz uma tentativa de se pensar o estudo das mudanças tanto em relação aos *fatores internos* ao próprio sistema linguístico quanto aos *fatores externos* – as questões de ordem sociais que interferem e condicionam a variação/mudança. Dessa forma, de acordo com WLH (2006 [1968], p. 114):

Existe uma matriz social em que a mudança está encaixada, tanto quanto uma matriz lingüística. Relações dentro do contexto social não são menos complexas do que as relações lingüísticas [...], e técnicas sofisticadas são exigidas para sua análise. Mas, por diversas razões, os lingüistas não procuraram a explicação da mudança lingüística nesta área com a energia e a competência requeridas.

1.2.3 Dos neogramáticos a sociolinguística

Como foi visto anteriormente, os primeiros estudos diacrônicos feitos sobre o português, como a obra de J. J. Nunes sobre a história do português, foram inspirados na teoria dos neogramáticos, cujos princípios acabaram, em parte, sendo desmentidos pelas pesquisas dialetológicas de Gilliéron, feitas com base no *Atlas Linguístico da França* (ALF).

Os neogramáticos acreditavam na regularidade e mecanicidade absoluta da mudança fonética. Entretanto, os mapas do ALF acabaram demonstrando que as mudanças reais não são regulares. Elas atingem certas palavras em certas regiões de um determinado espaço geográfico em que uma língua é falada, mas não o sistema por completo em todo o território pelo qual uma língua se estende. Ao contrário do que pensavam os neogramáticos, que defendiam que a mudança atingia todas as palavras, em todas as regiões, de forma mecânica, as mudanças

fonéticas atingiam somente algumas palavras em certas áreas geográficas. As mudanças não eram, portanto, mecânicas. Os mapas do ALF indicam que a realidade linguística é muito mais complexa. Certos pontos isolados podem se manter conservadores, no meio de áreas inovadoras, e a mudança pode nem chegar a certas áreas, o que acaba gerando uma diferenciação dialetal. Pode ocorrer ainda da mudança fonética se expandir mais facilmente em certos vocábulos, ao passo que outros não são alterados.

Dessa forma, com o desenvolvimento da dialetologia, primeiro na Alemanha e França, depois em outros países da Europa e América, rompe-se com o princípio neogramático da mecanicidade da mudança. Depois, com o desenvolvimento da teoria da mudança linguística (WLH, 1968 [2006]) e da sociolinguística laboviana (LABOV, 1972 [2008]), rompe-se com o princípio formalista, desenvolvido dentro do estruturalismo, e continuado no gerativismo, da homogeneidade linguística. Para os formalistas, a realização real da língua⁸ é algo de menor importância. Entendem que a língua é, por princípio, estruturada, e que essa *estrutura é homogênea*. Bloomfield, por exemplo, admite que há heterogeneidade, mas ignora isso na hora da análise, na qual abstrai uma homogeneidade.

Uma comunidade de fala é um grupo de pessoas que interagem por meio da fala. [...] Se

⁸ Saussure vai chamar de *fala* (em oposição *língua*) a essa realização concreta, e Chomsky de *desempenho*, em oposição à *competência*. O foco dessas duas teorias estará, portanto, na *língua* ou na *competência*. Os dados fornecidos pela *fala* ou pelo *desempenho*, por sua vez, serão marginalizados.

observássemos bem de perto, descobriríamos que duas pessoas – ou, antes, talvez, nenhuma pessoa em diferentes épocas – jamais falam exatamente do mesmo modo. [...] Essas diferenças desempenham um papel muito importante na história das línguas; o lingüista é forçado a considerá-las muito cuidadosamente, embora em alguma parte de seu trabalho ele seja forçado provisoriamente a ignorá-las. Ao fazer assim, ele está simplesmente empregando o método da abstração, um método essencial para a investigação científica, mas os resultados assim obtidos têm de ser corrigidos antes que possam ser usados na maioria dos trabalhos ulteriores (BOOMFIELD, 1933, p. 42-45 *apud* WLH, 2006 [1968], p. 58).

A sociolinguística, pelo contrário, preocupar-se-á com aquilo que justamente a linguística formal desprezava: a *fala* realizada em situações reais de interação. Trata-se de uma linguística comprometida com os dados reais da língua. A sociolinguística vai demonstrar, com base em sólida fundamentação empírica, que a língua é naturalmente uma estrutura variável, e que a variação faz parte de sua própria estrutura. Ou melhor, demonstra que a variação não é um processo aleatório (ou caótico), mas que é regida por regras, sendo, portanto, sistemática.

Se a variação pode levar à mudança, então o estudo da variação pode lançar luz sobre a mudança e, portanto, sobre a dinâmica

diacrônica das línguas. Assim, a sociolinguística deu base empírica para o desenvolvimento de uma nova teoria da mudança linguística, no final dos anos 60 do século XX. O principal avanço é o rompimento do preceito da homogeneidade linguística, ou melhor, que a língua enquanto sistema é uma estrutura homogênea. Pelo contrário, a sociolinguística propõe que a própria estrutura é naturalmente variável. Desta forma, concebe-se que uma mudança encaixa-se numa estrutura linguística, como também numa estrutura social. Ou seja, há motivações para a mudança que são internas à estrutura da língua, e outras que estão no campo social (questões históricas, econômicas etc). É numa conjunção de fatores internos e externos que, idealmente, devemos explicar a mudança. Dizer que uma mudança se encaixa numa estrutura linguística nos leva a ver que a mudança nunca ocorre isolada na estrutura.

1.3 PARA UMA TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

A sociolinguística tem mantido desde o início uma constante preocupação em recolher uma base empírica para sustentar a teoria da variação e mudança linguística. As línguas variam e mudam porque são utilizadas em contextos historicamente concretos. É principalmente por meio da ação de indivíduos que agem na história por meio da linguagem é que se faz a história da própria língua, enquanto uma estrutura verbal que evolui.

Dessa forma, a observação dessa variação da língua na fala dos indivíduos historicamente contextualizados é fundamental para a construção de uma teoria consistente sobre a dinâmica evolutiva das línguas, e será justamente esta a preocupação de Labov ao se iniciar na linguística, enquanto ainda formulava seu primeiro projeto de pesquisa. Ele deixa evidente sua intenção de “sair do gabinete” para ver a real manifestação da língua em uso na sociedade.

Quando me iniciei na linguística, como estudante, em 1961, era minha intenção coletar dados no mundo secular. Os primeiros projetos que concebi eram “ensaios em linguística experimental”, levados a cabo em ambientes sociais corriqueiros. Meu objetivo era evitar a inevitável obscuridade dos textos, inibição das eliciações formais e o auto-engano da introspecção (LABOV, 2008 [1972], p. 13).

Vemos, aqui, que Labov parece se dirigir especialmente ao formalismo quando se referir a um “auto-engano da introspecção”.

O problema que Labov tenta superar é o criado pelo estruturalismo de que a estrutura linguística, para formar um sistema coeso e funcional, tem que ser homogênea. Saussure, por exemplo, chegou a afirmar que o sistema, em sua natureza mais fundamental, não muda (LUCCHESI, 2004). Assim nasce um paradoxo: a língua tem que ser homogênea para ser estruturada; mas, por outro lado, se isso for verdadeiro então como as línguas mudam se são homogêneas?

A solução a este grave problema teórico está no rompimento com a concepção de que a estrutura tem que ser homogênea. Na verdade a heterogeneidade é sistêmica, parte da própria estrutura gramatical.

Os fatos da heterogeneidade, até agora, não se harmonizaram bem com a abordagem estrutural da língua. Veremos as sementes deste conflito em Saussure e seu agravamento nos trabalhos dos descritivistas, que se debatem com o fenômeno da mudança. Pois quanto mais os linguistas têm ficado impressionados com a existência da estrutura da língua, e quanto mais eles têm apoiado essa observação com argumentos dedutivos sobre as vantagens funcionais da estrutura, mais misteriosa tem se tornado a transição de uma língua de um estado para outro. Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? Em outras palavras, se pressões esmagadoras forçam uma língua à mudança e se a comunicação é menos eficiente neste íterim (como seria forçoso deduzir da teoria), por que tais ineficiências não têm sido observadas na prática?

Esta nos parece ser a questão fundamental com que a teoria da mudança linguística tem de lidar. A solução, argumentaremos, se encontra no

rompimento da definição da estruturalidade com homogeneidade. A chave para uma concepção racional da mudança linguística – e mais, da própria língua – é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade. Argumentaremos que o domínio de um falante nativo de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetalismo nem com o “mero” desempenho, mas é parte da competência linguística monolíngue. Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional (WLH, 1968 [2006], p. 35-6).

Essas afirmações propõem uma solução aos problemas teóricos do formalismo: a variação não é algo periférico do campo da *fala* (caótica), em oposição à *língua* (sistemática), como diria Saussure, ou do campo do desempenho, que seria secundário em relação à competência, para usar o termo gerativista. A variação é estruturada, e sua estrutura faz parte não da fala ou desempenho, mas da própria língua ou da competência linguística do falante nativo.

1.4 A VARIAÇÃO DA LÍNGUA PELO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Se é um fato que a língua varia ao longo do tempo, ou sincronicamente entre diferentes estratos sociais, também é verdadeiro

que as línguas variam ao longo do espaço geográfico. Tradicionalmente coube a dialetologia o estudo dessa variação horizontal da língua, enquanto a sociolinguística centra-se na análise da variação vertical.

1.4.1 Um breve histórico dos estudos dialetológicos

1.4.1.1 A dialetologia tradicional

Se imaginarmos uma língua falada por uma pequena comunidade, em uma área bem restrita, dificilmente veríamos essa língua desenvolvendo dialetos regionais. Ao contrário disso, é natural que, ao longo do tempo, uma língua falada em uma vasta região geográfica sofrerá variações regionais em sua estrutura, e a essas variações dá-se o nome de dialeto. O latim, por exemplo, foi falado em uma extensa área correspondente ao Império Romano do ocidente. Ele não poderia ter se mantido “homogêneo” por muito tempo. Seria de se esperar que com o decorrer do tempo, no contato com outras línguas, nos fluxos de colonização, no deslocamento de populações, se desenvolvessem mudanças na estrutura, que já é naturalmente heterogênea. Devido à grande extensão do Império Romano, seria bem difícil que as mudanças – geradas e propagadas a partir de pontos irradiadores – chegassem a todas as áreas em que era falado o latim.

Algumas regiões inovam nos usos da língua, outras, muitas vezes isoladas dos grandes centros, são conservadoras, fatores que propiciam a fragmentação linguística pelo espaço geográfico. Primeiro

nascem dialetos, que com o decorrer dos séculos – mudança sobre mudança – criam novas línguas, fazendo com que o latim, no exemplo dado, se fragmentasse em uma dezena de outras línguas de uso mais regional, sem contar outros tantos dialetos das línguas neolatinas.

No período clássico da cultura grega (século IV a.C.), já se percebia claramente que a língua grega se dividia em dialetos, de acordo com a região. Antes do Império Romano, a primeira grande civilização a se desenvolver e se expandir pela Europa foram os gregos que acabaram por fundar colônias ao longo das margens do Mediterrâneo. Chegaram a estabelecer cidades até na península Ibérica. Novamente, a expansão da língua possibilitou sua fragmentação nos respectivos dialetos: dórico, eólico, atico, grego do nordeste, arcado-cipriota, jônico e aqueu.

A primeira grande divisão dialetal do latim foi a divisão entre o românico ocidental (França e península Ibérica) e o românico oriental (Itália e Romênia). Os principais traços dialetais que ocasionaram essa fragmentação do latim foram a sobrevivência do caso nominativo na românia oriental, ao passo que na românia ocidental há a permanência do caso acusativo. Outros traços linguísticos que demarcam essa diferenciação dialetal é a queda do /s/ em final de palavra, e a conservação das oclusivas surdas em posição intervocálica na românia oriental. É interessante destacar que, na românia oriental, com a queda do /s/ de posição de final de vocábulo, perde-se a marcação morfológica do acusativo plural, criando uma incômoda neutralização entre nominativo e acusativo, a qual é desfeita com a permanência só do nominativo.

Na românia ocidental, com a permanência do /s/, sobrevive o caso acusativo somente, que passou a ser usado (já não mais com essa função) na posição de sujeito. A causa disso, possivelmente, deve-se ao fato que houve um crescente aumento no uso de preposições, na passagem do latim vulgar ao proto-romance. A isso se soma um processo de perda da regência do caso ablativo pelas preposições em favor do acusativo, que no fim passava a ser o único caso a ser regido por todas as preposições. Passamos, assim, numa fase avançada do latim vulgar, a ter somente dois casos, o nominativo e o acusativo. Como este era mais frequente que aquele, um processo de regularização eliminou as formas do nominativo. Além disso, as palavras da segunda declinação flexionadas no nominativo singular terminavam em *-us*. Entretanto, o *-s* desse morfema havia se tornado flexão marcadora de plural, por isso evitou-se seu uso do nominativo singular da segunda declinação, que foi substituído pelo acusativo. O caso acusativo expandiu-se sobre todos os outros casos, eliminando, por último, o nominativo não apenas da segunda declinação, mas nas três declinações do latim vulgar.

Vemos, assim, que fatores internos à estrutura linguística – somados a fatores externos, como a questão geográfica – causaram a fragmentação do latim em dialetos, que continuaram evoluindo, independentemente, até que se originaram as línguas neolatinas. Como fatores externos, podemos citar a grande extensão da România, o isolamento político das regiões na Idade Média, a diminuição das comunicações, a diminuição das atividades comerciais, a fragmentação da rede romana de estradas, a perda da unidade política, dentre outros

tantos fatores. Foram estes fatores externos, dentre tantos outros, que propiciaram a natural criação de dialetos.

O início da Idade Média é marcado pela conquista do Império Romano do ocidente pelas tribos germânicas, muitas das quais inimigas entre si, elemento político que propiciou o isolamento das regiões e seus respectivos dialetos. Além do mais, após o período de invasões germânicas, o norte da África deixa de fazer parte da Rômania em virtude das invasões islâmicas, a partir do século VII d.C..

De fato, confirma-se, mais uma vez, a verdade das palavras de Saussure de que é a multiplicação espacial da língua “que cria a diversidade” (SAUSSURE, 1975, p. 106). Portanto, a propagação pelo espaço geográfico (movimentos populacionais) constitui-se como um fator muito importante na descrição e compreensão dos dialetos e sua origem e, de forma mais ampla, da própria dinâmica evolutiva da língua.

1.4.1.2 As pesquisas de Wenker

O início do estudo científico sistemático da variação dialetal ocorre durante o século XIX, na Alemanha, com as pesquisas de Georg Wenker. Este linguista alemão “era adepto fervoroso das doutrinas dos neogramáticos e esperava, graças aos estudos de dialetologia, obter uma confirmação da tese sobre o determinismo das leis fonéticas” (MALMBERG, 1971, p. 83). Para tanto, ele formulou uma lista de 40 frases e as enviou aos professores do primário da Renânia para que as traduzissem ao dialeto local. A pesquisa de Wenker foi feita por

correspondência, e recebeu 44.251 respostas, formando um *corpus* significativo proveniente de 40.736 localidades.⁹

O passo inicial de Wenker representa um significativo avanço na metodologia da pesquisa linguística, visto que até então a formulação das leis fonéticas na teoria neogramática não contava com uma criteriosa confirmação de dados empíricos coletados da realidade dialetal das línguas. A isto acresce a criação da metodologia da *geografia linguística* em dialetologia, na qual os dados coletados em pesquisa de campo são dispostos em cartas geográficas. Nelas se pode observar a distribuição das variedades linguísticas pelo espaço (a variação horizontal, diatópica). “Wenker foi o primeiro que teve a ideia de expor, com a ajuda das cartas geográficas, a extensão dos fenômenos lingüísticos” (MALMBERG, 1971, p. 83).

O objetivo de Wenker era corroborar a teoria neogramática da regularidade absoluta da mudança fonética. Em todas as palavras e nos mesmos contextos fonológicos, a mudança deveria ser regular. Mas não foi isso o que os dados empíricos mostraram: a realidade da mudança revelou-se muito mais complexa. Wenker não viu cumprir-se sua expectativa, com a recolha de dados dialetais, de dar fundamentação empírica para a doutrina linguística na qual acreditava.

Quando, em 1881, apareceram os primeiros mapas renanos, foram aceitos com desconfiança, e Wenker não recebeu, para o seu trabalho, o apoio

⁹ Sobre a pesquisa pioneira de Georg Wenker, consultar Malmberg (1971) e Cardoso (2010).

que merecia. Se a doutrina dos *Junggrammatiker*¹⁰ fosse justa, os limites de uma dada mudança fonética [...] deveriam ser os mesmos para todas as palavras que apresentassem as mesmas condições fonéticas. Não era esse o caso, absolutamente. Os mapas de Wenker, como os dos dialetólogos que o seguiram, mostram, ao contrário, que cada palavra tem suas próprias fronteiras e, por isso mesmo também, sua própria história fonética. [...] Os mapas de Wenker refutam a concepção dos neogramáticos segundo a qual uma mudança fonética [...] afeta todas as palavras do mesmo modo (MALMBERG, 1971, p. 83-84).

Apesar de ter sido tão significativa a obra de Wenker para a evolução da metodologia das pesquisas dialetológicas, poucos dados foram realmente publicados diante do grande volume de dados recolhidos na Renânia. Publicaram-se em 1881, em Estrasburgo, os primeiros resultados: “um conjunto de seis cartas, duas fonéticas e quatro morfológicas [...]” (CARDOSO, 2010, p. 41). Isso lhe rendeu críticas, pois houve um espaço de vinte anos entre a recolha dos dados e sua divulgação, ou seja, gastou-se muito tempo recolhendo um volumoso *corpus* para a obtenção de poucos resultados.

Com a morte de Georg Wenker em 1911, seu discípulo, o linguista Ferdinand Wrede, dá continuidade às pesquisas em dialetologia

¹⁰ Neogramáticos.

na Alemanha. Wrede aperfeiçoou os métodos de seu mestre, “em particular do ponto de vista fonético” (MALMBERG, 1971, p. 85). Dessa forma, o projeto que Wenker concretizou-se 50 anos após a publicação de suas primeiras cartas, com a conclusão do *Atlas linguístico alemão*, em 1926.

1.4.1.3 Atlas Linguístico da França (ALF)

Um novo grande salto no aprimoramento da metodologia dos estudos dialetológicos terá lugar na França. Em 1887, Jules Gilliéron dá início “a coleta de dados para o *Atlas linguistique de la France*, realizado com a ajuda do Ministère de l’Instruction Publique e publicado, em Paris, de 1902 a 1910” (CARDOSO, 2010, p. 42). Uma extensa rede de pontos foi selecionada para a pesquisa; mas, ao contrário do método de Wenker, que recolheu seus dados por correspondência, Gilliéron contou com a colaboração de Edmond Edmont, que foi o homem a percorrer sozinho 639 localidades espalhadas por todo território francês, nos quais entrevistou os informantes *in loco*. Suas entrevistas eram guiadas por um questionário que inicialmente tinha 1.400 perguntas¹¹. “Ao lado das palavras isoladas, o questionário continha uma centena de frases que permitiram estudo, sobretudo no que se refere à morfologia verbal” (CARDOSO, 2010, p. 42). Edmont registrava os dados linguísticos ainda durante a entrevista, utilizando o alfabeto fonético na transição das respostas obtidas dos informantes. Do

¹¹ No final dos inquéritos chegou a ter 1.900 perguntas.

corpus recolhido formularam-se 1920 mapas, número admirável se comparado ao trabalho de Wenker.

A grande contribuição do *Atlas linguístico da França* à história da linguística centra-se na evolução da metodologia, segundo nos afirma Ilari (2006). Até então, os estudos filológicos e os estudos comparativos da linguística histórica do século XIX estavam baseados em registros escritos da língua. O problema é que a escrita tende a se distanciar da linguagem corrente de seu tempo. Isso faz com que a escrita omita muitos processos de variação importantes na hora de se explicar a dinâmica dos processos evolutivos da língua. A escrita padroniza e oculta importantes fatos históricos. Com a publicação do ALF dá-se, nos estudos científicos da linguagem, um deslocamento da língua escrita à língua falada. “Gilliéron dá prioridade aos dados que resultam de uma pesquisa de campo. Com isso, cria-se, no domínio dos estudos românicos, uma consciência autenticamente geográfica” (ILARI, 2006, p. 26).

É interessante o enfoque que Gilliéron dá ao estudo da evolução do vocabulário, em contraposição à importância dada pelos neogramáticos à fonética. Esta só serve, para Gilliéron, se contribuir para a ampliação do entendimento da história de uma palavra. Dessa forma, o estudo da evolução fonética serve para ao estudo da evolução da palavra. Ele acreditava que as leis fonéticas são uma ficção (MALMBERG, 1971, p. 86). Desenvolve-se, então, a concepção de que cada palavra tem sua própria história.



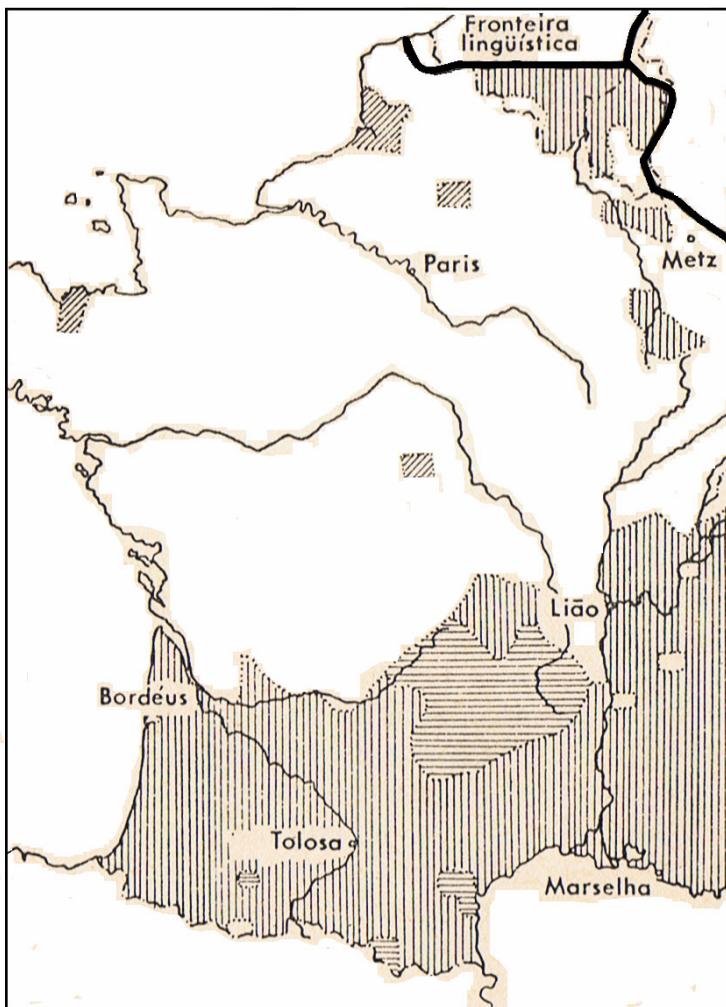
Mapa 1 – Distribuição das denominações de galo no sudoeste da França
 Fonte: (ILARI, 2006, p. 27)

Um exemplo clássico do ALF é a evolução da palavra *galo* no francês (ver mapa 1). Numa região ao sul da França, palavra de origem latina – *gallus* – foi substituída por outras, tais como *faisan*, *pullus* e *vicaire*. Este fato tem origem na fonética. Nas regiões onde o vocábulo *gallus* foi substituído, houve a mudança de *ll* para *t*, como indica o mapa, o que fez com que *gallus* se confundisse com *gato*. Assim nasce uma inconveniente homonímia, na qual as formas *gallu* e *cattu* “se

confundiram numa única palavra *gat* [...]” (ILARI, 2006, p. 26) No dia a dia podemos compreender que não é funcional ter uma só palavra para animais tão comuns. Os dialetos, em que houve esse fenômeno de mudança fonética, resolveram o “problema” substituindo a antiga palavra para gato por outras. Curioso é que em algumas regiões o vocábulo escolhido para a substituição foi *vicaire* (vigário), pois o vigário, assim como o galo, tinha a função de acordar as pessoas pela manhã, sem contar o fato de que os vigários da época vestiam um barrete que lembra uma crista (ILARI, p. 16-27).

A variante de galo *pullus* tem também origem no latim, no qual significava “o animal mais novo”, como também “frango”. A palavra *pullus* teve seu significado deslocado em alguns dialetos do sul, como indica o mapa, e passou a designar a ave adulta. Cabe dizer que antes, porém, da mudança fonética que gerou esta mudança no léxico, havia a expressão *gallus pullus* (galo filhote). Dessa forma, tomou-se parte da expressão pelo todo, ao se criar uma nova denominação para galo (PINHO, 2009, p. 50).

Outro exemplo relevante é o mapa que nos mostra a disposição pelo espaço geográfico dos sinônimos para *égua*.



Mapa 2 – “Zona em branco = *jument*, traços verticais = *caballa*, traços horizontais = *equa*, traços oblíquos = outros tipos.” Fonte: Malmberg (1971[1962], p. 90)

No mapa 2 podemos ver três ondas de mudança no vocabulário. A forma mais antiga é *equa*, que vem do latim clássico, e preservou-se

em ilhas dialetais conservadoras. A forma *caballa* veio posteriormente, no latim vulgar, da qual também se originou a forma portuguesa *cavalo*. A zona em branco, correspondente a *jument*, tem como centro irradiador Paris. Essa variante entra na língua numa terceira onda de mudanças que se propagaram da capital às regiões mais interioranas. Vemos que as regiões mais afastadas de Paris, ao sul, tenderam a conservar a forma antiga, possivelmente devido a um menor contato com o centro irradiador da mudança.

Nesse exemplo podemos observar três camadas sobrepostas, que representam três períodos da história da língua francesa. Evidencia-se, por meio desse caso, a dinâmica da mudança linguística em seu plano horizontal. As variantes se propagam como que em ondas, que não atingem uniformemente todo o território em que uma língua é falada. A propagação da mudança depende de fatores como maior ou menor proximidade de uma região, rede de comunicações (estradas e portos, por exemplo) e grau de isolamento em relação ao centro irradiador da mudança.

1.4.2 As dimensões da variação linguística

1.4.2.1 Variação diatópica

Trata-se da variação da estrutura linguística pelo espaço geográfico em que uma língua é falada. A tal dimensão horizontal da variabilidade da língua dá-se o nome de *variação diatópica*. A

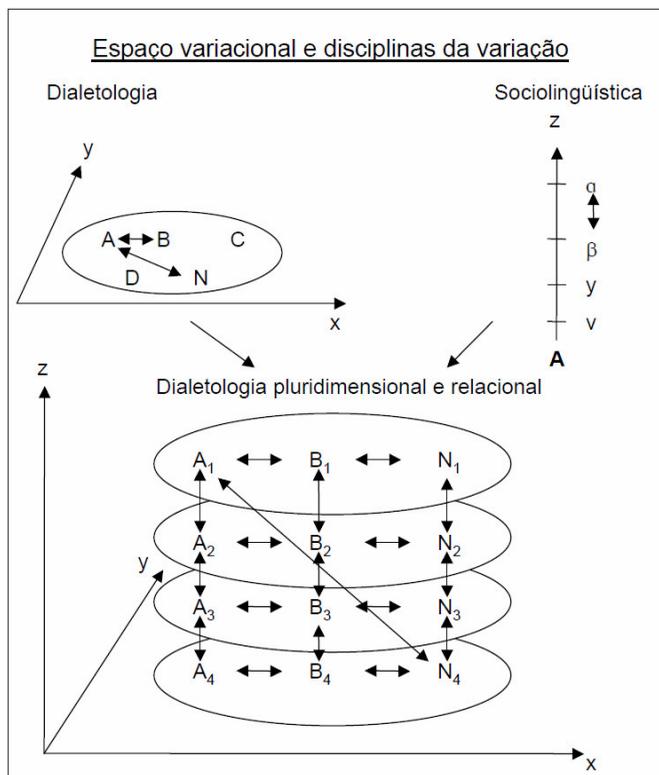
dialetologia baseia-se na caracterização de um dialeto, bem como na comparação entre as formas de dois ou mais dialetos de uma mesma língua. Segundo Rossi (1967, p. 88-89), “o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente – ainda que por ausência – em outro ponto ou área”. Nas palavras de Cardoso (2010, p. 45), “a dialetologia busca, prioritariamente, estabelecer relações entre modalidades de uso de uma língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diferentes áreas”.

1.4.2.2 Variação diastrática

A dialetologia tradicional que se desenvolveu entrevistando geralmente apenas um informante por ponto, que deveria ser mais velho e do sexo masculino, de preferência. O objetivo era que o informante selecionado fosse um ideal representante do falar local. Com o desenvolvimento da sociolinguística, a dialetologia acabou por absorver também a dimensão vertical da variação da língua – variação *diastrática* –, ou seja, a variação pelos grupos sociais. Dessa forma, a dialetologia denominada de *pluridimensional* alia à variável espaço (diatopia) variáveis sociais (diastráticas), como sexo, idade, escolaridade, classe social, etc (THUN, 2005).

Dessa forma, idade, gênero, escolaridade e características gerais de cunho sociocultural dos usuários das línguas consideradas tornam-se elementos de investigação, convivendo com a busca de identificação de áreas geograficamente definidas do ponto de vista dialetal (CARDOSO, 2010, p. 25).

A dialetologia pluridimensional, portanto, “passa da análise da superfície, constituída pela dimensão diatópica, para a análise do espaço linguístico formado pela consideração de variáveis como a dimensão diastrática, diafásica ou de outras” (THUN, 2000, p. 407 *apud* CARDOSO, 2010, p. 12).



Quadro 1 – Esquema de H. Thun¹²

1.4.2.3 Variação diafásica

A língua também varia de acordo com o grau de formalidade da situação de interação verbal. Quanto mais formal a situação – como uma aula na universidade ou uma reunião de trabalho – maior é a tendência

¹² *Apud* Margotti (2004, p. 87).

ao monitoramento da fala, a qual tende a assumir contornos mais próximos ao padrão linguístico de uma determinada época. Por outro lado, quando mais informal a interação verbal – conversas em casa entre familiares ou entre amigos – maior tende a ser a distância da fala em relação à norma padrão, porque o falante tende a não se monitorar.

1.4.3 A dialetologia no Brasil

1.4.3.1 Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)

A dialetologia no Brasil se desenvolveu inicialmente por meio de trabalhos monográficos que se detinham a descrever as características de dialetos específicos, destacando-se obras como *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes, e *A Língua do Nordeste*, de Mário Marroquim.

A necessidade da aplicação das técnicas de cartografia no Brasil para o registro das variedades dialetais foi assinalada por Antenor Nascentes em *Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, obra publicada em dois volumes¹³. Após percorrer o Brasil de norte a sul, Nascentes propôs uma divisão dialetal do Brasil e estabelece uma rede de pontos nos quais futuramente deveria ser feita a pesquisa de campo. Na época o projeto da elaboração do Atlas não foi levado a cabo, em decorrência de dificuldades, tais como falta de financiamento e pessoal preparado para a coleta dos materiais, difícil acesso a muitas localidades, etc..

¹³ Em 1958 e 1961, respectivamente.

Antes, porém, da concretização do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), sugeriu-se que primeiro fosse realizada a elaboração de atlas regionais ou estaduais, como passos iniciais para a posterior realização de um atlas do português do Brasil, que cobrisse todo o território nacional.

Desde os anos 60 do século passado, vários atlas estaduais e um atlas regional foram sendo publicados, dos quais podemos citar, por exemplo, *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*, *Atlas Linguístico do Sergipe*, *Atlas Linguístico do Paraná*, *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*, dentre outros.

Cumprir lembrar que antes da publicação desses atlas, em 1952, o governo brasileiro por meio do decreto 30.643 de 20 de março delimita “as finalidades da Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa”. O principal objetivo dessa comissão seria:

a elaboração do atlas linguístico do Brasil. Essa prioridade é retomada pela Portaria 536, de 26 de maio do mesmo ano, que ao baixar instruções referentes à regulamentação do Decreto, põe ênfase na elaboração do atlas linguístico do Brasil (CARDOSO, 1999).

Dada a impossibilidade na época de sua realização, espalharam-se pelo Brasil iniciativas de criação de atlas estaduais, em grande parte, alguns dos quais citados acima. Esses atlas foram importantes para que se ampliasse o conhecimento do português do Brasil, além de contribuir

para o refinamento da metodologia de pesquisa e para a consolidação de uma tradição de estudos geolinguísticos no cenário brasileiro.

Passados muitos anos desde o início desse projeto de estudo dialetal do português do Brasil, somente em 1996, estando o Brasil em um novo contexto sócio-econômico, pôde se retomar a ideia de um atlas nacional. O que aconteceu durante o seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil, ocorrido na Bahia, no qual se formou um comitê nacional encarregado de dar continuidade ao projeto ALiB (PINHO, 2009, p. 65-66).

De acordo com Cardoso (1999) o ALiB tem como objetivos:

1. Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolinguística.
2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o

aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.

3. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.

4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento — história, sociologia, antropologia, etc. ³/₄ de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.

5. Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus

dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.

6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso mas dotado de uma unidade sistêmica.

Atualmente o ALiB é coordenado por Suzana Cardoso, e conta com a colaboração de pesquisadores de diversas universidades do Brasil. O ALiB visa recolher dados de fala do português em 250 localidades, quatro informantes nas cidades de interior e oito nas capitais. O que totaliza 1100 entrevistas. Nas cidades de interior os informantes são estratificados de acordo com sexo, idade e escolaridade, ao passo que nas cidades do interior os informantes são estratificados em sexo e idade.

CAPÍTULO 2

A MUDANÇA FONOLÓGICA

2.1 INTRODUÇÃO

Uma série de mudanças ocorridas ao longo da história da língua parece, em grande parte, ter origem em mudanças de ordem fonético-fonológica. Nessas mudanças parece estar a “faísca” que provocou mudanças na estrutura morfológica, as quais reorganizaram o quadro de pronomes da língua – como foi dito na introdução –, por exemplo, a consequência disso foi uma profunda mudança na sintaxe latina *sujeito-objeto-verbo*, a qual deu lugar à ordem românica *sujeito-verbo-objeto*.

O início da reestruturação da gramática latina, principalmente de sua morfossintaxe, em que se gestavam as línguas românicas, tem seu princípio, em boa parte, na alteração do padrão silábico. Ou antes, o padrão silábico foi alterado em virtude do apagamento de certos fonemas, principalmente em posição de coda da sílaba. Claro que juntamente com a mudança fonética no latim temos a ocorrência de outros processos evolutivos, como a gramaticalização de certos nomes, que passaram a categoria de pronomes pessoais, e a ampliação e modificação da função sintática de algumas preposições, como *ad* e *de*, sobre as quais se tratará mais detalhadamente. Essas duas preposições, ao ganharem novas funções na frase (mais precisamente ao passar a indicar o objeto indireto e o adjunto adnominal, respectivamente),

fizeram com que a morfologia latina dos casos nominais fosse profundamente reorganizada, simplificando-se.

2.2 A ESTRUTURA DA SÍLABA

Drásticas alterações da estrutura fonológica ocorridas nessa passagem do latim clássico ao latim vulgar, e deste ao português clássico, chegando à modernidade, nos levam a questionar as causas da mudança. Sabemos que uma mudança, seja em que nível gramatical for, pode ter tanto causas internas – da própria estrutura da língua – quanto externas – de natureza sócio-histórica. Devido ao nosso afastamento cronológico dos períodos históricos em que ocorreram tais mudanças, devemos, nesse aspecto da história da origem do português, recorrer a motivações de ordem estrutural, ou seja, motivações internas ao sistema gramatical.

É preciso encontrar um princípio geral de evolução fonológica da sílaba portuguesa, ou seja, observa-se os vários períodos por que a língua passou e tenta-se depreender *tendências* de sua evolução, que são constituídas historicamente, por natureza, não sendo fruto de uma evolução cega regida por leis fonéticas, como se acreditava em certas correntes da linguística do século XIX, como os neogramáticos e o estruturalismo de Saussure.

Assim como os neogramáticos, Saussure também vê as mudanças fonéticas como o principal fator

de evolução das línguas. Reproduzindo a concepção mecanicista daqueles, Saussure conservará a visão das mudanças fortuitas, involuntárias e, ao mesmo tempo, regulares; como um conjunto de ações cegas que se perpetram de maneira ilimitada sobre a língua (LUCCHESI, 2004, p. 71).

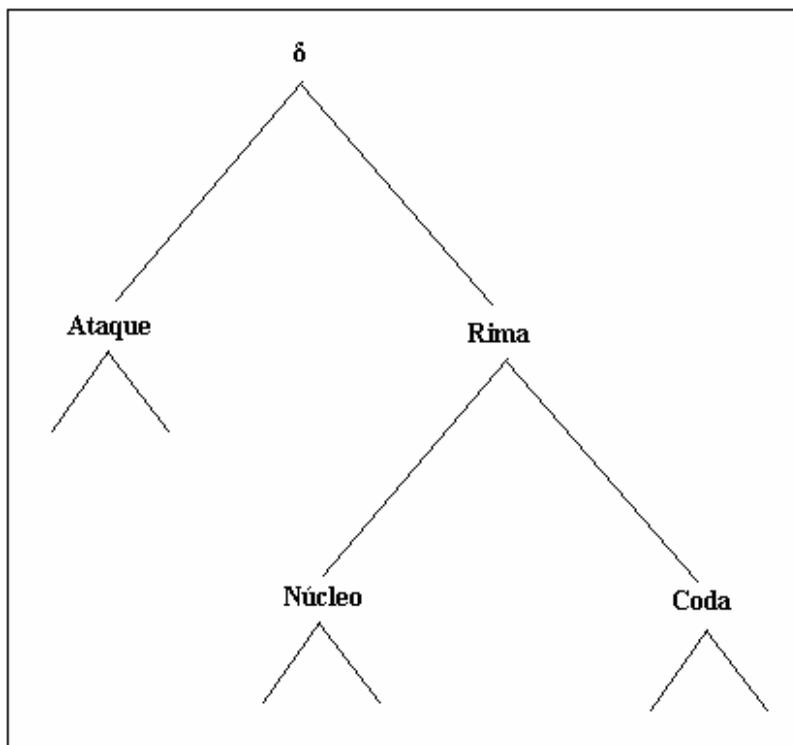
Necessário é, portanto, escapar aos fatalismos das leis fonéticas, ao mesmo tempo em que se busca uma explicação da mudança que se dê no âmbito da estrutura gramatical, compreendendo que esta se constrói de modo contingente em atos de fala concretos, sócio-historicamente contextualizados.

Dentro dessa concepção, passemos a observar a estrutura silábica e, posteriormente, à defesa de hipóteses de ordem interna ao sistema numa tentativa de explicar a alteração da coda silábica.

A sílaba, independentemente da língua, estrutura-se em dois níveis. No primeiro nível temos o ataque (*onset*) e a rima. O ataque silábico é compreendido por uma elevação no grau de sonoridade, e essa posição em geral é ocupada por segmentos consonantais, mas não necessariamente. Temos o caso da fonologia do latim que admitia fonemas não consonantais no ataque silábico. Há o exemplo dos fonemas /i/ e /u/, que evoluíram para [ʒ] e [v], em vocábulos como *Iufter* (> Jupter) e *seruus* (> servo).

A sonoridade encontra seu pico na rima, que, por sua vez, ramifica-se em núcleo e coda, unidades que configuram o segundo nível da estrutura da sílaba. Ataque (*onset*), núcleo e coda, por sua vez,

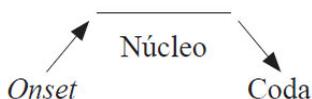
também podem se ramificar. O que significa que mais de um fonema pode ocupar essas posições estruturais, dependendo do sistema da língua em particular.



Quadro 2 – Esquema da estrutura silábica

O topo de sonoridade dá-se no núcleo silábico. Por esse motivo, essa posição é na maior parte dos casos ocupada por fonemas vocálicos. A partir do núcleo ocorre um decréscimo no nível de sonoridade, que caracteriza a coda da sílaba. Nela é possível haver consoantes ou semivogais.

De acordo com Hora, Pedrosa e Cardoso (2010, p. 72), a ascensão, pico e queda da sonoridade pode ser representada do seguinte modo:

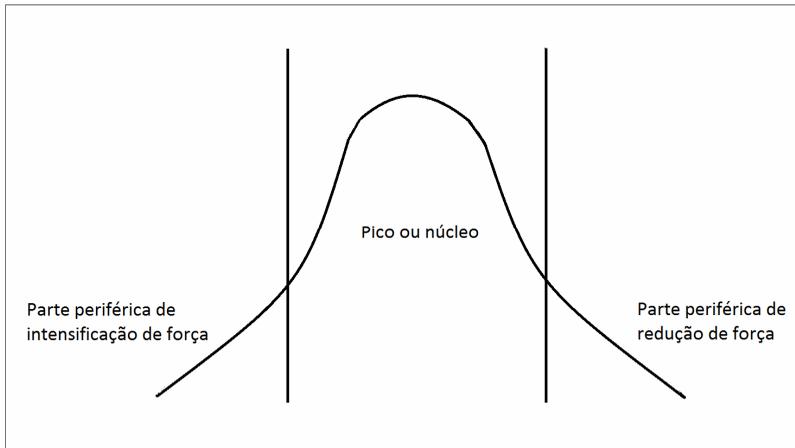


Esse fenômeno de ascensão, pico e declínio de sonoridade é chamado, na literatura em português, de *Princípio da Sonoridade*, que corresponde ao termo inglês “Sonority Sequencing Generalization” (SSG). “O termo SSG tem como pano de fundo uma postura gerativa visto que ele é considerado um princípio da Gramática Universal (GU)” (MENDONÇA, 2003, p. 28).

Em virtude desse declínio do grau de sonoridade, na parte final da sílaba, se compreende que a coda seja “a posição mais débil da estrutura silábica” (CAMARA Jr., *op. cit.*, p. 72). Sendo assim, tal fato faz com que a coda seja a parte da sílaba menos perceptível auditivamente em relação ao núcleo e ao ataque. O que se torna ainda mais claro quando se trata de uma coda de sílaba átona final. Nesse contexto a coda é ainda menos perceptível em comparação ao restante do vocábulo.

Cristóvão Silva (2007) apresenta uma interessante interpretação da estrutura silábica, proposta inicialmente por Stetson (1951). A sílaba é explicada nesse modelo

em termos do mecanismo de corrente de ar pulmonar. Na produção do mecanismo de corrente de ar pulmonar o ar não é expelido dos pulmões com uma pressão regular e constante. De fato, os mecanismos de contração e relaxamento dos músculos respiratórios expõem sucessivamente pequenos jatos de ar. Cada contração e cada jato de ar expelido dos pulmões constitui a base de uma **sílaba**. A sílaba é então interpretada como um movimento de força muscular que intensifica-se atingindo um limite máximo, após o qual ocorrerá a redução progressiva desta força (CRISTÓFARO SILVA, 2007, p. 76).



Quadro 3 – Esquema do esforço muscular e da curva da força silábica. Fonte: Cagliari (1981, p. 101)

Com base nessa análise “fisiológica” definem-se as fronteiras da sílaba e sua estruturação interna. Concebe-se que a sílaba seja, em sua dimensão horizontal (linear), dividida em centro e periferia. Há uma periferia à esquerda (o ataque) e outra à direita (a coda) do centro (o núcleo) ao redor do qual se organiza a sílaba. O centro é a parte principal da sílaba, tanto em termos de sonoridade quanto em termos de força muscular empregada na articulação – é no centro que a sonoridade e a força muscular alcançam seu pico. Também é fato que em todas as línguas há a posição de ataque – que é uma posição ascendente em sonoridade e força articulatória – que é preenchida por consoantes.

Podemos, portanto, compreender a sílaba tanto em seu aspecto fisiológico (a força empregada pelos órgãos articulatórios) quanto em seu aspecto fonético (o grau de sonoridade):

[...] resulta como um denominador comum um movimento de ascensão, ou crescente, culminando num ápice (o centro silábico) e seguido de um movimento de decrescente, quer se trate do efeito auditivo, da força expiatória ou da tensão muscular [...]. Por isso é normalmente a vogal, como o som mais sonoro, de maior força expiatória, de articulação mais aberta e de mais firme tensão muscular, que funciona em todas as línguas como centro de sílaba, embora algumas consoantes, particularmente as que chamamos de “soantes”, não estejam necessariamente excluídas dessa posição (CAMARA Jr., 1970 [2008], p. 53).

De acordo com Mattoso Camara (1970 [2008], p. 54), a sílaba pode ser simples (V) quando formada apenas por seu núcleo vocálico, ou complexa (CV, CVC, VC), quando ao núcleo se adiciona uma ou mais consoantes, seja à direita ou à esquerda da vogal.

Mattoso Camara ainda classifica as sílabas segundo o preenchimento da coda. Nesse caso há basicamente dois tipos de sílabas, aquelas que possuem uma coda foneticamente preenchida, sílaba fechada (VC, CVC); e aquelas que não possuem consoantes ou semivogais à sua direita, que constituem as sílabas abertas (V, CV).

Por ocorrerem após o núcleo, que costuma ser vocálico, as consoantes que se encontram na coda silábica são denominadas de pós-vocálicas. No português há 19 consoantes¹⁴, e todas elas podem ocupar a posição de ataque, que inclusive pode ser ramificado. Nessa segunda posição do ataque ocorrem a lateral alveolar [l] e a tepe [r], em certos contextos.

Contrariamente a essa riqueza do ataque, a coda da sílaba portuguesa é bem mais simples, pois apenas os fonemas /S/, /l/, /r/ e /N/ ocupam essa posição (CAMARA Jr., 2008[1970], p. 52; MENDONÇA, 2003). Entretanto, de acordo com diversos estudos recentes¹⁵, a realidade linguística do português do Brasil tende a modificar drasticamente esse quadro. Esses quatro fonemas tendem a sofrer processos fonológicos, tais como vocalização, velarização e

¹⁴ Classificação de Mattoso Camara (2008[1970], p. 50).

¹⁵ O artigo de Hora, Pedrosa e Cardoso (2010) apresenta uma boa síntese sobre o problema da simplificação da coda silábica no português do Brasil.

apagamento. Há, em geral, a tendência de as sílabas travadas portuguesas se tornarem abertas, principalmente quando em final de palavras e em posição átona. Isso se deve, primeiramente, a um processo de abrandamento que esses fonemas sofrem, com exceção do /S/.

Quando observamos /r/ e //, em muitos dialetos brasileiros, realizam-se como certos alofones que perdem o traço articulatório [+anterior] que os caracterizam, e transformam-se em fonemas posteriores. O /r/, que se realiza como tepe [r] no português europeu¹⁶, passa a alofones fricativos por causa de abrandamento, e o // vocaliza-se, também em virtude de um processo de abrandamento. O fato é que, em alguns contextos, o abrandamento leva, em seguida, ao apagamento dos fonemas. O que, conseqüentemente, conduz a uma reestruturação do padrão silábico da língua, implicando num maior número de sílabas abertas.

O fonema¹⁷ /N/ é na verdade, como os autores indicam, um traço nasal da vogal do núcleo, ou se realiza como um ditongo [ẽĩ] em certos contextos de posição de final palavra. Porém, nessa posição, na linguagem informal, é comum seu apagamento em palavras como *homem* (> ['omɪ]), *garagem* (> [ga'raʒɪ]) e *virgem* (> ['viʃʒɪ]). Tal fato é largamente atestado em altas linguísticas, como o ALERS e o ALiB.

Desde suas origens no latim, a evolução da coda silábica do português – e os fonemas que a constituem – será analisada mais

¹⁶ Esse fonema também se realiza como tepe em certas áreas do sul do Brasil, segundo indica o mapa 49 do ALERS (ver anexo 4).

¹⁷ Ou arquifonema.

detalhadamente a seguir, para se tentar explicar a tendência à estrutura CV, ou seja, a tendência a sílabas abertas, sem coda.

Sobre o vínculo entre mudanças fonético-fonológicas e morfossintáticas, fica a seguinte questão: que relações existiriam entre esse percurso pela fonologia com questões de mudanças morfossintáticas, que serão o foco da segunda parte desse trabalho? Pensamos que as implicações entre as mudanças fonético-fonológicas às mudanças morfossintáticas são grandes. Primeiramente porque, como língua indo-europeia, o português tem suas flexões localizadas ao fim dos vocábulos. E de forma geral são as sílabas de final de palavra que sofreram maiores alterações desde o latim, no qual muitas consoantes de coda constituíam partes de flexões. Assim, *a mudança fonológica tem claramente repercussões na estrutura morfossintática*. Vejamos o exemplo dos quatro fonemas da coda portuguesa, /S/, /l/, /r/ e /N/. Destes apenas a lateral alveolar /l/¹⁸ não é parte de morfemas flexionais. O /S/ marca plural nos nomes e a primeira pessoa do singular nos verbos; o /R/ é a desinência de infinitivo e o /N/ a desinência de terceira pessoa do plural. Compreende-se, dessa forma, como o estudo da mudança fonológica pode aprofundar o entendimento de mudanças morfossintáticas.

¹⁸ Mesmo assim, alterações no fonema /l/ entram em jogo em alomorfas na formação de plurais de nomes, como *formall/formais, papell/papeis, fuzil/fuzis*.

2.3 O APAGAMENTO DA NASAL POSVOCÁLICA¹⁹

Uma significativa mudança ocorrida na fonética do latim vulgar foi a completa supressão do /m/ em final de palavra, o caso mais radical e generalizado, na história da língua, de perda de um fonema em posição final, segundo Maurer Jr. (1959, p. 41). Isso porque esse fonema nasal não deixou vestígio nas línguas neolatinas, exceto em monossílabos (*quem, com, em* etc.). Seu apagamento no final dos vocábulos latinos terá uma significativa repercussão na morfologia, o que, conseqüentemente, contribuirá para provocar alterações sintáticas – a passagem da ordem latina *sujeito-objeto-verbo* para a estrutura românica *sujeito-verbo-objeto* –, no final do processo.

O fonema /m/ era a marca de acusativo e da desinência verbal da primeira pessoa do singular em alguns tempos verbais: *ego amabam* > *ego amaba* (eu amava) (MAURER Jr., *op. cit.*, p. 42).

Como importante testemunho do latim vulgar, o *Appendix Probi*²⁰ nos dá alguns emblemáticos exemplos da perda do *m* em final de palavra.

¹⁹ Nessa secção analisaremos a evolução dos fonemas grafados em latim ou em português como *m* em final de sílaba. Em latim correspondia mais a um fonema bilabial /m/, mas também poderia representar somente a presença do traço nasal da vogal antecedente, como em português, no qual o *m* posvocálico corresponde ao arquifonema /N/.

²⁰ O *Appendix Probi* foi publicado no Brasil em excelente edição filológica de Serafim Silva Neto (1946), com análises detalhadas de cada caso de mudança linguística apontada nesse texto escrito por volta do século III a.C. que originalmente apresenta somente uma lista de palavras da linguagem vulgar comparadas a sua forma erudita, considerada correta. Essa importante fonte do latim vulgar também está disponível na coletânea espanhola de Diaz y Diaz (1962).

(143) *triclunium non triclinu*

(217) *passim non passi*

(219) *nunquam non nunqua*

(223) *pridem non pride*

(224) *olim non oli*

(226) *idem non ide*

O *Appendix Probi*, uma lista de palavras anexada à gramática de Probo, foi escrito possivelmente no século III d.C., por isso se constitui como um registro de uma fase em que o latim estava bem modificado, se comparado à língua clássica da literatura do século I a.C.. Como testemunho do latim do século I d.C., há as inscrições de Pompeia, nas quais são encontrados exemplos como *ia nox* (< *iam nox*) e *ia Volcanus* (< *iam Volcanus*).²¹

Em outras inscrições também é possível encontrar mais exemplos desse fenômeno de evolução fonética:

*Te rogo que infernales partes tenes, commendo tibi **Iulia Faustilla**, Marii **filia**, ut eam celerius abducas et ibi in numerum tu abias*²² (DIAZ Y DIAZ *apud* COUTINHO, 1978, p. 36).

²¹ Cf. Silva Neto (1946, p. 219).

²² Tradução: “A ti, que dominas as regiões infernais, peço e encomendo Júlia Faustila, filha de Mário, para que a leves mais rapidamente e a conserves aí no número (dos mortos)” (COUTINHO, 1978, p. 37).

No exemplo acima as palavras em negrito estão no caso acusativo, e deveriam ter, portanto, segundo a língua padrão, um *m* final como marca da função sintática de objeto direto. O interessante é ver como ainda há um processo de variação nesse caso, pois os vocábulos *eam* e *numerum* ainda apresentam a consoante nasal ao seu fim.

Porém, antes do total apagamento do *m* em posição final de sílaba, temos vários testemunhos de gramáticos latinos que comentam sobre as diferentes realizações desse fonema, que estavam condicionadas pela sua posição, se no início meio ou fim da palavra. Um desses gramáticos é Quintiliano, que fornece uma precisa descrição da pronúncia do *m* no latim de seu tempo.

Ora aquela mesma letra (i.e, o *M*) tôdas as vêzes que termina uma palavra e se torna contígua da vogal inicial da palavra seguinte, de sorte que com ela se possa juntar, ainda que se escreva é pouco pronunciada, como em *multum ille* e *quantum erat*, tanto que produz o som de uma espécie de nova letra; com efeito ela não é suprimida mas se obscurece (é debilmente articulada) e nesta posição é apenas como que um sinal entre as duas vogais para que elas não se contraíam (*apud* FARIA, 1957, p. 96).

Dessa forma, o fonema nasal tem uma pronúncia em início de sílaba, bilabial, mais forte, e outra em posição final, um fonema mais debilmente articulado, mas que ainda assim se pronuncia. Ao falar de

obscurcimento da consoante, Quintiliano talvez se refira ao fato de que o fonema havia evoluído para se tornar uma simples nasalização da vogal antecedente. De fato, “vários especialistas modernos acham que o *-m* final latino não deveria ter sido articulado, consistindo o seu valor apenas em nasalizar a vogal que precedia [...]” (FARIA, 1957, p. 98).

Outro gramático latino, Prisciano, também comentou sobre a pronúncia do *m* em posição posvocálica:

o *m* soa obscuro (quase imperceptível) no fim das palavras, como em *templum*; claramente no princípio, como em *magnus*; com um som médio no meio das palavras como em *umbra*. (*apud* FARIA, *op. cit.*, 95).

Os testemunhos dos gramáticos latinos são importantes, porque deles se pode inferir quais fatores internos (contexto fonológico) influenciavam na variação do fonema /m/. Um primeiro fator importante é o de estar em final de palavra sucedido por vogal, na palavra seguinte. Esse é o contexto que menos favorece a pronúncia do /m/, que tende aqui a se enfraquecer, ou melhor, sofrer abrandamento, possivelmente pelo contexto intervocálico. Já o contexto de meio de palavra e fim de sílaba favorece sua preservação.

Como foi dito, no latim vulgar perde-se o fonema /m/ em posição posvocálica. É evidente que o completo apagamento da consoante nasal /m/ em final de palavra não ocorreu de forma mecânica e rápida. Pode-se inferir, pelo que ocorre hoje no português do Brasil, que a mudança deve ter passado por alguns estágios intermediários.

Primeiro, ainda no período arcaico do latim, o /m/ deveria ser pronunciado plenamente como uma consoante posvocálica nasal.

Num segundo momento, deve ter ocorrido a nasalização da vogal anterior com a manutenção do /m/. Nesse caso acontece um típico processo de assimilação do traço de nasalidade, como ainda é comum no português, em que a primeira vogal da palavra *banana*, por exemplo, pode se tornar uma vogal nasal devido ao contexto seguinte, que é constituído por consoante nasal.

Posteriormente, a pronúncia da própria consoante nasal em coda deve ter se abrandado por causa da nasalização da vogal precedente. Não é possível precisar em que período deve ter ocorrido esse processo de mudança, mas ele já estava consolidado na língua no final da república, época em que encontramos um curioso fato envolvendo a figura de Vérrio Flaco. Pouco antes de nossa era, ele queria propor a invenção de uma nova letra para representar esse som nasal, que já não era mais pronunciado como o /m/ de início de palavra. Vérrio Flaco “queria notar o m mal percebido no fim de palavra com a metade anterior da letra apenas [...]” (HIGOUNET, 2008, p. 105). É o gramático Vélio Longo que em sua obra informa sobre a invenção dessa letra:

[...] como usava Vérrio Flaco, tôdas as vêzes em que a primeira palavra terminasse por *m* e a seguinte começasse por vogal, não se escrevia a letra *m* inteira mas apenas a primeira parte dela, para indicar que não deveria ser proferida. (*apud* FARIA, 1957, p. 97)

A ideia de Vérrio Flaco tem sua lógica, pois se o som nasal era mais “fraco” do que o /m/ de início de palavras, como em *mater*, poderia ser escrito com um símbolo que transmitisse a ideia dessa diferença fonética na articulação. De qualquer forma, mesmo a ideia não tendo sido concretizada, ela confirma que as grafias da época – principalmente nos registros mais informais da língua, como os grafites de Pompeia – tendiam a reproduzir a fonologia da língua. Com essa constante tendência à representação da estrutura fonológica por parte da escrita, deduz-se que no latim clássico – na verdade bem antes disso – o fonema grafado com *m* era de fato pronunciado como um fonema nasal bilabial.

Após a nasalização da vogal anterior e o posterior enfraquecimento do /m/, como nos indica Vérrio Flaco, há o total apagamento do fonema, ficando somente o traço nasal na última vogal. Posteriormente, essa nasalidade da vogal, como atestam todas as línguas neolatinas, foi também perdida na passagem ao latim vulgar.

rosam > *rosãm* > *rosã(m)*²³ > *rosã* > *rosa*

Esse apagamento da nasalização final deve ter se iniciado nos contextos em que no latim clássico o /m/ já se apresentava em processo de abrandamento, ou seja, quando a palavra seguinte começava em vogal. Depois, a mudança deve ter se expandido aos demais contextos, eliminando a marca de acusativo e uma das flexões verbais de primeira pessoa do singular.

²³ Enfraquecimento da pronúncia do *m*.

Analisando essa sequência de evoluções fonético-fonológicas, é possível formular a seguinte sequência de regras:

$$(1) \begin{bmatrix} +\text{vocálico} \\ - \text{nasal} \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} +\text{vocálico} \\ +\text{nasal} \end{bmatrix} / \text{---} \begin{bmatrix} +\text{consoante} \\ +\text{nasal} \end{bmatrix}$$

$$(2) \begin{bmatrix} +\text{consoante} \\ +\text{nasal} \end{bmatrix} \rightarrow \emptyset / \text{---} \#$$

$$(3) \begin{bmatrix} +\text{vocálico} \\ +\text{nasal} \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} +\text{vocálico} \\ - \text{nasal} \end{bmatrix} / \text{---} \#$$

Nessas três regras se apresenta, portanto, a cadeia evolutiva da consoante nasal em final de palavra, com o estágio intermediário por que deve ter passado antes de sua completa supressão do sistema fonológico. Primeiro a vogal assimila o traço [+nasal] da consoante posvocálica /m/. Após essa nasalização, o /m/ sobre apócope, como demonstra a regra (2), restando somente do traço [+nasal] na vogal. Em (3), por fim, a vogal deixa de ser nasalizada.

Como já foi aqui comentado, esse foi um fenômeno ocorrido em todas as línguas neolatinas, sendo, portanto uma tendência românica geral de evolução fonética.

O interessante é que esse processo de apócope continua a acontecer atualmente no português do Brasil. Há, por exemplo, o caso da palavra *homem*, que na linguagem informal, na maior parte dos casos,

torna-se *home*, realizando-se como [ˈome] ou [ˈomi]. Na língua padrão temos /omeN/, onde os fonemas /eN/ formam um ditongo nasal [ẽ̃], segundo nos indicam o ALERS²⁴ e o ALiB. Segundo os dados do ALERS, o apagamento do /N/ em *homem*, nos três estados da região Sul do Brasil, ocorre em mais de 70% dos casos, em média, considerando a amostra coletada. Contudo, não ocorre, no Brasil, o apagamento desse fonema apenas em *homem*. Esse processo ocorre de forma generalizada em outras palavras, como *viagem* > *viage*, *virgem* > *virge*, *garagem* > *garage*, entre outras (NARO & SCHERRE, 2007, p. 32).

Essa mudança fonética – já encontrada no latim vulgar – acaba por ter repercussões na estrutura morfológica. A consequência mais evidente do total apagamento do /m/ é a neutralização entre o nominativo e o acusativo na primeira declinação do latim. Os dois casos passam a ser expressos por morfema zero. E a alteração da morfologia provocará, como que um efeito em cadeia, alterações na própria sintaxe da língua.

Com essa mudança fonológica, o morfema [-m], que é marcador de primeira pessoa do singular em alguns tempos verbais, também é apagado, transformando-se em um morfema zero, tal como ocorreu com o marcador do acusativo. Será tal estrutura morfológica a herdada pelo português: *ego amaba[m]* > *ego amaba[Ø]* > *eu amava[Ø]*.

No que se refere ao português contemporâneo, em variantes da modalidade não-padrão da língua, igualmente, a perda da nasal /m/ terá repercussões morfológicas. A terceira pessoa do plural neutraliza-se

²⁴ Ver anexo 5.

com a primeira e segunda do singular nos contextos de menor saliência fônica: *eu amava/ele amava/eles amava*. Esse fenômeno de neutralização no português moderno pode ocorrer na fala de pessoas com pouca escolarização tanto no português de Portugal como no português brasileiro (NARO & SCHERRE, 2007). Neste último é possível encontrar essa variação em vários dialetos, como, por exemplo, no dialeto do litoral de Santa Catarina, que é influenciado pela imigração açoriana, e no dialeto caipira ou – para ser mais preciso – as variedades dialetais genericamente agrupadas sob essa denominação.

Dados empíricos confirmam a correlação entre a mudança fonética, que tem eliminado o /m/ em final de palavra, e a mudança morfológica, a concordância ou não de número nos verbos. Rodrigues (2007), estudando a fala de 40 moradores de favelas da periferia da capital de São Paulo, com até quatro anos de escolarização e provenientes de diversas regiões do Brasil, revelou que em 71% dos casos não houve a concordância de terceira pessoa do plural. O que confirma que o português brasileiro popular “tende a não aplicar sistematicamente a regra padrão de CV [concordância verbal] estabelecida pela gramática normativa [...]” (2007, p. 118).

A falta de concordância verbal revela uma relação com mudanças fonológicas, pois Rodrigues (2007) mostrou que quanto menor a saliência fônica entre a forma do singular e a do plural, maior é a não concordância. A falta de concordância em *fala/falam* alcançou 94%. Isso significa que quanto menor é a diferença sonora entre a concordância e a não concordância, esta é a que prevalece.

O fator relevante na variação/mudança é a posição do /m/ posvocálico: se ocorre no meio ou no fim de palavra. Ele é apagado com altas porcentagens quando em final de palavra, justamente pela menor perceptividade acústica por parte do falante/ouvinte desse fonema em posições átonas finais. O vocábulo *barragem*, por exemplo, teve 92% de apagamento no sul do Brasil.²⁵ Por outro lado, quando em meio de palavra, a síncope não ocorre comumente, pois sua ausência ou presença serve para a distinção semântica entre palavras diferentes, como em *popa/pompa* ou *boba/bomba*. No caso dos vocábulos *bomba* e *pomba* não se registrou o apagamento da nasal. Sua posição no interior da palavra ou em sílaba tônica favorece o não apagamento, porque nesses contextos sua realização é mais perceptível, também servindo para estabelecer uma oposição de significados.

A realização fonética desse arquifonema, no português atual, está condicionada pelo contexto seguinte. Há sempre um processo de assimilação do ponto de articulação pelo arquifonema /N/. Realiza-se como alveolar diante de alveolar, velar diante de velar, e bilabial diante de bilabial. Exemplos:

Canta – [t] é bilabial > [ˈkãntɐ]

Canga – [g] é velar > [ˈkãŋgɐ]

Campa – [p] é bilabial > [ˈkãmpɐ]

²⁵ A variante com apócope, “barrage”, teve 46 ocorrências, de um total de 50. Esse dado foi obtido no questionário semântico-lexical (QSL) do ALERS (questão 022).

2.4 A PERDA DAS OCLUSIVAS EM FINAL DE SÍLABA

A estrutura fonológica do latim clássico permitia a ocorrência de oclusivas em posição de coda, tais como /k/ e /t/: *actionem*, *nunc*, *amat*, *atque*. Contudo, já no latim vulgar observa-se uma progressiva perda das oclusivas em final de sílaba:

$$\begin{array}{c} C \\ [+ \text{oclusiva}] \end{array} \rightarrow \emptyset / _ \$$$

Essas codas com oclusivas deixam de existir em português, como bem recorda Mattoso Camara (2008 [1970]). Palavras eruditas como *atmosfera* ou *acne*, apesar de na ortografia aparentar ter a presença de oclusiva em coda, na verdade se realizam foneticamente como [atimos¹fɛrɐ] e [ˈakini], respectivamente, vocábulos nos quais há um /i/ epentético que surge após a oclusiva.

Como acabou de ser dito, a perda das oclusivas posvocálicas remonta ao período do latim vulgar. As inscrições descobertas nas escavações feitas em Pompeia, que foi soterrada pelo vulcão Vesúvio no ano 79 d.C., revelaram um grande corpus do latim vulgar. Nessas inscrições feitas informalmente, nas paredes de banheiros, por exemplo, é comum ver que “as consoantes finais da desinência de terceira pessoa do singular (-t) dos verbos de modo finito apocopavam-se” (CUNHA LOPES, 2004, p. 110). Há, portanto, uma mudança fonética que desencadeia uma mudança morfológica, que é a perda do morfema

verbal [-t]. Desse modo, a terceira pessoa passa a ser expressa por um morfema zero:

ama (-t)

valia (-t) (=valeat)

peria (-t) (=pereat)

vota (-t)

nosci (-t) (=nescit)

O *Appendix Probi* também indica a queda a oclusiva /k/ na posição de final de sílaba. Os vocábulos latinos *auctor* e *auctoritas* tornam-se *autor* e *autoritas*, e serão estas formas, com padrão silábico simplificado, que vão ser herdadas pelas línguas neolatinas.

Outro fonema oclusivo, /g/, também se perde pelo processo de palatalização diante da nasal /n/, como nos casos *ligna* e *signum* que se transformam por meio da aplicação de leis fonéticas regulares em *lenha* e *senha*. Nesse exemplo, a oclusiva sonora velar palataliza a nasal [n], por efeito de uma assimilação progressiva, transformando este fonema na palatal [ɲ]. É evidente que nesse caso não há uma mudança morfológica, mas o que importa destacar é o caráter geral da mudança, a alteração da coda silábica, com a posterior possibilidade de alteração na estrutura morfológica, em certos contextos.

A oclusiva em final de sílaba também pode se vocalizar, como nos indica novamente, o *Appendix Probi*, no qual vemos *pegma*²⁶ passar

²⁶ Estante de livros.

para *peuma*, no latim vulgar, por meio da vocalização da oclusiva /g/ em /u/.

2.5 A EVOLUÇÃO DO /S/ POSVOCÁLICO

Segundo indicam as inscrições descobertas em achados arqueológicos e os autores latinos, no latim arcaico o /S/ em final de palavra “era debilmente pronunciado, sobretudo na terminação *-us* ou *-os*, como acontecia com o *-m* final” (FARIA, 1957, p. 107).

O autor clássico Cícero fez alguns comentários sobre esse fato de variação na fonologia do latim:

E além disso, o que hoje parece já meio rústico, mas outrora como de bastante elegância, nas palavras em que as duas últimas letras eram as que estão em *optimus*, era costume subtrair-se a última letra, a não ser que seguisse uma vogal (começando a palavra seguinte). Assim não era chocante num verso o que os poetas modernos evitam hoje. Assim, pois, falava-se *qui est omnibu princeps* e não *omnibus princeps*, bem como *uita illa dignu*, e não *dignus*” (*apud* FARIA, *op. cit.*, p. 108).

A queda do /s/ posvocálico estava, pois, no período arcaico, delimitada a certo contexto linguístico. Esse fenômeno ocorria se a

vogal anterior fosse breve, “principalmente *o* ou *u*”, e se o primeiro fonema da palavra seguinte fosse consonantal (FARIA, *op. cit.*, p. 108). Foi esse o contexto estrutural em que se deu a variação do /s/ posvocálico, no latim arcaico.

Na evolução da língua, sabe-se muito bem que mudança implica em variação, mas variação não implica necessariamente em mudança. A variação na pronúncia do /s/ não se implementou na passagem ao período clássico. De acordo com Faria (1957), ainda no século II a.C. ocorre o retorno do emprego do /s/ em todos os contextos, ou seja, houve um retrocesso na regra variável que tendia a apagá-lo.

No português, o /s/ em final de vocábulo – como flexão de número²⁷ ou como flexão verbal de segunda pessoa do singular – é uma herança do latim. Com a neutralização entre os casos latinos, resta somente o acusativo, que nas três declinações do latim vulgar terminavam em /s/. Entretanto, nos demais casos o /s/ final é fruto do “desaparecimento da vogal não-acentuada final ou desta e de consoante que lhe sucedia [...]” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 78):

mense > *mês*; *facit* > *faz*; *fecit* > *fez*²⁸

²⁷ Cabe salientar que o morfema de flexão nominal de número [-s] era em latim parte da flexão de caso, categoria gramatical que não tem mais representação morfológica em português para os nomes. De acordo com a gramática gerativa, a noção de caso continua existindo, mas apenas como uma categoria abstrata da gramática, não necessitando, portanto, de uma realização fonética ou de uma morfologia específica para continuar exercendo uma função dentro da estrutura da língua.

²⁸ Exemplos dados por Mattos e Silva (2006, p. 78).

No século XVI, segundo a hipótese mais provável, o *s* e o *z* ortográficos em final de palavra, que durante a fase arcaica eram pronunciados como dentais alveolares, passaram então a palatais, no português europeu (PEDROSA, 2009, p. 11). A variação continuou a existir mesmo em Portugal entre a pronúncia alveolar e a palatal. De acordo com Pedrosa (2009), a variante palatalizada até hoje não se generalizou nos dialetos setentrionais, geralmente mais conservadores.

A variação entre as realizações alveolares ou palatais de /s/ está condicionada principalmente a fatores diatópicos, no português atual. Em Portugal predominam as variantes palatais, ao passo que no Brasil predominam as alveolares, com exceção de alguns pontos – com destaque a cidades portuárias –, tais como Rio de Janeiro²⁹, litoral de Santa Catarina³⁰, São Luiz, no Maranhão e Belém do Pará.

A consoante posvocálica /s/ está também condicionada a variar de acordo com o contexto fonológico. Diante de consoante surda o /s/ se realiza como um fone surdo ([s] ou [ʃ] (a depender do dialeto)). Se a consoante seguinte é sonora, o /s/ assimila o traço [+sonoro], transformando-se em consoante sonora ([z] ou [ʒ]).

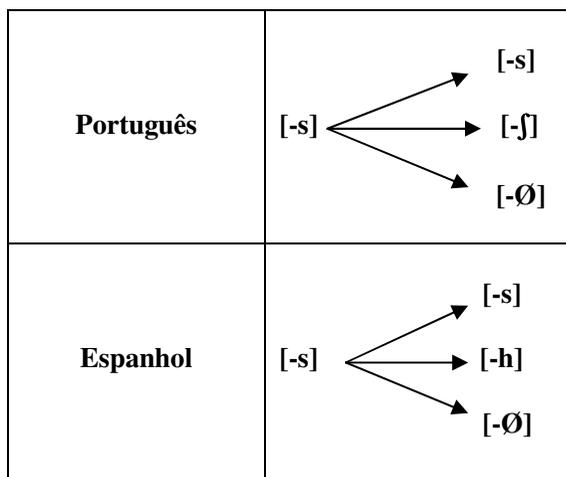
²⁹ A presença do /s/ palatalizado no Rio de Janeiro se deve à fuga da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, por motivo da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas.

³⁰ O litoral de Santa Catarina é fortemente influenciado pela presença açoriana, pois em meados do século XVIII essa região recebeu com considerável número de imigrantes vindos do arquipélago português dos Açores. A esse fato histórico deve-se a grande presença do /s/ palatalizado no litoral catarinense (FURLAN, 1989).

2.5.1 Variação do /s/ em coda no português e espanhol

A variação do /s/ em coda silábica é um dos temas mais estudados da sociolinguística do espanhol (BLAS ARROYO, 2008). No espanhol o /s/ implosivo possui basicamente três variantes. A forma conservadora é o a realização alveolar [s], que, por um processo de abrandamento, pode passar a uma consoante aspirada [h] num estágio intermediário da mudança. Por último, essa variante aspirada sobre apagamento [Ø]:

[s] > [h] > [Ø]



Quadro 4 – Principais variantes do /s/ posvocálico em português e espanhol

Essa variação é encontrada em diversas partes do mundo hispânico, como confirma Rigatuso: “La aspiración o pérdida de /-s/ final de sílaba o palabra es un fenómeno que se extiende a la casi totalidad del territorio argentino y común a varias regiones del mundo hispánico”³¹ (2005, p. 234).

Abaixo apresentamos, para exemplificação do fenômeno, dados de estudos realizados sobre o espanhol do Panamá e da Colômbia.

Como indica a Tabela 2, no espanhol panamenho o apagamento do /s/ em final de sílaba chega a 48%, configurando a variante mais produtiva. No outro extremo, há a variante conservadora alveolar com 11% somente. Entre uma e outra dessas variantes há a realização aspirada [h], com 41% do total.

Tabela 1 – O /s/ posvocálico no espanhol panamenho

Variantes	Percentual
[s]	11%
[h]	41%
[Ø]	48%

Fonte: Adaptado de Cedergren (1973 *apud* PEDROSA, 2009, p. 14)

Cameron (1992)³², que estudou a variação do /s/ em coda no espanhol falado em Porto Rico, pôde determinar quais fatores extralinguísticos favorecem a variante conservadora [s]: *classes altas*,

³¹ Tradução: “A aspiração ou perda de /-s/ final de sílaba ou palavra é um fenômeno que se estende à quase totalidade do território argentino e comum a várias regiões do mundo hispânico”.

³² *Apud* Blas Arroyo (2008, p. 29).

mulheres, pessoas mais velhas. Por outro lado, a variante com o /s/ apagado, que é estigmatizada, ocorre preferencialmente na fala dos *mais jovens*, em *homens* e nas *classes sociais mais baixas*.

Todos esses fatores que favorecem ou não a realização do /s/ pós-vocálico são confirmados no estudo de Fontanella de Weinberg (1983 *apud* RIGATUSO, 2005), sobre o espanhol de Buenos Aires, no qual se pôde mostrar, seguindo a metodologia laboviana, que quanto maior o grau de escolaridade do falante menor é o apagamento da consoante /s/, ou seja, maior é a ocorrência da variante padrão [s]. No estudo também se faz uma correlação entre escolaridade e níveis diferentes de formalidade. Entre aqueles que possuem nível secundário ou universitário, a variação entre as modalidades de fala mais ou menos formal foi menor, porque a ocorrência de [s] ficou entre 80% e 100%, nesse grupo. Por outro lado, entre os falantes com menor grau de escolaridade (primário completo ou incompleto) foi grande a variação da presença de [s] entre a fala informal e a formal, variando entre aproximadamente 30% (informal) a 80% (formal). Sobre a variação em relação ao sexo do informante, “los mayores índices de (-S) corresponden a las mujeres, cuya frecuencia de uso de /s/ en posición final supera a la de los hombres en todos los grupos sociales y en cada uno de los estilos considerados” (RIGATUSO, 2005, p. 237-238). As mulheres, como assinalam diversos estudos sociolinguísticos, tendem a fazer uso das formas de mais prestígio na sociedade, que nesse caso é a preservação do /s/ posvocálico.

O apagamento ou não do /s/ em espanhol não é determinado apenas pelos fatores como idade, escolaridade e sexo. O nível de

formalidade também interfere nessa variação fonológica, como foi visto no trabalho de Fontanella de Weinberg (1983) citado por Rigatuso (2005). Há uma claramente variação diafásica quando se refere a esse fato.

Tabela 2 – A variação do posvocálico em relação ao estilo no espanhol colombiano

Estilo	[s]	[h]	[Ø]
Casual	20%	35%	45%
Cuidadoso	28%	39%	33%
Leitura	66%	17%	16%
Lista de palavras	87%	5%	8%

Fonte: Adaptado de Lafford (1982 *apud* PEDROSA, 2009, p. 15)

Como demonstra a Tabela 3, elaborada com base em dados do espanhol colombiano, a leitura de lista de palavras, como modalidade de fala mais tensa e formal de todas, apresenta os mais elevados índices de registro de [s], sendo que o apagamento do /s/ ocorre em 8% dos casos somente. A leitura também favorece a variante conservadora, mas já se observa uma queda na porcentagem (66%) e o apagamento dobra em relação à leitura de lista de palavras. O estilo cuidadoso já demonstra a preferência pela variante aspirada, com elevação do apagamento em relação à leitura. Na fala casual tem-se um quadro bem diferente do apresentado na leitura de lista de palavras. Essa modalidade mais informal de fala revela o mais alto nível de apagamento da consoante que nos outros contextos, com 45% de registro da variante [Ø].

Com os dados da Tabela 2 podemos inferir que quanto mais formal é o nível de fala mais predomina a variante conservadora [s]. Por outro lado, quanto mais informal é a situação comunicativa maior o índice de apagamento da consoante.

Como em português, o apagamento do /s/ final como morfema de plural dá-se da direita para a esquerda, restando somente a marca de pluralização no artigo. Em um sintagma com artigo, substantivo e adjetivo há seis possibilidades de expressão da marca de plural³³:

laS casaS bonitaS

laH casaH bonitaH

laS casaS bonitaØ

laH casaH bonitaØ

laS casaØ bonitaØ

laH casaØ bonitaØ

A variação na marcação do plural é um fato morfossintático tanto no português quanto no espanhol – e nas duas línguas a variação ocorre dentro de uma lógica não idêntica, porém bem semelhante. Além disso, parece haver nessas duas línguas uma relação entre uma tendência de mudança fonético-fonológica, que é a simplificação do padrão silábico com a redução de codas preenchidas (CVC > CV) – tendência mais forte no português do Brasil –, e uma tendência a perda da concordância. Porém, esse é um fato comum a todas as línguas

³³ Exemplos citados por Tarallo (1990a, p. 10).

neolatinas: a redução do número de fonemas de final de sílaba, e principalmente de final de palavra.

É possível se argumentar que fatores fonéticos, morfológicos e semânticos atuam juntos na variação do /s/ como marca de número. No português popular brasileiro é comum “*os avião*” e não “*os aviõe*”. Nesse caso a preservação do ditongo -*ão* no final de um substantivo precedido por artigo pluralizado indica que a falta de concordância é mais de motivação morfossintática do que fonético-fonológica. Se o pagamento da marca de plural mantivesse o ditongo -*õe* saberíamos que se trata de uma mudança originada no nível fonético-fonológico, pois haveria somente o apagamento do /s/ final e a manutenção do radical na forma como se apresenta no plural, com alomorfa na vogal temática e na raiz. Mas em palavras terminadas em vogais, como *ponte*, *casa* e *carro*, é difícil se saber se o apagamento dá-se apenas pelo apagamento do fonema /s/, ou se é o morfema que sobre apócope. Em “*os avião*” não há dúvidas de que é o morfema que se apaga, pois o radical apresenta sua forma do singular, a mesma certeza não há em “*as ponte*”, “*as casa*” e “*os carro*”.

A solução para tal problema é se pensar que se está diante de uma variação em que atuam conjuntamente tendências fonético-fonológicas (a preferência pelo padrão silábico CV) e morfossintáticas (a perda gradativa dos mecanismos de concordância). De qualquer forma, seria precipitado afirmar que a variação da concordância é um fenômeno puramente morfossintático ou fonético-fonológico. O apagamento do /s/ posvocálico no interior de palavra pode ocorrer no espanhol e no português (ex.: *mesmo* > *memo*). Mas nas duas línguas é

mais comum o apagamento em posição de final de vocábulo – como no português, no qual há a variação *pois* > *poi* e *mas* > *ma*.

Alguns autores, como Naro & Scherre (1998), demonstram que quanto maior a saliência fônica³⁴ entre a forma do singular e a do plural, maior é a tendência a preservação da marca de plural, como no caso que citamos: *avião/aviões*. Ao contrário disso, quanto menor é o nível de saliência fônica menor também será a presença de marcas de plural. Esse fato indica que há sim uma relação entre o fenômeno morfossintático da perda da concordância de número e fatores fonológicos condicionantes; como há também a interferência da sintaxe, pois quanto mais à direita do sintagma nominal, segundo dito acima, mais frequente é a perda do /s/ posvocálico.

A questão semântica é fundamental na manutenção ou perda de marcas de plural. Como indicam Naro & Scherre (2007, p. 37), citando vários estudos sobre o tema, a marcação de plural na primeira posição do sintagma, muitas vezes ocupada por artigo, é praticamente categórica em português. Isso ocorre porque sua perda implicaria também na neutralização entre as formas do singular e plural. A mudança linguística pode eliminar certas formas gramaticais na língua, mas não se pode perder a informação semântica. É por isso que em português a

³⁴ Segundo Naro & Scherre (1998), quanto maior é a diferença entre o material fonético das formas do singular e do plural, maior é a saliência fônica. Há dois critérios para a definição se uma forma é mais ou menos saliente: “(1) presença ou ausência de acento na desinência e (2) quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma do plural” (NARO; SCHERRE, 1998). O plural de palavras paroxítonas terminadas em /a/, /i/ e /u/ (*canta*, *ponie* e *carro*), por exemplo, possuem e menor grau de saliência. Palavras oxítonas, terminadas pelas consoantes /l/, /R/ e /S/, pelo ditongo *-ão* ou com alternância vocálica na raiz (*ovo/ovos*) possuem plural mais saliente.

marca de plural se preserva na primeira posição e é apagada nas demais, que são redundantes. Basta a indicação no primeiro elemento do sintagma para que se preserve a informação do plural:

as casas bonitas

as casas bonita \emptyset

as casa \emptyset bonita \emptyset

*a \emptyset casa \emptyset bonita \emptyset

Nos exemplos anteriormente citados referentes ao espanhol, e nestes acima referentes ao português, constata-se como se dá a regra de apagamento da marcação de plural. Nas duas línguas a queda do /s/ final ocorre do elemento mais à direita para a esquerda. A diferença entre o espanhol e o português nesse aspecto esta na possibilidade da realização aspirada do /s/ posvocálico. Os dados citados em Naro & Scherre (2007, p. 37) indicam uma queda progressiva na marcação de plural da esquerda para a direita no interior no sintagma nominal: quanto mais distante da primeira posição à esquerda do sintagma, menor é o índice de concordância.

Tabela 3 – Marcação de plural de acordo com a posição do vocábulo no SN

	1ª Posição	2ª Posição	Demais Posições
Braga & Scherre (1976, p. 472)	98%	18%	15%
Braga (1977, p. 52)	99%	18%	15%
Scherre (1978, p. 83)	97%	30%	18%
Ponte (1979, p. 190)	93%	36%	17%
Nina (1990, p. 105)	95%	22%	12%
Guy (1989, p. 242)	95%	28%	29%

Fonte: Naro & Scherre (2007, p. 37)

Um fator diferencia a variação de concordância em português e espanhol. Como indica Tarallo (1990b, p. 125), nesse o apagamento do /s/ no artigo masculino, em espanhol, não implica em uma neutralização entre singular e plural. Na tabela 5³⁵ apresentam-se os artigos do espanhol:

³⁵ Citada em Tarallo (1990b, p. 125).

Tabela 4 – Artigos definidos e indefinidos do espanhol

	Singular	Plural
Masculino	el un	los unos
Feminino	la una	las unas

Fonte: Tarallo (1990b, p. 125)

No masculino as variantes *uno* e *lo* com o /s/ apocopado fazem a manutenção da oposição com as formas do singular *el* e *un*. Diante desse fato, Tarallo levanta a seguinte hipótese:

[...] há uma intersecção entre fonologia e morfologia do espanhol na medida em que se confirme que o processo fonológico de enfraquecimento e cancelamento do /s/ se encontra mais avançado no masculino do que no feminino, tanto para os substantivos quanto para os determinantes (TARALLO, 1990b, p. 126).

Estudando o espanhol porto-riquenho, Flores, Myhill e Tarallo (1983 *apud* TARALLO, 1990b) validam essa hipótese, chegando “a resultados que confirmam a intersecção dos fatores fonológicos e morfológicos na mudança lingüística” (TARALLO, *op. cit.*, p. 126).

As tabelas 6 e 7 abaixo

[...] demonstram, pois, que a percentagem de apagamento de /s/ marcador de plural é mais alta para os determinantes e substantivos: 19,7%

contra 12,5% nos determinantes, e 75,2% contra 56,2% nos substantivos. Esses resultados evidenciam que o sistema, tomado de um processo violento que lhe comprometia, entre outras coisas, a marcação da pluralidade, permite o avanço da mudança, com maior velocidade, precisamente nos casos de menor neutralização entre o singular e o plural (TARALLO, *op. cit.*, p. 126).

Tabela 5 – Frequência de apagamento de /s/ em determinantes

	Masculino	Feminino	Total
Presença de /s/	216	167	383
Ausência de /s/	53	24	77
Total	269	191	460
% de ausência	19,7%	12,5%	16,7%

Fonte: Tarallo (*op. cit.*, p. 126)

Tabela 6 – Frequência de apagamento de /s/ em substantivos

	Masculino	Feminino	Total
Presença de /s/	149	169	318
Ausência de /s/	452	217	669
Total	601	386	987
% de ausência	75,2%	56,2%	67,8%

Fonte: Tarallo (*op. cit.*, p. 126)

Esse é mais um fato que confirma a interação entre fonologia e morfologia na determinação da variação na expressão do número. A estrutura fonológica dos artigos masculinos permite a supressão da marca de plural, pois a forma do próprio artigo sem o morfema de plural garante a manutenção da oposição entre singular e plural. Esse fator interno propicia que o apagamento do /s/ se inicie primeiramente entre os vocábulos do gênero masculino.

Voltando ao português, Tarallo (1990b), ao comentar o estudo de Scherre (1981), no qual há a demonstração da preservação da marca de plural na primeira posição do sintagma e um apagamento progressivo nas seguintes, concorda com a ideia de que a mudança na fonologia do português (a perda das consoantes finais) implica em uma reestruturação da morfologia.³⁶

Os resultados apresentados por Scherre equivalem a dizer que o sistema português, dado o processo fonológico de erosão das consoantes finais na fala, se rearranjou, elegendo a primeira posição do sintagma como o espaço para o bloqueio do processo fonológico e a preservação da função morfológica do segmento em questão (TARALLO, 1990b, p. 127).

³⁶ Por causa dessa relação entre mudança fonológica e mudança morfológica, decidimos tratar aqui também da variação na concordância de número em português.

Para resumir os estudos feitos sobre a concordância de número, tais como Scherre (1988, 1994), pode-se afirmar que a posição do vocábulo no sintagma nominal é o fator estrutural mais relevante. Quanto mais à esquerda mais marcas de plural, quanto mais à direita menos marcas. Tal é a ordem no apagamento da concordância de número tanto no português quanto no espanhol.

Outro fator estrutural é a saliência fônica. Isso significa que quanto maior a diferença entre a forma do singular e do plural, maior é a marcação de plural. No português, palavras terminadas por /l/, por exemplo, sofrem uma significativa alteração em seu tema (raiz + vogal temática) quando estão flexionados no plural (ex.: *fértil* > *férteis*). Ou ainda palavras terminadas em *-ão*, cuja forma do plural pode apresentar alomorfia na raiz e na vogal temática (ex.: *caminhão* > *caminhões*). Essas alterações de ordem morfofonêmica fazem com que esses vocábulos sejam mais salientes que aqueles terminados pelas vogais /a/, /i/ e /u/ e que são paroxítonos (ex.: *aluno* > *alunos*). Esse grupo de vocábulos é pouco saliente, porque a única diferença entre singular e plural é o acréscimo de /s/ no final, numa sílaba que é átona – posição naturalmente de articulação mais débil que as sílabas tônicas e pretônicas. Essa debilidade articulatória favorece o apagamento da consoante final, que é acusticamente menos perceptível.

A posição do /s/ em coda na palavra é igualmente um fator relevante. A maior probabilidade de apagamento do fonema está no contexto de final de palavra. Por outro lado, quando a coda é interna tende-se a ser preservada.

Como aponta Scherre (1994), a colocação do sintagma nominal na frase também se apresenta como um fator estrutural relevante na variação. Se o sintagma nominal inicia a oração maior é a probabilidade de preservação da concordância de número, que diminui quando o sintagma nominal ocorre ao fim. Scherre registrou 69% (p.r.: 0,61) contra 49% (p.r.: 0,48) de preservação da marca de plural respectivamente em sintagmas de início e final de oração.

Os fatores sociais também são relevantes no condicionamento da variação. O português brasileiro, falado em zonas rurais e por pessoas com baixo nível de escolarização, tende a apresentar poucas marcas de plural. Um traço característico do dialeto caipira, por exemplo, é justamente a falta de concordância de número, que pode ser encontrada em canções sertanejas.

Com os grandes contingentes populacionais que migraram para as cidades, principalmente da segunda metade do século XX em diante, houve uma grande “urbanização” desses falares. Isso significa que o português urbano foi influenciado pelos dialetos rurais, como também houve influência urbana na fala dos imigrantes de origem rural e de seus descendentes. Na cidade grande, os filhos e netos de imigrantes têm maior acesso à educação e a contextos em que a fala formal culta é mais frequente. Por isso, no final do século XX há um aumento na concordância de número entre os mais jovens que entre os mais velhos, fato também apresentado por Rigatuso (2005) ao tratar do espanhol de Buenos Aires. Nessa cidade os mais jovens das classes mais baixas apresentaram maior presença de /s/ que os mais velhos de sua mesma

classe social. Consequência clara da influência da escolarização, como bem lembra a autora.

Considerando o fator diatópico, o português de Portugal apresenta níveis bem mais altos de concordância que o português brasileiro. Mas a variação também existe em Portugal, como salientam Naro & Scherre (2007), com base na consulta de extenso material bibliográfico de cunho dialetológico. É um aspecto da língua portuguesa que está em variação desde a época do descobrimento. Naro & Scherre (2007) afirmam que em Portugal, mesmo diacronicamente, a língua apresenta variação entre formas com ou sem flexão. Essa variação estaria sendo condicionada pelos mesmos fatores internos que se detectam no português do Brasil. Isso significa que a variação é qualitativamente igual em Portugal ou no Brasil, se diferenciando apenas quantitativamente. A língua que os portugueses trouxeram à América já possuía em uma estrutura variável para a expressão de número. O contato entre diversas etnias e línguas (africanas, indígenas e europeias) propiciaria o desenvolvimento no Brasil de uma variação que já se encontrava na língua. Além do mais, essa estrutura variável de apagamento do /s/ final, como visto acima, é já encontrada no latim arcaico.

2.5.2 Variação do /s/ em coda em outras línguas românicas

Como se está vendo nesse capítulo, a perda das consoantes finais é uma tendência geral de evolução linguística desde o latim

clássico, ou mesmo antes disso. O mais importante é se observar o fenômeno em seu aspecto mais amplo dentro do contexto das línguas românicas. Os processos de variação/mudança que são observados atualmente, no português e no espanhol, principalmente, não representam nada mais que a continuação de uma longa e ininterrupta trajetória histórica das línguas neolatinas.

No italiano, que por sinal não mais possui consoante em final de palavra, a perda do /s/ em final de palavras fez com que o singular e plural se neutralizassem nos nomes de primeira declinação. Na segunda a oposição não foi anulada, mais enfraqueceu consideravelmente, pois o /u/ do singular contrastava com o /o/ do plural. Em termos fonológicos, /u/ e /o/ são vogais de articulação bem próximas, e de efeito sonoro semelhante. Com a perda do /s/ em final de palavras, estava decretada a morte do caso acusativo no italiano, pois com isso, a princípio, a expressão do plural estava ameaçada em um considerável grupo de palavras.

	Acusativo	
	Singular	Plural
Primeira Declinação	<i>luna</i>	<i>luna</i>
Segunda declinação	<i>mundu</i>	<i>mundo</i>

Quadro 5 – Neutralização entre acusativo singular e plural na primeira e segunda declinação

Mas o sistema gramatical do italiano encontrou uma forma de se reestruturar. No nominativo não há o mesmo problema da perda da expressão do plural. Isso porque já no nominativo latino das duas

primeiras declinações, a diferença entre singular e plural é expressa por duas vogais bem distintas entre si. Nas palavras da segunda declinação a terminação *-us* do singular contrastava com *-i* do plural. Dessa forma, a perda do /s/ não prejudicava o plural, porque a diferença articulatória entre /u/ e /i/ – uma posterior e outra anterior – é bem grande, o que evita a neutralização.

No caso da primeira declinação dá-se o mesmo. A oposição entre /a/ (singular) e /e/ (plural) garante satisfatoriamente a manutenção da expressão de número nos nomes. Novamente, a considerável diferença na articulação entre uma e outra vogal evita uma possível neutralização morfológica não funcional ao sistema.

A história da evolução da terceira declinação no italiano é bem mais complexa. Isto porque a simples perda do /s/ em final de vocábulos simplesmente anula a oposição formal entre singular e plural. Se *canes* do plural torna-se *cane*, qual diferença há entre essa forma e o acusativo singular, nos nomes de terceira declinação do latim vulgar, em que a forma é, igualmente, *cane*? A língua aqui recorre engenhosamente à analogia. Os nomes de terceira declinação tomam emprestada a morfologia do plural dos nomes de segunda declinação. Assim, *cane*, singular, passa a se opor a *cani*, plural.

Claro que se deve lembrar que, em italiano, o processo de perda do /s/ ocorreu de forma diferente do que tem ocorrido no português. O italiano perdeu o /s/ no final de todos os vocábulos (*plus* > *più*; *mas* > *ma*; *tres* > *tre*), o que ainda não ocorre com o português. *Dois* não está se transformando em **doi*, ou *atrás* em **atrá*, ou *três* em **tre*, por exemplo. A perda do /s/ em final de vocábulo é um fenômeno ainda

em franca variação no português e no espanhol, e não se pode afirmar atualmente se de fato a variante inovadora prevalecerá sobre a conservadora.

No italiano, a mudança é muito mais antiga, ocorrida no período de formação do italiano (ou dos dialetos românicos da península Itálica) como um sistema linguístico distinto da România Ocidental. A mudança na fonologia do italiano foi profunda, e fez com que deixasse de ter palavras terminadas com consoantes, como foi dito anteriormente. Se *uma mudança leva a outras*, é evidente que esta mudança tão profunda desencadearia uma série de outras em sua estrutura morfológica, resultando na sobrevivência do nominativo apenas.

Mas, de qualquer modo, o exemplo da língua italiana é importante para percebermos como nas *línguas neolatinas existe uma forte tendência ao apagamento dos segmentos consonantais em final de palavras*.

A história do francês é mais um fato a confirmar essa afirmação, e é fundamental – enquanto língua da România Ocidental – a interpretação da perda do /s/ posvocálico em português e espanhol. Até o século XV o /s/ foi pronunciado como marcador de plural no francês. Contudo, posteriormente, essa consoante sofreu apócope, e em virtude disso se desenvolveu um sistema totalmente novo para a expressão do plural. No francês falado atualmente, “regra geral é que, na língua falada, a diferença entre singular e plural se percebe apenas nos determinantes nominais e nos casos de ligação” (BLANCHE-BENVENISTE, 1999 *apud* NARO & SCHERRE, 2007, p. 34). Dessa forma, o português popular brasileiro e certos dialetos do espanhol têm

desenvolvido um sistema nominal de flexão de número semelhante ao do francês – marca de plural somente no artigo –, no qual a oposição singular/plural só é marcada por uma alternância vocálica:

Le mur blanc [l^o myr blã] – “o muro branco”

Les murs blancs [le myr blã] – “os muros brancos”³⁷

Observa-se assim que, nos dois exemplos acima, a expressão de número se dá apenas no primeiro elemento do sintagma, por uma alternância entre [ə] e [e], e que todo /s/ como morfema de plural foi totalmente perdido. Naro & Scherre têm razão ao afirmar que o sistema gramatical do francês atual corresponde em português à variante não-padrão “*os muro branco*”, com o plural expresso apenas no início do sintagma.

Os fatos acima arrolados permitem levantar a hipótese de que o processo da queda do *-s* final no português do Brasil tenha tido seu início no português dialetal da Europa, que, por sua vez, estava apenas dando continuidade a uma deriva pré-românica. Conseqüentemente, é plausível supor que o impulso inicial de perda da concordância nominal se situe em fenômenos fonológicos trazidos da Europa, à semelhança da concordância verbo/sujeito (NARO & SCHERRE, 2007, p. 36).

³⁷ Os exemplos estão em Naro & Scherre (2007, p. 34).

O apagamento do /s/ pode ter motivações tanto morfológicas quanto fonológicas, sendo forçado por motivações sócio-históricas – como as situações de contato linguístico e/ou bilinguismo entre o português e as línguas indígenas, africanas e europeias, no decorrer da formação do Brasil.

É certo que essa tendência à perda da consoante /s/ tem sido registrada ao longo dos vários séculos da história linguística da România. E, o que é mais importante, este apagamento sempre vai gerar uma reordenação dos sistemas flexionais da língua.

2.6 A VOCALIZAÇÃO E APAGAMENTO DA LATERAL ALVEOLAR /L/

2.6.1 A evolução geral da lateral /l/ do latim ao português

Antes de se tratar da vocalização da lateral posvocálica em português cumpre analisar, diacronicamente, a evolução desse fonema de modo mais amplo. Feito isso, depois se observará sua variação/mudança no português atual.

No latim clássico o /l/ tinha duas pronúncias condicionadas por sua localização na sílaba ou na palavra. Havia o /l/ de início de sílaba ou palavra, que se articulava plenamente como uma alveolar. Era, portanto, um fonema anterior. Por outro lado, segundo Faria (1957, p. 92), o /l/ tendia a se palatalizar em final de palavra ou de sílaba, deixando, em tais

contextos, de ser articulado com um toque da língua nos alvéolos. A lateral posvocálica torna-se, desse modo, um fonema posterior. Como lembra Mattoso Câmara, trata-se de uma mudança fonética em que há uma alteração no movimento do articulador ativo (a língua), de forma que

[...] além do movimento da ponta da língua junto dos dentes, há um levantamento do dorso posterior da língua para junto do véu palatino, dando o que provavelmente os gramáticos latinos chamavam o l *pinguis* ou “gordo” (CÂMARA JR., 2008 [1970], p. 51).

Quando havia //l/, em final de palavra no latim, esse fonema ocorria principalmente no nominativo singular dos nomes da terceira declinação,

mas como as formas românicas geralmente procedem do acusativo, e.g., *sole(m)*, não temos quase nada a respeito do travamento românico desta final, o que torna difícil o conhecimento do uso latino vulgar neste ponto (MAURER Jr., 1959, p. 42).

Por esse motivo, muitas palavras portuguesas terminadas em //l/ são resultado de formas latinas que sofreram apócope dos fonemas que

correspondiam à flexão do vocábulo. O /l/ final do português era intervocálico em latim, como indicam os seguintes exemplos:

difficilem > *difficile* > *difícil*

facilem > *facile* > *fácil*

utilem > *utile* > *útil*

possibilem > *possibile* > *possibil* > *possível*

Nos exemplos citados acima, o /l/ era inicialmente parte do ataque da sílaba, mas com a perda dos fonemas finais, que formavam a flexão de caso, transforma-se em coda da sílaba anterior. Esses são casos em que o fonema foi preservado. Mas o /l/ posvocálico do latim passou por diferentes transformações de acordo com o contexto fonológico em que se encontrava: “inicial, intervocálico, duplo³⁸, ou ligado com outra semi-vogal ou com outra consoante” (LEITE DE VASCONCELLOS, 1959 [1911], p. 265).

Em posição inicial, o /l/ permanece em português: *largu-* > *largo*, *lepore* > *lebre*, *livru* > *livro*, *loco* > *logo*, *luna* > *lua*, *legale* > *leal*.³⁹

Quando ocorre em posição intervocálica o desenvolvimento do /l/ segue a regra geral das consoantes nesse contexto, ou seja, sofre síncope: *malu* > *mau*, *volare* > *voar*, *solu* > *soo* > *só*, *molinu-* > *moinho*, *umbilicu-* > *imbiigo* > *imbigo*, *scalata* > *escaada* > *escada*, *Portucalense-* > *Portugaês* > *Português*, *salir* > *sair*.

³⁸ Refere-se a consoante geminada.

³⁹ Exemplos citados por Leite de Vasconcellos (1959 [1911], p. 164).

A síncope do // foi um fato que diferenciou o português em relação ao espanhol, no qual houve a manutenção da consoante intervocálica (*solo, volar, salir* etc). Na língua portuguesa, de acordo com Leite de Vasconcellos (1959 [1911]), esse fato se deu por volta do século X. Ainda em latim bárbaro, no ano de 995 encontram-se *Fiiz* (< *Felice*) e *Fáfia* (< *Fáfila*). A isso se deve a irregularidade do plural dos nomes portugueses terminados em // . No plural o // final torna-se intervocálico (*final* > *finales*) e por isso também é atingido pela regra da queda das consoantes sonoras intervocálicas. Após a queda da lateral, a vogal temática do nome [-e-] passa a semivogal formando um ditongo com a última vocal da raiz: *finales* > *finaes* > *finais*.⁴⁰

O // intervocálico deve primeiro ter deixado a posição de ataque e passado a ocupar a coda da sílaba anterior. Após isso, sofre velarização, e por fim cai: *ma.la* > *mal.a* > *ma.a* > *má* (LEITE DE VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 266).

Quando é uma consoante geminada -ll-, torna-se consoante simples: *illa* > *ela*, *capillu-* > *cabelo*. “Eis aqui outra distinção entre o português e o hespanhol: êste tem *l* palatal, isto é, *ll=lh*: *caballo, ella, cuello*” (LEITE DE VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 269).

Há uma outra transformação fonológica envolvendo o // nos contextos em que faz parte dos grupos consonânticos *pl-*, *cl-* e *fl-*. Uma primeira mudança ocorreu compreendendo o galego-português, o leonês e o castelhano. Neles houve a palatalização do // em [ʎ]. Na área correspondente ao castelhano ocorreu a queda da primeira consoante do

⁴⁰ O plural no espanhol manteve-se regular (raiz + vogal temática + desinência de número): *final* > *finales*.

grupo, restando somente a palatal [ʎ], que se transcreve ortograficamente como *ll*. A evolução fonológica foi mais além no galego-português e no leonês ocidental: “a consoante inicial seguida de *l* deu origem à africada [tʃ]⁴¹, que foi transcrita em galego-português por *ch* [...]” (TEYSSIER, 2007, p. 16).

Tabela 7 – Evolução dos grupos consonantais *pl-*, *cl-* e *fl-*

	Latim	Galego-português	Castelhano
PL-	<i>plenu-</i>	<i>chẽo</i>	<i>lleno</i>
	<i>planu-</i>	<i>chão</i>	<i>llano</i>
	<i>plicare</i>	<i>chegar</i>	<i>llegar</i>
CL-	<i>clamare</i>	<i>chamar</i>	<i>llamar</i>
FL-	<i>flagrare</i>	<i>cheirar</i>	(não atestada)

Fonte: Teyssier (2007, p.17)

2.6.2 A vocalização e queda da lateral *l* em posição de coda

O apagamento ou vocalização da lateral alveolar *l* não implica diretamente numa alteração profunda da morfologia, mas é interessante a apresentação de sua evolução pelo fato de que a história do *l* está se mostrando enquadrada no processo de simplificação da estrutura silábica portuguesa, como mostram os processos fonológicos pelos quais passam os outros fonemas de final de sílaba.

A vocalização da lateral posvocálica *l* no conjunto das línguas românicas é um fato bem antigo. A palavra latina *calculus*, por exemplo,

⁴¹ De acordo com o Alfabeto Fonético Internacional (IPA) essa africada se transcreve como [tʃ]. Com a perda do seguimento oclusivo inicial a africada passa a uma consoante palato-alveolar [ʃ].

já no final do século V d.C. encontra-se como *cauculus* em certos manuscritos.⁴² No italiano há o caso da palavra *baccano* que, segundo Meyer-Lübke⁴³, vem do latim *bacchanal*, que assume sua forma moderna por meio da vocalização do /l/ final, com posterior monotongação do ditongo /au/ em /o/, de acordo com a regra regular⁴⁴: *bacchanal* > *baccanau* > *baccano*.

De acordo com Hahn (2008), a vocalização é um fenômeno antigo que possivelmente remonta ao século VI d.C.. Contudo, durante o século IV há registros esporádicos da passagem de /l/ a /u/. Isso indica que entre o final do século IV d.C. e início do VI d.C. houve um início de variação com o surgimento da variante vocalizada. Essa variação, nos estágios iniciais, não se generaliza, pelo menos, até os séculos VIII e IX (CRANDGENT, 1907).

O primeiro exemplo de vocalização do *l* diante de consoante, em território português, data de 775 – na palavra latina *salu* escrita *sauto*. Na língua portuguesa, a primeira ocorrência remonta ao século XIII, no *Auto da partilha*: ‘outros perdamentos’ (CALLOU, LEITE e MORAES, 2002, p. 538).

⁴² Esse importante fato é citado por Callou, Leite & Moraes (2002).

⁴³ Citado por Maurer Jr. (1959, p. 42).

⁴⁴ Os exemplos são inúmeros na formação do léxico português, tais como *aurícula* > *orelha*, *auru-* > *ouro*, *tauru-* > *touro* etc.

A mudança da alveolar /l/ em /u/ é atestada também na história do Francês, tendo importantes consequências na estrutura flexional da língua:

O francês teve antigamente um l velarizado que se transformou mais tarde num elemento vocálico (u) em consequência da perda da articulação apical. Este processo é o responsável, por exemplo, pelos plurais franceses de tipo *cheval – chevaux*. No antigo plural *chevalz*, o l velarizado transformou-se em u, daí um ditongo que terminou por se reduzir a ô (MALMBERG, 1954, p. 81-82).

Esse fato talvez seja uma tendência geral de mudança fonética, pois não é só encontrado entre as línguas românicas. Um processo análogo de passagem de alveolar à semivogal também é atestado no inglês:

Há ainda uma classe a ser observada. É aquela das semivogais, ou sons que se situam entre vogal e consoante. *I (pique)* e *u (rule)* são os sons menos abertos que poderíamos formar na categoria de sons que chamamos de vogal. Mas eles estão tão próximos dos sons fechados que basta pronunciá-los de forma bastante breve e como transição a uma outra vogal para convertê-los em consoante, como, por exemplo, *y* e *w*; esses dois sons diferem, no limite, muito pouco da posição articulatória dos sons *i* e *u*. Com eles vêm o *r* e o

l, semivogais linguais, empregadas em muitas línguas como vogais; o *l* mesmo no inglês, *able* (*capaz*) *eagle* (*águia*) etc. (WHITNEY, 2010, p. 73).

Sobre a diacronia da lateral, ressalta-se o estudo de Leite de Vasconcelos (1888-1889), possivelmente o primeiro texto sobre o comportamento da lateral no português arcaico. O autor nos relata que, “nos séculos XIV e XV, há inúmeros registros do uso do *l* dobrado em final de sílaba, ao contrário do que ocorria antes” (PINHO; MARGOTTI, 2010, p 15). Isso significa que, nesse período do final da Idade Média, há comumente palavras grafadas como *Portugall*, *batell*, *sull*, *sall*, *quall*, *mell* etc.⁴⁵ Leite de Vasconcelos levanta uma hipótese bem plausível de que a velarização do // posvocálico deve ter ocorrido no século XIV, pois é nesse período que nos manuscritos se encontram mais registros de *ll*. A pronúncia velarizada que caracteriza o // em coda do português europeu não se registra em outras línguas românicas, segundo afirma Leite de Vasconcelos. No espanhol, por exemplo, a lateral se articula como alveolar em final de palavra e diante de pausa.

A variação da lateral em espanhol é bem diferente da que vimos ocorrer em português. Na língua portuguesa, estruturalmente falando, é o contexto anterior que mais influencia na vocalização ou apagamento do fonema. Por outro lado, em espanhol o contexto seguinte é o mais

⁴⁵ Os Exemplos citados são de um texto do final do século XV, *O diário de Vasco da Gama*, escrito por Álvaro velho.

determinante. Se após a lateral temos um fonema alveolar a lateral se realizará como alveolar. O que demonstra existir constantemente um processo de assimilação regressiva do ponto de articulação. Em espanhol a lateral também pode se realizar como velar, mas isso depende do contexto à direita do fonema. De qualquer forma o que deve aqui ser destacado é que o contexto fonológico na variação da lateral em coda é bem mais significativo em espanhol que em português (PINHO; MARGOTTI, 2010, p. 9).

Sobre a variação na lateral alveolar /l/ no português do Brasil há um considerável número de estudos realizados, dentre os quais, Tasca (1999), Sá (2006), Quednau (1993), Hora (2006), Pinho & Margotti (2010), entre outros. Tais estudos sinalizam que a lateral, principalmente no Brasil, passou por um processo de transformação denominado de vocalização, ou seja, deixou de ser uma consoante líquida para se tornar uma vogal. Esse processo já é bem antigo na história da língua, que remonta ao latim, como visto anteriormente. “Sabe-se que o *l* final de sílaba, precedido de *a*, se vocalizou em *u*: *altariu* > *outeiro*” (SILVA NETO, 1946, p. 197). Um exemplo bem característico é o vocábulo *outro* que em latim era *alter*. Tal mudança na primeira sílaba só se explica pelo fato de que a lateral primeiro se vocalizou – *auter* –, formando um ditongo, o qual depois monotongou-se em /o/, para depois ditongar-se /ou/.

Então há quatro principais etapas na transformação da lateral posvocálica /l/ em português, que é denominada de uma regra telescópica⁴⁶:

$$[l] > [ʎ] > [u] > [\emptyset]^{47}$$

No primeiro período da história da língua (ainda no galego-português) foi possivelmente articulada como uma consoante alveolar [l], que se manteve em espanhol. No século XIV ocorre a velarização, passando a ser uma consoante posterior [ʎ], que na ortografia se representava como *ll*. Essa foi a variante trazida pelos portugueses ao Brasil, país no qual ocorreu a vocalização. Dessa forma, em Portugal manteve-se a variante velarizada, mais conservadora, surgida no final da idade média, enquanto no Brasil, inovador nesse aspecto, surgiu a variante vocalizada. Esse parece ser um fato recente na história do português brasileiro. Mattoso Câmara afirmava, em artigo de 1967⁴⁸, que “em muitas falas populares, /l/ não figura, nem sequer na sua variante velar, mas é substituído por um /u/ como vogal auxiliar de

⁴⁶ De acordo com Tasca (2002), ao se referir ao português falado no Rio Grande do Sul, “é possível, sincronicamente, observar a existência das diferentes formas em que se transformou esse segmento no curso da história: de **alveolar** [l] para **velar** [ʎ], dessa para **velarizada-labializada** [l^w] e, finalmente, para **semivogal** [w]” (p. 297). Vê-se que Tasca considera a existência de uma variante intermediária velarizada-labializada [l^w] entre a velarizada [ʎ] e a vocalizada [w].

⁴⁷ Segundo indicam os dados do ALiB, o apagamento da lateral, que ocorre geralmente em contexto precedido por vogal posterior, encontra-se em estágio mais avançado nas capitais da região nordeste do Brasil (PINHO; MARGOTTI, 2010).

⁴⁸ Esse artigo foi republicado como capítulo 2 do livro *Problemas de linguística descritiva*.

ditongo” (1981, p. 18). Isso indica que ainda nos anos 60 do século passado ainda estava em plena variação o processo de passagem da lateral /l/ a uma vogal (ou semivogal), que apresentava estratificação social (variação diastrática), pois relata que a inovação é marca de “falas populares”. O que revela ser essa uma mudança ocorrida de baixo para cima, ou seja, iniciou-se nas camadas populares até atingir a língua padrão.

A variante velarizada era padrão em meados do século XX, no Brasil, como é possível averiguar ao ouvir, por exemplo, gravações de discursos políticos das décadas de 1950 e 1960 – como os de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, por exemplo. Nas últimas décadas do século passado houve uma expansão da vocalização em todos os níveis sociais, por todo o país. Isso não significa que a vocalização não existisse antes, em certas regiões e em determinados extratos sociais. Assim, os indícios apontam que a generalização da variante vocalizada ocorreu na língua padrão na segunda metade do século XX. Contudo, os estudos sociolinguísticos e dialetológicos indicam que a região sul é mais conservadora nesse aspecto, pois conserva atualmente a lateral alveolar [l].⁴⁹

É possível observar que no sul do Brasil há a variação entre a lateral alveolar [l] e lateral velarizada [ɫ], em virtude do contato do português com o alemão e o italiano.⁵⁰ Um fato que se confirma é que quanto mais ao sul maior é a preservação da lateral /l/ em coda sem

⁴⁹ É o que apontam os dados empíricos registrados no ALERS e os estudos de Tasca (1999, 2002).

⁵⁰ Sobre esse ponto ver o mapa no anexo 1.

vocalização. Outro dado interessante ocorre nas regiões de fronteira, no Rio Grande do Sul, em que há o contato com o espanhol, região na qual a preservação é mais forte que em Porto Alegre, por exemplo, cidade em que há grandes porcentagens de vocalização no final do século XX. Porém, mesmo nas regiões de fronteira, as gerações mais novas já apresentam a variante velarizada [ɫ], primeiro estágio da mudança que termina com a vocalização ou apagamento.

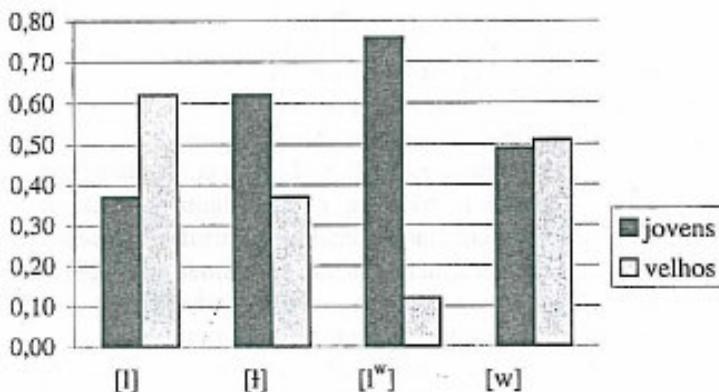
No sul do Brasil, nas regiões em que há a preservação da lateral alveolar, o fator escolaridade apresenta-se como significativo no curso da mudança. Tasca (1999, 2002) demonstra que quanto mais escolarizados os informantes menor é a ocorrência da variante conservadora [l]. Por outro lado, os informantes com menor grau de instrução apresentaram maior porcentagem da lateral alveolar. O crescimento do grau de escolarização entre os mais jovens, no final do século XX, é um elemento a favorecer a implementação da variante vocalizada em toda a região sul, pois é essa a variante padrão no português brasileiro atual e a que tem se implementado na fala das gerações mais novas do sul. Evidencia-se, portanto, que há a “tendência de o falante abandonar a forma mais antiga à medida que aumenta sua permanência na escola” (TASCA, 2002, p. 289).

De acordo com os dados do ALiB⁵¹ de todas as capitais brasileiras, a única a apresentar a lateral alveolar em coda foi Porto Alegre, mesmo assim somente na fala do informante mais velho do sexo masculino (PINHO; MARGOTTI, 2010). Entre os mais jovens a

⁵¹ Os dados do ALiB foram recolhidos, na maior parte, já no início do século XXI.

vocalização foi categórica. Tudo indica, portanto, que na passagem do século XX ao XXI o português do Brasil está no estágio final de implementação da mudança, que se deu, no sul, geograficamente, das capitais ao interior e, socialmente, se propagou das gerações mais novas (e mais escolarizadas) às mais velhas (ou menos escolarizadas).

Gráfico 1 – Sentido da mudança [l] → [ɫ] → [lʷ] → [w] considerando a faixa etária



Fonte: Tasca (2002, p. 294)

Há também a possibilidade do apagamento completo da lateral, a depender do contexto fonológico em que ocorre. Esse fato, obviamente, compreende o último estágio da mudança, e está condicionado ao contexto em que a lateral é precedida por consoantes posteriores, preferencialmente, com mais frequência diante de /u/ e com menos intensidade diante de /o/: cõnsu[Ø], su[Ø], so[Ø]dado,

consu[Ø]tar etc. No dialeto caipira esse apagamento pode ocorrer também diante de vogal anterior.

Formalizando a evolução da lateral /l/, há a seguinte cadeia de regras fonéticas:

1) [l] → [ɫ] / ___\$

2) [ɫ] → [u] / ___\$

3) [u] → [Ø] / $\left[\begin{array}{l} +\text{vogal} \\ +\text{posterior} \end{array} \right] \text{ ___\$}$

Na regra 3, característica própria do português brasileiro, é possível ver que a lateral vocalizada se apaga no contexto de final de sílaba e quando precedida por vogais posteriores, como no caso de *so[Ø]dado*, acima citado.

No dialeto caipira, como indica Pontes (1992), havia forte variação entre /l/ e /r/ como variantes de /l/ em contexto posvocálico, como *papel/paper* (ou até mesmo com apagamento: *papé*), com o predomínio do /r/ retroflexo. Mas entre as gerações mais novas, no final do século XX, houve uma mudança no sentido do abandono dessa marca característica do falar caipira, porém estigmatizada, com a vocalização do /r/ posvocálico variante de /l/. Ocorreu, assim, uma mudança no sentido do abandono de um traço do falar regional com a adoção do [u] como variante da lateral /l/ vocalizada, tal como o português brasileiro padrão.

A passagem de [l] para [ɫ], e desta para [u], em final de sílaba ou palavra deve-se ao seu caráter mais débil, ou seja, tal transformação

ocorre justamente pela menor energia empregada na articulação da coda silábica. Com essa mudança, a coda silábica deixa de ser preenchida nos dialetos em que ocorre a vocalização, pois o /l/ vocalizado passa a integrar o núcleo da sílaba formando um ditongo com a vogal (PINHO; MARGOTTI, 2010). Portanto, essa é mais uma mudança que se encaixa no amplo processo histórico do enfraquecimento e apagamento dos fonemas de coda silábica, resultando num aumento de sílabas abertas (CV).

2.7 O APAGAMENTO DO /R/ EM FINAL DE PALAVRA

Desde o período latino havia um processo de variação dialetal em que o *r* sofria apócope em palavras como *mater* (> *mate*) e *frater* (> *frate*), segundo atestam algumas inscrições (MAURER Jr., 1959, p. 43). A formação da palavra *frade*, por exemplo, se explica justamente pelo apagamento do *r* final latino.⁵² Assim, o apagamento do *r* final em português, principalmente em suas variedades faladas no Brasil, não é algo inédito na história da língua, mas reflete um processo de “deriva secular das línguas românicas” (NARO & SCHERRE, 2007, p. 32). É uma tendência mais geral de evolução fonológica que pode ser rastreada até o latim. Nos casos em que não houve o apagamento, é comum a ocorrência de metátese. A consoante final desloca-se para a esquerda, antepondo-se à vogal, como se observa nos seguintes exemplos: *quatro* (< *quattuor*), *sempre* (< *semper*), *entre* (< *inter*), *sobre* (< *super*). Maurer Jr. (1959) mostra que esse é um fenômeno comum nas

⁵² Além da sonorização do /l/ intervocálico.

principais línguas neolatinas. A preposição *inter*, por exemplo, deu origem a *entre* em catalão e francês, e a *intre* no romeno.

Um fato significativo na história das línguas românicas é que elas perderam a voz passiva sintética “que apresentava diversas formas terminadas em *r* [...]” (MAURER Jr., *op. cit.*, p. 42): *amor* = “eu sou amado”. Essa tendência românica de eliminar o *r* final, seja por apócope ou por metátese, pode ter contribuído para a expansão da voz passiva analítica (*sum amatus* > *sou amado*) sobre a sintética (*amor*). O que seria mais um caso em que transformações fonológicas causam mudanças morfossintáticas.

Ainda durante a história da língua latina é possível observar o apagamento do rótico posvocálico /r/ em palavras como *dorsum*, *sursum* e *Persica* que, por causa da assimilação do /r/ pelo /s/ que inicia a sílaba seguinte, acaba se transformando em *dossum*, *susum* e *Pessica*⁵³ (FARIA, 1957). Trata-se, portanto, de uma assimilação consonantal regressiva que tornou aberta a primeira sílaba dos exemplos supracitados, que inicialmente era travada. Pelo mesmo processo de assimilação se explica a origem do vocábulo *pêssego*, que veio do latim *persicum* (> *persicu* > *pessicu* > *pessico* > *pesseco* > *pêssego*). Dessa forma, enquanto a língua falada transformava /rs/ em /s/, “no período clássico, era conservado o grupo *rs* na língua culta” (FARIA, 1957, p. 106). Esse fato que faz entrever uma variação diafásica durante esse período: na linguagem de modalidade informal ocorria a assimilação, enquanto na língua literária estrita (o latim clássico), portanto formal, evitava-se a forma inovadora.

⁵³ Há o registro da variação *PersicalPessica* no *Appendix Probi*.

Olhando o português brasileiro atual, o processo de perda do /r/ em coda pode ser detectado nos mapas geolinguísticos do ALERS, principalmente no mapa referente ao item lexical *revólver* (mapa 54)⁵⁴, no qual a última sílaba apresenta 11 realizações fonéticas diferentes com ou sem o último segmento sonoro, as quais estão difundidas por todo o território do sul. Em transcrição grafemática, temos, portanto, a variante *revólvi*, concorrendo com a forma padrão, *revólver*.

No que se refere aos substantivos, o fator interno “tonicidade da sílaba” parece influir como um determinante do apagamento do fonema /r/ em final de sílaba. Um exemplo do próprio ALERS é o mapa 53⁵⁵ referente o item lexical *calor*. Nesse caso o fonema permanece no fim da palavra no sul – podendo ser tepe ou retroflexo –, pois está em contexto tônico. Há pouquíssimas realizações da forma /ka’lo/, a qual, por outro lado, é muito comum nas regiões mais ao norte-nordeste do Brasil, segundo indicam dos dados do ALiB.

Callou *et alii* (1998) realizaram um estudo sobre o apagamento do *r* em posição de final de sílaba, na fala culta do Rio de Janeiro, com amostras de fala dos anos 70 e 90 do século XX, e observaram a implementação de uma mudança fonética ainda em curso. Nesse processo observa-se a tendência ao apagamento do *r* de acordo com a seguinte sequência: R > h > Ø. Primeiro o fonema sobre abrandamento, passando a se realizar como fricativa velar ou glotal. Num segundo momento há o seu apagamento, fato que confirma a tendência à estrutura silábica CV em detrimento da estrutura CVC. Isso implicaria

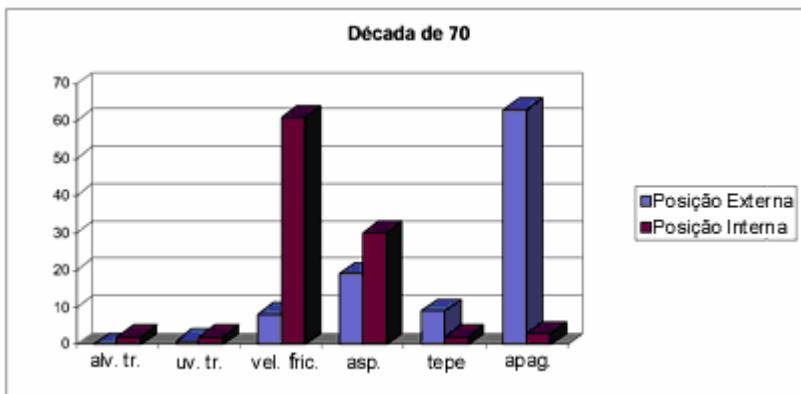
⁵⁴ Ver anexo 6.

⁵⁵ Ver anexo 7.

também numa simplificação da sílaba, segundo Callou *et alii* (1998). Fatores como idade, sexo, classe da palavra e posição do fonema (se externa ou interna) revelaram-se relevantes na variação.

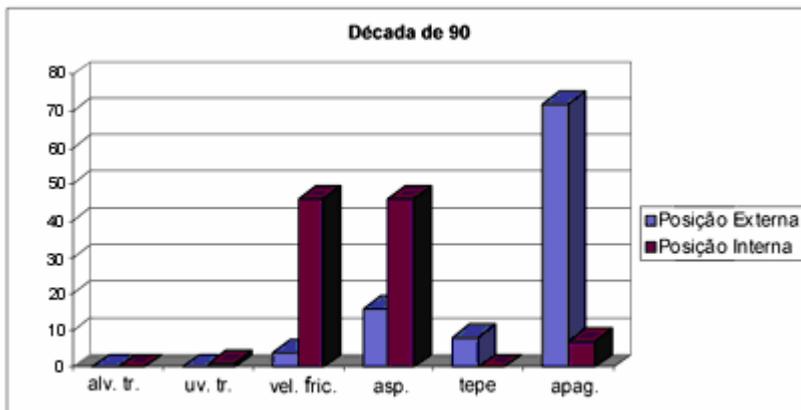
Segundo indicam os gráficos 2 e 3, a implementação da regra do apagamento do /r/ em coda está condicionada pela posição do fonema em relação à palavra, se é coda externa (no final do vocábulo) ou interna (no interior do vocábulo).

Gráfico 2 – Realização do /r/ em posição interna e externa no dialeto carioca na década de 70 do século XX



Fonte: Callou *et alii* (1998)

Gráfico 3 – Realização do /r/ em posição interna e externa no dialeto carioca na década de 90 do século XX



Fonte: Callou *et alii* (1998)

Fica demonstrado que quando em posição externa é predominante o apagamento do /r/, ao passo que há a tendência de sua preservação em posição interna. Observa-se que o apagamento em posição externa aumentou por volta de 10% entre as décadas de 70 e 90 do século XX, chegando nesse último período a 70% de apagamento, aproximadamente. Houve também um pequeno aumento no apagamento do /r/ interno. Na posição interna a pronúncia predominante era a de uma fricativa velar⁵⁶ na década de 70. Essa realização cedeu espaço para a fricativa glotal⁵⁷ nos anos 90. Essas duas realizações do fonema /r/ possuem índices semelhantes de realização nos anos 90, com pouco mais de 40% para cada uma dessas variantes.

⁵⁶ Nos gráficos 2 e 3 o nome deste fonema aparece abreviado como *vel. fric.*.

⁵⁷ Nos gráficos 2 e 3 o nome deste fonema aparece abreviado como *asp.*.

Tabela 8 – Apagamento do /r/ no Rio de Janeiro em dois períodos de tempo, contrastando verbos e não-verbos

	Mulheres		Homens	
	70	90	70	90
	% P.R.	% P.R.	% P.R.	% P.R.
<i>Total</i>	57% - .45	63% - .49	62% - .52	65% - .51
<i>Verbos</i>	71% - .41	78% - .44	82% - .57	85% - .55
<i>Não-verbos</i>	21% - .43	37% - .54	32% - .57	31% - .47

Fonte: Callou *et alii* (1998)

No mesmo estudo verifica-se que o apagamento também está condicionado à classe gramatical da palavra, se ela é de natureza verbal ou não. Callou *et alii* (1998) verificaram que o apagamento do /r/ é mais comum em formas verbais de determinados tempos. Ele se apaga preferencialmente nos verbos no infinitivo e no futuro do subjuntivo (primeira e terceira pessoas). O tamanho do vocábulo também é relevante, pois a regra de apagamento “é praticamente bloqueada em vocábulos monossilábicos” (CALLOU *et alii*, 1998). Em relação ao fator externo sexo, nota-se que, de modo geral, tanto nos anos 70 quanto nos anos 90, o apagamento tem porcentagens maiores entre os homens do que entre as mulheres.

No trabalho de Brandão (2008) feito com base em um corpus de treze comunidades do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, com informantes analfabetos ou com até a quarta série do ensino fundamental, verificou-se uma mudança em curso no sentido da

substituição dos alofones com traço [+anterior]⁵⁸ por variantes de articulação posterior (velar ou glotal). Verificou-se uma tendência a posteriorização do /r/ entre os mais novos, pois somente em 15% dos casos houve variantes com traço [+ anterior] na faixa etária A.

O fator geográfico também se mostrou relevante no estudo de Brandão (2008). As comunidades rurais, principalmente as do litoral, tiveram percentuais acima de 60%, em média, de variantes de articulação anterior. Nas cidades rurais interioranas esse percentual ficou em pouco mais de 50%. Por outro lado, nas cidades menos rurais a predominância foi de variantes posteriores, tendo entre mais de 60% a menos de 80% de ocorrências de [- anterior].

Tabela 9 – Distribuição do /r/ posvocálico [+ anterior] por faixa etária em regiões do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro

Faixa etária	Percentual de R [+ ant]
A) 18-35 anos	15 %
B) 36-55 anos	56 %
C) 56 em diante	79 %

Fonte: Brandão (1997, p. 55)

No mesmo estudo de Brandão verificou-se um total de 78% de apagamento do /r/ em final de vocábulo. No interior de palavra o percentual de apagamento do /r/ em coda ficou em 10%. Esses dados confirmam os apresentados por Callou *et alii* (1998), ou seja, que há realmente a tendência ao apagamento do /r/ em final de palavra,

⁵⁸ Tepe alveolar [r] ou vibrante múltipla [ř].

processo que também pode ocorrer mais raramente no interior de vocábulo.

Os resultados de Brandão (2008, 1997) e Callou *et alii* (1998) nos permitem observar que, ao menos no estado do Rio de Janeiro, a mudança parece caminhar da capital ao interior, e, por sua vez, das cidades mais urbanizadas para as rurais, implementando-se na fala dos mais novos. Essa mudança consiste na posteriorização do /r/ em coda, e seu apagamento em final de palavra. E nesse caso o apagamento se inicia em verbos no infinitivo ou futuro do subjuntivo, propagando-se a outras classes gramaticais, em vocábulos com mais de uma sílaba.

- 1) /r/ [+anterior] → /r/ [+posterior]
- 2) [X] → [h] → [Ø]
- 3) [h] → [Ø] / ___#

Sobre a variação do /r/ cabe ainda uma observação. No dialeto caipira do início do século XX era comum a ocorrência de rotacismo na lateral alveolar /l/, que passava a um /r/ retroflexo, como em *papel* > “*paper*” [pa'pɛɪ], ou se apagava (ex.: “*papé*” [pa'pɛ]) (AMARAL, 1976 [1920]). Nesse caso, então, o rótico é uma variante da variável /l/ – diferentemente do que tem se visto até agora, casos em que há diferentes alofones para a variável /r/. Estamos diante de duas situações distintas: uma em que o /r/ posvocálico está em variação com outros róticos, até se apagando, e outra em que o rótico se apresenta como variante da lateral /l/.

Com a urbanização das regiões que compreendem o dialeto caipira, o /r/ retroflexo – como alofone de /l/ posvacálico – tende no final do século XX a se vocalizar em /u/, numa reaproximação do dialeto caipira à pronúncia padrão do português do Brasil, como visto anteriormente (PONTES, 1992).

Num mapa do ALERS (anexo 1), correspondente ao item lexical *calção*, é possível nas áreas em branco ver a penetração desse traço⁵⁹ do dialeto caipira pelo interior do Paraná e região central de Santa Catarina, com destaque as cidades de Lages e Curitiba, chegando a alguns pontos no Rio Grande do Sul. O interessante é que a difusão do /r/ posvocálico como variante de /l/ corresponde ao caminho dos tropeiros (anexo 2), que entre os séculos XVIII e XIX servia de rota aos que levavam gado do Rio Grande do Sul para ser comercializado nas feiras de Sorocaba, no estado de São Paulo. Ao longo dessa rota foram sendo fundadas várias cidades fortemente influenciadas pelo dialeto caipira vindo do interior do estado de São Paulo.

De modo geral, é marca do dialeto caipira, assim como a fala do Rio de Janeiro, o apagamento do /r/ em final de palavra (AMARAL, 1976 [1920]). Essa é uma característica presente com percentuais significativos em todo o Brasil, e um traço que diferencia o português brasileiro em relação ao europeu.

⁵⁹ A passagem da lateral /l/ a um rótico tepe [r] ou retroflexo [ɾ].

2.7.1 O problema da avaliação do apagamento do /r/ posvocálico

Podemos aqui vislumbrar o encaixamento estrutural e social da mudança linguística. Entre os fatores externos, a mudança em que o /r/ se apaga se expande entre as gerações mais novas, principalmente entre os homens. Entre os fatores internos, o apagamento se expande mais entre os verbos quando o fonema se constitui como flexão, mas também é verificado em vocábulos não verbais. E os monossílabos tendem a conservar a realização do /r/ em coda silábica. Esses são os contextos que propiciam ou não a aplicação da regra de apagamento. De forma geral o apagamento tem se propagado mais no contexto de final de palavra.

O importante é observar a correlação entre mudança fonológica e a mudança morfológica. O /r/ se apaga com mais frequência quando é um morfema, e isso implica em uma simplificação morfológica, pois a mudança fonológica, que implica na simplificação da estrutura silábica, apaga o morfema modo-temporal de infinitivo ou de futuro do subjuntivo. Em muitos casos a diferença entre o infinitivo e o indicativo passa a ser expressa pelo traço suprasegmental do acento. A oposição entre *ele canta* e *cantar* está apenas no acento, que se desloca da penúltima para a última sílaba, no infinitivo. Nesse contexto não é mais um morfema que faz a oposição entre esses tempos verbais, mas um traço fonológico suprasegmental.

Há também em jogo o problema da avaliação. Inicialmente o apagamento do /r/ posvocálico era avaliado negativamente.

O processo, em seu início, foi considerado uma característica dos falares incultos e, no século XVI, nas peças de Gil Vicente, era usado para singularizar o linguajar dos escravos. O fenômeno expandiu-se paulatinamente, sendo hoje comum na fala dos vários estratos sociais (CALLOU *et alii*, 1998).

Atualmente, justamente em virtude dessa expansão do fenômeno a várias classes sociais, perde-se a má avaliação do apagamento do /r/ no português brasileiro. O apagamento, que outrora tinha sido avaliado negativamente, como característica da fala de classes sociais inferiores, hoje não marca mais classe social, e tem avaliação neutra, ou seja, nem negativa nem positiva. Esse é um exemplo de mudança que ocorreu de classes menos escolarizadas para as mais escolarizadas, sendo, portanto, uma mudança de baixo para cima, como assinalaram Callou *et alii* (1998). A partir do momento em que as classes mais escolarizadas e de maior poder econômico adotam o apagamento do /r/ em final de palavra como norma, esse fenômeno deixa de ser estigmatizado no português do Brasil.

Uma avaliação não neutra há com relação à realização retroflexa do /r/, o chamado *r caipira*, muito presente no interior de São Paulo, Paraná e região centro-oeste, principalmente. Em certas localidades onde o *r caipira* é amplamente utilizado, de acordo com Leite (2011) há também uma grande estigmatização dessa pronúncia, por ser marca característica do falar rural nesses estados.⁶⁰

⁶⁰ No estudo de Leite (2011), por exemplo, percebe-se que o *r caipira* é muito estigmatizado pelos habitantes de Campinas (SP), apesar de ser muito frequente nessa cidade.

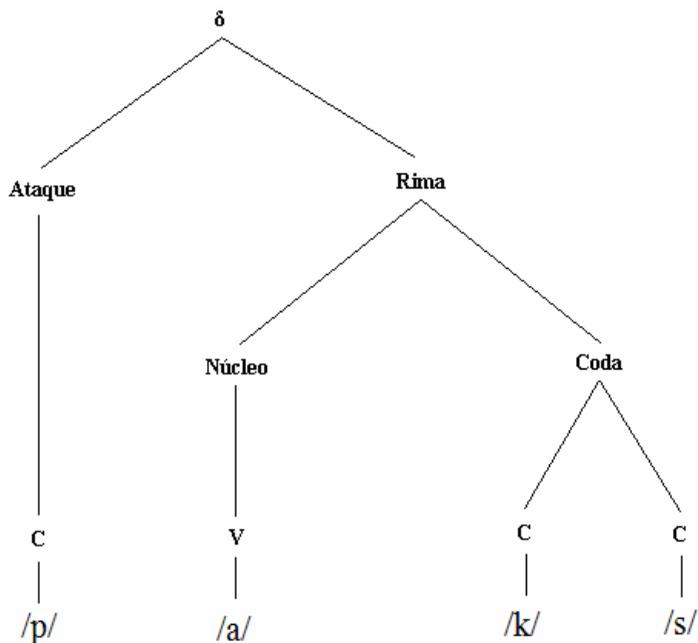
Entretanto, nos últimos anos, o desenvolvimento do agronegócio tem levado a ascensão social de proprietários de terras de regiões nas quais há forte presença do *r* caipira. Esse fato tem contribuído para uma mudança na avaliação do /r/ retroflexo nessas regiões. O que mostra, mais uma vez, a interação entre mudança social e mudança linguística, porque no momento em que há a presença dessa variante na fala de indivíduos com alto poder econômico, esse traço dialetal ganhou um novo status social, perdendo a avaliação negativa.

2.8 A REESTRUTURAÇÃO DA SÍLABA PORTUGUESA

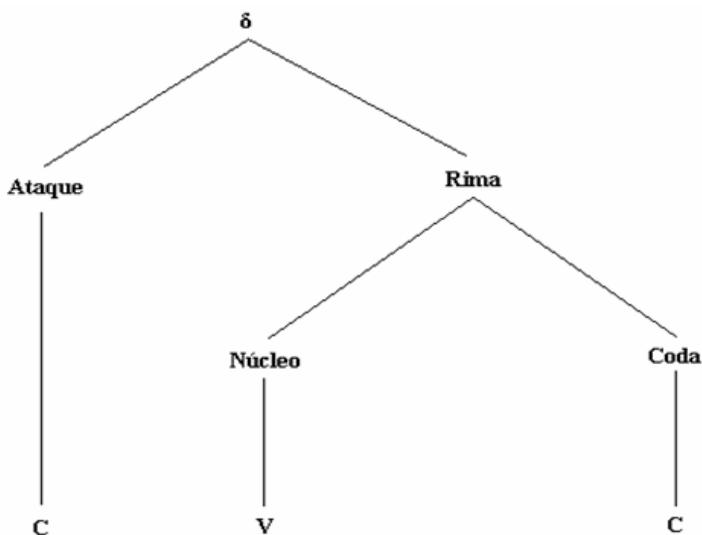
Temos observado até aqui vários processos de variação e mudança fonético-fonológica os quais apontam em conjunto para uma profunda reorganização da estrutura silábica da língua portuguesa. O que fica claro, do latim clássico e vulgar às variedades dialetais do português atual, é um progressivo caminho rumo à simplificação da estrutura da sílaba, com a perda dos fonemas na posição de coda.

A sílaba do latim clássico permitia um número significativamente maior de fonemas em final de sílaba, pois “com exceção de *f*, *g*, *h*, *p* e *q*, todas as demais consoantes podiam figurar como finais de palavras latinas” (COUTINHO, 1974 [1938], p. 116). Além disso, a coda podia ser ramificada, ou seja, duas consoantes podiam ocorrer à direita do núcleo vocálico. Por exemplo, as palavras que ortograficamente terminavam em *x* – *pax*, *rex*, *velox* – tinham a coda preenchida pelas consoantes [ks].

A estrutura da sílaba do latim clássico, tomando a palavra *pax* como exemplo de análise, pode ser assim formalizada:



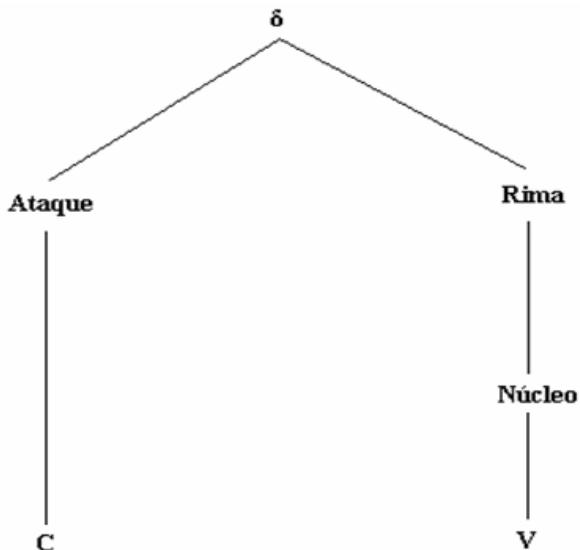
Na passagem ao português, perde-se a possibilidade de ramificação da coda, a qual também pode ser preenchida com menor número de fonemas consonantais, quando se compara a coda portuguesa à latina. A sílaba do português que se estabelece em seu período clássico (século XVI) tem a estrutura CVC, com o ataque podendo se ramificar e com a possibilidade de um maior número de ditongos em seu núcleo:



No período do português clássico, algumas outras mudanças fonético-fonológicas foram ocorrendo na língua, reduzindo ainda mais o número de fonemas em coda, restando praticamente /l/ /r/ e /s/ na posição posvocálica. Como observado, mesmo estes fonemas estão em forte variação, podendo em muitos casos sofrer apagamento, como demonstram os dados empíricos mostrados anteriormente. No caso dos fonemas /l/ e /r/ é possível se observar certas semelhanças em sua evolução, porque antes de seu apagamento, essas consoantes sofrem abrandamento, com a lateral /l/ se vocalizando ou com o /r/ alveolar passando a ter articulação posterior, seja como glotal ou velar. Num ou noutro caso, o passo anterior ao apagamento do fonema é sua mudança a uma articulação posterior.

Nesse aspecto, é possível ver induzir a mesma lógica no percurso da mudança (articulação anterior > articulação posterior >

apagamento/vocalização), a qual resulta na simplificação do padrão silábico do português, que acaba tendendo a ser uma língua CV:



É importante lembrar que nos casos em que a lateral /l/ não se apaga, mas se vocaliza – como é mais comum no português do Brasil –, ela não mais ocupa a posição de coda. Com sua vocalização forma-se um ditongo com a vogal do núcleo e a sílaba passa a ser aberta, ou seja, a sílaba que antes era CVC passa a ser CVV, neste caso, sem preenchimento da posição de coda (PINHO; MARGOTTI, 2010).

2.9 MOTIVAÇÕES DAS MUDANÇAS FONÉTICO-FONOLÓGICAS

2.9.1 Leis *versus* tendências fonéticas

Em uma ciência empírica, como a linguística histórica, parte-se dos dados particulares às generalizações. Esse procedimento, mais facilmente reconhecível nas ciências físicas, consiste na formulação de leis. As leis científicas são válidas para todo conjunto de fenômenos físicos que pretendem descrever, por isso devem ser universais e atemporais, ou seja, válidas em qualquer lugar e em qualquer tempo.

Baseados nessa visão positivista de ciência, os neogramáticos pensaram que as leis fonéticas também seriam dessa natureza. Porém, as críticas aos neogramáticos levaram a uma relativização do conceito de lei em linguística, mesmo porque seu objeto de estudo é um fenômeno histórico-sociológico, e não físico. Desse ponto de vista, não é possível defender que existam leis plenamente atemporais e universais ao se tratar dos fenômenos da linguagem, cuja ciência que os estudam é muito mais humana que exata. Assim, é mais adequado em linguística história falar de tendências do que de leis. No presente estudo, pode-se observar *tendências* evolutivas na história do português e, conseqüentemente, no grupo das línguas românicas. Afirmar que há *tendência* na evolução da língua permite tratar de fatos que escapem à maioria dos fenômenos. Apesar de existirem as exceções, elas não invalidam a constatação de uma tendência mais ampla de desenvolvimento histórico. A tendência é um conceito mais restrito, e não se aplica à universalidade dos fenômenos, por isso admite a exceção, ou a um conjunto de exceções. É

possível dizer que há tendências evolutivas na língua portuguesa, ou mesmo no conjunto das línguas românicas, mas não das línguas como um todo, justamente pela variabilidade de estruturas que apresentam, e da grande diversidade de contextos sócio-históricos nos quais se desenvolvem. Isso significa dizer que cada língua ou grupo de línguas está sob a ação de diferentes forças – sejam estruturais ou sociais – que determinam, por sua vez, diferentes rumos da mudança.

Tal afirmação não implica ir contra a concepção de que a língua também é um objeto determinado geneticamente, como defende a teoria gerativa. De fato, os estudos de aquisição demonstram uma extrema regularidade e rapidez no processo de desenvolvimento linguístico das crianças, seja qual for a língua materna (PINKER, 2004). Esses seriam indícios de que certas propriedades da linguagem seriam universais, portanto, determinadas pelo DNA humano.

Se de fato a linguagem é inata (determinada pela natureza por meio do código genético), a língua pode ser encarada também como um objeto biológico, natural, tal como fazem linguistas como Pinker e Chomsky. Esse é o fundamento da biolinguística: a língua é um fenômeno também determinado por fatores genéticos, um verdadeiro instinto próprio da espécie humana (PINKER, 2004).

Sendo, portanto, a capacidade da linguagem dada pela genética, é também possível crer que certos fatos sejam comuns a todas as línguas, porque se a estrutura cerebral e cognitiva de todas as pessoas é muito semelhante, existem coisas na linguagem que também são comuns a todos. Isso não vai de encontro a uma concepção histórico-sociológica da linguagem, pois sem o estímulo externo (ou *input*) não

há aquisição da língua. E ocorre que os estímulos externos são condicionados por fatores sociais e históricos, sobre os quais não é possível a formulação de leis.

É possível concluir que do ponto de vista biológico, há fatos que são passíveis de uma explicação de validade universal – pois os humanos são geneticamente muito semelhantes. Por outro lado, o desenvolvimento externo da língua é um objeto histórico, que pode ser explicado em termo de tendências, não de universais. A constituição do léxico de uma língua é o exemplo mais claro de como os eventos históricos (por essência imprevisíveis) são determinantes na evolução. Em português, ao lado do maior número de palavras vindas do latim, é possível observar palavras de origem germânica, árabe, africana, indígena, francesa e inglesa. Essa diversidade na constituição do vocabulário só pode encontrar uma explicação em fatos historicamente datados: invasões de povos germânicos e árabes na idade média, o contato do português com línguas indígenas e africanas, em virtude da expansão colonial, a influência cultural da França nos séculos XVIII e XIX e estadunidense no século XX.

Ao mesmo tempo em que a língua é um objeto imanente, determinado por condições históricas, há o lado biológico que a constitui como característica própria da espécie, tal como defende Chomsky em *A linguística cartesiana* (1966), ou em *Linguagem e pensamento* (1968). Por esse ângulo, pode-se afirmar que também questões cognitivas – universais – entrem em jogo na evolução e

constituição da língua, principalmente fatos de natureza fonológica e sintática⁶¹.

2.9.2 Aspectos gerais da mudança fonética

Empiricamente tem se comprovado certas características universais de evolução fonética tais como a posteriorização e abrandamento dos fonemas em coda silábica, com um posterior processo de perda do fonema (CALLOU, MORAIS, LEITE, 1995).

Malmberg (1954), por exemplo, observa como várias línguas europeias passaram por um processo de posteriorização do *r* (vibrante múltipla ou tepe alveolar). Isso também se deu no português, tanto brasileiro quanto europeu, sem que tenha existido interferência mútua entre essas variedades dialetais, o que indica que a posteriorização da vibrante é um processo fonológico comum às línguas, visto que ocorre em famílias linguísticas distintas, na Europa.

A substituição do *r* anterior por um *r* posterior deu-se quase simultaneamente, parece, em muitas línguas da Europa ocidental: no francês, no alemão, no holandês (onde o fenômeno está menos espalhado do que em francês), no dinamarquês (em que o *r* apical desapareceu, exepcto nalguns dialectos), em sueco

⁶¹ A importância de universais sintáticos na evolução da língua será analisada na segunda parte desse trabalho.

(onde o *r* posterior se usa em toda a região sul do país) e em norueguês (na Noruega, algumas regiões costeiras servem-se do *r* uvular). Análoga tendência se registra, por exemplo, no Norte da Itália (Turim), em português, nalgumas regiões da língua espanhola da América (em que o *r* duplo espanhol se pronuncia como posterior). O *r* posterior encontra-se também numa região da Grã-Bretanha (Northumberland). Este desenvolvimento – que parece datar há pouco em todas as regiões onde se registra – põe problemas interessantes que, todavia, é impossível discutir aqui. Parece, contudo, que esta teve origem nas classes superiores das cidades e que só lentamente penetrou na pronúncia da gente da província. Trata-se de um enfraquecimento da pronúncia da consoante [...] (MALMBERG, 1954, p. 84).

A história do português confirma que antes do apagamento de um fonema, tal como o /r/ posvocálico, é fato comum a passagem a uma articulação posterior, que se soma ao seu abrandamento articulatorio. Esse é o caso da tepe em final de sílaba. Como visto anteriormente, os estudos indicam que a passagem de uma articulação anterior a posterior – velar ou glotal – representa uma etapa intermediária da mudança a qual se segue o apagamento do fonema, no percurso diacrônico.

Outro reflexo dessa tendência de evolução é a vocalização do // posvocálico. Sua transformação em semivogal no português brasileiro enquadra-se nesse cenário global de tendência ao abrandamento da coda.

Foi visto, também, que após esse enfraquecimento da lateral pode haver queda, em certos contextos. Portanto, a tendência ao abrandamento, como etapa anterior a queda, pode ser entendida como a causa da simplificação da estrutura silábica, ou seja, da passagem de sílabas travadas (ou fechadas) para sílabas abertas. Particularmente, a perda de consoantes em final de sílaba ou palavra não se atesta apenas na história da transição do latim às línguas neolatinas, mas um fato observado em línguas bem diferentes entre si, como o inglês e o grego. Em grego houve, por exemplo, a queda das oclusivas em final de palavras: **gunaik* → *gúnai*; **epheret* → *éphere*; **epheront* → *épheron* (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 108). Na passagem do latim ao português há algo análogo ao que ocorreu em grego: *amat* → *ama*; *amabant* → *amaban* → *amavam*; *et* → *e*; *erat* → *era*.

O interessante é que Saussure recorda que todas as palavras gregas terminam em vogal ou em /r/, /s/ e /n/. Dessa forma, as oclusivas caíram primeiro, ao passo que a líquida /r/, a nasal e a sibilante permaneceram. No português deu-se praticamente da mesma forma, na passagem do latim clássico ao vulgar há a perda das oclusivas finais, permanecendo em português arcaico o /N/ final, além da sibilante /s/ e das líquidas /r/ e /l/. Como foi visto, o português brasileiro dá um passo a mais na evolução fonética com um aumento significativo de sílabas CV. Os vários fenômenos de variação e mudança observados nas seções anteriores acabam, em conjunto, contribuindo para a acentuação da tendência a sílabas CV. A mudança total a sílabas CV ainda não se efetivou em todos os contextos, porque ela é de natureza gradual. Mas o fator necessário para uma *mudança* nesse sentido pode ser observado em

todas as consoantes de final de palavra: a existência constante de *variação* entre a conservação e o apagamento. E como é sabido, havendo *variação* abre-se o caminho para a mudança.

Mas desse fato nasce uma nova pergunta: que princípio mais geral estaria por traz desses fenômenos de *variação* e *mudança*? Para se encontrar a resposta é necessária a análise da própria sílaba, enquanto unidade estrutural da linguagem. A busca pela resposta implica em ir além da descrição dos fatos, trata-se de teorizar sobre a diacronia na língua – a tentativa de encontrar um princípio mais geral que explique os fenômenos observados.

Foi visto no início desse capítulo que a estrutura silábica se caracteriza por uma elevação, pico e queda no nível de sonoridade e na força empregada na articulação. O ponto de elevação demarca o ataque (*onset*), o pico representa o núcleo, que geralmente é vocálico, e a coda encontra-se no ponto de decréscimo no grau de sonoridade. Como há esse declínio no grau de sonoridade e na força articulatória da coda, esse ponto da estrutura acaba sendo o mais débil sílaba. Essa debilidade é ainda maior se for coda de uma sílaba átona final. Esse contexto faz com que os fonemas finais sejam auditivamente menos perceptíveis, na cadeia da fala. Sua queda, portanto, causa menos estranhamento que a supressão de um fonema de ataque silábico.

A tal fator podemos atribuir à constante tendência observada desde o latim à apócope dos vocábulos. Como o latim vulgar é uma língua predominantemente paroxítona, quando se perde a noção de quantidade da vogal, o acento passa a recair sobre a penúltima sílaba. A sílaba tônica é a mais preponderante na palavra, tanto que elas tendem a

se preservar na evolução fonética. Vejamos a forma *você*, ou ainda a variante *cê* (< *você*) de certos dialetos brasileiros. Há a sobrevivência apenas da sílaba tônica, de um total inicial de quatro – *vossa mercê* > *vosmecê* > *você* > *cê*.

A preferência a estruturas paroxítonas (com a conservação da sílaba tônica) em latim vulgar e em português fez com que as codas finais (ou mesmo sílabas) se reduzissem, enfraquecendo-se: *hominem* > *homine* > *homem* > *home* [ˈomi]⁶². Foneticamente enfraquecer é sofrer abrandamento, ou seja, se o fonema é alveolar (anterior) passa a velar ou glotal (posterior), se é surdo passa a sonoro, se é consonantal passa a vocálico etc. Como visto acima, o abrandamento é primeiro estágio da mudança, ocorrendo por fim o apagamento do fonema.

Ao contrário das sílabas átonas, que se constituem como as que mais sofreram alterações desde o latim, as tônicas ou iniciais são as mais conservadoras. Maurer Jr. afirma que as “nossas línguas em geral têm ainda hoje as consoantes iniciais indo-européias vindas através do latim. As mediais e finais apresentam uma alteração profunda” (1967, p. 38). Em *povo* (de *populum*), por exemplo, só a primeira sílaba, que é tônica, manteve-se inalterada desde o latim clássico, as sílabas átonas que se seguiam foram sensivelmente afetadas, por serem menos proeminentes no vocábulo, e isso se deve ao fato de terem um grau de intensidade mais baixo (0), como será visto mais detalhadamente na próxima secção.

Quando a consoante faz parte de uma sílaba tônica, em latim vulgar, mas também está em posição intervocálica, ela sobre

⁶² Nesse exemplo a primeira sílaba, que é tônica, se mantém, ao passo que os fonemas átonos que se seguem vão sofrendo apócope ou abrandamento.

sonorização, ou seja, o ataque passa de fonema surdo ou [- vozeado] para um fonema sonoro ou [+ vozeado]⁶³. Exemplos: *civitatem* > *cidade*, *caritatem* > *caridade*. Essa transformação de consoante surda a sonora se deve ao contexto naturalmente mais sonoro em que se encontra, que é entre duas vogais. Estas influenciam a articulação na consoante surda que torna vozeada, ou seja, há a assimilação de um traço articulatorio da vogal que precede o fonema consonantal:

$$\begin{array}{ccc} \text{C} & \rightarrow & \text{C} & / & \text{V_V} \\ [- \text{vozeado}] & & [+ \text{vozeado}] & & \end{array}$$

A assimilação é progressiva, ou seja, é a vogal à esquerda da consoante que a assimila quanto ao vozeamento, pois nos contexto que em que uma consoante surda é precedida por outra surda, não há o vozeamento por efeito de assimilação da vogal à direita. Exemplo: *noscum* > *nosco* > *conosco*.

Por outro lado, se no latim clássico a consoante intervocálica do ataque já era sonora, ela cai, ou seja, sofre síncope. Após sua síncope, se as vogais que circundavam a consoante eram de igual articulação, sofrem assimilação total (crase).

Exemplo: *vedere* > *veer* > *ver*.

$$1) \quad \begin{array}{ccc} \text{C} & \rightarrow & \emptyset & / & \text{V_V} \\ [+ \text{vozeado}] & & & & \end{array}$$

$$2) \quad \text{VV} \rightarrow \text{V}$$

⁶³ A sonorização também ocorre em sílabas átonas: *vita* > *vida*.

Essa queda de consoantes sonoras intervocálicas iniciou-se ainda no latim vulgar. Porém, vai concluir-se na língua portuguesa, ou melhor, ainda no período galego-português. O /l/ e o /n/ intervocálicos caem nos séculos X e XI, respectivamente (TEYSSIER, 2007), período em que ainda se escrevia em latim bárbaro. Essa é uma mudança fonológica que se operou, na Península Ibérica, somente no galego-português. Em espanhol e leonês esses fonemas continuaram a existir no contexto intervocálico. Tal mudança em português tem consequências na morfologia, porque ela é responsável, por exemplo, pela existência de irregularidades entre a forma singular e plural, sendo que na forma pluralizada o /l/ sofre síncope. Isso ocorre porque no plural renasce a vogal temática, a qual torna o /l/ intervocálico: *sinál* > *sinales* > *sinaes* > *sinais*. O /n/ também sofreu síncope, mais deixou rastros de sua existência: a nasalização da vogal anterior: *leon* > *leones* > *leões* > *leões*.⁶⁴

/l/ → ∅ / V__V

/n/ → ∅ / V__V

Como pode então ser visto, queda, vocalização e crase são fenômenos muito comuns na transição do latim ao português. Correspondem a aspectos gerais de transformação fonética que, conseqüentemente, acabam tendo consequências em outros níveis gramaticais. Obviamente, tais transformações possuem motivações

⁶⁴ Vê-se que o espanhol é mais conservador que o galego-português nesse aspecto. A terminação *on*, como em *leon*, ditonga-se em *ão* na passagem ao português clássico.

internas ao sistema sobre o qual atuam – além do aspecto social da mudança. Contudo, quanto mais distante do presente é a mudança estudada, mais difícil também se torna a pesquisa das motivações sociais da mudança, pela perda dos falantes – agentes centrais na mudança – que permitiriam observar o encaixamento social das variantes e sua respectiva avaliação por parte dos indivíduos. Por isso, quanto mais antiga a mudança em estudo mais são levados em conta os fatores internos. A reflexão sobre os fatores externos de períodos remotos ficam baseados nos testemunhos indiretos conservados pela escrita, os quais costumam ser fragmentários.

Tendo isso em mente, pode se observar uma tendência evolutiva muito antiga do português, em comparação com o latim, que é o incremento de fonemas posteriores no quadro de consoantes. Então um fator interno seria a passagem a um sistema consonantal de articulação mais posterior.

O latim clássico tinha quatro fonemas consonantais posteriores, levando-se em conta a oposição entre consoantes simples e geminadas. Dessa forma, o latim só conhecia oclusivas posteriores surdas e sonoras, geminadas ou não. Na passagem ao português, apesar de não possuir geminadas, há um significativo acréscimo de consoantes posteriores. Além das oclusivas o português tem constrictivas, nasais, laterais e vibrantes.

Ponto de articulação \ Modo de articulação	labiais		anteriores		posteriores		
	simples	geminadas	simples	geminadas	simples	geminadas	
oclusivas	su.	p	-pp-	t	-tt-	k	-kk-
	so.	b	-bb-	d	-dd-	g	-gg-
constritivas	su.	f	-ff-	s	-ss-	-	-
	so.	-	-	-	-	-	-
nasais		m	-mm-	n	-nn-	-	-
laterais		-	-	l	-ll-	-	-
vibrantes		-	-	r	-rr-	-	-

Quadro 6 – Sistema consonantal do latim clássico

Fonte: Mattos e Silva (2006, p. 74)

Ponto de articulação \ Modo de articulação	labiais		anteriores	posteriores
	oclusivas	su.	p	t
	so.	b	d	g
constritivas	su.	f	s	ʃ
	so.	v	z	ʒ
nasais		m	n	ɲ
laterais		-	l	ʎ
vibrantes		-	r	R

Quadro 7 – Sistema consonantal do português atual

Fonte: Mattos e Silva (2006, p. 74)

Como as duas tabelas indicam, além da perda da oposição entre consoante simples e geminada, outra significativa mudança fonético-fonológica que logo salta aos olhos é o incremento de consoantes posteriores. Essa mudança pode ser explicada pela tendência à posteriorização na articulação dos fonemas, na evolução da língua. Como se pôde ver anteriormente, a trajetória evolutiva das consoantes em coda do português pode ser entendida como a passagem de uma articulação anterior a uma posterior. Os fonemas /S/, /l/ e /r/ quando em final de sílaba tornam-se, em muitos dialetos, [ʃ], [u] e [h], ou seja, passam a uma articulação posterior – principalmente em dialetos do português do Brasil quando se trata de /l/ e /r/:

/S/: [s] → [ʃ]

/l/: [l] → [ɫ] → [u] → [Ø]

/r/: [r] → [X] ou [h] → [Ø]

Mas posteriorização não ocorre só em coda, mas também nos fonemas do ataque, como no caso da vibrante múltipla [r̃], que se transforma em fricativa glotal [h] ou velar [X], que na verdade representa, como afirma Malmberg (1954) na passagem já citada, um fenômeno comum a várias línguas europeias, incluindo o português de Portugal.

No português europeu essa passagem a uma articulação posterior do chamado “r forte” ocorreu entre o final do século XIX ao

início do XX. Segundo relata Gonçalves Viana sobre o português de Lisboa, em 1883, a variante glotal de /r/ é inovadora, “considera-a, no entanto, variante individual” (TEYSSIER, 2007, p. 80). Pode-se, assim, ser feita a dedução que a variante inovadora nessa época não era a mais frequente. Entretanto, vinte anos depois, em 1903, o mesmo foneticista constata que a variante inovadora estava se espalhando pelas cidades, embora ainda fosse uma pronúncia desprestigiada. De acordo com Teyssier (2007), a articulação glotal é a norma, no final do século XX, embora ainda esteja em variação com a antiga alveolar.

No Brasil essa mudança parece ser mais recente, pois a vibrante múltipla atualmente ainda pode ser registrada na fala de pessoas mais velhas, ou em certas regiões. Enquanto isso entre os mais jovens predominam as variantes posteriores.

Portugal e Brasil nesse aspecto apresentam caminhos convergentes na mudança fonética, o que indica, possivelmente, uma motivação estrutural para a mudança. O que se pode afirmar é que se trata de uma tendência muito antiga na história da língua – a mudança no sentido à passagem para uma articulação posterior de certos fonemas. Essa tendência não pode ser observada de forma atomística, mas no conjunto da estrutura gramatical. Os dados empíricos permitem induzir que é seguindo essa tendência que as consoantes – principalmente de coda – têm evoluído.

Cumprir também mencionar que na passagem do latim ao português surgiram fonemas posteriores não só em coda, mas inclusive no ataque silábico. Isso se deve, entre outras razões, pela palatalização da lateral /l/ e da nasal /n/ diante de semivogal, como se observa nos

seguintes exemplos: *filiu-* > *filho*, *seniorem* > *senhor*, *teneo* > *tenho* (TEYSSIER, 2007, p. 12).

Essas modificações fizeram com que o quadro de consoantes posteriores ficasse, no português atual, sem as lacunas que existiam no latim. Há muito possivelmente uma motivação estrutural para essa mudança, mas qual seria? Que universais fonológicos estariam envolvidos? Haveria aqui uma mudança tipológica? Que outras mudanças teriam levado ao surgimento desses fonemas posteriores? As respostas a essas questões levariam a uma *explicação* das *causas internas* da mudança. Infelizmente dizer que há uma tendência a posteriorização, apesar de ser uma constatação verdadeira, é muito mais uma *descrição* do que uma *explicação* possível da mudança.

Por outro lado, a descrição do fenômeno é uma etapa preliminar e necessária para uma posterior explicação. Além da tendência a posteriorização, pode se afirmar que os novos fonemas, que passaram a integrar o quadro de consoantes na passagem do latim ao português, fizeram com que esse quadro de consoantes se tornasse mais simétrico – igual número de consoantes anteriores e posteriores quanto ao modo de articulação. Mas essa constatação levanta outras questões. A mudança teria sido então teleológica – novas consoantes entraram no sistema fonológico para torná-lo mais simétrico por força da estrutura? Haveria uma relação causal entre o incremento nas consoantes posteriores e a simetria do sistema? São dúvidas que permanecem.

Contudo, há a possibilidade de rastreamos algumas possíveis respostas a esses problemas. Lucchesi (2004), por exemplo, faz referência ao trabalho de Haudricourt e Juilland, publicado em 1949,

	i	ü
e		o
ε	ɔ	
a		

Mas a simetria é garantida com a passagem de /o/ para /u/. Somos tentados, diante de casos como esse, a ver uma relação causal entre as duas mudanças.

Pike (1947 *apud* CRISTÓFARO SILVA, 2007, p. 122) defende a existência de quatro premissas básicas da fonologia, uma das quais se refere à simetria dos sistemas sonoros: “*Os sistemas sonoros tendem a ser foneticamente simétricos.*” Novamente, não há a afirmação de uma lei universal, mais de uma *tendência histórica*.

Assume-se que os sistemas sonoros *tendem* a ser simétricos. Por simetria espera-se que para cada som de uma língua seja encontrado um outro som correspondente. Assim, se encontramos um segmento “oclusivo bilabial desvozeado” [p] esperamos encontrar o seu correspondente vozeado [b]. No caso de vogais devemos, portanto, buscar sons correspondentes que sejam *anterior/posterior* e *arredondado/não-arredondado*. Contudo, a simetria não é obrigatória, mas reflete apenas uma tendência das línguas naturais. A fonêmica prevê que uma solução final em relação à simetria de um sistema

deve ser obtida a partir de uma análise global da língua, sendo que todos os sons da língua e seus respectivos contextos de ocorrência sejam levados em consideração (CRISTÓFARO SILVA, 2007, p. 122).

A constatação da existência dessa tendência à simetria é importante na análise da mudança, pois pode se configurar como uma força interna a motivar a mudança. Dessa maneira, a tendência à simetria pode reforçar a ideia de uma relação causal entre duas mudanças fonológicas, para a manutenção de sistemas simétricos.

A posteriorização de certas consoantes (principalmente de coda) leva a um sistema mais simétrico em relação ao latim, com um preenchimento de certas casas vazias do quadro de fonemas, ou seja, o quadro das consoantes posteriores torna-se completo. Isso obviamente leva a uma configuração mais simétrica do sistema: igual número de consoantes anteriores e posteriores.

De qualquer forma, a procura da explicação da mudança leva a três problemas:

- (1) Haveria aqui uma relação causal, ou seja, os fonemas se tornaram posteriores para que o sistema passasse a ser mais simétrico?⁶⁵
- (2) Ou seria o contrário, que a maior simetria do sistema consonantal (efeito) foi resultado da tendência à posteriorização (causa)?

⁶⁵ Nesse caso a simetria é causa da posteriorização (efeito).

(3) Há ainda uma terceira hipótese: que as tendências à simetria e à posteriorização atuaram conjuntamente como causas da mudança fonética.

O problema (2) parece ser possivelmente verdadeiro, sendo sua resposta afirmativa. Ou seja, que de fato a maior simetria do sistema consonantal é efeito da tendência à posteriorização, que seria a causa interna (ou melhor, uma das causas internas mais evidentes de se verificar). Porque, a existência da passagem a uma articulação posterior é um dado facilmente observável, como foi demonstrado. Essa tendência leva, conseqüentemente, a um sistema consonantal com mais fonemas posteriores, tornando-o mais simétrico. Por exemplo, se temos uma consoante fricativa alveolar, temos também uma fricativa velar. Desse modo, a tendência a articulações posteriores é causa (força interna) de uma maior simetria.

Entretanto, o problema (1) não pode ser facilmente verificado como verdadeiro, embora possa ser possível que a tendência a simetria seja causa da posteriorização. É uma hipótese para a qual ainda não há meios para se verificar sua validade. Seria útil testar sua verdade ou não em estudos futuros.

No problema (3) a posteriorização e a simetria *são conjuntamente causas* cujo efeito e a reorganização do sistema fonológico do latim, gerando o sistema do português. Acabamos de observar que a tendência a posteriorização, como indicam os dados empíricos, é uma causa da reorganização do sistema. Contudo não é certo se a tendência à simetria tem igual importância na reorganização

do sistema. Assim, não parece ser razoável colocar a tendência à posteriorização e a tendência a simetria num mesmo nível de relevância no percurso da mudança. Por outro lado não se pode desconsiderar a premissa de Pike (1947) citada acima, o que nos leva a considerar a tendência à simetria também como uma força interna ao sistema, mesmo que não a consideremos propriamente como *causa* da mudança.

Qualquer que seja a explicação mais adequada, é necessário se observar o sistema fonológico como um todo – o quatro de fonemas e sua respectiva distribuição pela estrutura da sílaba. Análises atomísticas não levarão a uma teorização das causas internas da mudança na fonologia do português. Com a reunião de vários processos de variação de mudança até então efetuados se torna possível compreender a diacronia de forma mais ampla, permitindo a constatação de padrões mais gerais que abarquem várias mudanças, e as forças internas ao sistema que propulsionam a sua evolução. Observando os processos de variação e mudança há pouco descritos, é possível depreender que o padrão mais geral é a passagem a articulações mais posteriores (e até o apagamento) dos fonemas da coda, principalmente.

As questões levantadas induzem a busca dos universais linguísticos envolvidos nessas mudanças fonológicas. Como será explicado mais detalhadamente a seguir, os dados empíricos parecem indicar uma mudança paramétrica na estrutura silábica do português (mais intensa nos dialetos do Brasil). Essa mudança paramétrica estaria fazendo com que a língua deixasse de ter codas de final de palavra, restando apenas as codas internas. A passagem a uma articulação posterior é, muitas vezes, o primeiro passo ao apagamento do fonema.

Primeiro o fonema passa a uma articulação mais branda – posterior – para depois ser apagado ou vocalizado. É o caso do /r/ final, que após se tornar posterior, sofre apócope em muitos casos. Há ainda o caso da lateral /l/, que após velarizar-se passa a uma articulação vocálica, estágio da mudança no qual, apesar de geralmente não haver o apagamento do fonema vocalizado, a sílaba passa a ser aberta, ou seja, sua coda não é mais preenchida foneticamente. Isso se dá porque a lateral vocalizada passa a integrar o núcleo silábico (PINHO; MARGOTTI, 2010).

A posteriorização dos fonemas da coda poderia ser somente o primeiro estágio de uma mudança paramétrica, na qual as sílabas finais deixam de ter o padrão CVC para serem CV(V), sem coda preenchida.

Há ainda a possibilidade de outros fatores internos em jogo, e outras mudanças interferindo ou causando a posteriorização e o apagamento dos fonemas da coda. Também é possível a existência de outras mudanças paramétricas ainda não detectadas. Esses são problemas que permanecem sem uma profunda compreensão, constituindo-se como pontos que devem ser investigados em futuras pesquisas, se quisermos entender a diacronia com maior precisão, saindo do plano da mera descrição dos fenômenos.

2.9.3 Crítica à causalidade na mudança linguística

Lucchesi (2004) critica as teorias diacrônicas do Círculo Linguístico de Praga – principalmente Jakobson e Trubetzkoy –, denominada de *explicação teleológica*, e de Martinet (1974b), segundo

as quais há relações causais entre as mudanças linguísticas. Sobre a teoria que é denominada de teleológica, Lucchesi faz os seguintes comentários:

Numa versão extremada dessa combinação entre funcionalidade e história, surge a concepção **teleológica** da história das línguas, com suas mudanças **terapêuticas**. Segundo essa concepção, as mudanças fonológicas ocorreriam para corrigir falhas localizadas no sistema, para aumentar a sua funcionalidade. Contudo essas mudanças “corretivas” geralmente desencadeiam uma seqüência que criariam problemas de funcionalidade em outros pontos do sistema, o que, por sua vez, provocaria novas mudanças, e assim por diante. Essa formulação evidentemente *ad hoc* visa conciliar a concepção de mudanças terapêuticas com o fato incontestado de que as línguas estão sempre mudando, ou seja: se as mudanças lingüísticas fossem de fato terapêuticas, por que as línguas estariam sempre precisando de “uma nova terapia”? (2004, p. 83).

Mais adiante Lucchesi (p. 151) comenta que há falta de evidência empírica para a concepção teleológica da mudança, cuja função sobre sistema é ser terapêutica. De fato, hoje parece ser pouco provável que uma mudança ocorra para estabilizar o sistema, cuja estabilidade se perdeu na mudança. Tal concepção leva à postulação de

que há momentos em que a língua encontra-se com maior nível de sistematicidade, portanto, em outras ocasiões a língua é menos sistemática. Essa postura teórica é colocada em cheque pela *teoria da variação e mudança linguística* (WLH, 1968 [2006]). Mas isso não significa que não exista causalidade na mudança. Se a língua é um sistema no qual as partes estão intimamente relacionadas, uma mudança num ponto da gramática gera outras mudanças em outros pontos mutuamente relacionados.

Defender que há causalidade nas mudanças linguísticas implica em afirmar que uma mudança X é causa de uma mudança Y. Há aí uma relação de causa e efeito entre dois eventos. Infelizmente, a observação da causalidade é, ao que parece, mais fácil de ser feita com base em dados das ciências físicas ou biológicas, pelo menos não se pode negar a existência de causalidade nos eventos do mundo físico (por exemplo, a gravidade como causa da queda dos corpos, e também dos movimentos de rotação e translação da Terra). Na linguística, por outro lado, a constatação de uma relação causal entre duas mudanças é mais indireta e mais complexa. Aqui entram em jogo os universais linguísticos, mais especificamente os universais implicacionais, sobre os quais se tratará na segunda parte deste trabalho.

O que dificulta os progressos das pesquisas nesse sentido é o fato de que as pesquisas mais aprofundadas sobre os universais linguísticos, incluindo os universais implicacionais, (inspiradas pela gramática gerativa) ainda são relativamente recentes, e suas aplicações a diacronia das línguas são mais recentes ainda (LIGHTFOOT, 1993). Mas se algum progresso significativo será feito em linguística histórica,

nas próximas décadas, é de se crer que ele ocorrerá no sentido da superação das fronteiras teóricas entre as abordagens formais da língua (CHOMSKY, 1986, 1999 [1995]) e a sociolinguística (LABOV, [1972]), pois se é verdade que a linguagem verbal possui uma base biológica (sendo os universais linguísticos dados pela genética), também é verdade que as línguas nascem e se desenvolvem no decorrer do tempo, na história das sociedades. Portanto, os postulados de uma teoria formal da gramática devem encontrar um embasamento nos dados recolhidos sistematicamente em campo, como os dados advindos da pesquisa sociolinguística⁶⁶ e dialetológica.

Quando um universal diz que a existência de uma estrutura A implica numa estrutura B, é lógico que uma mudança em A implique numa mudança em B. Assim a mudança em A é *causa* da mudança em B.

Diante desse fato, WLH acertadamente reconhecem a importância da causalidade na teoria linguística da mudança:

De máxima importância é [...] a proposta de novas causas da mudança, baseada numa teoria dos estados da língua tão firmemente estabelecida que uma mudança num estado de língua implica necessariamente outra mudança *ex hypothesi*, de modo que o evento A possa ser designado como causa da mudança B (p. 62).

⁶⁶ Considere-se também a sociolinguística histórica que estuda a variação/mudança das línguas através do tempo com base em textos. Portanto, a sociolinguística histórica trabalha sobre dados fornecidos por estudos filológicos (edições de textos antigos).

Um exemplo é a mudança paramétrica na sintaxe latina da ordem clássica SOV para a românica SVO. A ordem sintática SOV permite posições – como em *mecum* no latim –, já a ordem SVO possibilita a preposição somente. Com isso a mudança sintática SOV > SVO, que por sua vez foi causada pela perda das flexões de caso, provocou posteriormente a mudança na colocação de *cum*, de posição em *mecum* para posição em *comigo*.

Casos como este permitem constatar que, de fato, a causalidade existe na mudança linguística. Essa postura leva à observação das modificações das estruturas da língua no seu conjunto, e à influência que uma mudança (ou mais mudanças) tem sobre outra(s), e assim sucessivamente, numa cadeia longa de causas e seus respectivos efeitos. Isso faz compreender por que as línguas nunca param de mudar: toda causa produz um efeito, o qual, por sua vez, tem repercussão sobre outros elementos da língua; ou dizendo de outra forma, um “efeito”, provocado por uma mudança, acaba por se transformar em causa de uma outra mudança. A causalidade da mudança linguística permite compreender por que a língua é sempre um objeto em constante transformação. Observa-se, então, que a mudança linguística, ao contrário do que defendia Jakobson, não tem uma motivação terapêutica, ou seja, devolver o equilíbrio perdido pelo sistema numa mudança anterior. Sempre mantendo sua sistematicidade, a língua muda justamente pelo fato de que os efeitos gramaticais de uma mudança acabam por desencadear outras mudanças – os efeitos de uma mudança passam a ser causas de outras. Como os vários níveis da gramática possuem uma relação íntima, confundindo-se não raras vezes, quando

um ou mais elementos desse sistema se altera seria pouco provável que os outros elementos relacionados também não mudassem.

2.9.4 Graus de intensidade e apócope

Uma boa explicação para a queda dos fonemas de sílabas finais pode ser encontrada com base na fonologia de cunho estruturalista de Mattoso Camara Jr. (1981, 2008 [1970]). Ele define a existência de três graus de intensidade para a tonicidade da sílaba. Afirma que há grupos de força, nos quais há um acento principal. Um SN (ou SV) pode ser um grupo de força, e o acento principal recai na sílaba tônica da última palavra. Em “*a casa da esquina*” o acento principal recai na penúltima sílaba da palavra *esquina*. “No grupo de força, só a sílaba tônica do último vocábulo fonológico mantém o acento máximo 3” (CAMARA Jr., 1981, p. 35). O acento secundário tem grau de intensidade 2, e se encontra nas sílabas tônicas dos vocábulos fonológicos que precedem o vocábulo sobre o qual recai o acento de nível 3. Numa palavra paroxítona, a sílaba final tem grau 0, e as sílabas pré-tônicas (antes de grau 2 ou 3) têm grau 1. Sendo assim, o acento em português pode ser representado da seguinte forma:

a casa da esquina
1 2 0 1 1 3 0

Essa convenção em graus de intensidade é importante na definição do vocábulo fonológico, que se organiza entorno de uma

sílaba mais proeminente (de grau 2 ou 3). Mas não só por isso, os graus de intensidade mostram como as átonas finais (0) são de articulação mais fraca que as tônicas (2 e 3) e pré-tônicas (1).

Uma sílaba emitida com força excepcional pode ser precedida de outras, cujo número é muito variável, onde o acento é muito fraco. E pode ser seguida de mais uma ou mais duas, ainda de emissão mais débil (CAMARA Jr., 1981, p. 35).

Além disso, as “sílabas pretônicas, antes do acento, são menos débeis do que as postônicas, depois do acento” (CAMARA Jr., 2008 [1970], p. 63). Tal debilidade das sílabas átonas finais faz com que sejam menos perceptíveis, propiciando seu apagamento, como no exemplo dado acima, *hominem*, cujos últimos fonemas, que se encontram em sílabas de grau 0, são apagados. Nesse contexto, é evidente que as codas finais de sílabas átonas são mais débeis que as codas internas, e tal debilidade favorece a queda das codas finais. Fato que leva, conseqüentemente, à simplificação da estrutura das sílabas modificadas por essa força estrutural que é o grau de intensidade.

De fato, se as sílabas átonas são débeis, mais ainda são suas codas, nas quais há o declínio de sonoridade e força, como visto anteriormente. Muito provavelmente a simplificação da estrutura silábica se inicie nas sílabas finais átonas – como as pesquisas tendem a confirmar –, as quais têm grau de intensidade 0. Em seguida essa simplificação se expande para outros contextos fonológicos, fazendo com que predomine a estrutura CV.

No caso da palavra latina *hominem*, com a passagem da quantidade ao acento, este vai recair na primeira sílaba, o que configura um vocábulo proparoxítono, as duas últimas sílabas são débeis, com grau de intensidade 0. Sabemos que no latim imperial ocorre a apócope do /m/ final marcador do acusativo. A forma portuguesa nasce na queda na última vogal em **homene* > *homem*, mudança que enquadra esse vocábulo dentro da tendência geral às estruturas paroxítonas. Por último, novamente ocorre a queda da nasal final de uma sílaba átona (grau 0), *home*. Esse é um exemplo que evidencia como três forças estruturais levam ao apagamento de fonemas em final de vocábulo: a tendência ao acento paroxítono, a tendência a sílabas abertas (principalmente em final de palavra) e à debilidade das sílabas átonas finais.

Mas não há apenas a perda da coda em sílabas átonas finais (de grau de intensidade 0) em virtude da debilidade articulatória. O ataque com duas consoantes de sílabas átonas também tende comumente a se simplificar, como indicam as entrevistas do ALiB. Em vocábulos como *setembro*, *outubro*, *novembro* e *dezembro* é comum que a última sílaba, que é átona, deixe de ser CCV – /bru/ – para assumir a estrutura CV – /bu/, tal como *outro* que na linguagem informal passa a /'otu/. Vê-se nesses casos que a falta de tonicidade pode propiciar a simplificação da estrutura silábica em virtude de sua debilidade, prevalecendo sílabas CV.

A coda silábica final, mesmo de uma sílaba acentuada, como em verbos no infinitivo, tem uma articulação mais débil que uma coda interna, por isso também é mais fácil sua queda que uma coda interna. As estatísticas levantadas nos estudos citados acima mostram que a

passagem de sílabas travadas a abertas (CVC > CV) é mais frequente em contexto de final de palavra, o que leva a crer que há um comportamento diferenciado na diacronia das sílabas. Ou seja, há, portanto, a necessidade de se considerar dois tipos de sílaba: interna e final – a simplificação da estrutura silábica iniciando-se nas sílabas finais e expandindo-se para o interior da palavra.

2.9.5 Tipologias linguísticas

Os textos hoje clássicos da história do português⁶⁷, inspirados na teoria dos neogramáticos (PAUL, 1970 [1880]), ficam mais no plano da descrição atomística dos fatos. Indicam que o elemento X alterou-se para Y no período Z. As mudanças, desse modo, são encaradas atomisticamente, ou seja, como fatos isolados.

A descrição é uma etapa importante e preliminar. Mas após esse procedimento procura-se uma explicação para a mudança em termos mais gerais, não pontualmente. Isso significa explicar como uma mudança em determinado ponto da gramática pôde desencadear várias outras mudanças, numa relação causal. Esse é um problema constatado recentemente por Martin (2003 [2002]):

O problema de fundo, que permanece amplamente aberto, é dizer o que pode ser a explicação histórica e se é possível ultrapassar o

⁶⁷ Citam-se principalmente Nunes (1975), Coutinho (1978 [1938]) e Williams (2001 [1938]).

estágio elementar, onde, limitando-se a uma constatação, religa-se um dado fenômeno a seu antecessor diacrônico. Dizer que chumbo é um derivado de plumbum é estabelecer uma filiação decerto indispensável, mas que sempre tem apenas um caráter descritivo e totalmente local. A explicação supõe uma generalidade que a simples relação de antecedência não basta para satisfazer (p. 146-147).

Segundo Martin há dois tipos de explicações em linguística histórica: “os *universais diacrônicos* e as *tendências tipológicas*” (2003 [2002], p. 147). Muito antes de Martin, WLH já reconheciam a importância das tipologias linguísticas em estudos de variação e mudança linguística, porque as tipologias podem indicar possíveis rumos da mudança, de que a língua tende a mudar de uma tipologia *A* para uma *B*, por justamente apresentar variação entre *a* (forma conservadora) e *b* (forma inovadora). Ainda antes da mudança, tendo conhecimento das tipologias e da tendência de variação na sincronia, o linguista pode indicar que possíveis estados que a língua pode assumir.

O mais importante dos universais diacrônicos e das tendências tipológicas é que eles permitem uma compreensão mais profunda da diacronia e da sistematicidade da mudança/variação. Dentre os universais diacrônicos, Martin (2003) cita a analogia, que faz com que o sentido das palavras se desloque pelo tempo. Dá o exemplo da palavra *romeiro* que designava a pessoa que ia em peregrinação religiosa à

cidade de Roma. Por analogia *romeiro* passou a nomear aquele que faz peregrinação religiosa a qualquer lugar santo.

Martin também considera que as línguas “são, por natureza, sistemas instáveis” (2003 [2002], p. 152). A instabilidade e deformabilidade dos sistemas linguísticos são para Martin dois universais diacrônicos. Com isso quer dizer que todas as línguas naturais estão fadadas a mudar no decorrer do tempo. É da natureza do sistema ir se reordenando ao longo de sua transmissão pelas gerações, podendo chegar a estruturas muito diferentes do ponto de partida, quase irreconhecíveis (compare-se o francês moderno ao latim clássico, por exemplo), o que demonstra o poder de transformação que os sistemas têm quando se prolongam no tempo.

É universal, portanto, que as línguas mudem no tempo. Acontece que só há mudança porque há variação. Dessa forma, também é universal que as línguas são inerentemente heterogêneas. E é da heterogeneidade que emerge a mudança.

Martin (2003[2002]) também fala das *tendências tipológicas*. A tendência analítica seria o fator que leva à perda das flexões (“deflexividade”) nominais e verbais, como a história das línguas neolatinas está repleta de exemplos. Martin também cita a tendência à gramaticalização – a passagem de itens lexicais a elementos gramaticais. Um clássico exemplo de gramaticalização no português é a passagem do substantivo *mente* (do latim *mens*) a morfema formador de advérbios a partir de adjetivos (ex.: *bela* > *belamente*). Se certas forças provocam a perda de elementos gramaticais, a gramaticalização atua no sentido

contrário, criando novas formas (flexões, morfemas derivacionais, pronomes, preposições).

As *tendências tipológicas* também são denominadas de *tipologias linguísticas*. “As tendências tipológicas acima destacadas certamente têm, em razão de sua generalidade, uma certa força explicativa [...]” (MARTIN, 2003[2002], p. 160). Na verdade, o conceito de tipologia linguística, que será adiante abordado com maior profundidade, tem um poder teórico muito grande quando aplicado à diacronia da língua, porque permite apontar para as causas internas da mudança das estruturas gramaticais.

2.9.5.1 Tipologias linguísticas e mudança fonológica

As línguas são comumente classificadas, quanto à estrutura silábica, em dois grandes grupos CV e CVC, ou seja, com ou sem travamento silábico. No português afirma-se genericamente que há a tendência a estruturas CV, mas que é uma língua de tipo CVC. Há ainda aqueles que defendem que essa é uma tendência românica (FURLAN, 1989), ou mesmo universal (LASS, 1980 *apud* LUCCHESI, 2004, p. 148).

Houve teóricos da corrente estruturalista, como Martinet, que explicavam as mudanças linguísticas em termos de *economia*, um outro termo para a *lei do menor esforço*, que geralmente é citada nos manuais de gramática histórica:

LEI DO MENOR ESFORÇO ou da *economia fisiológica*. É uma lei universal esta, cujo domínio se estende a todos os ramos da atividade humana. Caracteriza-se pela simplificação dos processos, empregados pelo homem, na realização de sua obra.

No tocante à linguagem, é esta lei, que Max Müller considera um fato de civilização, contrastada pela corrente conservadora “que visa a manter as diferenças fonéticas necessárias à inteligência da linguagem”.

Como lei fonética, a *lei do menor esforço* se exerce no sentido de tornar mais fácil aos órgãos fonadores a articulação das palavras.

As modificações e quedas de fonemas deram-se em obediência a esta lei.

Pode-se dizer que a *lei do menor esforço* visa à eufonia e ao ritmo.

Nela se alicerça se alicerça o *principio de transição*, que assim se pode enunciar: As consoantes intervocálicas surdas latinas sonorizam-se, em português, nas suas homorgâmicas, e as sonoras geralmente caem (COUTINHO, 1978 [1938], p.137).

É essa a definição tradicional da lei fonética do menor esforço, conceito desenvolvido pela filologia do século XIX. Esse conceito de maior ou menor esforço é um tanto vago, subjetivo, e muito psicológico. À luz da linguística atual tal compreensão da mudança não pode ser

defendida inteiramente. A mudança fonológica dá-se nos traços de que se compõe o fonema, tais como consonantal, vocálico, posterior, anterior, sonoro etc. Esses traços são binários, ou seja, pode ter valor positivo ou negativo, indicando a presença ou ausência desse traço. De acordo com essa concepção, o fonema é encarado como um feixe de traços articulatorios binários. Dentro dessa forma de ver a constituição do fonema, vemos que as regras diacrônicas que regem a evolução do sistema fonológico atuam, muitas vezes, nos traços binários de que se compõe o fonema (alterando seu valor de negativo a positivo, e vice-versa), e não no fonema todo, como no caso a vocalização das consoantes intervocálicas.

A mudança é condicionada pelo contexto fonológico. Isso significa que o fonema não muda por si só, mas em relação a sua posição na estrutura fonológica da sílaba ou palavra. O fonema que se altera pode assimilar traços dos fonemas que estão próximos, ou dissimilar-se, tornando-se articulatoriamente mais diferente dos sons a sua volta, como o ditongo /ey/ do alemão que se tornou /ay/. Outro exemplo de dissimilação é o ditongo /oy/ do português originado de /ow/ (ex.: *cousa* > *coisa*). Se a língua tendesse sempre a simplificar a articulação dos sons não haveria casos de dissimilação, mas apenas assimilações. O que torna a generalização da *lei do menor esforço* pouco válida na atualidade. Desse ponto de vista, a mudança fonológica é imprevisível. Ela pode, de fato, operar no sentido da assimilação ou queda, o que comprovaria a simplificação do sistema; por outro lado, as dissimilações e outros metaplasmos criam novas oposições, alterando o fonema nos traços articulatorios. E tal alteração muitas vezes nada tem a

ver com menor esforço, pois isso implicaria, na defesa do postulado, empiricamente não comprovado, de que existiriam sistemas mais difíceis e outros mais fáceis do ponto de vista articulatorio.

Não se nega a existência nas línguas românicas de uma tendência à simplificação da estrutura silábica, mas, como afirmado anteriormente, tendência é um conceito mais restrito e relativo do que lei. O que é tendência para as línguas românicas pode não ser para as línguas de outras famílias linguísticas. A lei a que Coutinho (1978 [1938]) se refere é uma lei universal, que guiaria a diacronia de todas as línguas, abarcando todos os fenômenos observáveis. Tal postulado é muito amplo, e pode ser questionado com o fato de que, apesar da língua sofrer restrições cognitivas inatas dadas pelo DNA, ela também se constrói em contextos sócio-históricos dos mais diversificados possíveis, e isso faz com que cada língua ou grupo de línguas sofram forças diversas em sua evolução, o que conduz a caminhos diferentes. Há também as forças estruturais que variam de tipologia a tipologia linguística.

No estruturalismo de Martinet há uma forma mais elaborada em se tratar de lei do menor esforço, a qual chama de *economia*.

A evolução linguística em geral pode ser concebida como sendo regida pela antinomia permanente das necessidades comunicativas e expressivas do homem e sua tendência a reduzir ao mínimo a sua atividade mental e física. No plano das palavras e dos signos, cada comunidade linguística encontra a cada instante um equilíbrio

entre as necessidades expressivas que demandam unidades mais numerosas, mais específicas e proporcionalmente menos freqüentes, e a inércia que conduz a um número mais restrito de unidades mais gerais e de emprego mais freqüente. A inércia é um elemento permanente que se pode supor imutável, mas as necessidades comunicativas e expressivas são, de uma época a outra, submetidas à variação, e a natureza do equilíbrio se modifica no curso do tempo. Uma expansão não-econômica é uma expansão que requer um esforço maior do que aquele que a comunidade julga a pena em uma situação dada. Tal expansão será refutada. A inércia, quando se sente que é expressiva, isto é, prejudicial aos interesses legítimos da comunidade, será severamente reprimida. O comportamento lingüístico será então regulado pelo que Zipf chamou de “princípio do menor esforço”, expressão que nós preferimos substituir simplesmente pela palavra “economia” (MARTINET, 1955, p. 94 *apud* LUCCHESI, 2004, p. 141).

Martinet também crê no menor esforço como uma lei universal, um “elemento imutável”. É, portanto, um elemento “transcendente” à mudança, força comum na história de todas as línguas, ao passo que a necessidade da comunicação – o lado “imaneente” da linguagem – evita

que o efeito das neutralizações provoque a perda da oposição entre os fonemas do sistema. A necessidade de manutenção das oposições fonológicas evita certos caminhos da mudança. Como a comunicação é algo “imane[n]te”, sempre em mudança, mudam as forças que atuam sobre o sistema. Nesse ponto Martinet vê o lado social da mudança, dando, portanto, um passo a mais em termos teóricos. Teve intuições importantes ao tratar do lado “imane[n]te” da mudança – as forças sociais que tendem a preservar as oposições significativas –, mas equivocou-se ver na economia um elemento universal, defendendo uma concepção do século XIX, não mais aceitável hoje. Como bem lembra Lucchesi (2004), “esse princípio do menor esforço carrega em si vários problemas lógicos” (p. 142). Lass (1980 *apud* LUCCHESI, 2004, p. 142) faz a observação de que essa concepção faz crer que a mudança linguística torna a língua mais fácil, parecendo que houve um tempo no qual a língua era “mais difícil” do que no presente. “É muito pouco lógico pensar que as línguas começaram ‘mais difíceis’ (i. é., constituídas por elementos que exigem um maior esforço articulatório e perceptível), para depois se tornarem ‘mais fáceis’” (LUCCHESI, 2004, p. 142). Assim, não se pode tratar a diacronia em termos do mais fácil ao mais difícil, pois esses são conceitos culturalmente relativos (cada um acha que uma língua é mais difícil por ser estruturalmente muito diferente que a sua língua materna). “Difícil” e “fácil” não são termos adequados a uma teoria científica que se queira objetiva, pois implica em línguas melhores ou piores que outras. O que é um juízo de valor, e não afirmação científica.

Ao contrário de “fácil” e “difícil”, é possível dar objetividade a essa questão ao descartar esses conceitos, substituindo-os pelas noções de *complexo* e *simples*. Tratar *complexo* ou *simples* significa um avanço teórico, pois esses conceitos não carregam em si o subjetivismo e o juízo de valor dos termos *fácil* e *difícil* (o conceito de *simples* não implica no conceito de *fácil*). Simples e complexo são termos mais objetivos e científicos.⁶⁸ Uma sílaba CV é mais simples que uma sílaba CVC, e a estrutura CCVCC é mais complexa que a CVC. O mesmo é válido em morfologia. O sistema flexional do latim é indiscutivelmente mais complexo que o do português – o latim usa mais morfemas para a expressão das categorias gramaticais. Porém, isso não implica que o latim seja melhor ou pior que o português – mais fácil ou difícil de aprender –, mas apenas que este expressa suas categorias de forma mais analítica e aquele de forma sintética. A comunicação mantém-se.

Martinet (1974) concebia que a linguagem se articulava em dois planos, denominados de primeira e segunda articulação. Primeiro a

⁶⁸ Um químico, por exemplo, pode afirmar que uma molécula é mais complexa que outra, simplesmente porque é formada por mais átomos. Portanto, são mais complexas as estruturas constituídas por mais elementos que outras mais simples, com menos elementos. O DNA de um vírus é mais simples que o DNA humano, pois esse possui mais genes. Já o DNA de uma ameba é mais complexo que o de um vírus por conter um maior número de informações genéticas. Na linguagem dá-se algo análogo. Sistemas linguísticos com menos unidades morfológicas são menos complexos que sistemas com mais unidades morfológicas. Essa afirmação não implica que um sistema linguístico com mais unidades seja mais difícil que outro. Isso indica que os conceitos de fácil e difícil não são os mesmos que simples e complexo, em especial, quando se trata de linguagem. Portanto, quando se comparam dois sistemas, como o latim e o português, é possível usar objetivamente os conceitos de simples e complexo na análise das estruturas. Os termos fácil e difícil não são aplicáveis à análise científica da linguagem, pois se trata muito mais da avaliação subjetiva do falante diante de outra língua que não seja a sua língua materna.

língua se articula em unidades de sentido, somente depois se utiliza de unidades distintivas (fonemas) para dar forma aos conceitos organizados na primeira articulação. “Esperamos pois de uma língua que nela se manifeste a dupla articulação. Tanto no domínio das unidades distintivas (segunda articulação) como no das unidades significativas (primeira articulação) [...]” (MARTINET, 1974, p. 23-24). Pode-se dizer que, no plano da primeira articulação, as unidades semânticas se mantêm, o que muda é a forma como se manifestam os sentidos. Por isso, no plano mais abstrato – o plano semântico, a primeira articulação – a língua continua essencialmente sem grandes modificações, ao passo que se modificam os modos como a língua expressa essas categorias semânticas. Assim a língua mantém sua plenitude estrutural.

É importante [...] destacar que a mudança gera contínuas alterações da configuração estrutural das línguas sem que, no entanto, se perca, em qualquer momento, aquilo que costuma ser chamado de *plenitude estrutural* e *potencial semiótico* das línguas.

Queremos com isso dizer que as línguas estão em movimento, mas nunca perdem seu caráter sistêmico e nunca deixam os falantes na mão. Em outras palavras, as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados (FARACO, 2005, p. 14).

Levando em conta essas considerações de Faraco (2005), não faz sentido falar de línguas fáceis e difíceis, pois todas são igualmente capazes de comunicar. Elas podem ser avaliadas em termos de maior e menor complexidade em virtude da existência de mais ou menos elementos estruturais.

A partir dessas colocações, é possível observar que a estrutura silábica, do latim clássico ao português, apresenta um caminho rumo à simplificação, porque a língua perde as codas complexas do tipo *rex* /'rɛcs/, com redução do número de fonemas que podem ocupar a posição posvocálica. Como foi visto, o ataque de sílabas átonas postônicas também tende a se simplificar, como em *outro* > *oto*, *setembro* > *setembo*.

Como bem lembra Lucchesi (2004, p. 148), não há sentido em se dizer que as línguas mudam de padrões CVC para CV por uma tendência universal a *otimização*; “não haveria como explicar línguas cujas histórias ‘não apenas ‘falham em otimizar’ por incremento de sílabas CV, como são temperadas com mudanças que efetivamente minimizam CV – mesmo dentro de uma família que no geral tende a maximizar isso” (LUCCHESI, 2004, p. 148-149). O que seria otimização em diacronia? Seria um conceito explicado em Lass (1980)⁶⁹ e análogo aos conceitos de *lei do menor esforço* ou *economia*.

O princípio básico desse raciocínio é de que as línguas em sua evolução buscam manter a sua

⁶⁹ Citado em Lucchesi (2004), o qual critica a teoria da otimização das estruturas linguísticas.

capacidade comunicativa reduzindo os esforços acústico-articulatórios, o que é definido como **otimização**. Isso naturalmente à idéia de **estruturas ótimas**, ou seja aquelas que preenchem as necessidades comunicativas exigindo um menor esforço acústico-articulatório. O problema é justamente definir objetivamente quais seriam os processos de otimização e as estruturas ótimas

Tais soluções, como demonstrou Lass (1980: 15-44), só podem ser definidas em termos analíticos, e não explicativos. Não há motivação empírica suficiente para se poder afirmar que determinado processo histórico constitui um processo de otimização, ou que determinada estrutura é ótima (LUCCHESI, 2004, p. 148).

O exemplo dado de otimização é justamente a mudança do padrão silábico de CVC a CV. Como o padrão silábico CV é observado em todas as línguas conhecidas (acrescentando a mudança em muitas línguas de CVC a CV), essa estrutura CV é definida como ótima. O que seria um juízo de valor, tal como dizer que a língua é melhor por ter se otimizado.

O ponto central da questão é que o problema da evolução silábica está colocado de um modo errado. Não basta apenas dizer que uma língua é CV ou CVC, porque a estrutura silábica também varia se a sílaba é de final de palavra ou não.

Harris e Gussmann, por exemplo, ao discutirem os universais fonológicos, reconhecem que a classificação em línguas CV ou CVC é imprópria. Aqui entra em jogo a importância das tipologias fonológicas como já reconhecia Jakobson em 1932:

Há certas leis estruturais de validade universal imanes na composição de todo e qualquer sistema fonológico e que limitam a variedade desses sistemas, de modo que se torna perfeitamente exequível uma tipologia fonológica das línguas do mundo inteiro (JAKOBSON, 1972 [1932], p. 12).

Os estudos tipológicos reconhecem que não basta classificar as línguas em dois grandes grupos (CV e CVC), quando se trata da estrutura da sílaba.

Nós concluímos nossa comparação das análises da coda e do *onset* das consoantes em final de palavras voltando à questão tipológica que começamos em 2.1. Lá, notamos como a classificação tradicional de línguas dos tipos ‘CV’ e ‘CVC’ é refutada pela distinção quadriforme que surge das escolhas separadas que as gramáticas evidentemente fazem com relação às sílabas internas fechadas e às consoantes finais (HARRIS, GUSSMANN, 1998, p. 30 *apud* HORA, PEDROSA, CARDOSO, 2010, p. 73).

Numa interpretação paramétrica das estruturas linguísticas, os autores fazem uma proposta que possibilita a existência de quatro grupos de línguas quanto ao travamento silábico.

Um parâmetro controla se ou não uma gramática permite ramificar rimas: OFF evita sílabas fechadas. O outro controla se ou não um núcleo de domínio final é permitido permanecer vazio: se ele é OFF, então toda palavra na língua deve terminar em uma vogal; se é ON, a língua permite consoantes finais (HARRIS, GUSSMANN, 1998 *apud* HORA, PEDROSA, CARDOSO, 2010, p. 73).

Dentro de uma perspectiva que leva em consideração os universais linguísticos, a língua pode ter ou não coda silábica em relação a sua posição na palavra, se é sílaba final ou não. Desse modo pode haver uma língua CVC para sílabas não finais e CV para sílabas finais, tal como é a fonologia do italiano.

1	OFF.OFF	Aquelas que não permitem coda: V.CV	Ex.: Zulu
2	OFF.ON	Aquelas que não permitem coda interna: V.CV(C)	Ex.: Luo
3	ON.OFF	Aquelas que não permitem coda final: CVC.CV	Ex.: Italiano
4	ON.ON	Aquelas que permitem coda: V(C).CV(C)	Ex.: Inglês

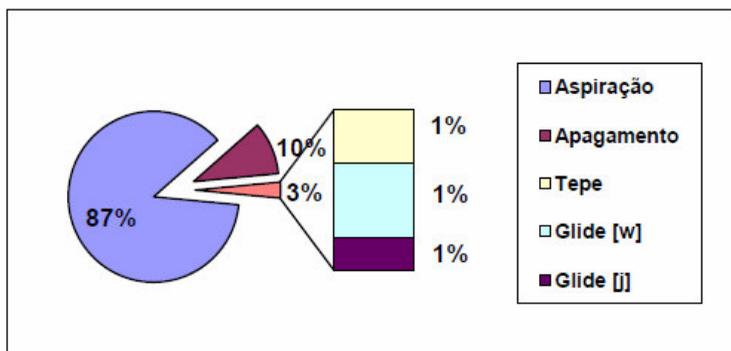
Quadro 8 – Parâmetros linguísticos quanto à estrutura silábica

Fonte: Harris & Gussmann (1998, p.30 *apud* HORA *et al.*, 2010, p. 73)

Os estudos sociolinguísticos e dialetológicos levantados ao longo desse capítulo corroboram os quatro parâmetros sugeridos por Harris e Gussmann (1998 *apud* HORA, PEDROSA, CARDOSO, 2010), pois a variação e a mudança observadas na coda dão-se de modo diferente se a sílaba é final ou não. Quando é final, maior é a tendência ao apagamento da coda, seja qual for a consoante. Isso aponta para uma mudança paramétrica na fonologia do português, ou – para ser mais específico – nos seus dialetos do Brasil, que caminharia do parâmetro 4 (o latim clássico se enquadra nesse grupo) para o parâmetro 3, que não permite coda final, mas admite codas internas.

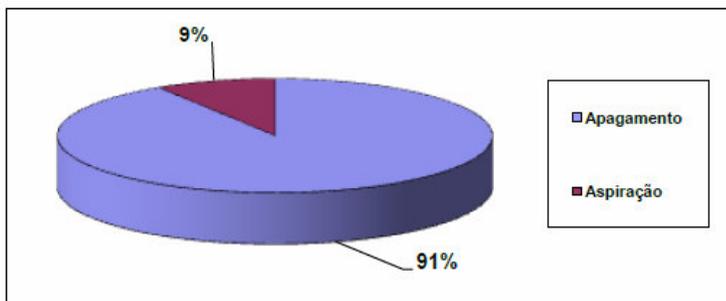
É bem plausível que esta seja a força interna (estrutural) mais significativa no longo processo de mudança. Como a mudança não se dá abruptamente, o português brasileiro atual ainda estaria num estágio intermediário da mudança paramétrica, no qual ainda se admitem codas finais em certos contextos.

Gráfico 4 – Comportamento do /r/ posvocálico em posição interna



Fonte: Hora & Monareto (2003)

Gráfico 5 – Comportamento do /r/ posvocálico em posição final



Fonte: Hora & Monareto (2003)

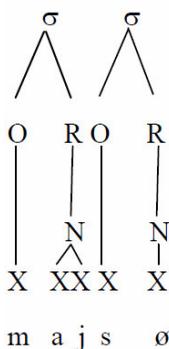
Como se constata nos resultados do estudo de Hora e Monareto (2003), referente à variação do /r/ em coda, que este fonema sofre apagamento em 91% dos casos registrados quando a coda é de final de palavra. Ao passo que, em posição interna, há a tendência à preservação do fonema, com 87% do total de realização do /r/.

O fonema de coda que mais tem se preservado é o /s/. Seu comportamento é complexo, porque pode ser partícula flexional (*carros, pernas, leões*) ou apenas parte da raiz da palavra (ex.: *Carlos, lápis, ônibus*). Sua variação é, portanto, um fenômeno tanto fonológico quanto morfossintático. A variante inovadora (com /s/ apocopado) tem se propagado principalmente em contexto em que esse fonema se constitui como flexão, por isso a queda do /s/ é mais frequente em nomes (substantivos e adjetos) do que em partículas funcionais. Mas pode-se observar já na sincronia indícios de variação em outros contextos que não de flexão (*Carlo, lapi, ônibu*).

Mesmo nos casos em que o /s/ é preservado em posição final, há a interpretação fonológica de Pedrosa (2009, p. 70) segundo a qual o /s/ quando posvocálico não é coda, mas integra o ataque de uma sílaba sem núcleo vocálico. Dentro dessa análise, palavras como *mais* teriam duas sílabas (CVV.CØ) e não somente uma (CVVC), como tradicionalmente se pensa. Se se aceita essa análise como verdadeira, o /s/ não mais estaria no quadro dos fonemas de coda.

Dessa forma demos a seguinte mudança fonológica:

CVC (1 sílaba) > CV.CØ (2 sílabas)



2.9.6 Interação entre mudança fonológica e mudança morfosintática

No presente ponto da investigação diacrônica cabe uma interrogação: qual o motivo para se ter dado até aqui especial destaque à evolução da coda silábica e dos fonemas de final de palavras? A

resposta é que a evolução fonética muito frequentemente tem consequências na estrutura morfossintática.

Sabe-se que as línguas indo-europeias são línguas flexionais, cujas flexões encontram-se à direita da raiz dos vocábulos. Tais características, que marcavam o indo-europeu, foram herdadas pelos sistemas linguísticos que dele descenderam, como o latim e o português. Essa característica das línguas do grupo ao qual pertencem o latim e o português torna relevante a investigação da evolução da fonologia para a compreensão da evolução da estrutura morfossintática, com destaque a evolução das sílabas finais e fonemas de coda.

Essa visão da íntima relação das mudanças fonéticas e morfossintáticas já era vista por Whitney no livro *A vida da linguagem*.

Podemos ainda observar em muitas palavras a presença de uma tendência à abreviação. [...] *Ongunnon*, *pluccian* e *etan* perderam a vogal e a consoante da sílaba final. Essas sílabas eram, na primeira palavra, as terminações distintivas da flexão verbal no plural (*ongan*: *eu começara* ou *ele começara*, *ongannon*: *eles começaram* ou *nós começáramos*), nas outras duas, do infinitivo (WHITNEY, 2010 [1875], p. 48).

Mais adiante Whitney explica com maiores detalhes a evolução morfológica de palavras como *eat* e *pluck*:

Os infinitivos *pluccian* e *etan*, sendo originalmente nomes verbais e tendo a construção de nomes correspondem diretamente, como objetos, ao verbo *ongunnon*. Os falantes do inglês moderno fazem o mesmo com alguns verbos, como em *he will pluck* (ele apanhará) *he must eat* (ele deve comer) *see him pluck* (vê-lo apanhar), *let him eat* (deixe-o comer) [...]. Mas na grande maioria dos casos, o inglês exige a preposição *to* como marca de infinitivo e se diz: *began to pluck and to eat* (começou a apanhar e a comer). Essa preposição não era desconhecida no anglo-saxão; mas era utilizada somente quando a relação que entretinham as palavras favorecia a introdução dessa marca de conexão, e o infinitivo, que vinha depois, tomava uma forma particular: *gôd to etanne*, - *good unto eating* – *good to eat* (bom para comer). O *to* que, na época era uma palavra distinta, uma palavra de relação, se tornou a marca estereotipada de uma certa forma verbal; ele não tem mais valor em si mesmo do que o *an* final de *pluccian* e de *etan*, que, em alguma medida, está destinado a substituir [...]” (WHITNEY, 2010 [1875], p. 52-53).

Whitney mostra como uma mudança leva a outra, ou melhor, como mudanças fonológicas, que ele descreve como uma tendência a abreviação das palavras, disparam mudanças morfossintáticas, mais especificamente a perda do morfema [-an] como marcador de infinitivo.

Como o autor descreve, “a sílaba final que foi suprimida era precisamente a que dava à palavra sua forma gramatical, indicando, nestas últimas, o infinitivo [...]” (WHITNEY, 2010 [1875], p. 60). Com isso, para que a língua mantivesse a expressão do infinitivo a preposição *to* – já existente na língua – ganhou novas funções gramaticais. Constatase que nos aspectos gerais a mudança descrita por Whitney se resume à perda de um morfema flexional cuja função é suprida por uma partícula que se antepõe ao vocábulo. São praticamente os mesmos mecanismos de mudança que são encontrados do latim ao português, como o aumento no uso de preposições em detrimento das flexões de caso, ou as perífrases verbais, que acabam por substituir certos morfemas marcadores de tempo, nas quais um verbo auxiliar se antepõe ao verbo principal: *amarei* > *vou amar*; *amaria* > *ia amar*; *amara* > *tinha amado*.

Caso análogo a mudança morfossintática descrita por Whitney é a perda do caso genitivo (*amicus, amici*) que foi substituído pelo uso de uma preposição já existente na língua, *de*, que tinha um uso mais restrito e exercia outras funções. Dessa forma a preposição *de* tem seu uso expandido no interior do sistema sintático. Quando *de* passa a marcar o adjunto adnominal, deixa-se de ter a flexão casual de genitivo.

O exemplo que deixa mais evidente a relação entre mudança fonológica e sintática é a perda generalizada de /m/ no latim vulgar, o que gera uma neutralização entre nominativo e acusativo, em todos os nomes da primeira declinação, e nas palavras de gênero neutro da segunda declinação. Com a neutralização morfológica causada por uma mudança fonológica, a sintaxe muda para a manutenção das categorias

de sujeito e objeto direto. Ou seja, para que não houvesse ambiguidade entre qual seria a função sintática de cada termo na oração, a ordem torna-se mais rígida, com o objeto direto ao fim, estrutura esta que será herdada pelas línguas românicas modernas.

Essa tendência a supressão dos fonemas finais também é, segundo Whitney, encontrada dentro das línguas românicas, como o francês.

No francês, a história da mudança é um pouco diferente: não houve nenhuma mudança geral do lugar do acento em relação ao latim; mas houve abreviação ou supressão de tudo o que no latim seguia a sílaba acentuada, que se tornou a sílaba final (sendo desconsiderado o *e* mudo) de toda palavra francesa regular: assim, em *peuple* (de *pópulum*), em *faire* (de *fácere*), em *prendre* (de *prehendere*) em *été* (de *oestatem* e de *statum*) (WHITNEY, 2010 [1875], p. 63).

É um fato amplamente conhecido a relativa pobreza flexional do francês moderno diante das demais línguas românicas. Isso se deve ao motivo levantado por Whitney, a radical supressão dos fonemas finais, os quais faziam parte, muitas vezes, de morfemas flexionais. Mudanças fonológicas levaram à neutralização das flexões verbais, por exemplo, o que torna obrigatória a expressão do sujeito.

Essa tendência da abreviação das palavras com consequente perda de flexões não é algo exclusivo das línguas românicas. Um

processo semelhante é visto na história do inglês, língua caracterizada por sua pobreza flexional.

Como as sílabas finais continham os marcadores de caso, a expressão aberta de casos começou a desaparecer, e a ordem de palavras passou a ser fixa para eliminar as ambigüidades decorrentes disso. Pela mesma razão, preposições e auxiliares como *of*, *do*, *will* e *have* perderam seus sentidos originais e receberam importantes responsabilidades gramaticais. Por isso, muitas das características da sintaxe do inglês moderno são o resultado de uma cadeia de efeitos que começou com uma mera alteração de pronúncia (PINKER, 2004, p. 318-9).

Esses fatos da história das línguas justificam, portanto, a análise de fatos de fonologia diacrônica. Há uma recorrente relação entre a mudança na estrutura fonológica e a estrutura morfossintática.

Foi observada a evolução não só dos fonemas que representam flexões, como o /m/ ou /s/, mas o conjunto dos fonemas em coda, e a evolução da sílaba de forma mais ampla. Assim é possível ver que a passagem de sílabas CVC para CV é um fenômeno mais geral – com comportamento diferente se a sílaba é final ou interna –, que, inclusive, envolve a mudança de parâmetros dentro da gramática universal.

CAPÍTULO 3

MUDANÇAS MORFOSSINTÁTICAS

3.1 A PERDA DA CATEGORIA DE CASO

O indo-europeu era uma língua caracterizada por sua riqueza flexional, pois além dos seis casos latinos⁷⁰ havia também o locativo e o instrumental (MARTINET, 1997).

O locativo é o caso que marca o local em que se desenrola o processo (MARTINET, 1997, p. 237). Em português é representado pela preposição *em* (ex.: *Paulo está em casa*). Um resquício do caso locativo em latim é a forma *domi* (em casa), de *domus* (nom.).

O caso instrumental indicava o instrumento com que se executa uma determinada ação (ex.: *Maria cortou o bolo com a faca*). Em latim este caso correspondia à preposição *cum* (> *com*).

Em latim esses dois casos deixaram de existir, e em seu lugar, como visto, houve o acréscimo do uso de preposições. Essa tendência à substituição dos casos por preposições continua em fases posteriores – na formação do latim vulgar e dos romances. Constata-se, portanto, uma progressiva simplificação da morfologia, processo no qual as formas vão se neutralizando, e as categorias gramaticais passam a ser expressas de forma mais analítica. São as preposições e a posição da palavra na frase que indicam sua função sintática, e não mais a morfologia.

⁷⁰ Nominativo, vocativo, genitivo, dativo, ablativo e acusativo.

A deflexionalização nominal se fez sentir muito cedo os usos vulgares e se insinuava até na língua escrita. Intensificou-se com o correr dos séculos, por baixo das prescrições, muitas vezes convencionais, da gramática clássica, e acabou por citar a tipologia nominal que aparece nas línguas românicas (CAMARA JR., 1979, p. 23).

Ao se observar mais atentamente o sistema morfológico do latim clássico já é possível se ver alguns indícios dessa tendência à deflexionalização a que se refere Mattoso Camara. O vocativo, por exemplo, neutralizava-se em quase todas as declinações. Só na segunda declinação há uma oposição bem marcada entre esses casos, como em *dominus* (nom.) que se opõe a *domine* (voc.). Há também o dativo e o ablativo que se confundiam na maior parte das declinações, tanto no singular quanto no plural. Soma-se a esses casos um progressivo “esvaziamento” da 4ª e 5ª declinações, as quais foram sendo absorvidas pelas 1ª e 2ª declinações.

Dessa forma, dos oito casos da morfologia do indo-europeu restam seis no latim, com muitos casos de neutralização, como visto acima. Desses seis casos acabam restando somente dois em latim vulgar, no qual há só a oposição entre nominativo e acusativo. Mesmo assim, em virtude do apagamento do /m/ em final de palavra, o nominativo e o acusativo se neutralizavam na 1ª declinação no singular, e na 3ª declinação no plural. Diante dessas neutralizações, uma nova estrutura sintática – na qual a ordem dos constituintes da oração fosse mais fixa –

passava a ser necessária, pois só a morfologia não dava mais todas as pistas necessárias para a identificação, na forma da palavra, sua correspondente função sintática.

Os quadros abaixo, com os paradigmas das flexões de caso, podem dar uma ideia mais detalhada desse processo de perda das flexões:

a) Primeira declinação:

Latim Clássico

	Singular	Plural
Nominativo	<i>luna</i>	<i>lunae</i>
Vocativo	<i>luna</i>	<i>lunae</i>
Genitivo	<i>lunae</i>	<i>lunarum</i>
Dativo	<i>lunae</i>	<i>lunis</i>
Ablativo	<i>luna</i>	<i>lunis</i>
Acusativo	<i>lunam</i>	<i>lunas</i>

Latim Vulgar⁷¹

	Singular	Plural
Nominativo	<i>luna</i>	<i>lune</i>
Acusativo	<i>luna</i>	<i>lunas</i>

Línguas Neolatinas

	Singular	Plural
Português	<i>lua</i>	<i>luas</i>
Espanhol	<i>luna</i>	<i>lunas</i>
Francês	<i>lune</i>	<i>lunes</i>
Italiano	<i>luna</i>	<i>lune</i>
Romeno	<i>lună</i>	---

⁷¹ Coutinho (1974 [1938], p. 226).

b) Segunda declinação:

Latim Clássico

	Singular	Plural
Nominativo	<i>annus</i>	<i>anni</i>
Vocativo	<i>anne</i>	<i>anni</i>
Genitivo	<i>anni</i>	<i>annorum</i>
Dativo	<i>anno</i>	<i>annis</i>
Ablativo	<i>anno</i>	<i>annis</i>
Acusativo	<i>annum</i>	<i>annos</i>

Latim Vulgar⁷²

	Singular	Plural
Nominativo	<i>annus</i>	<i>anni</i>
Acusativo	<i>annu, o</i>	<i>annos</i>

Línguas Neolatinas

	Singular	Plural
Português	<i>ano</i>	<i>anos</i>
Espanhol	<i>año</i>	<i>años</i>
Francês	<i>année</i>	<i>années</i>
Italiano	<i>anno</i>	<i>anni</i>
Romeno	<i>an</i>	<i>ani</i>

c) Terceira declinação:

Latim Clássico

	Singular	Plural
Nominativo	<i>canis</i>	<i>canes</i>
Vocativo	<i>canis</i>	<i>canes</i>
Genitivo	<i>canis</i>	<i>canium</i>
Dativo	<i>cani</i>	<i>canibus</i>
Ablativo	<i>cane</i>	<i>canibus</i>
Acusativo	<i>canem</i>	<i>canes</i>

⁷² Coutinho (1974 [1938], p. 227).

Latim Vulgar⁷³

	Singular	Plural
Nominativo	<i>canes</i>	<i>canes</i>
Acusativo	<i>cane</i>	<i>canes</i>

Línguas Neolatinas

	Singular	Plural
Português	<i>cão</i>	<i>cães</i>
Espanhol	<i>can</i>	<i>canes</i>
Francês	<i>chien</i>	<i>chiens</i>
Italiano	<i>cane</i>	<i>cani</i>
Romeno	<i>câine</i>	<i>caini</i>

Possivelmente, o lento e progressivo processo aqui visto de simplificação dos paradigmas flexionais – com neutralizações de casos em favor do acusativo e nominativo –, mais especificamente a neutralização entre acusativo e nominativo, tenha se iniciado na primeira declinação (com vogal temática em /a/), como aponta Tarallo:

É possível, pois, dentro dessa perspectiva, que a neutralização entre acusativo e nominativo tenha sido iniciada com as palavras da primeira declinação, desencadeando, através da reorganização do sistema, uma ordem mais fixa das palavras da sentença. Para as palavras da segunda e da terceira declinações, em que tal neutralização não ocorria via processo fonético de homofonia (como na primeira, conforme apontou

⁷³ Coutinho (1974 [1938], p. 227).

Coutinho (1969, p. 228)), a ordem das palavras pode ter levado mais tempo para se fixar (TARALLO, 1990b, p. 127).

Essa neutralização foi provocada pela mudança fonológica na qual se deu a apócope do /m/ do final de palavra. Por processos de analogia, o mesmo foi se dando nos paradigmas flexionais das outras declinações.

Mas isso não é algo inovador na diacronia da língua. O latim, na verdade, dá continuidade a um processo de neutralizações que já vinha se operando mesmo antes da formação do latim. No próprio latim clássico, como visto anteriormente, já se entrevia a confusão entre os casos. Os paradigmas do latim vulgar são o último estágio dessa tendência antiga de perda dos casos, que se completa na formação dos romances, na Idade Média, nos quais sobrevivem ou o nominativo ou o acusativo como casos lexicogênicos.

A formação do singular e do plural nas línguas neolatinas expressa com clareza a divisão entre România Ocidental e România Oriental, adotada nos estudos filológicos. No italiano e romeno, línguas da România Oriental, há a sobrevivência do caso nominativo. No italiano, os nomes herdados da primeira declinação latina fazem o plural em *e*, em oposição ao *a* do singular. Como vimos nos exemplos acima, *luna*, singular, opõe-se a *lune*, plural. Já os nomes vindos da segunda e terceira declinações, terminados respectivamente em *o* e *e*, no singular, fazem o plural em *i* somente. Percebe-se aí que a morfologia do plural dos nomes da segunda declinação foi adotada pelos nomes da terceira. Isso se justifica pelo fato de que em italiano não há nomes terminados

com *s*. Tal “limitação” fonológica faria com que, teoricamente, os nomes de terceira declinação ficassem com a mesma forma no singular e no plural. A analogia resolve este problema: os nomes vindos da terceira declinação adotam a morfologia do plural dos nomes da segunda, e cria-se a oposição entre *e* e *i*, marca de singular e plural no italiano.

Como a Romênia está na área denominada de România Oriental, a língua romena também conservou o nominativo do latim, o qual não sobreviveu na România Ocidental. No português, espanhol e francês os nomes vieram do acusativo⁷⁴. Assim, a marca de plural ficou sendo um /s/, que veio do acusativo plural das três declinações do latim vulgar. Marca morfológica que se opõe a um morfema zero [ø] no singular.

Mas, voltando à questão sobre que fenômeno deve ter disparado essa série de mudanças, como afirmado anteriormente, possivelmente deve ter sido a neutralização nas formas do nominativo e acusativo da primeira declinação, em decorrência do apagamento da consoante nasal /m/, que deu início a toda uma série de mudanças, na qual se formaram as gramáticas das línguas neolatinas.

As neutralizações continuam no latim vulgar com o emprego de preposições no lugar da morfologia de genitivo e dativo.

Para tratar especificamente do genitivo, este caso latino foi substituído pela preposição *de*, que já existia no latim clássico, mas não

⁷⁴ O nominativo deixou apenas alguns resquícios no português. Por exemplo, a palavra Deus veio do nominativo latino, *Deus* (no plural, *Di* ou *Dii*). Mas a sua forma no plural segue o padrão dos outros nomes, *Deuses*. Se este substantivo tivesse seguido a evolução dos demais, sua forma no singular seria **Deo* (de *Deum* no acusativo), no singular, e **Deos*, no plural.

exercendo a função de adjunto adnominal. Esta preposição, no latim clássico, ocorria no sentido de “do alto de X”, “sobre X”, “segundo X”, “acerca de X”, “por causa de X”, “a respeito de X”, “procedente de X” etc. Na passagem ao latim vulgar há, portanto, uma ampliação do uso dessa preposição no contexto sintático de adjunto adnominal.

Há alguns exemplos do emprego da preposição *de* cumprindo a função de genitivo. Um epitáfio cristão do século II d.C. apresenta claramente essa mudança morfossintática: “*de Deo munus*”⁷⁵ (CAMARA Jr.1979, p. 24). Outro caso bem conhecido encontra-se no *Testamentum Porcelli*, um texto humorístico do século III d.C.: “*transi, puer, affer mihi de cocina cultum, ut hunc porcellum faciam cruentum*”.⁷⁶ Aqui o sintagma *de cocina* é ambíguo, pois pode ser tanto adjunto adverbial quando adnominal. Nesta última possibilidade, então há um caso bem evidente de perda do genitivo por causa do uso da preposição *de* regendo caso ablativo. É bem possível que contextos sintáticos como este tenham favorecido a mudança na expressão do genitivo. O surgimento da possibilidade de ambiguidade na interpretação de sintagmas regidos por *de*, como o encontrado no *Testamentum*, já indica o início da mudança na qual o uso da preposição *de* se expande, assumindo a função de adjunto adnominal. Mesmo porque, no latim clássico, não existiria tal ambiguidade. Com o passar do tempo, provavelmente, a possibilidade de ambiguidade foi crescendo, até que o *de* passou a ser usado, por analogia, em outros contextos não favoráveis a tal ambiguidade, como em contexto de adjunto adnominal

⁷⁵ Tradução: Dádiva de Deus.

⁷⁶ Tradução: “Apressa-te, menino, traze-me a faca da cozinha, a fim de que eu faça este porquinho cruenteo” (SOZIM, 1987, p. 52).

de um sintagma na posição (inicial) de sujeito da oração. O novo uso da preposição foi crescendo até suplantando a forma clássica do genitivo.

Nessa mudança do latim vulgar, primeiro a preposição *de* continuou regendo o caso ablativo, e este sintagma preposicional ocorria preferencialmente diante do nome que estava restringindo, seguindo ainda a ordem sintática latina – a anteposição do adjunto adnominal.

O caso dativo também foi absorvido pelo uso de uma preposição, *ad*, a qual rege o caso acusativo. Então o sua de *ad* associado ao caso acusativo substituiu o dativo. Na primeira declinação, por exemplo, tal mudança leva à neutralização entre todas as formas do singular, pois a terminação [-ae], usada nos casos genitivo e dativo, cai em desuso pelo uso das preposições *ad* e *de*, as quais levam o nome a assumir a terminação [-a], do acusativo/ablativo, no latim vulgar.

Posteriormente, numa fase mais avançada da mudança, o caso acusativo absorveu o ablativo. Isso significa que a preposição *de* deixou de reger ablativo para adotar o acusativo. Também não se pode esquecer de assinalar que o adjunto adnominal passou a ser posposto ao núcleo do sintagma.

O latim clássico era uma língua com sintaxe de núcleo final, ou seja, no sintagma verbal o núcleo é logicamente o verbo, por isso este vai ao final da frase. Isso explica a ordem sintática básica SOV. Nos sintagmas nominais, o nome, que é o núcleo, vai ao final do sintagma. Isso explica porque o genitivo, preferencialmente, precedia o nome ao qual se subordinava. Dessa forma, o nome nuclear do sintagma sucedia o genitivo.

Com a passagem da língua a uma sintaxe de núcleo inicial, tanto o genitivo quanto o objeto direto vão ocorrer à direita do sintagma, e o núcleo à esquerda. Portanto, a posposição do genitivo (adjunto adnominal) ao nome a que se liga é um fenômeno de mudança sintática que está em estreita relação com a passagem do objeto direto ao final da frase. E esses dois fenômenos, em conjunto, explicam-se pela mudança paramétrica na qual a língua deixava o parâmetro núcleo final para adotar o parâmetro núcleo inicial. Tal mudança também leva a uma reorganização dos pronomes *mecum*, *tecum*, *secum*, *nobiscum* e *vobiscum*. Nesse paradigma pronominal (que é na verdade um sintagma preposicional), temos a posposição da partícula *cum*, que é o núcleo do sintagma. Com a mudança paramétrica que levou a língua a ser núcleo inicial, *cum* passa a ocorrer também diante dos pronomes, dando origem aos pronomes oblíquos tônicos na forma como se conhece no português: *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco* e *convosco*. Há, então, mudanças profundas na sintaxe que têm repercussão no sistema pronominal, remodelando sua forma com a repetição de *cum* diante do sintagma.

CAPÍTULO 4

O NASCIMENTO DE NOVOS PRONOMES

4.1 O SISTEMA DE PRONOMES PESSOAIS LATINOS E SUA EVOLUÇÃO

O latim tinha um paradigma de pronomes pessoais mais restrito do que o desenvolvido no português, principalmente após o século XIV. A língua latina possuía apenas quatro formas pronominais com a função de sujeito. Elas representavam morfologicamente a relação falante-ouvinte, e a oposição semântica entre singular e plural. Há, portanto, a forma *ego* (singular) e *nos* (plural) para a primeira pessoa – aquela que fala – e *tu* (singular) e *vos* (plural) para a segunda – aquela a quem se fala.

Esse sistema foi drasticamente alterado na passagem do latim clássico ao português moderno. Pode-se dizer que, praticamente, apenas o pronome da primeira pessoa do singular tem resistido mais firmemente aos processos de variação e mudança da língua. Atualmente o pronome *ego*, que gerou *eu* em português, não apresenta nenhuma variante. A morfologia verbal e as formas oblíquas deste pronome são as mais conservadoras no atual estágio da história do português.

Pessoa	Singular	Plural
1^a	ego	nos
2^a	tu	vos
3^a	---	---

Quadro 9 – Pronomes pessoais (caso nominativo) do latim clássico

Fonte: Adaptado de Almeida (1982)

Esses pronomes latinos variavam em sua forma dependendo da função sintática que assumiam na frase. Havia formas correspondentes nos casos acusativo, genitivo, dativo e ablativo. Os pronomes que, na tradição gramatical portuguesa, são chamados de oblíquos. Ou seja, os denominados pronomes oblíquos do português são justamente aqueles originados do acusativo, dativo e ablativo, no latim.

O que mais chama a atenção na comparação do sistema pronominal latino com o sistema pronominal do português é a falta de um pronome de terceira pessoa em latim. Tal falta era compensada com outras estratégias, tal como o uso dos pronomes demonstrativos *ipse* e *ille*.

O fato mais significativo na passagem do latim clássico ao vulgar, no que se refere aos pronomes pessoais, foi o desenvolvimento de um pronome de terceira pessoa a partir dos demonstrativos *ipse* e *ille*, os quais geraram os atuais sistemas pronominais das línguas românicas. Mas foi o demonstrativo *ille* que se conservou na maior parte da România como pronome pessoal. Dessa forma, “*Ille* é geral na România, desde a Lusitânia até a Dácia [...], o que demonstra a sua antiguidade no latim vulgar” (MAURER JR, 1959, p. 105).

Īlle sofreu grandes transformações em sua forma fonética, as quais ocorreram no sentido de sua redução. No espanhol tornou-se *él*, no provençal *el*, no francês *il*, no italiano *egli*, no romeno *el* etc. (MAURER JR, *op. cit.*, p. 105). O demonstrativo *ipse* no início também era utilizado na função de pronome pessoal, porque no sardo sobreviveu como *isse*.

Com o uso frequente dos demonstrativos no sintagma nominal para fazer referência a alguém fora do eixo comunicativo falante-ouvinte, gerou-se uma ambiguidade semântica (*ille* é demonstrativo ou pronome pessoal?). O que por fim gerou uma alteração de seu significado, de demonstrativo (aquele) para pronome pessoal. Vejamos os exemplos 1 e 2:

(1) *Ille homo te amat.*

(2) *Ille te amat.*

Em (1) não resta dúvida de que *ille* cumpre a função de um demonstrativo que está sintaticamente relacionado a *homo*, significando “aquele homem”. Entretanto, em (2), na fase vulgar do latim, poderia gerar uma ambiguidade, pois a frase poderia significar “aquele te ama”, como seria no latim clássico, ou “ele te ama”. No latim clássico, em (2) se subentende, pelo que teoricamente foi dito no contexto anterior da comunicação, a presença de *homo* na posição de sujeito da oração. Mas o pronome pessoal não pode ocorrer juntamente com um nome no sintagma. Ele ocorre sempre sozinho no sintagma. Por isso, demonstrativos e pronomes pessoais são estruturalmente bem diferentes:

aqueles exercendo função de determinantes, já estes ocupando sempre o núcleo de um sintagma nominal.

Interessante notar que os artigos definidos portugueses, como também das outras línguas neolatinas, têm a mesma origem dos pronomes pessoais de terceira pessoa. De fato, hoje há linguistas que rejeitam a existência de uma classe de palavras só para os artigos, e os consideram como pronomes demonstrativos, dada a similaridade entre eles (MONTEIRO, 2002). Ambos se flexionam em gênero e número, e ocorrem na posição mais à esquerda dos sintagmas nominais.

- (3) **O** meu carro quebrou.
- (4) **Aquele** meu carro quebrou.
- (5) **A** mulher está doente.
- (6) **Essa** mulher está doente.

Os artigos vieram da forma acusativa – a única que sobreviveu nos nomes –, do pronome *ille*, que eram *illum* e *illam*. Como os artigos concordavam, como ainda hoje, com o substantivo que os acompanhava, com o desaparecimento do caso nominativo dos substantivos, na passagem no latim vulgar ao romance, também há o desaparecimento da forma *ille* dos artigos, restando *illum/illam*, no acusativo, com as respectivas formas do singular e do plural. Portanto a seguinte evolução na formação dos artigos definidos (TARALLO, 1990b, p. 137):

Masculino singular: *illum* > *illu* > *ellu* > *elo* > *lo* > *o*
Masculino plural: *illos* > *ellos* > *elos* > *los* > *os*

Feminino singular: *illam* > *illa* > *ella* > *ela* > *la* > *a*

Feminino plural: *illas* > *ellas* > *elas* > *las* > *as*

Como os artigos e os pronomes pessoais de terceira pessoa têm a mesma origem, as mudanças fonéticas pelas quais passaram são as mesmas. A queda do /m/ tem explicação no fenômeno geral da perda desta nasal em final de palavra, como vimos no segundo capítulo, mudança que acaba apagando a marca morfológica do acusativo. No caso do demonstrativo feminino, isso gera uma neutralização entre acusativo e nominativo, pois de *illam* passamos a ter *illa*, igual à forma nominativa. A passagem de *-ll-* a *-l-* explica-se pela neutralização ocorrida entre as consoantes geminadas e as simples, com a sobrevivência destas.

Interessante é a queda da consoante lateral /l/ em *lo* e *la*. Na posição de objeto direto, quando artigo, ou em ênclise, quando pronomes do caso oblíquo, na maior parte das vezes a lateral /l/ acaba ficando em posição intervocálica. Sabe-se que uma mudança fonológica bem marcante na diacronia do português foi a síncope das consoantes sonoras intervocálicas. Sendo o primeiro fonema de *lo/la* uma consoante sonora, acaba sofrendo síncope se estiver em posição intervocálica, como após um verbo terminado por vogal.

(7) Paulo viu **la** casa de Maria > Paulo viu **a** casa de Maria

(8) **La** casa de Maria caiu > **A** casa de Maria caiu

A transformação ocorrida em (7) é, portanto, anterior a vista em (8), ou seja, primeiro o /l/ é apagado, em posição intervocálica, e, depois, por um processo de analogia, ou regularização, a mudança fonética se estende para a posição inicial. Trata-se de uma questão de economia e funcionalidade. É mais funcional e econômico ter apenas uma forma de artigo para todas as posições, do que uma para posição inicial e outra no contexto intervocálico.

No plano morfológico, o pronome pessoal *ille* utiliza a flexão da terceira pessoa, cuja desinência número-pessoal é [-t] para o singular, e [-nt] para o plural. Portanto, não ocorre a perda de nenhuma marca morfológica nos verbos com a entrada dos pronomes pessoais de terceira pessoa, ao contrário do que ocorrerá posteriormente com o surgimento de *você*, *vocês* e *a gente*.

No latim vulgar temos, portanto, um paradigma pronominal mais amplo que na fase clássica, com o surgimento de novas formas que acabam por preencher a terceira pessoa. Por outro lado, há também perdas, pois nos pronomes se conservam apenas os casos nominativo, acusativo e dativo. Assim, de acordo com Maurer Jr. (1959, p.106), há o seguinte paradigma pronominal em latim vulgar:

1ª pessoa		
	singular	plural
nominativo	<i>eo</i>	<i>nos</i>
Dativo	<i>mi (e mihi)</i>	<i>nos (e nobis)</i>
acusativo	<i>me</i>	<i>nos</i>
2ª pessoa		
	singular	plural
nominativo	<i>tu</i>	<i>vos</i>
dativo	<i>ti (e tibi)</i>	<i>vos (e vobis)</i>
acusativo	<i>te</i>	<i>vos</i>

Quadro 10 – Sistema pronominal do latim vulgar

Ego reduz-se a *eo* pela aplicação da regra geral de síncope das consoantes sonoras intervocálicas, com posterior ditongação do hiato, como é a tendência do português até hoje.

O dativo *mihi* torna-se *mi* pelo fato de a consoante aspirada, representada ortograficamente como *h*, ter deixado de ser pronunciada, passando a ser *mii*, com posterior crase, o que resultou em *mi*. A forma *mim*, com a nasalização da vogal, é atribuída a consoante ser nasal. Temos, portanto, a assimilação por parte da vogal de um traço articulatório do fonema antecedente. “Apesar ser *mim* do fim do século XV, em Camões ainda se encontra *mi*: ‘Ouve os danos de *mi*’ (Lusíadas). *Mi*, forma átona, deu a atual *me* [...]” (COUTINHO, 1978, p. 253).

Cabe aqui uma explicação mais detalhada sobre a perda do *h* aspirado em latim, importante para melhor compreender a evolução do pronome *mihi*. Em latim clássico, o *h* em posição inicial de palavra (*homo*, *hodie*, *hora*, *herba* etc.) como também na posição intervocálica (*mihi*, *cohortem*) era pronunciado como um som aspirado. Era, portanto, com o termo aspirado que se descrevia a articulação desse fonema, na

época (ver, por exemplo, a citação de Santo Agostinho abaixo). Mas qual seria esse fonema descrito como aspirado? Deveria ser, possivelmente, uma fricativa velar [h].

No século V, entretanto, este som não é mais pronunciado, ou seja, tinha deixado de fazer parte do sistema fonológico do latim vulgar. Palavras como *homo*, *hodie*, *cohortem* passavam a ser “*omo*”, “*odie*”, “*coortem*” e “*ora*”. Mas o processo de variação linguística, que posteriormente eliminaria tal fonema, iniciou-se alguns séculos antes. Em Pompéia já são encontradas inscrições em que se omite o *h* em início de vocábulo.⁷⁷ Portanto, ainda durante o século I d.C. a aspiração do *h* deixa de ocorrer na linguagem vulgar. No século III d.C. é comum a ocorrência de palavras como *abeo*, *abitat*, *anc*, *ic* e *oc*, que no latim clássico eram, respectivamente, *habeo*, *habitat*, *hanc*, *hic* e *hoc* (MAURER, 1959, p. 37).

Santo Agostinho, ao comentar nas suas *Confissões*⁷⁸ sobre a educação gramatical que recebera quando criança, dá um importante relato deste fato linguístico de mudança fonológica.

Se alguém, ao aprender ou ensinar as regras tradicionais dos sons, pronunciar sem aspiração da primeira sílaba a “*homo*” (homem), desagrada mais aos homens do que se odiar, contra os vossos mandamentos, outro homem, apesar de ser o “homem”. [...] Como evita com toda a vigilância dizer algum erro de linguagem, como não aspira o

⁷⁷ Cf. Maurer Jr. (1959, p. 37).

⁷⁸ Parte primeira, livro 1, cap. XVIII.

h de “*inter homines*” (entre homens), pronunciando “*inter omnes*”! Mas não tem cuidado de vigiar o furor da sua alma, que o arrasta a tirar um homem de entre os homens! (p. 58)

Como Santo Agostinho nos deixa entrever, a pronúncia aspirada do *h* era algo ensinado (até imposto com certa violência) nas escolas pelos gramáticos. Afirmava-se a aspiração do *h* como uma linguagem “artificial”, e não a pronúncia corrente e natural – a linguagem viva propriamente dita – entre o povo romano do século V, já nos últimos momentos do Império.

Leite de Vasconcelos, inclusive, ao analisar este fenômeno de mudança na fonologia do latim, afirma que “Esta pronúncia aspirada era porém [...] sómente na sociedade culta, pois numerosos documentos attestão que ella tinha desaparecido da linguagem popular em tempos anteriores ao de S. Agostinho.”⁷⁹

Desta forma, o *h* em início de palavra, encontrado em outras línguas neolatinas, como espanhol e francês, não representa som algum na fala, justamente pelo fato de o latim ter perdido este fonema bem antes da formação das línguas neolatinas. Sua permanência na escrita atual deve-se à etimologia. Isso evidencia o quão conservadora é modalidade escrita da língua em relação à fala.

A propósito do francês, segundo Saussure, há “palavras com inicial vocálica sem aspiração, mas que receberam *h* como

⁷⁹ Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana*, v. 1, p. 73.

reminiscência de sua forma latina; assim, *homme* (antigamente *ome*) por causa de homo” (1916 [2008], p. 40).

Mas não é só em línguas como o português e o francês que o *h* deixou de ser pronunciado. Este fonema aspirado deixou de existir em toda a România, segundo nos afirma Maurer Jr. (1959).

Impressiona-nos tal coincidência evolutiva entre as línguas neolatinas. O fato de não ser mais aspirado nas línguas da România poderia nos levar a crer que o latim, que foi levado a tais regiões na expansão do Império Romano, já era assim antes da colonização dessas áreas. Através do testemunho de Santo Agostinho podemos ver que ainda no século V este fonema estava em avançado processo de eliminação da linguagem cotidiana. Sua presença era, então, uma pronúncia imposta pelos gramáticos, com base na escrita, e não mais adquirida naturalmente.

Voltando à formação dos pronomes, *tibi* transforma-se em *ti* novamente pela síncope da consoante sonora intervocálica, o que nos leva a postular a forma *tii*. Após a crase das vogais, que é outra tendência natural, forma-se o atual *ti*.

Os pronomes *ti* e *mim* são sempre preposicionados em português, fazendo com que sejam formas tônicas. Seus correspondentes do objeto indireto átonos, *me* e *te*, confundem-se totalmente com as formas do objeto direto. Isso significa que houve uma neutralização generalizada, nos pronomes pessoais, entre o dativo e o acusativo. Isso também ocorre na primeira e na segunda pessoa do plural. Em latim clássico tínhamos formas bem distintas para diferenciar esses dois casos. *Nobis* e *vobis* eram formas do dativo, ao passo que *nos* e *vos* do

acusativo. No latim vulgar, confundem-se os dois casos, e o acusativo acaba absorvendo o dativo.

- (9) Pedro *nos* viu na rua.
- (10) Pedro *nos* deu um livro.
- (11) Ela *me* reconheceu.
- (12) Ela *me* entregou a chave.

Nos exemplos acima vemos como em português há uma total neutralização dos pronomes em função de objeto direto (9 e 11) com os que indicam o objeto indireto (10 e 12). E essa neutralização tem origem na passagem do latim clássico ao vulgar, do qual o português de desenvolveria, mantendo obviamente essas neutralizações.

Com todas essas transformações que foram descritas acima, os paradigmas pronominais das duas primeiras pessoas do singular e plural, no latim vulgar, acabam por se parecer bastante com o português arcaico, ou mesmo com o clássico.

Falta descrever, ainda, a terceira pessoa com mais profundidade. Como foi afirmado anteriormente, a maior modificação em relação ao latim vulgar nesse aspecto foi o nascimento de um novo pronome pessoal, *ille*. Ele se flexionava em caso (acusativo, dativo e nominativo), gênero e número. A grande diferença em relação às outras duas pessoas é a flexão de gênero, o que denuncia sua origem demonstrativa.

Além da oposição entre o gênero masculino e o feminino, há o gênero neutro, que se perdeu ao longo da evolução da língua. Mas o

português moderno ainda conserva alguns traços do gênero neutro entre os demonstrativos: *isso*, *isto* e *aquilo*, que atualmente fazem referência a objetos inanimados (ex.: “Olhe só para *aquilo* no chão. Parece uma pedra”). A existência do gênero neutro na terceira pessoa faz com que se tenha um paradigma um pouco mais complexo em latim vulgar.

Dessa forma, da fase vulgar do latim, segundo Maurer Jr. (1959, p. 106-7), há os seguintes pronomes de 3ª pessoa:

	Singular			
	masculino	feminino	Neutro	Reflexivo
Nominativo	<i>Ille e illī</i>	<i>illa</i>	<i>illud</i>	<i>si (sibi)</i>
Dativo	<i>(il)lui e (il)li</i>	<i>(il)laei e (il)li</i>		<i>si (sibi)</i>
Acusativo	<i>(il)lum</i>	<i>(il)lam</i>	<i>(il)lud</i>	<i>se</i>
	Plural			
	masculino	feminino	Neutro	Reflexivo
Nominativo	<i>illi</i>	<i>illae</i>	<i>illa</i>	<i>(como o singular)</i>
Dativo	<i>illis e illorum (para os três gêneros)</i>			
Acusativo	<i>(il)los</i>	<i>(il)las</i>	<i>(il)la</i>	

Quadro 11 – Sistema pronominal de 3ª pessoa no latim vulgar

O pronome oblíquo moderno *lhe*, de acordo com Coutinho (1978, p. 255), formou-se da seguinte forma:

*illi (dat.) > *eli > li (arc.) > lhi, lhe*

Ainda segundo Coutinho, na “língua popular de Portugal, ainda se ouve pronunciar *li*” (1978, p. 255). Podemos dizer que também no Brasil, nos dialetos em que há o pronome *lhe*, pode ser ouvida a variante arcaica *li* (ex.: Eu *li* dei um livro). A palatalização da lateral // ocorreu pelo fato de ser sucedido, muitas vezes, por uma semivogal, dependendo do contexto fonético. Por exemplo, em “Eu *lhe* amei”, o fonema vocálico de *lhe* se transforma em uma semivogal e se ditonga com a primeira vogal do verbo. Nesse contexto é comum, até hoje (*família* > “*familha*” [fa'miʎɐ]), a ocorrência da palatalização da lateral, ou seja, o // deixa de ter articulação alveolar para ser palatal.

A forma correspondente no plural, *lhes*, não veio de dativo plural *illis*, mas se formou “por analogia dentro do idioma” (COUTINHO, 1978, p. 256). O mesmo vale para *eles/elas*, que também se formaram por analogia. A forma *illi* não sobreviveu, possivelmente, por sua semelhança com a do singular, com a qual se opõe somente pela última vogal, sendo que /i/ e /e/ são articulatoriamente muito semelhantes, e a troca de uma vogal por outra é comum no latim vulgar. Também a isso se soma o fato de que a noção de plural passou a ser expressa pelo morfema [-s]. Portanto, foi a analogia que fez com que o morfema de plural [-s] fosse acrescido a forma no dativo de *ille*, tal como ocorre em sua forma acusativa.

Até aqui foi vista a formação do paradigma dos pronomes pessoais do latim clássico e vulgar até o português arcaico. Eles se manterão mais ou menos estáveis até por volta do início do século XIV, período em que uma série de mudanças sociais em Portugal desencadeou uma série de complexas mudanças nas formas de

tratamento, das quais se desenvolveram novos pronomes pessoais (*você* e *vocês*). Com tais mudanças no quadro de pronomes há o princípio de profundas reestruturações na gramática português. Os novos pronomes, que se desenvolveram das novas formas de tratamento, geraram uma reorganização na própria morfologia verbal, e também no sistema de pronomes possessivos. Isso, por sua vez, resulta em mudanças na sintaxe, pois os novos pronomes vão, ao longo do tempo, regularizando (ou simplificando) a morfologia verbal. Esse processo vai gerar uma obrigatoriedade, cada vez maior, do uso do sujeito explícito, no português do Brasil (DUARTE, 1996).

4.2 UMA NOVA REESTRUTURAÇÃO DO PARADIGMA PRONOMINAL

4.2.1 Introdução

Para o entendimento de como se deu o desenvolvimento do paradigma pronominal dos oblíquos tônicos – porque se apresentará uma análise quantitativa da variação no uso de *conosco* –, faz-se necessário a compreensão sobre como se desenvolveram os atuais pronomes pessoais do português. Isso porque toda alteração que sofreu o quadro das formas do caso reto tem repercussão no contexto sintático precedido pela preposição *com*.

Do final do português medieval em diante, o quadro de pronomes pessoais, formado pelos quatro pronomes herdados do latim

mais o de terceira pessoa (ele/eles), foi gradativamente sendo reestruturado, em parte devido a um novo uso das formas que já existiam⁸⁰, como também pelo surgimento dos pronomes *você(s)* e *a gente* por meio de processos de gramaticalização.

4.2.2 O desenvolvimento dos pronomes *você/vocês*

Ao final da Idade Média, período que coincide com a gradual passagem do português arcaico ao clássico, tem início uma nova fase de profunda reestruturação do sistema gramatical, em especial dos pronomes pessoais. Nesse processo, é bem clara a influência de certas mudanças político-sociais, que ocorriam em Portugal, causando mudanças na estrutura da língua. Há especial destaque às formas de tratamento, “na medida em que mudanças nas formas de tratamento estão correlacionadas com mudanças nas relações sociais” (FARACO, 1996, p. 52).

Segundo nos afirma Faraco (1996, p. 54), houve uma verdadeira “revolução da terceira pessoa”. A expressão se refere a um conjunto de mudanças linguísticas pelas quais passaram as formas de tratamento do século XIV em diante.

No século XIV e especialmente no século XV, formas de tratamento com a estrutura Vossa + N (Vossa Mercê, Vossa Senhoria, Vossa

⁸⁰ Como, por exemplo, pelo uso de *vós* para se referir a um único ouvinte (segunda pessoa do singular), ou seja, com o sentido de *tu*.

Alteza, Vossa Excelência, Vossa Majestade), usadas no início exclusivamente para o tratamento do rei, foram introduzidas na língua (FARACO, 1996, p. 55).

O estudo da evolução do pronome *você* nos mostra como a transformação linguística está, muitas vezes, atrelada a uma transformação social (FARACO, 1996). Portugal nos séculos XIV e XV passou por um período de desenvolvimento da manufatura e do comércio. Isso gerou uma maior importância das cidades em relação ao campo. A burguesia aumentou seu poder econômico, ao mesmo tempo em que havia uma centralização cada vez maior do poder real. Como bem se sabe, a sociedade medieval baseava-se numa relativa independência do senhor feudal em relação ao rei. Mas, no final do período medieval português, essa situação começa a mudar. O poder centraliza-se no rei, ascende a burguesia e as cidades crescem. O império começava a se expandir, e com essa expansão há também um fortalecimento da figura do rei e da economia.

A maior importância do rei teve uma contraparte linguística. Novas formas de tratamento se desenvolveram justamente para marcar essa nova diferenciação do rei em relação ao restante da nobreza. “A forma tradicional de tratamento formal (*vós*) não era mais considerada suficiente para marcar tal *status*. Assim, paralelas a essa forma tradicional, outras vieram a ser usadas com uma clara função diferenciadora” (FARACO, *op. cit.*, p. 58).

Faraco recorda que a mais antiga das formas de tratamento ao rei “parece ser *Vossa Mercê*, cujo primeiro registro escrito é o texto das

Cortes de 1331” (op. cit., p. 58). O uso de *Vossa Mercê* como forma de tratamento vai se expandindo entre a aristocracia.

Esse processo de extensão foi retirando de algumas dessas formas sua força honorífica original e foi criando a necessidade de introduzir novas para manter um sistema diferenciado de tratamento do rei.

Desse modo, a difusão de *Vossa Mercê* foi particularmente notável, com a forma adquirindo um uso social tão amplo no tratamento não íntimo que perdeu seu valor honorífico para a aristocracia (FARACO, *op. cit.*, p. 59).

Com essa popularização de *Vossa Mercê*, que passa a ser detectado no contexto da baixa burguesia – como indicam certas peças de Gil Vicente –, a aristocracia vai elegendo novas formas de tratamento, como *Vossa Senhoria*.

Simultaneamente, nos textos das Cortes do século XV, podemos observar a preferência crescente por *Vossa Alteza* para o tratamento do rei. As formas *Vossa Senhoria* e *Vossa Mercê* eram ainda usadas, estando esta perdendo sua posição para aquela a partir de 1477 até seu completo desaparecimento em 1490 (FARACO, *op. cit.*, p. 60).

Faraco (1996) apresenta alguns dados do século XV – de 1455 a 1490 – nos quais é possível ver que o uso de *Vossa Alteza* passar de 44% em 1455 a 99% em 1490, como forma de tratamento ao rei. Enquanto isso *Vossa Mercê*, que apresentava um índice de 19% no início, deixa de ser usada no trato ao rei. E ainda havia a variação destas formas com *Vossa Senhoria* oscilando entre 37%, em 1455, a 24%, em 1481-2, quando cai a 1% em 1490.

Tabela 10 – Variação das formas de tratamento ao rei

	1455	1472-3	1477	1481-2	1490
Vossa Alteza	44%	50%	54%	69%	99%
Vossa Senhoria	37%	13%	28%	24%	1%
Vossa Mercê	19%	37%	18%	7%	-

Fonte: Faraco (1996, p. 60)

A forma *Vossa Mercê* nascida, portanto, no início do século XIV como forma de tratamento da aristocracia, em especial ao rei, vai tendo seu uso ampliado entre camadas sociais mais baixas até se generalizar entre a baixa burguesia. Passava a ser marca de formalidade na fala da pequena burguesia urbana. Já nos séculos XVII e XVIII enquanto a forma *Vossa Mercê* gradativamente ia se tornando arcaica na fala comum, a forma abreviada, *você*, “estava se tornando dominante” (FARACO, *op. cit.*, p. 62). Possivelmente a forma *você* nasce em contexto urbano, para daí se expandir a outros domínios. Houve diversas variantes da forma abreviada *você*. Antenor Nascentes (1956 *apud* FARACO 1996, p. 63) cita a existência de dezoito formas em variação

com *você*. O português do Brasil dá continuidade a evolução do pronome, reduzindo-o a *cê*, em certos dialetos.

A redução de *Vossa Mercê* em *você* – ou até *cê* em certas regiões do Brasil – é acompanhada da transformação do *status* dessa forma dentro do sistema gramatical. De forma de tratamento, vinda de um sintagma nominal, passa a integrar o paradigma dos pronomes pessoais, tornando-se variante de *tu*. A expressão *Vossa Mercê* era inicialmente um sintagma nominal em que há um pronome possessivo seguido por um nome. A redução fonética a *você* é acompanhada com sua gramaticalização, ou seja, de um sintagma nominal à pronome pessoal, passando a integrar a estrutura gramatical, mais especificamente a estrutura morfológica.

Como *você* tem uma origem nominal, ao se integrar ao quadro de pronomes pessoais leva consigo a morfologia da terceira pessoa para a segunda pessoa, tanto singular quanto no plural. Isso tem várias implicações morfossintáticas.

Primeiramente, amplia-se a neutralização entre as desinências número-pessoais. No singular o morfema [Ø] passa a entrar em variação com a forma conservadora [-s], ao passo que no plural o morfema [-m] vai tomando o lugar de [-is] e seus alomorfes. Com essas mudanças em processo, o paradigma flexional vai se tornando mais regular, o que leva ao desencadeamento de outras mudanças nos possessivos, oblíquos e uma maior frequência de preenchimento do sujeito pronominal.

O pronome plural *vocês* generalizou-se mais facilmente em Portugal do que o singular *você*, o que transformou o antigo pronome *vós* numa forma arcaica durante o século XVIII (FARACO, 1996). De

acordo com Teyssier (2007 [1980], p. 90), “desde o século XIX a segunda pessoa do plural sai completamente do uso falado normal”.

Faraco (1996) afirma que manteve em Portugal o traço de formalidade de *você* que era associado à forma *Vossa Mercê*. Esse traço perdeu-se em boa parte do português do Brasil, no qual a marcação de formalidade se dá, muitas vezes, com o uso de *senhor*.

Com a entrada de *você(s)* ocorre uma alteração no uso do possessivo *seu*, que pode ser usado tanto para segunda quanto para terceira pessoa. Ao mesmo tempo em que, na segunda pessoa, continua a variação entre *seuteu*, na terceira a forma conservadora *seu* varia com a inovadora *dele*. Isso ocorre para se desfazer a ambiguidade no emprego de *seu*. Algo semelhante ocorre no plural, há também o aparecimento do possessivo *deles* ao lado de *seus*. Assim, numa frase do tipo “eu vi o seu carro”, com o novo sistema pronominal não se sabe ao certo a qual pessoa que se está fazendo referência. Tal ambiguidade já não existe em “eu vi o carro dele”.

Nos oblíquos também acontece uma profunda reorganização, porque *lhe*, próprio da terceira pessoa, passa a ser usado também na segunda, correspondendo a *para você*:

Eu dei este livro para você = Eu lhe dei este livro

Também se alteram os pronomes oblíquos na função de objeto direto. Os átonos *o(s)* e *a(s)* concorrem com *você*.

Paulo o viu = Paulo viu você

É claro que no português do Brasil, como já apontavam Nascentes (1949-1950) e Coutinho (1976 [1938]), não se usam os pronomes átonos *o(s)* e *a(s)* na fala. Estes só sobrevivem na escrita. Portanto, a variação no Brasil se dá entre *te* e *você*. Usa-se *te*, inclusive, quando o sujeito é *você*, o que é condenado pela gramática tradicional. É comum, portanto, o registro de construções como “*você* sabe que eu *te* amo”. Dessa forma, há duas variantes na função de objeto pronominal de segunda pessoa:

Paulo viu você na rua

Paulo te viu na rua

Contudo, nos dialetos em que o sujeito é *tu* – como em grande parte do sul do Brasil – não há esta variação, pois quando o sujeito é *tu*, este tende a ocorrer nas demais posições sintáticas. A variação entre *você* e *te* na posição de objeto é própria dos dialetos em que o pronome sujeito é *você*.

Na segunda pessoa do plural não se encontra esse processo de variação. Com a transformação do pronome *vós* em uma forma arcaica no século XVIII, suplantado por *vocês*, a forma átona *vos* cedeu lugar ao pronome *vocês* como objeto direto, ou como objeto indireto, *para vocês*.

Maria vos beijou > Maria beijou vocês

Maria vos emprestou o livro > Maria emprestou o livro para vocês

É interessante notar que há um enrijecimento na colocação dos pronomes com a entrada de *você(s)* no lugar de *te* e *vos*. De acordo com a norma padrão, há uma relativa liberdade na colocação nos oblíquos em relação ao verbo.⁸¹ Entretanto, com a entrada de *você(s)* no sistema pronominal, há a perda da marcação de caso na forma do pronome, porque é a mesma forma que ocorre em todas as funções sintáticas. Do mesmo modo como ocorreu com a perda de caso nos nomes, quando o pronome deixa de variar na forma, de acordo com sua função sintática, ocorre também o enrijecimento na sintaxe da colocação dos pronomes como objeto direto ou indireto, com a obrigatoriedade da ordem SVO:

Paulo te encontrou = Paulo encontrou-te

Paulo encontrou você

Paulo te deu o livro = Paulo deu-te o livro

Paulo deu o livro pra você

4.2.3 A gramaticalização de *a gente*

A entrada da forma *a gente* dentro do quadro de pronomes do português deu-se por um processo chamado de gramaticalização, no qual o item lexical *gente* passa por mudanças em sua configuração semântico-morfológica através das quais se torna um pronome. Isso significa que o item lexical *gente* transforma-se num elemento

⁸¹ Na fala atual, na verdade, percebe-se em no Brasil predomina a próclise, e em Portugal a ênclise.

gramatical de natureza pronominal: *a gente*. Antes de ocorrer a gramaticalização, em *a gente* –como um SN – se tem um artigo seguido de um substantivo. Após a gramaticalização, em *a gente* (prônimo) deixa de existir duas unidades formais independentes para se ter apenas uma. Isso significa que tanto *a* quando *gente* deixam suas classes gramaticais originais, transformando-se em prônimo.

Com a transformação do substantivo *gente* no prônimo *a gente*, há uma série de mudanças nos traços semânticos e formais de número, gênero e pessoa (LOPES, 2007), como pode ser observado no quadro 12 abaixo:

TRAÇOS		GENTE	A GENTE
NÚMERO	FORMAL SEMÂNTICO	[αpl] [+PL]	[-pl] [+PL]
GÊNERO	FORMAL SEMÂNTICO	[+fem] [φFEM]	[φ fem] [αFEM]
PESSOA	FORMAL SEMÂNTICO	[φeu] [φEU]	[φeu] [+EU]

Quadro 12 – Traços morfo-semânticos de gênero, número e pessoa de *gente* e *a gente* (LOPES, 2007, p. 54)

Em *gente* (substantivo) há a possibilidade formal, como é próprio dos nomes, de flexão do plural: *gentelgentes*. Também *gente* possui gênero formal feminino, como indica a concordância com o artigo (*a gente*), os demonstrativos (*esta/essa/aquela gente*), os possessivos (*nossa gente*) e os adjetivos (*gente preguiçosa*).

Outra diferença, de natureza sintática, é que em *gente* (substantivo) há a possibilidade de ocorrência de adjuntos dentro do SN,

como em “a gente da rua”. Já em *a gente* (pronome) isso não é possível, porque a forma gramaticalizada ocorre isoladamente dentro do SN.

Com a gramaticalização de *a gente* em pronome, deixa de ser possível a flexão formal de plural, o que significa que, à medida que *a gente* vai entrando para o sistema pronominal, cada vez mais deixa de ser observável sua pluralização, *as gentes*. Lopes (2007) mostra como já no século XVI há 74% de ausência do traço de número. “A partir desse período [...] a perda do traço de número é acelerada, atingindo 100% no século XX” (LOPES, 2007, p. 54). Isso significa que deixa de ser possível, no século XX, construções como no seguinte exemplo retirado de um texto do século XIII: “Quen viu o mundo qual o já vi,/ e viu as gentes que eran enton [...]” (VASCONSELOS, 1900 *apud* LOPES, 2007, p. 55).

Lopes (2007) também observa que, durante o processo de gramaticalização de *a gente*, houve uma progressiva perda da categoria de gênero semântico [+FEM] para se tornar [α FEM], ou seja, admite ora referência a homens ora a mulheres, como é próprio dos pronomes. Agora, formalmente deixa de ter o traço positivo de gênero [+fem] para se tornar neutro [Øfem].

Mesmo tendo ocorrido essas séries de mudanças em *a gente*, no sentido da adoção de características próprias de pronomes, permanecem certas características próprias do item lexical que deu origem ao pronome. Isso se explica por meio daquilo que Hopper (1991, p. 124) chama de *princípio da persistência*, segundo o qual “alguns traços do significado lexical original de um item tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua

distribuição gramatical”. Há o caso da gramaticalização de *ille* que passou de um pronome demonstrativo, no latim, para *ele*, pronome pessoal do português. Nesse processo, o pronome *ele* continua se flexionando em gênero (*elelela*) e número (*eleleles*). Deve-se observar que os pronomes pessoais “verdadeiros”, isto é, aqueles herdados do latim, não são flexionados em gênero e número (*egolnos, tulvos*). Na gramaticalização de *ille* (demonstrativo) para *ele* (pronome pessoal) houve a persistência dos traços de gênero e número, ou seja, esse traços se mantiveram durante a mudança (LOPES, 2007).

No caso da gramaticalização de *a gente*, há a persistência da morfologia de terceira pessoa do singular, que originalmente é própria na concordância verbal com nomes. Isso quer dizer que *a gente* traz consigo sua respectiva concordância verbal, o que fez com que a flexão de terceira pessoa se expandisse para a primeira. Isso não é algo inédito na diacronia da língua, pois na gramaticalização de *Vossa Mercê* em *você(s)* também a morfologia de terceira pessoa é usada na segunda. Portanto, com o nascimento desses novos pronomes – *a gente* e *você(s)* –, por meio de gramaticalização, há uma expansão da terceira pessoa sobre a segunda (singular e plural). E também há a expansão da terceira pessoa do singular sobre a primeira do plural. Esses fatos causam uma reorganização profunda da morfossintaxe portuguesa, tal como, por exemplo, a simplificação do paradigma flexional do verbo.

Há também mudanças nos oblíquos, pois com *a gente* variando com *nós*, pronome átono *nos* vai cada vez mais perdendo espaço para *a gente* na função de objeto direto e objeto indireto:

*Paulo nos viu > Paulo viu **a gente***

*Paulo nos deu um livro > Paulo deu um livro **pra gente***

Há a neutralização do oblíquo átono *nos* nas funções de objeto direto e indireto, como é possível ver acima. Sua posição na frase também é, de acordo com a norma padrão, mais livre, podendo ocorrer antes ou após o verbo, ou seja, em próclise ou ênclise. Contudo, com a entrada de *a gente* no quadro pronominal há um enrijecimento na sintaxe dos pronomes, não sendo possível o deslocamento de *a gente* pela frase, mas deve obrigatoriamente ocorrer ao final, seja como objeto direto ou como objeto indireto.

Além disso, ocorrem alterações nos possessivos, pois há também a possibilidade de variação entre *nosso(a)(s)* e *da gente*:

*O livro é **nosso** > O livro é **da gente***

***Nosso** carro foi roubado > O carro **da gente** foi roubado*

Nesse caso, o possessivo *nosso* admitia tanto flexão de número (*nosso/nossos*) quanto de gênero (*nosso/nossa*), ao passo que essa possibilidade se perde com o nosso possessivo *da gente*.

Com a gramaticalização de *a gente*, há o surgimento da variante *com a gente* entre os oblíquos tônicos, que passa a concorrer com *conosco*.

4.2.3.1 Fatores internos e externos da variação *nós/a gente*

O português herdou do latim o pronome *nós* com sua respectiva morfologia verbal. Mas essa situação tem mudado com a entrada em uma nova forma, *a gente*, que concorre/varia com *nós* na primeira pessoa do plural, como indicam os estudos de Lopes (1993, 1999, 2007). Essa autora recolheu dados do século XIII ao século XX, e constatou que o processo de pronominalização do substantivo *gente*

foi lento e gradual, uma vez que só foram localizadas ocorrências de *a gente* como pronome no século XVIII. Antes disso, há exemplos esporádicos em que a forma *a gente* apresenta ambiguidade interpretativa, ou seja, tanto pode ser considerada sinônimo de “pessoas” quanto variante de *nós* (LOPES, 1999, p. 60-61).

O interessante é que o surgimento de *a gente* como variante do pronome *nós* acontece no mesmo período em que ocorre o estágio final da substituição de *vós* por *vocês*, mudança sucedida mais ou menos ao final do século XVIII.

No século XIX já é possível localizar registros de *a gente* como pronome em obras literárias, como em *Inocência*, de Visconde de Taunay, cuja primeira edição é de 1872. De fato, “é no século XIX que a gramaticalização de *a gente* começa a se delinear com maior clareza” (LOPES, 1999, p. 104). Sendo uma obra já com características do regionalismo, Taunay procura, em certa medida, reproduzir a fala do

sertanejo, tanto no léxico quanto em seus traços gramaticais. Nesse romance o pronome pessoal que predomina na fala das personagens é *a gente*, como demonstram os exemplos abaixo (TAUNAY, 1971):

- 1) “[...] são pedaços do coração que *a gente* arranca do corpo e bota a andar por esse mundo de Cristo.” (p. 48)
- 2) “[...] se *a gente* acode a tempo e o sangue não tem maus humores.” (p. 68)
- 3) “*a gente* engole tudo sem muito custo...” (p. 102)
- 4) “E quando *a gente* está longe, perguntou ela, que se sente?” (p. 134)
- 5) “Isso não está *na gente*... É ordem lá de cima...” (p. 136)
- 6) “Se noite, *a gente* em tudo vê maravilhas...” (p. 142)
- 7) “Sr. Cirino, quando *a gente* entra a dar volta ao miolo...” (p. 160)
- 8) “Quando *a gente* mal pensa, surge no Sucuriú e até no Corredor.” (p. 206)

No século XX o uso da variante *a gente* vai cada vez mais se expandindo, principalmente no português do Brasil. Lopes (1998), por exemplo, constata que *a gente* teve 34%, contra 39% de *nós*, fora os casos de sujeito nulo. No mesmo estudo, Lopes identifica quais contextos privilegiavam a ocorrência de uma ou de outra variante. A ocorrência de *nós* é mais favorável em homens com mais de 56 anos. Alguns fatores internos também favorecem a ocorrência de *nós*, tais como o tempo verbal (pretérito perfeito de indicativo, futuro do

subjuntivo e pretérito imperfeito do subjuntivo). A ocorrência de *nós* também é favorecida pelo maior grau de determinação do referente (eu + você) e por uma maior saliência fônica (é/somos, foi/fomos, comeu/comemos).

Agora a variante *a gente* foi mais frequente na fala de mulheres da faixa etária mais jovem (de 25 a 35 anos). Além disso, essa variante é favorecida quando há uma maior indeterminação do referente (eu + você(s) + ele(s)), menor saliência fônica (fala/falamos, falava/falávamos) e nos seguintes tempos verbais: gerúndio, infinitivo e presente do indicativo (LOPES, 1998).

Os mais jovens, no estudo de Lopes (1998), tenderam a usar *a gente*, em ambos os sexos – 60% de frequência de *a gente* entre os homens e mais de 80% entre as mulheres –, confirmando o que se tem observado em outros estudos, os quais mostram que as mulheres tendem a estar na dianteira da mudança, quando a variante inovadora é aceita socialmente.

Em outro artigo, Lopes (2009), analisando dados do projeto NURC-RJ, mostra um avanço da variante *a gente* entre os mais jovens (de 25 a 35 anos). Nesse grupo, com amostra dos anos 70, a ocorrência de *a gente* ficava em 81%, ao passo que, com dados dos anos 90, há um significativo aumento da variante inovadora *a gente*, chegando a 92%, o que significa um incremento de 11% de uso de *a gente* em duas décadas, indicando uma mudança em curso. Enquanto isso, os informantes mais velhos (de 56 a 70 anos) tiveram entre 19% a 26% de ocorrências de *a gente* apenas. É bem evidente, portanto, o avanço progressivo da

mudança entre as diferentes faixas etárias ao longo do período compreendido entre os anos 70 e 90 do século XX.

Na dimensão diatópica, Lopes (1998) coletou dados em três capitais – Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre – e constatou que há uma correlação entre o espaço geográfico e a variação *nós/a gente*. As cidades de Porto Alegre e Salvador apresentaram maiores índices de *nós* (72% e 63%, respectivamente), ao contrário do Rio de Janeiro, cidade em que predominou o uso de *a gente*, com um total de 59%. Na variação diatópica entre Portugal, Brasil e Moçambique, tendo como base dados do século XX, Lopes (1999) constatou que o português brasileiro é o que conta com o nível mais alto de presença de *a gente* (69%). Situação bem diferente é a do português de Portugal, no qual *a gente* teve um índice de somente 18%. Por fim, em Moçambique houve 59% do pronome *a gente*, dessa forma, “a vertente moçambicana está mais próxima da vertente brasileira do que à europeia” (LOPES, 1999, p. 110). Esses dados indicam que Moçambique está mais próximo do Brasil do que de Portugal, no que se refere à variação *nós/a gente*. E o Brasil está na dianteira no processo de mudança, ficando Portugal numa posição conservadora na inserção de *a gente* no paradigma pronominal.

4.3 A NOVA MORFOLOGIA VERBAL

A entrada de novos pronomes pessoais no sistema gramatical do português provoca profundas alterações na morfologia verbal. Tais alterações ocorrem no sentido de uma neutralização das flexões. Isso

significa que há a perda de certas oposições na expressão das categorias de pessoa e número. Como os pronomes *ocê(s)* e *a gente* se originam de nomes, os quais usam a morfologia de terceira pessoa, com a gramaticalização ocorre a persistência da morfologia original própria dos nomes, ou seja, esses novos pronomes fazem com que o verbo também se flexione na terceira pessoa.

Observando o quadro abaixo, é possível ver que no latim não havia neutralização entre as formas verbais quanto à expressão das categorias de número e pessoa. Havia um morfema número-pessoal diferente para cada uma das três pessoas gramaticais do singular e do plural. No português clássico, esse quadro se mantém, em grande parte, apenas com a perda da oposição entre a primeira e a terceira pessoa do singular⁸² em virtude das mudanças fonético-fonológicas ocorridas no latim vulgar, comentadas anteriormente, que levaram a apócope das consoantes /t/ e /m/ do latim clássico, que na morfologia verbal representavam duas desinências número-pessoais.

Latim	Português Clássico	Português Brasileiro atual
Ego amabam	Eu amava	Eu amava
Tu amabas	Tu amavas	Tu/você amava
- amabat	Ele amava	Ele amava
Nos amabamus	Nós amávamos	Nós amávamos A gente amava
Vos amabatis	Vós amáveis	Vocês amavam
- amabant	Eles amavam	Eles amavam

Quadro 13 – Exemplo do paradigma verbal e pronominal em três fases históricas da língua: latim, português clássico e português brasileiro atual

⁸² A oposição se mantém no presente, no pretérito perfeito e no futuro do pretérito.

Com os novos pronomes pessoais deixa-se de ter uma forma verbal para cada pessoa. Os pronomes *ocê* e *ocês* fazem com que o verbo se flexione na terceira pessoa, assim como *a gente*. Porém, neste caso, *a gente* é semanticamente plural, mas leva o verbo à forma do singular (terceira pessoa), ao contrário de *ocês*, cuja forma é plural.

Essas mudanças, operadas gradualmente desde o século XV, formam a morfologia verbal do português brasileiro atual na qual no pretérito imperfeito, no futuro do pretérito e no pretérito mais-que-perfeito⁸³ possuem apenas a oposição entre *eu/você/ele/a gente* e *ocês/eles – cantava/cantavam*. Já no presente, no pretérito perfeito e no futuro do presente há a oposição entre três formas: *eu, ele/você/a gente* e *ocês/eles- cant/canta/cantam*.

4.4 A DIACRONIA DOS OBLÍQUOS TÔNICOS

Os pronomes oblíquos tônicos do português – *migo, tigo, sigo, nosco, vosco* – vêm da forma que assumiam no caso ablativo. A sua frente se aglutina a preposição *com* (vinda de *cum* em latim). Ao contrário do latim, no qual *cum* ocorria após os pronomes, por isso tal partícula é denominada nesse contexto de posposição. Dessa forma, se em português há a estrutura *com + pronome*, ao passo que no latim havia a ordem *pronome + cum*.

⁸³ Referimo-nos aqui a forma analítica desde tempo verbal, que é formada por *ter* no pretérito imperfeito mais o particípio passado. Exemplo: cantara > tinha cantado.

Em latim clássico, *me*, *te* e *se* tinham a mesma forma tanto no acusativo quanto no ablativo. Portanto, a oposição formal nesses dois casos, entre os pronomes, ocorria na primeira e segunda pessoa do plural, em que *nos* e *vos* do acusativo se opunham a *nobis* e *vobis* do ablativo. Sendo assim em latim clássico há o seguinte paradigma pronominal:

<i>mecum</i>	<i>tecum</i>	<i>secum</i>	<i>nobiscum</i>	<i>vobiscum</i>
--------------	--------------	--------------	-----------------	-----------------

O caso ablativo é regido pela partícula *cum*, que se configura como preposição quando rege nomes e como posposição quando rege pronomes. “É importante lembrar, então, que a posição desta preposição [ou posposição] não é livre como a colocação dos sintagmas nominais e verbais na frase” (PINHO, 2009, p. 20). Exemplos:

- 1) *Orare cum lacrimis.*⁸⁴
- 2) “[...] *plácida in actu cum humanitate multa [...]*”.⁸⁵

Nestes dois exemplos acima a preposição *cum* rege o caso ablativo, próprio da função sintática de adjunto adverbial, nas palavras *lacrimis*, *humanitate* e *multa*. Quando se refere aos pronomes é a posposição *cum* que rege o caso ablativo.

Na passagem do latim clássico ao vulgar continua existindo a estrutura *pronome + posposição*. Entretanto, o caso ablativo acabou sendo absorvido pelo caso acusativo nesses pronomes. Essa mudança

⁸⁴ Exemplo citado de Almeida (1982, p. 137).

⁸⁵ Cf. Sêneca, Sobre a Vida Feliz [*De Vita Beata*], IV, 2.

está registrada no *Appendix Probi*, no qual há uma lista de 227 “erros” de linguagem em que as formas clássicas aparecem ao lado das formas próprias da linguagem vulgar, que, segundo o *Appendix Probi*, deveriam ser evitadas. O interessante é que as glosas 220 e 221 dessa lista de erros fazem referências aos pronomes *nobiscum* e *vobiscum*:

220) *Noviscum non Noscum.*

221) *Vobiscum non Voscum.*⁸⁶

No *Appendix Probi* o gramático está recomendando o uso da primeira forma e o abandono da segunda, como se dissesse “use *vobiscum* e não *voscum*”. É importante lembrar que o *Appendix Probi* é do século III d.C., muito provavelmente. Ele é, portanto, o registro de um período relativamente distante em relação à fase clássica da língua (entre os séculos I a.C. e I d.C.). No século em que o *Appendix Probi* foi escrito o Império entrava em declínio, tanto em termos políticos quanto econômicos, e esse declínio acaba tendo repercussões na língua. Através do *Appendix Probi* se pode deduzir um desprestígio das formas *noscum* e *voscum*, porque deveriam ser evitadas em modalidades formais da língua. Mas a forma *conosco* e *convosco* se desenvolveram a partir de seus correspondentes do latim vulgar, e não do latim clássico.

Havia também variação entre *nobiscum* e *noviscum*. Esse fenômeno da troca do /b/ pelo /v/ se explica por um processo de abrandamento (ou lenização), que nada mais é do que a “passagem de um fonema de articulação forte para outro de articulação fraca, dentro

⁸⁶ *Apud* Silva Neto (1946, p. 255).

do sistema fonológico da língua” (CÂMARA Jr., 1977, p. 156). No presente caso, o fonema de articulação mais forte é o /b/ (*nobiscum*) que, por abrandamento, passa a /v/ (*noviscum*), de articulação mais fraca. Há outros exemplos desse processo no português, pois forma atual do pretérito imperfeito, por exemplo, também se explica por abrandamento, por meio do qual *amabamus*, em latim, transforma-se em *amávamos*, em português.

Como explicado acima, a mudança de *nobiscum/vobiscum* para *noscum/voscum* ocorreu em virtude da expansão do acusativo que, por fim, acabou suplantando completamente o ablativo. Não se pode pensar que houve, então, uma mudança fonológica, na qual teria havido a queda do /b/ por estar em contexto intervocálico, propício, portanto, a ocorrência de tal transformação. “De fato, o que realmente aconteceu foi a predominância do acusativo, cujas funções se dilataram imensamente. Houve, portanto, câmbio morfológico e não fonético” (SILVA NETO, 1946, p. 255).

Importante destacar que em latim havia três tipos de preposições quanto ao caso que regiam. Num primeiro grupo havia as preposições que só regiam o acusativo, depois as que regiam exclusivamente o ablativo e, por fim, as que ora regiam o acusativo ora o ablativo. Neste último grupo havia somente as preposições *in* e *sub*. No próprio latim clássico já predominavam as preposições que regiam o acusativo, e com a passagem ao latim vulgar, gradativamente, a regência do acusativo pelas preposições expandiu-se para todos os contextos. Há nesse caso, novamente, a tendência à regularização do sistema, num processo de mudança em que a construção mais recorrente (preposição

+ acusativo) é eleita em detrimento da construção menos frequente (preposição + ablativo). Essa mudança na regência de caso por parte das preposições tem repercussões no caso da regência do caso ablativo nos pronomes pela posposição *cum*. Com isso forma-se o paradigma do latim vulgar, com as formas atestadas no *Appendix Probi*: *noscum* e *voscum* – posteriormente *cum + noscum > conosco* e *cum + voscum > convosco*.

Do latim vulgar ao português arcaico há uma série de mudanças fonológicas que tiveram repercussões não é sobre os pronomes, mas sobre toda a língua, como visto na primeira parte deste estudo. Com a perda da nasal bilabial /m/ em final de palavra⁸⁷, a posposição reduz-se a *-cu*. Posteriormente, por causa de metafonía, o /u/ final passa a /o/, como acontece com todas as palavras latinas terminadas em *-u(m)*.

Além dessas mudanças, há a sonorização do *-c-* em *mecu*, *tecu* e *secu*. Aqui novamente é a aplicação da regra fonológica da sonorização das consoantes intervocálicas, mudança ocorrida nos dialetos da România Oriental, em contraste com os dialetos da România Oriental (Itália e Romênia), nos quais continuaram existindo consoantes surdas em posição intervocálica. Exemplos:

Lupu > lobo (port.), lupo (it.)

Amicu > amigo (port.), amico (it.)

Civitate > cidade (port.), città (it.)

⁸⁷ No *Appendix Probi*, dentre outros exemplos de perda do /m/, temos *triclinium* > *triclinu* (SILVA NETO, 1946, p. 218).

Por último, há a passagem de /e/, em *mecu*, *tecu* e *secu*, a /i/, em *migo*, *tigo* e *sigo*. De acordo com Câmara Jr. (1979, p. 97), tal mudança vocálica seria resultado de metafoia “por causa do /u/ final em *mecu(m)*, *tecu(m)*, *secu(m)*”.

Para resumir, há dois tipos de mudanças que atuaram sobre os pronomes regidos por *cum*. De um lado, mudanças fonológicas foram aglutinando a posposição *cum* aos pronomes, e, de outro lado, por conta de um processo de natureza morfossintática, o ablativo foi substituído pelo acusativo. Dessa forma as preposições e a posposição *cum* passaram a reger exclusivamente o acusativo.

Essas mudanças levaram à constituição do seguinte paradigma no português arcaico:

<i>migo</i>	<i>tigo</i>	<i>sigo</i>	<i>nosco</i>	<i>vosco</i>
-------------	-------------	-------------	--------------	--------------

Com essas mudanças fonológicas e morfossintáticas, têm-se as formas acima a partir das quais se formará o paradigma do português clássico, no qual há introdução de uma preposição diante dos pronomes oblíquos tônicos.

Como bem lembra Câmara Jr. (1979), ainda na fase arcaica do português era possível a “livre” variação entre *migo* e *comigo*. Nos cancioneros medievais é possível se encontrar vários casos dessa variação pronominal:

[...]

non veo falar **comigo**,

nen quis Deus, nem mha ventura

que foss'el aqui o dia
quepos **migo** quando ss'ya (VASCOCELOS, 1970, p.26).

A grande questão é saber por que motivo *com* foi introduzido diante do paradigma, se essa partícula já estava ao fim dos pronomes nas formas de *-co* e *-go*? As gramáticas históricas do português tentam dar conta dessa introdução, e suas explicações repetem-se, em grade parte:

No português antigo empregou-se *nosco* sem o reforço de *com* porque ainda estava presente ao espírito de todos que a terminação *-co* representava a preposição latina *cum* Obliterada essa idéia, tornou-se necessário o refôrço, o que deu em resultado a forma atual *conosco* (COUTINHO, 1974 [1938], p. 54).

Na medida em que a significação das sílabas *-go* e *-co* se perdia, a preposição era de novo adjungida a essas formas, já então como proclítica. As novas combinações se conformavam à ordem regular do pronome e preposição em português (WILLIAMS, 2001 [1938], p. 150).

Nestas formas entra, como se sabe, a preposição cum posposta ao pronome, no caso ablativo, em harmonia com o seu regime, e a antiga língua, parece, tinha consciência de sua existência nelas,

portanto também as empregava sós. Mais tarde, porém, essa consciência perdeu-se, resultando daí as expressões pleonásticas comigo, contigo, conosco, convosco (NUNES, 1975 [1909], p. 240-1).

Coutinho (1974 [1938]), Williams (2001 [1938]) e Nunes (1975 [1909]) encontram a explicação da mudança nas mudanças fonológicas que acabaram por alterar sensivelmente a forma da partícula *cum*. Isso teria levado à perda da “ideia” de que *-co* e *-go*, agregados ao final dos pronomes, tinham função e sentido semelhante à preposição *com* diante de substantivos. Perdida então a noção de *-co* e *-go*, acrescentou-se *com* diante dos pronomes segundo o padrão geral da língua (preposição + SN).

Tais explicações podem ser verdadeiras, mas não vão ao centro do problema. As explicações dadas nas gramáticas históricas, como se pode ver acima, ficam mais no plano da *descrição*, mas não *explicam* de fato *as causas* da profunda reconfiguração pela qual passaram os oblíquos tônicos na transição do português arcaico ao português clássico.

Que outras mudanças estariam relacionadas ao processo de introdução da preposição diante de *comigo*, *conosco* etc.?

Se a causa da mudança fosse somente a mudança da constituição fonética da posposição *cum* que no fim passou a ser irreconhecível, por que então não se agregou *com* à direita do paradigma pronominal?

E que forças internas estariam em jogo na reestruturação dos oblíquos tônicos?

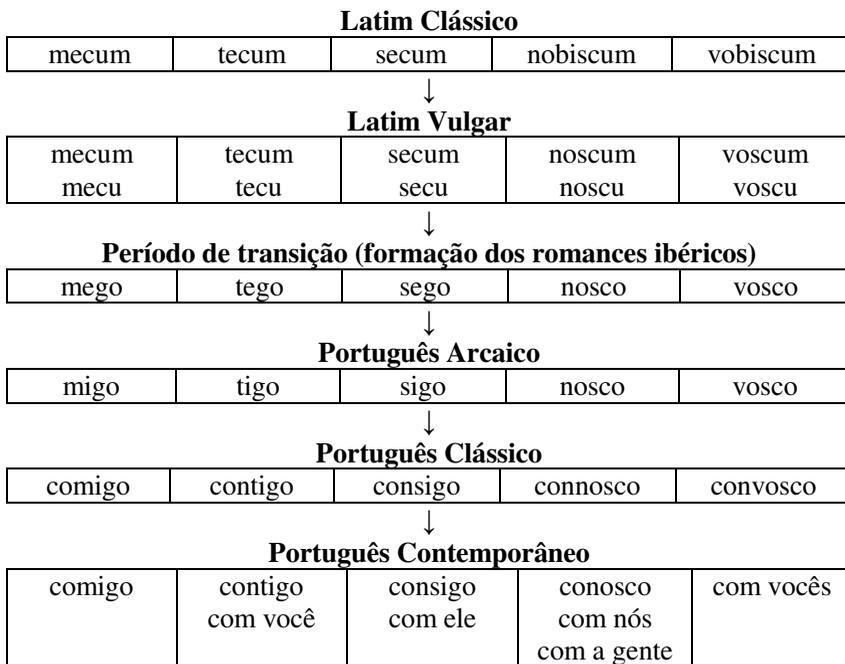
Percebe-se que não havia respostas a essas questões nos estudos diacrônicos, efetuados ainda dentro da perspectiva filológica (COUTINHO, 1974 [1938]; WILLIAMS, 2001 [1938], NUNES, 1975 [1909]; SILVA NETO, 1946).

Uma tentativa de responder a essas questões é feita no capítulo 5. Antes, contudo, faz-se necessário analisar mais detalhadamente em que período se implementou a mudança da introdução de *com* diante dos oblíquos tônicos, por meio do estudo dos primeiros textos escritos em português.

Posteriormente a esse percurso diacrônico, faz-se o estudo sincrônico da variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* no português brasileiro para se ter uma noção dos rumos que a língua tem tomado nesse aspecto da gramática.

4.4.1 A evolução das formas pronominais oblíquas tônicas

Abaixo apresenta-se o percurso das formas oblíquas tônicas desde o latim clássico até o português contemporâneo:



Vendo o estágio final da evolução dos oblíquos tônicos, logo se vê a existência da variação entre algumas formas tais como *contigo/com você* e *consigo/com ele*. Tal variação ocorre em virtude de alguns aspectos diatópicos, diastráticos e diafásicos.

Pode-se ver que no português contemporâneo há a presença de três variantes para o pronome oblíquo tônico da primeira pessoa do plural, diferentemente do caso reto no qual há a variação entre duas formas apenas: a inovadora *a gente* ao lado da conservadora *nós*. Ao lado da forma vinda do português clássico, *conosco*, há *com nós* e *com a gente*.

Essa existência de três variantes para o oblíquo tônico de primeira pessoal do plural só é possível em virtude do surgimento do pronome pessoal *a gente*. Na medida em que ele se gramaticaliza, ou seja, deixa de ser um SN constituído de um artigo e do nome para ser um pronome, passa a ser possível seu uso na posição de sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto adnominal e, obviamente, como adjunto adverbial de companhia, mais especificamente regido pela preposição *com*.

Na dimensão diatópica, há no português de Portugal o predomínio do uso da forma *conosco*, ao contrário do português brasileiro em que esta forma tem caído em desuso, principalmente entre os jovens – como os dados quantitativos apresentados a seguir – a favor da variante *com a gente*. Na dimensão diafásica, o *conosco* no Brasil restringe-se a modalidades mais formais de comunicação, principalmente na escrita. Por outro lado, em Portugal usa-se *conosco* em todos os contextos de interação linguística.

Apesar disso, Nunes (1975 [1909]) comenta sobre a existência da variante *com nós* em Portugal: “Em vez de *connosco*, também o povo diz *com nós*, expressão que se usa igualmente em galego [...]” (p. 241). Nunes ao se referir ao “povo”, aponta para uma variação diastrática no uso dessa forma pronominal. Pode-se inferir que, possivelmente, a variação em Portugal do início do século XX se dava da seguinte forma: os menos escolarizados e mais pobres usavam *com nós*, ao passo que os mais escolarizados e de classes sociais mais altas usavam *conosco*. Destaque-se que no galego também existe *com nós*, como bem recorda Nunes. Não se pode esquecer também que há grande presença de *com*

nós no Brasil como atestam, por exemplo, os dados do ALERS⁸⁸ e do ALiB, apresentados mais adiante. O problema nesse caso é saber se *com nós* se desenvolveu no interior do próprio português brasileiro, ou se foi uma forma trazida para cá do português europeu. A hipótese mais plausível é que a variante *com nós* tenha vindo já no português europeu falado pelos colonizadores. Um bom exemplo é o português falado no litoral de Santa Catarina, região de significativa influência da colonização açoriana, iniciada em meados do século XVIII. Como aponta o mapa do ALERS, no anexo 3, essa região apresenta um predomínio da variante *com nós*, com algumas ocorrências isoladas de *conosco*. Muito provavelmente, portanto, as formas *conosco* e *com nós* foram trazidas pelos colonos portugueses, e num contexto de contato com outras línguas (europeias, africanas, indígenas etc.) propiciou-se a propagação da forma inovadora *com nós*, em detrimento da conservadora. Dessa forma confirma-se a posição de Naro & Scherre (2007) em relação ao português brasileiro: “a variação, e as próprias variantes, são inteiramente de origem européia, tendo se generalizado no Brasil devido à instabilidade da norma no contexto da transferência da língua para uma nova comunidade lingüística” (p. 180). Apesar dos dados apresentados por Naro & Scherre (2007) serem mais relacionados à variação na concordância de número – tanto dentro do SN quanto entre o sujeito e o verbo – e a variação fonológica, o mesmo princípio parece ser verdadeiro na variação *conosco/com nós*. Essas duas variantes já existiam no português que foi trazido ao Brasil, onde a língua encontraria um contexto sócio-histórico propício à propagação de

⁸⁸ Ver anexo 3.

variantes inovadoras e, muitas vezes, estigmatizadas no continente de origem.

Além da variação *conosco/com nós/com a gente* há também a alternância entre *contigo* e *com você*, possível tanto em Portugal quando no Brasil. Obviamente essa variação tem início com o surgimento de *você* como um pronome pessoal, o que se deu entre os séculos XVII e XVIII, período no qual houve a redução de *Vossa Mercê* a *você*. Ainda no século XVI *Vossa Mercê* passa a ganhar status de pronome pessoal, o que sugere a ocorrência de *com Vossa Mercê* como variante de *contigo*.

No Brasil, no dialeto caipira há a propagação de formas reduzidas de *você* tais como *ocê* e até *cê*. Assim, ao lado de *com você* também é possível a forma *cocê* (*com* + *ocê*).

Ainda a variação entre *contigo/com você* dá-se pela dimensão diatópica, no Brasil. Nos dialetos em que o pronome pessoal é exclusivamente *você* (ou sua variante *cê*) não há *contigo*. Por outro lado, em dialetos em que há o predomínio de *tu* o oblíquo tônico é *contigo*. Há, contudo, dialetos como o português do litoral catarinense em que a variação *tu/você* é de natureza diafásica. Ou seja, em contextos de maior intimidade usa-se o *tu*; por outro lado, quando não há intimidade entre os falantes – entre dois desconhecidos, por exemplo – prevalece o pronome *você*. Nesse contexto, a variação entre *contigo* e *com você* também está relacionada ao grau de intimidade entre os falantes.

A forma *consigo*, por sua vez, é uma forma pouco comum no português brasileiro. Normalmente se usa *com ele* com valor reflexivo. Em Portugal, por outro lado, *consigo* pode ocorrer como variante de *contigo*, sem ter, portanto, função reflexiva, como vê-se no romance

Jerusalém, de Gonçalo M. Tavares: “Simpatizo *consigo*, Mylia. Espero que possamos voltar a falar” (2006, p. 36).

Por último, como já lembrava Nunes (1975 [1909]), é possível a substituição dos oblíquos da norma padrão pela construção “*mais + pronome do caso reto*”: *mais eu, mais nós, mais vocês* etc. São variantes, contudo, pouco frequentes em português.

A tendência geral da língua no atual estágio é a perda dos resquícios de caso herdados do latim. Essa tendência é, aparentemente, mais evidente no português do Brasil, no qual há grande uso de *você* e expansão da forma inovadora *a gente* com muita velocidade entre as novas gerações. Há uma perda dos pronomes oblíquos átonos e tônicos, os quais são substituídos por formas vindas do caso reto (ex.: *eu o vi > eu vi ele*), o que é algo categórico na terceira pessoa do singular e do plural.

Num estágio mais avançado da mudança, o resquício de caso nos oblíquos tônicos só sobrevive na primeira pessoa do singular, *comigo*, e é apagado nas demais pessoas: *com você, com vocês, com a gente, com nós* etc. Não é por acaso que é a primeira pessoa do singular é a que mais tem preservado sua morfologia nas desinências verbais e nos oblíquos, ao contrário das demais pessoas, nas quais se perdem as desinências verbais e os oblíquos são substituídos pelas formas do caso reto.

4.4.2 Análise dos dados diacrônicos

Foi visto anteriormente que na fase arcaica do português, período chamado por alguns de galego-português, havia uma variação nos oblíquos tônicos entre as formas conservadoras – *migo, tigo, sigo, nosco* e *vosco* –, vindas do latim vulgar, e formas inovadoras preposicionadas, ou seja, formais às quais se agregou a preposição *com*, formando o paradigma do português clássico: *comigo, contigo, consigo, conosco, convosco*.

Sobre a evolução desses pronomes há pelos menos dois problemas para se responder. O primeiro problema é saber, com maior precisão, quando se efetivou a mudança da introdução de *com* diante do paradigma de *nosco*. Além dessa questão também importa saber quais fatores internos atuaram nesse processo. Nesse segundo ponto se trata da busca pelas motivações estruturais que atuaram como forças. É, portanto, a procura pelas *causas da mudança*.

4.4.2.1 Metodologia

Para determinar em que período houve a introdução da preposição *com* diante do paradigma dos pronomes oblíquos tônicos foi feita a seleção de textos dos séculos XIII, XIV e XV, nos quais se buscou a variação entre *nosco/conosco, migo/comigo* etc. Localizou-se um total de 188 dados, compreendendo oblíquos tônicos, nos textos desses três séculos. A partir desses dados foi possível se fazer a

quantificação para a determinação da frequência de variantes menos preposicionadas (ex.: *nosco*) ou mais preposicionadas (ex.: *conosco*).

4.4.2.2 O corpus da análise

O conjunto de textos analisados é formado por gêneros textuais bem diversos como cantigas e textos notariais. Parte do corpus é composta por texto coletados no *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), que se encontra disponível na internet⁸⁹. No CIPM há textos latino-romances do século IX ao século XII e textos escritos em português do século XII ao século XVI. Destes, foram selecionados alguns textos datados a partir do século XIII. Não se incluíram os textos do século XII porque estes eram em pequeno número, e neles não foram localizados os dados relevantes a esse estudo.

Os dados do século XV foram coletados em algumas peças de teatro de Gil Vicente. Apesar de suas peças terem sido escritas no início do século XVI (entre 1502 e 1536, ano provável de sua morte), elas são consideradas como exemplos do português do século XV, porque foi nesse século em que Gil Vicente nasceu e adquiriu a língua. Acresce também o fato de sua primeira peça, *Auto da Visitação*, ter sido escrita em 1502, ou seja, somente dois anos após a virada do século.

Além do CIPM e das peças de Gil Vicente, foram coletados dados nas seguintes obras:

⁸⁹ Cf. A página oficial do CIPM é <http://cipm.fcsh.unl.pt>.

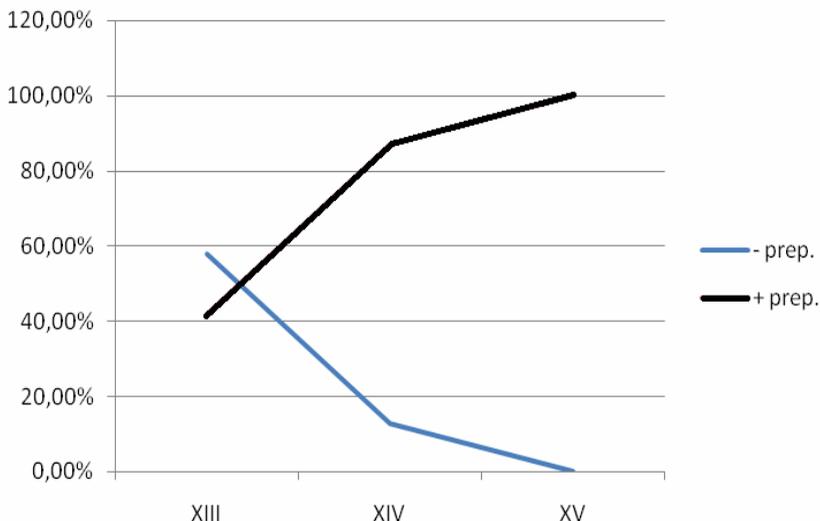
- 1) NÍNIVE, Isaac de. *Livro de Isaac de Nínive*.
- 2) RESENDE. Garcia de. *Cancioneiro Geral*.
- 3) RESENDE. Garcia de. *Livro das obras de Garcia Resende*.
- 4) PEREIRA, Gabriel. *Livro d'Aveitaria do Mestre Giraldo*.
- 5) VASCONCELOS, José Leite de. *Textos arcaicos*.

O corpus de análise é, portanto, bem heterogêneo, compreendendo textos em prosa e em verso, cantigas, peças teatrais, textos notariais etc.

4.4.2.3 Discussão dos dados

No período inicial da análise, século XIII, já há o registro de uma forte variação entre as formas preposicionadas, inovadoras, e não preposicionadas. As variantes inovadoras já aparecem no século XIII com um total de 42,1%, com 24 ocorrências, e as formas conservadoras possuem 57,9%, o que significa 33 ocorrências.

Gráfico 6 – Variação/mudança nos oblíquos tônicos do século XIII ao século XV entre formas não preposicionadas (- prep.) – *migo, tigo, nosco etc.* – e as formas preposicionadas (+ prep.) – *comigo, contigo, conosco etc.*



No século XIV há um grande avanço das formas preposicionadas, que dobram sua porcentagem passando de um total de 42,1% no século XIII para 87,15% no século XIV. Enquanto isso, os pronomes oblíquos não preposicionados decaem para somente 12,84% (14 ocorrências de um total de 109).

Por fim, no século XV há a implementação da mudança. Nesse último período analisado diacronicamente, dos 22 dados localizados no corpus, as formas preposicionadas ocorrem em 100% dos casos.

Essas estatísticas indicam que muito possivelmente o sistema estava em variação por um tempo considerável antes do século XIII. Por

exemplo, no poema épico *Cantar de Mio Cid*, escrito por volta de 1200, as formas sem preposição não ocorrem, mas somente as preposicionadas, como *connusco* e *convusco*. Isso indica que no espanhol a mudança nesse paradigma pronominal, entre o final do século XII e início do XIII, já estava concluída. O que indica que a variação no espanhol é anterior a variação no português, e de forma geral é possível se deduzir que, na Península Ibérica, a variação tenha tido início por volta do século X, período em que se formavam as línguas neolatinas – principalmente da Península Ibérica – se desenvolviam a partir do proto-romance (ILARI, 2006). Nesse, a variação *migo/comigo*, por exemplo, dentre outros aspectos, é um claro sinal desse período de transição.

A implementação da mudança com as formas preposicionadas – *comigo, contigo, consigo, conosco, convosco* – suplantando as antigas formas não preposicionadas vindas do latim vulgar – *migo, tigo, sigo, nosco, vosco* –, no século XV, configura-se como mais um traço a distinguir o português arcaico do português clássico, que se estabelece na primeira metade do século XVI, com a normatização através das gramáticas de Fernão de Oliveira, de 1536, e de João de Barros. Os maiores exemplos do português clássico são as obras de Camões, principalmente *Os Lusíadas*, publicado em 1572. Esses são alguns fatos de história externa para a delimitação da distinção entre a fase arcaica e a clássica da língua. Mas, o fim da mudança nos oblíquos tônicos com a fixação da preposição *com* diante do paradigma pronominal *migo, tigo, sigo nosco* e *vosco* é mais um fato da história interna a confirmar a delimitação entre esses dois períodos da evolução do português. Essa

transição entre português arcaico e português clássico se deu, portanto, por volta do final do século XV à primeira metade do século XVI.

Outros fatos de história interna podem ser citados como características próprias do português clássico em contraste ao português arcaico. São mudanças que teriam ocorrido no início do século XVI:

[...] a convergência das nasais finais [-õ, -ã] e do ditongo [ãu] na direção deste último; redução dos hiatos arcaicos, resultando em ditongos crescentes e decrescentes, tritongo, vogal epentética e vogal simples, resultante de crase; a perda do <-d> do morfema número-pessoal da 5ª pessoal verbal; e, ainda, o início, até hoje não concluído, da simplificação do sistema arcaico de quatro sibilantes (MATTOS E SILVA, 2004, p. 265).

Estando, assim, delimitado o período em que houve a reestruturação do paradigma pronominal sob estudo – século XV –, na qual ocorreu a aglutinação da preposição *com* diante dos oblíquos tônicos, passemos agora para a análise da variação na sincronia do português brasileiro atual.

4.4.3 Análise sincrônica

No estudo da variação dos oblíquos tônicos foram utilizados dados da geolinguística, mais especificamente do Atlas Linguístico-

Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) e do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

A análise se concentrou no estudo da variação *conosco*, *com nós* e *com a gente*. Não se englobou o restante do paradigma porque os atlas pesquisados focaram, em seus questionários, somente a variação do pronome *conosco*. Não há, portanto, dados geolinguísticos de variação sincrônica de todo o paradigma.

4.4.3.1 A variação no sul do Brasil

O ALERS é o primeiro atlas linguístico brasileiro de âmbito regional.⁹⁰ Sua rede de pontos estende-se pelos três estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, também inova por ser o primeiro a ter um questionário morfossintático (QMS), o que possibilita a pesquisa da variação diatópica de formas pronominais, por exemplo.

Sobre a variação do pronome *conosco* há no QMS do ALERS uma pergunta específica, por meio da qual o inquiridor indaga o informante da seguinte forma: “Se chegasse uma visita e o senhor a convidasse a tomar café JUNTO COM O SENHOR E SUA ESPOSA, como senhor perguntaria a ela: ‘Amigo, quer tomar café...’” (KOCK *et al.*, 2002, p. 203). Há três possibilidades de resposta. Ao lado da forma padrão *conosco* há as variantes *com nós* e *com a gente*.

⁹⁰ Os atlas anteriores cobriam áreas que correspondiam a um estado somente.

A tabela 11 apresenta os dados da variação do pronome *conosco* nos três estados do sul do Brasil, de acordo com o ALERS (2011, p. 437):

Tabela 11 – Porcentagens na variação entre as formas *conosco*, *com nós* e *com a gente* nos três estados do sul do Brasil em regiões rurais

	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
conosco	10/100 = 10 %	12/80 = 15 %	22/95 = 23,16 %	16%
com nós	70/100 = 70%	63/80 = 78,75%	66/95 = 69,5 %	72,36%
com a gente	1/100 = 1%	0/80 = 0 %	2/95 = 2,1%	1,1%
Dados não obtidos	11/100 = 11%	15/80 = 18,75%	5/95 = 5,26%	11,27%

Fonte: Pinho (2009, p. 52)

Vê-se nos dados da tabela acima o predomínio da variante não padrão *com nós* em toda a região, como também pode ser observado no mapa que se encontra no anexo 3. A média total nos três estados da variante *com nós* ficou em pouco mais de 72%. Essa variante não estaria associada a nenhum dialeto específico do sul, pois está difundida de forma mais ou menos homogênea por essa região, o que impossibilita a delimitação de uma isoglossa.

A forma padrão *conosco* contou com uma média de 16% no sul. Mas olhando para cada estado, vê-se que quando mais ao sul maior é a frequência da variante *conosco*. Isso significa que no Rio Grande do Sul houve a maior ocorrência dessa forma, com 23,16%, ao passo que o Paraná teve menos da metade de registros da forma padrão, a qual ocorreu em 10% do total. Santa Catarina ficou numa posição intermediária, com 15% de frequência.

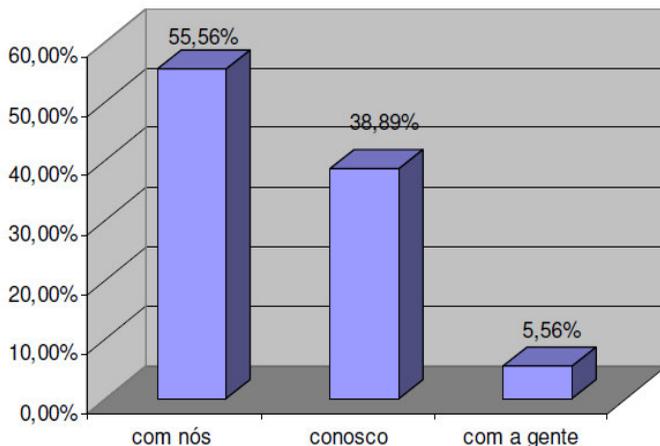
Por último, a variante *com a gente* teve somente três ocorrências no ALERS – uma no Paraná e duas no Rio Grande do Sul –, o que totalizou uma média de 1,1%.

No estudo de Pinho (2009) também se observou a variação em algumas áreas urbanas de Santa Catarina⁹¹. Nesse estudo se constatou um decréscimo da variante não padrão *com nós* no contexto urbano em comparação ao contexto rural. O que significa 55,56% de frequência da variante *com nós* em meio urbano contra 78,75% em meio rural. Por outro lado, a variante *conosco* teve mais que o dobro de frequência em meio urbano que rural, ou seja, 38,89%.

Deve-se observar que os dados do ALERS são dados de fala rural. Somente alguns pontos urbanos foram pesquisados. E, no confronto entre os dados de fala urbana e rural, logo se vê que a forma padrão *conosco* ganha espaço sobre a não padrão *com nós* em meio urbano. Isso se deve à própria característica dos informantes urbanos. Enquanto nos pontos de zonas rurais entrevistou-se apenas um informante com pouca ou nenhuma escolarização, nas zonas urbanas foram entrevistados três informantes estratificados segundo a escolarização, sendo um não escolarizado, um com no máximo a 8ª série e um com ensino médio.

⁹¹ Os pontos urbanos de Santa Catarina incluídos no ALERS são Chapecó, Lages, Joinville, Blumenau, Florianópolis e Criciúma.

Gráfico 7 – Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* em regiões urbanas de Santa Catarina



Fonte: Pinho (2009, p.56)

Essas diferenças na variação entre zonas rurais e zonas urbanas não é de causar surpresa, pois as cidades grandes tendem a serem centros nos quais a norma linguística se estabelece, sendo depois irradiada com diferentes intensidades para o interior. Nos centros urbanos as populações têm mais acesso à educação formal, a qual tem fundamental relevância nos padrões de fala. Normalmente os estudos de variação linguística evidenciam que quanto maior é o nível de escolaridade maior também será o domínio dos indivíduos da norma padrão. A escolaridade, portanto, faz com que o falante evite certos usos linguísticos avaliados negativamente pelos estratos sociais mais elevados. Sendo menores os níveis de escolarização em regiões rurais, entende-se o porquê da maior frequência da variante não padrão *com*

nós nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, quando comparadas as porcentagens.

4.4.4 A variação nas capitais: dados do ALiB

Falta, agora, efetuar a análise da variação *conosco/com nós/com a gente* com base num corpus bem mais amplo que é o ALiB.

Do total de 250 pontos compreendidos no projeto do ALiB, distribuídos por todas as cinco regiões brasileiras, foram selecionadas somente as entrevistas realizadas nas capitais, com exceção de Palmas⁹² (TO) e Brasília. Isso se fez porque as entrevistas feitas nas capitais já se encontravam completamente transcritas e disponíveis para estudo.

São, ao todo, oito informantes por ponto, os quais estão estratificados em sexo, idade e escolaridade.

As faixas etárias controladas pelo ALiB são duas: a primeira faixa etária, formada pelos informantes mais novos, vai de 18 a 30 anos, e a segunda faixa etária, formada pelos informantes mais velhos, vai de 50 a 65 anos.

Os níveis de escolaridade controlados também são dois: metade dos informantes deveria ter preferencialmente nível primário e outra metade nível universitário.

⁹² Palmas e Brasília não estão na rede de pontos do ALiB em virtude do pouco tempo de fundação dessas cidades. Palmas foi fundada em 1989 e Brasília em 1961. Isso faz com que não existam informantes mais velhos nascidos na própria cidade.

Dessa forma, o perfil dos informantes pode ser sistematizado da seguinte maneira:

Número do informante	Sexo	Faixa etária	Nível de Escolaridade
1	Homem	1	Primário
2	Mulher	1	Primário
3	Homem	2	Primário
4	Mulher	2	Primário
5	Homem	1	Universitário
6	Mulher	1	Universitário
7	Homem	2	Universitário
8	Mulher	2	Universitário

Quadro 14 – Perfil dos informantes das capitais

Os dados do ALiB foram obtidos por meio de uma entrevista na qual o inquiridor se guia por um questionário que é constituído pelas seguintes partes:

- 1) Questionário Fonético-Fonológico (QFF);
- 2) Questionário Semântico-Lexical (QSL);
- 3) Questionário Morfossintático (QMS);
- 4) Questões de Pragmática;
- 5) Temas para Discursos Semidirigidos; e
- 6) Perguntas Metalinguísticas.

Cada uma dessas partes foi concebida pelos organizadores do ALiB com o intuito de registrar a variação linguística em cada nível gramatical, do fonético-fonológico ao sintático, e até em níveis de análise que extrapolam a gramática, como o pragmático e o lexical.

Há duas questões do QMS que visam ao levantamento da variação nos oblíquos tônicos, mais precisamente as questões 27 e 28:

QMS 27) “Quando alguém não quer tomar café sozinho, diz para convidar outra pessoa: ‘Quer tomar café_____?’”

QMS 28) “E se nós dois estamos tomando café e queremos mais uma pessoa na mesa, dizemos que essa pessoa venha tomar café_____?”

A questão 27 do QMS foi formulada para levantar as variantes de *comigo* (*com eu* ou *mais eu*, por exemplo), e a questão 28 as variantes de *conosco*.

No levantamento dos dados, logo chama a atenção a ausência de variação no oblíquo de primeira pessoa do singular. Ou seja, não se registrou *com eu* ou *mais eu*, por exemplo, a exemplo do que ocorre na primeira pessoa do plural, na qual existe *com nós* como variante ao lado da forma padrão *conosco*. Esse fato demonstra, possivelmente, o maior conservadorismo da morfologia e dos respectivos pronomes da primeira pessoa.

Diante dessa falta de variação em *comigo*, a análise centrou-se somente nos dados obtidos por meio da questão 28 do QMS.

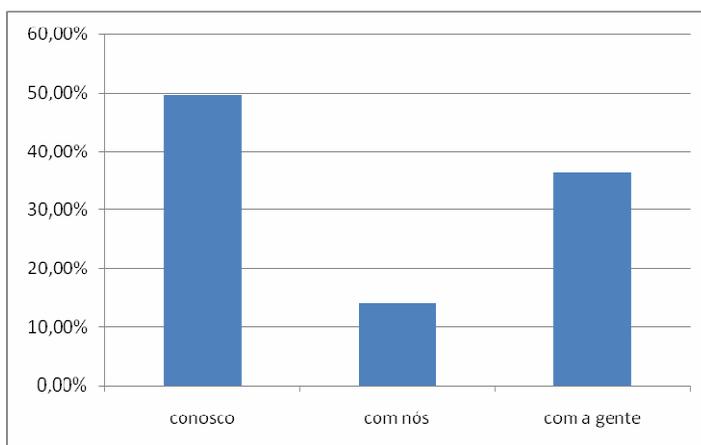
Foi obtido um total de 171 dados, nas capitais, compreendendo as três variantes: *conosco*, *com nós* e *com a gente*. Além destas variantes, houve um só registro de *mais nós* na entrevista do informante de nº 1, da cidade de Aracaju, que não foi considerada ao longo da análise.

No conjunto desses 171 dados, há alguns casos de informantes que produziram duas variantes do pronome. Ou seja, informaram primeiro *conosco*, por exemplo, e logo em seguida *com a gente* ou *com nós*. E todas essas ocorrências foram contabilizadas.

4.4.4.1 Geral

Do total de 171 dados, 85 ocorrências (= 49,7%) foram de *conosco*, 24 de *com nós* (= 14,03%) e 62 de *com a gente* (= 36,25%).

Gráfico 8 – Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* nas capitais com base no ALiB



A variação desse pronome tende, então, a se polarizar entre a forma conservadora, *conosco*, e a forma inovadora, *com a gente*. A variante *com nós*, não sendo padrão, aparece como a menos frequente, com menos de 15%. Essa baixa porcentagem se deve, talvez, pelo fato de ser uma variante muitas vezes estigmatizada. E sendo o contexto da entrevista muito monitorado por parte do falante, ele tende a inibir essas formas que ele entende como não apropriadas a situações de maior formalidade.

Classifica-se *com nós* de estigmatizada – estando, portanto, fora daquilo de se denomina por norma padrão culta do português do Brasil – pelo fato dela não ocorrer na escrita, na mídia (em telejornais, por exemplo) e em contextos de fala altamente formais, portanto, muito monitorados.

J. J. Nunes (1975), por exemplo, já comentava que *com nós* existia em Portugal, no início do século XX, na fala do “povo”, ou seja, na fala das classes inferiores e com pouca ou nenhuma escolarização. Esses são fortes fatores para a existência de uma estigmatização dessa variante, pois é associada a uma modalidade de fala “inculta” e avaliada como “incorreta” pelas classes com altos níveis de escolarização. Essa informação dada por Nunes deixa a dúvida se a variante *com nós* veio ao Brasil pela fala dos colonizadores portugueses, ou se desenvolveu de forma autônoma já dentro do português do Brasil.

De acordo com Naro & Scherre (2007, p. 180), as variantes encontradas no português do Brasil são de origem europeia, e que se generalizaram no processo de transferência ao Brasil, solo fértil no qual

se desenvolveram mais intensamente. Mesmo os citados autores estarem se referindo à simplificação das flexões verbais, a falta de concordância dentro do SN ou entre sujeito e verbo, principalmente, além de certos processos fonético-fonológicos, esse raciocínio pode ser aplicado à variação nos oblíquos tônicos, mais precisamente a variação *conoscol/com nós*, na qual a variante *com nós* muito provavelmente é de origem europeia, tendo se propagado no português do Brasil.

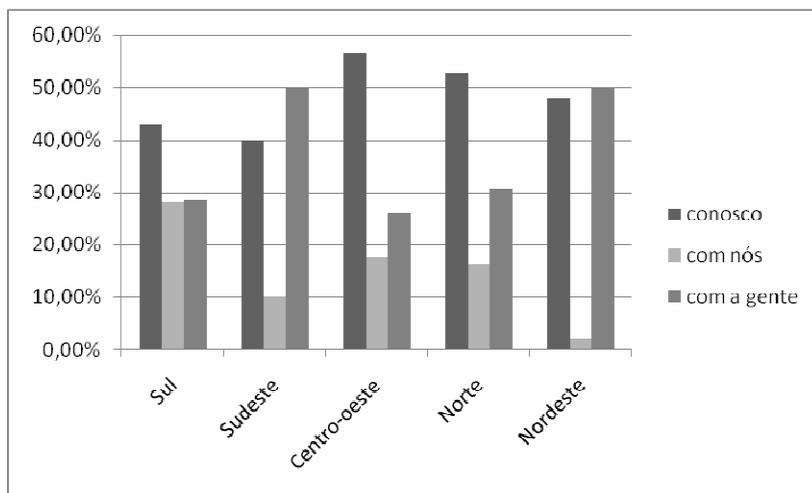
A variante *com a gente*, por outro lado, parece ser de origem brasileira. Isso é afirmado em virtude do próprio baixo percentual que *a gente* possui em Portugal no século XX. De acordo com Lopes (1999), *a gente* tem apenas 18% de frequência em Portugal, contra 69% no Brasil. Acresce também o fato de que a gramaticalização de *a gente* em pronome se realizou entre os séculos XVIII e XIX, concretizando-se neste último (LOPES, 1999, 2007). *A gente* entra no sistema do português num momento em que o Brasil torna-se independente de Portugal. É também ao longo do século XIX que se inicia mais fortemente o desenvolvimento de uma modalidade brasileira do português, de forma que é mais provável que a variante *com a gente* tenha já nascido dentro do português do Brasil, ao contrário da variante *com nós*, que tem maior possibilidade de ser de origem europeia.

4.4.4.2 Variação diatópica

De acordo com os dados do ALiB, o fator espaço geográfico teve relevância na variação do pronome oblíquo de 1ª pessoa do plural.

Como mostra o gráfico 7, no qual vê-se que em duas regiões (centro-oeste e norte) a variante *conosco* teve mais de 50% de ocorrências. Essa variante foi a mais produtiva no sul, centro-oeste e norte, ao passo que no sudeste e nordeste foi *com a gente* que predominou.

Gráfico 9 – Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* por região, com base em dados do ALiB



A região na qual *conosco* teve menor porcentagem foi a sudeste, com apenas 40% de ocorrências dessa variante. Interessante é que no sudeste houve um alto índice de *com a gente*, contabilizando 50% do total, índice igual ao do nordeste.

Sabe-se que é no eixo Rio-São Paulo que se estabelece a norma culta do português do Brasil, em virtude do maior desenvolvimento econômico dessa região, fato ao qual se soma outro elemento decisivo: é na região sudeste que se concentram os canais de televisão de

abrangência nacional, que têm enorme contribuição para o estabelecimento dessa variante de prestígio. O sudeste mostra-se como a região que mais evita o uso do *conosco* e tem, por outro lado, um elevado índice da variante *com a gente*, e baixo índice da variante *com nós*. Esses dados parecem indicar que, como já ocorre com a língua em geral, o sudeste está estabelecendo a norma também no uso do oblíquo tônico em questão. Nesse padrão a variante com mais vantagem é a forma inovadora *com a gente*, ao mesmo tempo no sudeste onde há a tendência a se evitar a forma não padrão *com nós*. Aparentemente, então, há fortes indícios de que a variante *com a gente* está se expandindo do sudeste para as outras regiões como a nova forma padrão desse pronome no lugar da antiga forma *conosco*, vinda do português clássico.

Por outro lado, é na região centro-oeste que o pronome *com a gente* menos está presente, prevalecendo a forma conservadora *conosco*. Essa região é, portanto, aquela que está na retaguarda da mudança em direção a *com a gente*.

Foi nas capitais da região sul onde houve maior índice da variante *com nós*, com pouco mais de 28%, quase o mesmo percentual obtido por *com a gente* (29%). As capitais do sul foram aquelas em que os percentuais entre *com nós* e *com a gente* estiveram bem próximas, quanto ao uso, com menos de 1% de diferença. Por outro lado, na região nordeste houve uma enorme diferença entre os percentuais dessas duas variantes. Essa diferença ficou em mais de 45% de vantagem para *conosco*. Dessa forma, no nordeste é que a variação se concentrou praticamente só nas variantes *com a gente* e *conosco*. Ao contrário do

sul, onde houve grande porcentual das três variantes. Isso evidencia que as regiões que mais se diferenciam na variação são justamente as regiões sul e nordeste. Essa divergência se concentra na maior presença de *com nós* no sul, ao passo que no nordeste se incrementam os percentuais da variante *com a gente*.

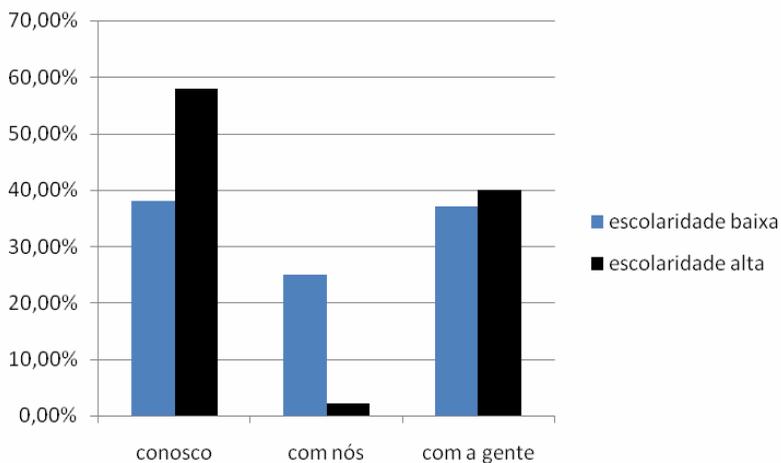
As capitais mais conservadoras foram Belém e Campo grande. Nelas a presença da forma conservadora *conosco* foi categórica.

Uma comparação interessante pode ser feita entre os dados revelados pelo ALiB e os dados do ALERS. Há uma diferença de duas décadas entre a coleta de dados desses dois atlas linguísticos. É possível, portanto, se fazer a inferência de certos rumos de uma mudança linguística. O problema é que do ALiB atualmente há só os dados das capitais, ao passo que do ALERS estão disponíveis os dados tanto das capitais quanto das cidades de interior. O ideal seria ter os dados do interior também do ALiB, para que se fizesse uma comparação mais exata. De qualquer forma, é possível se vislumbrar certos fatos. O que mais chama a atenção é o aumento na frequência das variantes *com a gente* e *conosco*, ao passo que houve uma significativa redução na ocorrência da variante *com nós*. Claro que os informantes do ALERS eram de regiões rurais e tinham pouca escolarização. Mas, mesmo assim, há fortes indícios de um recuo da variante *com nós* e um avanço de *com a gente* na região sul. Evidentemente, só estudos futuros poderão confirmar tal situação, na qual há a tendência a propagação da variante *com a gente*.

4.4.4.3 Escolaridade

O nível de escolaridade se apresentou como um fator externo importante no condicionamento da variação. O que era de se esperar é que os informantes mais escolarizados, ou seja, de nível superior, apresentassem um maior percentual da forma conservadora *conosco* e, por outro lado, tenderiam a evitar a variante não padrão *com nós*. De fato, isso foi confirmado pelos dados obtidos pelo ALiB. Os informantes de nível superior apresentaram um percentual da variante *conosco* bem mais elevado do que os informantes menos escolarizados. Enquanto estes tiveram 38%, aqueles apresentaram 57,9% do pronome *conosco*. O que significa uma considerável diferença de quase 20%.

Gráfico 8 – Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* segundo a escolarização



Uma diferença maior ainda é vista na presença da variante *com nós* quando o nível de escolaridade é levado em conta. Entre os informantes com nível universitário quase não houve a presença da variante *com nós*. Houve somente duas ocorrências dessa variante entre os mais escolarizados, o que totaliza apenas 2,1%. Por outro lado, entre os menos escolarizados houve um considerável aumento dessa variante, obtendo 25% do total.

Com relação à variante *com a gente*, o nível de escolarização não se mostrou muito relevante, pois os dois grupos apresentaram índices semelhantes, com pequeno aumento de ocorrências dessa variante entre os mais escolarizados.

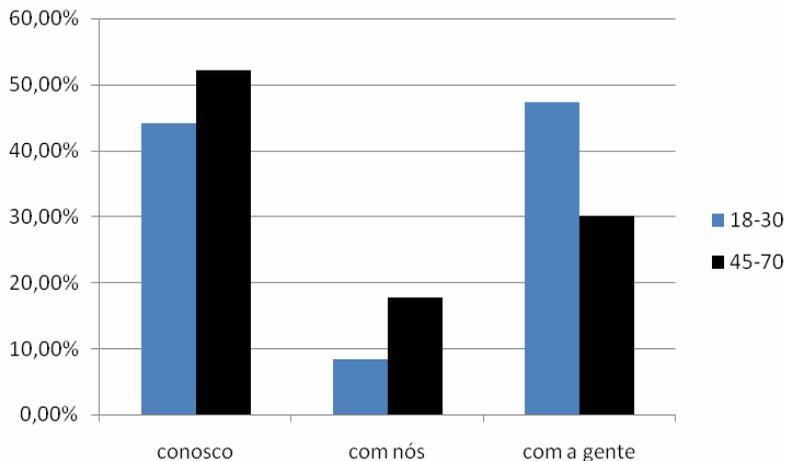
4.4.4.4 Faixa etária

Da mesma forma como a escolaridade, o fator externo faixa etária também se mostrou significativo no condicionamento da variação. Entre os mais novos, de 18 a 30 anos, a variante inovadora *com a gente* foi a mais frequente, com 47,36%. Entre os informantes mais velhos, contudo, a forma mais frequente foi a conservadora *conosco* (52,2% do total), e nesse grupo *com a gente* teve somente 30%, o que significa uma diferença de mais de 17% em relação aos mais jovens.

Os informantes mais jovens tenderam a evitar a variante não padrão *com nós*, que teve apenas 8,4% de frequência nessa faixa etária.

Entre os mais velhos, por outro lado, *com nós* teve mais que o dobro de registros, totalizando 17,7%.

Gráfico 11 – Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* segundo a faixa etária, com base no ALiB



A análise do fator faixa etária na variação linguística é importante porque possibilita a constatação de tendências de uma possível mudança, ou melhor, a variação entre diferentes faixas etárias é um indicador de uma *mudança em tempo aparente*.

No presente caso, a mudança em tempo aparente indica o desaparecimento da variante *com nós*, visto que ela tende a ser evitada pelos mais jovens, sendo também alvo de estigmatização. Com esse provável desaparecimento da variante *com nós*, duas variantes continuariam em disputa dentro do sistema da língua. Com a perda da variante *com nós*, a variação ficaria polarizada entre a conservadora

conosco e a inovadora *com a gente*. Contudo, com o avanço cada vez maior do pronome *a gente* na posição de sujeito em detrimento do pronome *nós*, a tendência à regularização das formas faz com que a variante *com a gente* tenha vantagem estrutural sobre *conosco*, a longo prazo. *A gente*, uma vez gramaticalizado, tornando-se um pronome pleno em português, tende a ocorrer em todas as posições sintáticas, inclusive sendo regido pela preposição *com*.

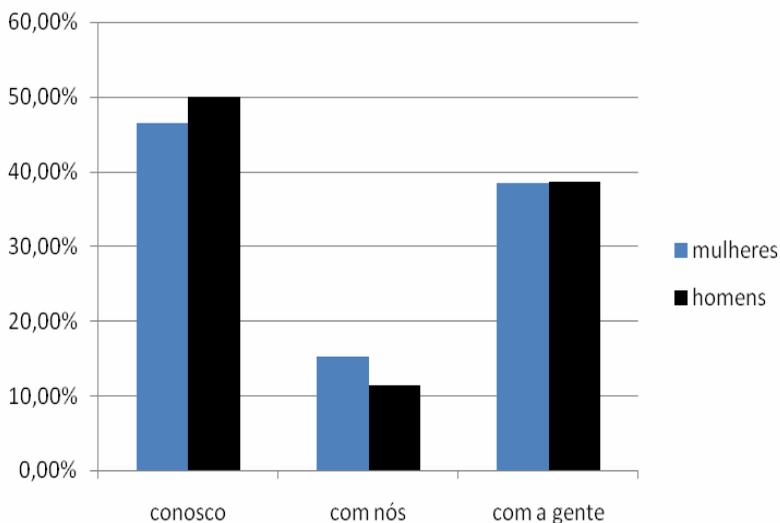
Outro fator também é o progressivo processo de desaparecimento dos resquícios de caso dentro do sistema pronominal do português do Brasil, principalmente. No caso do pronome *conosco*, há nele um resquício do caso latino ablativo. Ao longo da história da língua, sempre que uma forma pronominal com marca formal de caso passa a variar com outra que inova ao perder a marcação de caso, a forma mais regular, portanto, sem marca de caso, acaba prevalecendo. A perda das marcas de caso é uma tendência mais geral de evolução da língua, como foi visto nos capítulos anteriores. Essa tendência também é muito forte entre os oblíquos tônicos.

Dentro do português do Brasil, pelo menos, o resquício de caso ablativo tem se preservado na primeira pessoa do singular, *comigo*, e se apagado no restante do paradigma. Diante desses fatos, a variante *com a gente*, na qual já não há nenhuma marca formal de caso, tem mais vantagem a sair vitoriosa na variação. Outro indicador importante é sua propagação na fala dos mais jovens.

4.4.4.5 Sexo

Ao contrário dos fatores analisados acima, o fator sexo não se mostrou significativo como condicionante da variação. A proporção das três variantes entre homens e mulheres foi a mesma, tendo havido apenas um pequeno acréscimo da forma *conosco* entre os homens (50% entre os homens contra 46,46% entre as mulheres), e de um índice levemente maior da variante *com nós* entre as mulheres – diferença menor que 4%. O percentual da variante *com a gente* foi praticamente o mesmo entre homens e mulheres, ficando o total por volta de 38% entre os dois sexos.

Gráfico 12 – Variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* segundo o sexo, com base no ALiB



Como que poderia ser explicado esse fenômeno no qual o sexo do informante deixa de ser significativo como condicionante da variação linguística? Várias hipóteses podem ser levantadas, como, por exemplo, a cada vez maior inserção da mulher no mercado de trabalho, ocupando posições tradicionalmente masculinas. Essa diminuição da diferença de papéis sociais entre homens e mulheres talvez esteja tendo repercussões na língua. As mulheres tenderiam a deixar de ter um desempenho linguístico distinto do dos homens.

Tradicionalmente se fala nos estudos de variação que as mulheres tendem a ter uma fala mais próxima da norma padrão, e que elas tendem a estar na frente na mudança, adotando mais rapidamente que os homens a variante inovadora e de prestígio. Entretanto, as drásticas mudanças sofridas pela sociedade brasileira nas últimas décadas com relação ao papel da mulher no mundo do trabalho, principalmente, estão tendo influências no desempenho linguístico das mulheres, diminuindo a importância do fator sexo na variação linguística.

CAPÍTULO 5

AS CAUSAS INTERNAS DA MUDANÇA

5.1 TIPOLOGIAS LINGUÍSTICAS

Não é suficiente descrever a variação/mudança da língua em termos superficiais, como, por exemplo, “o termo X está em variação com o termo Y, porém o uso de Y está se propagando entre os mais novos que pertencem à classe média”. Uma análise que parasse nesse ponto teria uma relevância muito restrita, pois não vai à explicação estrutural da variação/mudança, ficando apenas no plano da descrição. A descrição é necessária, sendo o ponto de partida da análise; mas após ela se faz necessária a busca por generalizações, tendências mais abrangentes sobre os caminhos da mudança.

A explicação da mudança implica na busca da *causa*, a qual não fica de fora da proposta de WLH para o refinamento da teoria linguística.

De máxima importância é [...] a proposta de novas causas da mudança, baseada numa teoria dos estados da língua implica necessariamente outra mudança *ex hypothesi*, de modo que o evento *A* possa ser designado como causa da mudança *B*. Em sua versão mais forte, uma teoria da mudança identificaria *A* como a causa suficiente de *B*; numa versão mais fraca, o evento *A* apareceria pelo

menos como a causa *necessária* de *B*. Só raramente é que a lingüística histórica tem tido vislumbres de tais teorias causais, mesmo da versão mais fraca (causa necessária); mas com base nos progressos já registrados podemos ter esperanças de avanços ulteriores (WLH, p. 62).

Assim sendo, constata-se como é importante olhar para uma gramática em mudança não como elementos que se modificam isoladamente, mas como mudanças em cadeia, num processo em que uma mudança leva a outra. Nesse sentido, uma mudança *A* acaba causando uma mudança *B*. Um exemplo é o apagamento do fonema /N/ em final de palavra, em português, que resulta numa simplificação da morfologia verbal com a perda da flexão de terceira pessoa do plural [-m] (NARO, SCHERRE, 2007). Isso provoca uma neutralização com a terceira pessoa do singular:

Ele sabe / eles sabem > ele sabe / eles sabe

Além disso, essa neutralização entre as pessoas gramaticais vai gerar um maior preenchimento da posição sintática de sujeito. Fica, assim, claro que uma mudança não é isolada. Não é possível que um elemento substitua outro, e que o restante da gramática não seja afetado. Sendo a língua uma estrutura, cujas partes estão em uma relação de interdependência, é de se esperar que uma alteração numa parte dessa estrutura tenha consequências em outros pontos da gramática. Portanto, ao se identificar essas relações, identifica-se as causas internas da

mudança. E o progresso das pesquisas sobre as relações de causalidade na mudança linguística também se faz necessário pelo fato de ter sido feito pouco nesse aspecto, pelo menos até a época da publicação dos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* (WLH, 2006[1968]).

Também deve-se lembrar que, como nos propõem WLH, a mudança linguística deve ser estudada de forma a determinar o *encaixamento na estrutura linguística* e o *encaixamento na estrutura social*. Ou seja, há fatores tanto externos – da sociedade em que a língua é falada – quando internos – da língua enquanto estrutura abstrata da qual faz uso a cognição humana – que atuam conjuntamente na evolução das formas linguísticas.

Os fatores externos da mudança podem ser desvendados por meio da entrevista de diversos informantes estratificados em sexo, idade, escolaridade, localidade, etnia etc. Pode-se também averiguar a interferência do bilinguismo, ou do contato linguístico como fatores externos de mudança. Essas dimensões têm sido levadas em conta pela sociolinguística e pela dialetologia pluridimensional.

Por outro lado, não menos importante é ir à busca da causa interna da mudança, portanto, questionar que estruturas estariam atuando sobre outras no processo. O clássico texto de WLH faz ver justamente que a mudança não se dá isoladamente nos componentes da gramática, como afirmado acima. Por exemplo, a mudança do pronome *tu* pelo *você* não deve ser analisada por si só. Ela tem implicações na estrutura sintática e morfológica da língua portuguesa. Assim, é

fundamental que se entenda que *uma mudança leva a outra*, numa cadeia longa e complexa de eventos.

Mas não é só nas relações internas que se pode encontrar a causa estrutural de uma mudança. A língua também tem estreita relação com a estrutura cognitiva da espécie humana, a qual é, virtualmente, igual a todos, posto que é determinada pelo código genético (CHOMSKY, 1975 [1965], 1969 [1966], 1971 [1968], 2005 [2000], 2008). Desse modo, é plausível que se defenda a existência de certos princípios gerais a todas as línguas. O ser humano é, assim, dotado biologicamente de uma capacidade cognitiva que lhe permite adquirir a linguagem. O indivíduo na fase de aquisição da linguagem entra em contato com os dados da experiência, os quais dão forma a sua gramática. Há uma interação entre aquilo que é dado pela natureza – a capacidade inata para adquirir uma língua – e aquilo que é construído historicamente – a própria língua é um objeto construído através da história. Os fatos da linguagem possuem, então, uma natureza dupla: são objetos da biologia humana e de sua história.

As línguas possuem diferenças muito grandes em sua forma, sem contar que há pelo menos umas 6 mil línguas no mundo. Mesmo assim é possível agrupá-las em certas tipologias. As tipologias linguísticas podem ser de ordem fonológica, morfológica ou sintática, e reúnem as diversas línguas do mundo em alguns grupos que possuem certas características comum. Ao conjunto dessas tipológicas chama-se de universais linguísticos, que são as estruturas encontradas nas línguas naturais.

O conhecimento desses universais é de grande importância para o estudo da mudança linguística, na medida em que pode indicar que caminhos a mudança pode seguir, ou que mudanças são possíveis. Dessa maneira o estudo da história de uma língua, em certa medida, passa a ser o de indicar que sua evolução é o caminho de uma tipologia a outra. No caso da transição do latim ao português, é possível ver que o caminho é de uma tipologia morfossintática em que o caso é marcado com desinências para uma tipologia em que não há marcas morfológicas de caso.

A importância da utilização de universais linguísticos em linguística histórica é reconhecida por WLH, justamente por seu potencial de poder indicar os caminhos da mudança. “Para o historiador, um conjunto de universais válidos se torna um fator condicionante sobre possíveis mudanças numa língua” (WLH, p. 74). Claro que as tipologias não nos indicam com precisão absoluta o rumo da mudança – ou que as tipologias são aplicáveis a todas as línguas, sem exceção – mas indicam acima de tudo *tendências*:

Uma lista de universais gramaticais notavelmente rica foi proposta por Greenberg (1963b); eles têm a ver sobretudo com a ordem das palavras. Recentemente (1966), ele se voltou para o exame das implicações diacrônicas desses universais, com resultados promissores. Além disso, deu um grande passo adiante ao testar certos universais sincrônicos que não passam no teste da aplicação sincrônica absoluta,

examinando o papel deles como determinantes dos rumos da mudança. [...] a revisão de Greenberg dos desenvolvimentos históricos do tcheco mostra que todas as mudanças que ocorreram nos últimos séculos foram na direção prevista por aquela regra (WLH, p. 74).

Segundo afirma o próprio Greenberg, o grande nome dos estudos tipológicos, o conhecimento das tipologias possíveis aumentaria

o nosso poder de predição, desde que, para um sistema sincrônico dado, certos desenvolvimentos serão altamente prováveis, já outros terão menos probabilidade e outros, ainda, podem ser praticamente excluídos (GREENBERG *apud* JAKOBSON, 1972, p. 94).

Outro elemento interessante é a existência de interdependência entre duas tipologias. Melhor dizendo, “a presença de *A* importa na presença (ou ao contrário na ausência) de *B*” (JAKOBSON, 1972, p. 91). Ou seja, há estruturas que comumente ocorrem numa mesma língua. A presença de *A* favorece a presença de *B*, o que leva a consequência apontada por Jakobson de que a ausência de *A* importa na ausência de *B*. Essa constatação em linguística histórica tem sérias implicações, porque se for observada uma mudança em *A*, saber-se-á que muito possivelmente *B* também mudará. As tendências evolutivas do passado daquela língua podem indicar o estado futuro que ela terá.

Além disso, sabe-se que a mudança implica que no passado houve variação, momento em que duas variantes (a inovadora e a conservadora) estão em competição. Sabendo as relações da variante inovadora com *B* – se a presença da variante inovadora implica ou não na ausência de *B* –, é possível dizer as consequências da mudança em *A* sobre outros pontos da gramática, mais precisamente sobre *B*.

Jakobson (1972), por exemplo, apresenta algumas dessas relações de interdependência no que diz respeito ao componente fonológico da gramática: “Nenhuma língua apresenta oposição entre oclusivas propriamente ditas e africadas (e. g. /t/ /ts/) sem possuir também fricativas (e. g. /s/). Não há língua com vogal anterior arredondada que não possua também vogal posterior arredondada” (p. 92). Em teoria, isso significa que se surgir uma anterior arredondada em uma língua que originalmente não a possuía, deverá ocorrer outra mudança na qual se desenvolverá uma posterior também arredondada. Os exemplos citados por Jakobson são chamados, nos estudos de tipologias, de *universais implicacionais*, que são

relações que se mantêm entre duas características, em que algum fator decorre de um determinado traço envolvido em um determinado fenômeno, como, por exemplo, se uma língua possui vogais nasais, então ela possui consoantes nasais (PIRES, 2009, p. 41).

O interessante é que os estudos tipológicos tiveram início justamente no Círculo Linguístico de Praga⁹³, grupo do qual Jakobson fez parte.

Para o presente estudo, importam os universais referentes à ordem dos constituintes na frase – sujeito, verbo e objeto direto. A este respeito são de suma importância as pesquisas de Greenberg (1966), as quais tiveram influência no trabalho teórico de WLH.

Da lista dos quarenta e cinco universais linguísticos levantados por Greenberg (1966), envolvendo diversos elementos gramaticais, merecem destaque os universais 1 e 3:

UNIVERSAL 1: “Em sentenças declarativas com sujeito e objeto nominais, a ordem dominante é quase sempre aquela em que o sujeito precede o objeto.”

UNIVERSAL 3: “Línguas com ordem dominante VSO são sempre preposicionais.”

Em uma oração simples, com verbo transitivo, há seis possibilidades matemáticas da colocação dos constituintes – SVO, SOV, VSO, OSV, OVS e VOS. Entretanto, segundo o primeiro universal de Greenberg, as possibilidades de combinação entre os constituintes da oração restringem-se a três, nos quais o sujeito sempre precede o objeto direto; e o verbo, por outro lado, pode se deslocar na frase, segundo a

⁹³ O termo tipologia foi empregado pela primeira vez em 1928 pelos linguístas do Círculo Linguístico de Praga (PIRES, 2009, p. 41).

tipologia da língua. Dessa forma, as tipologias SVO, SOV e VSO são as mais comuns nas línguas naturais.

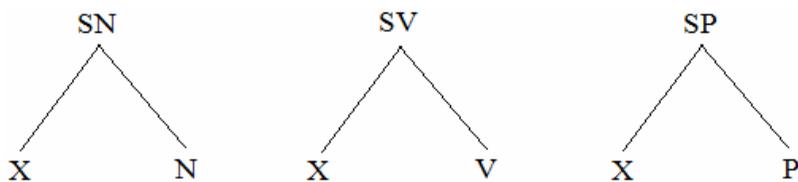
Ainda é possível agrupar as línguas em dois grandes grupos: as línguas OV e as VO. As línguas do segundo grupo são denominadas como tendo *núcleo final*, ou seja, o núcleo dos sintagmas ocorre à direita. No caso dos sintagmas preposicionais (SP), por exemplo, o núcleo do sintagma é a preposição, e nas línguas de núcleo final, com ordem sintática OV, há a predominância da posposição, como é o caso do japonês.

O universal 3 de Greenberg é um *universal implicacional*, no qual a colocação do verbo em relação ao sujeito e ao objeto direto tem influência na colocação da preposição (ou posposição) – se diante ou após o sintagma nominal que rege. A presença da tipologia em que o verbo é o último elemento da oração (a tipologia SOV) *implica* na existência de posposições, ou seja, as partículas que regem o SN ocorrem à direita do sintagma nominal. Já as línguas com as tipologias VSO e SVO são majoritariamente compostas de preposições.⁹⁴ Portanto, a ordem sintática do verbo, em relação aos seus argumentos, implica numa determinada ordem de colocação das partículas (preposições ou posposições). Isso significa que mudada a ordem sintática do verbo, grandes são as possibilidades de mudança na colocação das preposições/posposições.

⁹⁴ Preposições ou posposições são partículas de natureza idêntica: regem um SN, levando os elementos do SN a se flexionar em caso ablativo ou acusativo (no latim). O que distingue posposição e preposição é sua colocação em relação ao SN que rege.

Nesse aspecto dos universais linguísticos e dos universais implicacionais, é interessante observar o exemplo do japonês⁹⁵. Como foi afirmado acima, o japonês é uma língua de núcleo final, com a ordem básica da frase SOV. Dessa forma, também nessa língua há somente posposições, e nos sintagmas nominais, como o nome é o núcleo, é ele quem ocorre na posição mais à direita da estrutura. Pelos universais sabe-se, portanto, por que motivo a japonês tem posposições e sintaxe SOV, porque são estruturas relacionadas entre si. Portanto, a posposição implica na ordem SOV, ou mesmo o contrário, que a ordem SOV implica na existência de posposição. Isso se deve ao tipo de tipologia do japonês, que é de núcleo final. Já a estrutura do português é totalmente inversa. No português o elemento nuclear dos sintagmas é inicial, ou seja, ocorre à esquerda do sintagma preposicional ou verbal.

Abaixo, em diagrama arbóreo, se apresentam algumas estruturas sintáticas do japonês, nas quais é possível se observar que o núcleo dos sintagmas sempre à direita:



⁹⁵ Os dados do japonês nos foram fornecidos por Júlia Orié, que é mestranda em Linguística pela UFSC e falante nativa da língua japonesa. Quaisquer equívocos são de minha responsabilidade.

A preposição *com* em japonês é *to* e ocorre à direita do sintagma que rege:

*Maria wa Paulo to dekaketa*⁹⁶ (Maria saiu com Paulo)

Nesse exemplo do japonês, a partícula *to*, equivalente a *com/cum*, é posposta ao SN que rege, *Paulo*. A sintaxe é SOV: *Maria wa* é sujeito e *dekaketa*, que é o verbo, ocorre ao final da frase.

Tabela 12 – A relação entre a ordem sintática e a ocorrência de preposição ou posição

	Ordem dominante de palavras		
	VSO	SVO	SOV
Preposições	38	60	5
Posposições	1	23	90

Fonte: Hawkins (*apud* SLOBIN, 1980, p. 95)

Os universais de Greenberg são confirmados por Hawkins (*apud* SLOBIN, 1980), que analisou um total de 217 línguas, levando em consideração justamente a ordem dos constituintes na frase e a presença de preposições ou posposições. As línguas SVO e VSO possuem predominantemente preposições, ao passo que as línguas de tipologia SOV possuem posposição, como já indicava Greenberg. Dessa forma, é possível agrupar essas três tipologias em apenas duas: OV e VO. Ou seja, as línguas em que o verbo aparece antes do objeto direto,

⁹⁶ *Wa* em japonês é uma partícula marcadora de sujeito, e o vocábulo *dekaketa* é o verbo *sair* flexionado no passado.

com predomínio de preposição, e as línguas em que o verbo aparece após o objeto direto, com predomínio de posposição.

É evidente que essas constatações não são algo absoluto para nenhuma das tipologias analisadas. Por exemplo, no que se refere à tipologia SOV, de um total de 95 línguas, 90 tinham posposições, o que significa 94,7% dos casos. Já a tipologia VSO teve apenas um caso de presença de posposição, contra 39 casos de preposição. Um pouco diferente é a situação das línguas SVO, pois as “línguas do tipo SVO variam, mas 73 por cento delas usam preposições” (SLOBIN, 1980, p. 96).

O português, o espanhol e o inglês enquadram-se na tipologia sintática SVO e, portanto, possuem preposições, como é a tendência das línguas desse grupo. O latim, por outro lado, é uma língua que admite a posposição como é o caso de *cum* quando combinada aos pronomes pessoais (ex.: *me + cum*, *te + cum*). Claro que o latim, na maioria dos casos tinha preposições, como no caso da regência de sintagmas nominais cujo núcleo é um substantivo. Vejamos no caso abaixo:

(1) “*In principio erat Verbum et Verbum erat apud Deum et Deus erat Verbum.*”⁹⁷

No exemplo (1) as partículas *in* e *apud* ocorrem antes dos nomes que regem, *principio* e *Deum*, respectivamente. Isso ocorre na grande maioria dos contextos em latim. Porém, no presente caso, o que

⁹⁷ Cf. Evangelho segundo São João (1,1) na versão da *Nova Vulgata*, disponível em http://www.vatican.va/archive/bible/nova_vulgata/documents/nova-vulgata_index_lt.html

importa é a presença ou não de posposição e a ordem sintática dos constituintes. E nesse caso o latim se apresenta como uma língua de sintaxe SOV e com presença de posposição. Portanto, não contraria as tipologias de Greenberg. A ordem sintática SOV, por exemplo, aparece em 80% dos casos, na obra de César, que é um autor clássico (MARTIN, 2003[2002], p. 156).

Como indica a tabela, de um total de 114 línguas que possuem posposições, 90 delas têm a ordem sintática na qual o objeto direto precede o verbo que ocorre ao fim da oração, o que significa dizer que 95,7 % das línguas SOV, como é o caso do latim, possuem posposições (PINHO, 2009, p.38).

É claro que se sabe que o latim, em virtude de seu rico sistema de flexões, tinha grande liberdade na colocação dos vocábulos na frase. Não era a posição da palavra que indicava sua função, mas a morfologia nominal.

(2) Paulus Mariam amat.

(3) Paulus amat Mariam.

(4) Mariam amat Paulus.

(5) Mariam Paulus amat.

(6) Amat Paulus Mariam.

(7) Amat Mariam Paulus.

Em qualquer um dos exemplos acima, a interpretação semântica está garantida. Do exemplo (2) ao (7) sempre sabemos “quem ama a quem”, ou seja, que é Paulo (agente) que ama Maria (paciente), e não o contrário. Por outro lado, em português a situação é bem diferente, justamente em virtude da ausência de uma morfologia de casos tal como havia em latim. Por causa disso, só é possível uma ordem de constituintes:

(8) Paulo ama Maria.

Se for invertida a ordem entre sujeito e objeto direto se perde a interpretação do exemplo (8), e a única interpretação possível é a de que Maria (agente) é quem ama Paulo (paciente).

(9) Maria ama Paulo.

Outra ordem desses três vocábulos seria agramatical em português, o que indica que na evolução do latim houve um progressivo enrijecimento na ordem dos constituintes. Colocando a questão de outra forma, é possível afirmar que ocorreu a “gramaticalização” da posição da palavra na frase, durante a passagem do latim ao português. Portanto, passa a ser a ordem – e não mais a morfologia de caso – que fornece a interpretação formal (sujeito, objeto etc.) e semântica (agente, paciente etc.) do vocábulo, ou sintagma.

Há, portanto, uma cadeia de mudança que estão relacionadas entre si. Em primeiro lugar, mudanças fonológicas (e no uso das

preposições *de* e *ad*), como foi visto no capítulo 2, levaram a mudança morfológica, ou melhor, a neutralização das marcas de caso. Isso, conseqüentemente, leva a língua a se tornar analítica, em oposição à estrutura sintética do latim clássico. Assim, a perda da morfologia dos nomes reestrutura a sintaxe, a qual se torna SVO.

O que não se constatou até hoje é que uma mudança sintática pode levar a uma mudança no paradigma pronominal, porque comumente se pensa o contrário, que são as mudanças nos pronomes que desencadeiam mudanças na sintaxe. A nova configuração da frase, de acordo com os universais linguísticos, tende a privilegiar a preposição em detrimento da posposição. De fato, grande parte das línguas SVO estudadas possui preposição. Portanto, houve no latim uma pressão estrutural para que a preposição *cum* fosse introduzida diante dos oblíquos tônicos, fato que se soma a grande modificação fonológica da posposição nesse paradigma (**migo**: *cum* > *go*). Mas a modificação fonológica sofrida pela posposição, que acabou por se aglutinar ao final dos oblíquos tônicos, não pode por si só explicar satisfatoriamente o aparecimento de *cum* diante dos pronomes, pois essa partícula gramatical poderia muito bem ter sido introduzida à direita, em posposição. Isso não ocorreu devido ao universal linguístico que faz com que a ordem SVO propicie a ocorrência de preposições, e não posposições. Por isso *cum* passou a ocorrer diante do paradigma pronominal, durante a transição do português arcaico ao português clássico.

A reestruturação dos oblíquos tônicos, com a preposição *com* à esquerda, deve-se, então, primeiro à mudança na ordem dos

constituintes (SOV > SVO), e depois ao universal implicacional. Se *A* implica em *B*, mudando *A* muda também *B*, como visto anteriormente. *A*, no presente fenômeno, é a ordem dos constituintes e *B* a existência de posposição ou preposição. Percebe-se, portanto, que há uma relação causal entre duas mudanças – a sintática e a pronominal –, e a essa relação pode-se atribuir a *motivação interna* (da própria estrutura gramatical) da mudança de *nosco* para *conosco*.

Há um indício histórico que tende a confirmar que a redução da morfologia tem relação com a passagem da posposição a preposição. Muito possivelmente, esse era um fenômeno em curso desde a formação do próprio latim. Para comprovar deve-se olhar para a língua da qual descende o latim, que é o indo-europeu. De acordo com Quiles & López-Menchero (2011), o indo-europeu era uma língua de posposições:

Prepositions were not originally distinguished from adverbs in form or meaning, but have become specialised in use. Originally postpositions, most eventually became prepositions, being its original placement attested in Anatolian, Indo-Iranian, Sabellic, and sometimes in Latin and Greek (2011, p. 279).⁹⁸

⁹⁸ Tradução: “Preposições não eram originalmente distinguidas dos advérbios na forma ou significado, mas tornaram-se especializadas no uso. Originalmente posposições, mas eventualmente tornaram-se preposições, sendo sua posição original atestada no anatólio, indo-iraniano, sabélico, e às vezes no latim e no grego”.

Pelo fato de o latim clássico ter essa variação entre posposição e preposição, com o predomínio da preposição, podemos induzir que ele deveria possuir mais posposições em seu passado, justamente por ter evoluído de uma língua em que as posposições predominavam. A total ausência da posposição no português, no período clássico, é o fim de um processo que já estava em curso ainda durante a formação do latim, bem como a perda total dos casos e declinações nos nomes.

Do indo-europeu ao latim há a perda de dois casos, o locativo⁹⁹ e o instrumental. Mesmo no latim clássico vê-se a tendência à regularização das formas, como a neutralização entre o vocativo e o nominativo na maior parte das declinações, com exceção da segunda. A tendência à regularização das formas continua do latim clássico ao vulgar, quando neste restam apenas a oposição morfológica entre nominativo e acusativo, que na transição ao português, por fim, se perde. A forma que tomou a gramática portuguesa (analítica, sem caso morfológico, de preposições, sintaxe SVO etc.) é, portanto, resultado de tendências evolutivas que já eram observáveis na própria constituição do latim, quando comparado com o indo-europeu, seu antecessor. A transição de uma estrutura sintética para uma estrutura analítica, a passagem de uma sintaxe SOV para um sintaxe SVO e a perda de flexões verbais ou nominais são tendências evolutivas de amplitude maior, identificáveis em todo o conjunto das línguas românicas.

Em nossas línguas modernas, o sujeito, o verbo, assim como as várias relações de tempos, de

⁹⁹ O locativo deixou apenas resquícios no latim. Ex.: *domi* = em casa.

modos e de vozes, são expressos por palavras isoladas e independentes. Nas línguas antigas, ao contrário, estas idéias, as mais das vezes, acumulam-se numa só palavra, e exprimem-se por uma flexão. Esta única palavra: *amabor*, encerra a idéia de amar, a noção da primeira pessoa, a do futuro e a do passivo (RENAN, [1858] 1950, p. 131).

O exemplo dado por Renan, *amabor*, evidencia o quão sintéticas eram as línguas antigas: em uma só palavra latina se expressa o que em português se faz pelo uso de quatro palavras – *eu vou ser amado*. Esse rumo à análise é encontrado nas línguas românicas em geral: o que antes se expressava pela morfologia passa a ser expresso por partículas independentes antepostas ao vocábulo principal. Observa-se essa tendência evolutiva em três tempos verbais do português: o pretérito-mais-que-perfeito, o futuro do presente e o futuro do pretérito. Esses tempos têm perdido sua forma sintética, na qual as categorias gramaticais são expressas no morfema flexional. No lugar dessa estrutura *radical + flexão*, aparece um verbo auxiliar diante do verbo principal e a noção de tempo se transmite através da associação de dois vocábulos.

Amara > tinha amado

Amarei > vou amar

Amaria > ia amar

Nesses exemplos fica clara a tendência à análise, indicada por Renan. Essa tendência continua a ser observável nos atuais fenômenos de variação e mudança do português.

Ernest Renan, possivelmente refletindo o espírito positivista de seu tempo, via que esses fatos que foram observados na história do português (e das línguas românicas) são como que “leis” aplicáveis a toda a família indo-europeia, tal como Whitney que defendia que “não importa quão dispersos os fatos possam parecer à primeira vista, o linguista logo percebe que eles não são resultado de mudanças acidentais; eles estão submetidos a regras, a uma marcha, a uma lei” (2010 [1875], p. 67).

Seria possível, tomando um após outro os idiomas de todos os países onde a humanidade tem uma história, verificar neles esta marcha da síntese à análise [...]. Se percorrermos, por exemplo, os diversos ramos da família indo-européia, abaixo dos idiomas da Índia, acharemos o sânscrito com sua admirável riqueza de formas gramaticais, seus oito casos, seis modos, suas numerosas desinências, que enunciam, com a idéia principal, uma porção de noções acessórias. Entretanto, em pouco tempo êsse edifício se decompõe. [...] As inflexões orgânicas da língua mãe subsistem em parte, mas num evidente estado de alteração. Mais frequentemente elas desaparecem, e são substituídos os casos pelas partículas, os tempos pelos verbos auxiliares. Os

processos variam de uma para outra língua, mas o princípio é sempre o mesmo. [...] Enfim, é da análise do grego e do latim submetidos a um longo processo de decomposição, durante os tempos bárbaros, que surgem o grego moderno e as línguas neo-latinas. Com efeito, que são o italiano, o espanhol, o francês, o valáquio? Latim mutilado, privado de ricas flexões, reduzido a pedaços truncados, substituída a sábia organização do antigo idioma, por um amontoado de monossílabos. E o grego moderno? O grego antigo, decomposto e simplificado.

Êstes idiomas derivados são para a língua de onde se originaram, o mesmo que o páli, o práclito, o bengali, e os outros dialetos modernos do Indostão são para o sânscrito. A semelhança dos processos de decomposição de idiomas tão diferentes, e separados por um intervalo de tempo tão longo, é certamente um dos mais extraordinários fatos da linguística. Que o homem do povo, na Itália, na França, na Espanha, na Grécia, às margens do Danúbio ou do Ganges, tenha sido levado a tratar exatamente da mesma maneira a língua antiga para adaptá-la às suas necessidades; que duas línguas tão distantes no tempo e no espaço, como o palie e o italiano, por exemplo, ocupem posições tão idênticas em relação às suas línguas-mãe, é sem dúvida a melhor prova do que há de constante no

desenvolvimento das línguas, e da tendência irresistível que leva os idiomas a se despojarem de uma composição muito aperfeiçoada para se revestirem de uma forma mais cômoda e mais popular (RENAN, 1950 [1858], p. 134-138).

Contrariamente ao que se crê hoje, Renan via no desenvolvimento da síntese para a análise uma melhora qualitativa na função comunicativa das línguas, ou seja, as línguas se tornaram mais simples, claras e práticas para a comunicação. Assim existiriam em sua visão línguas melhores do que outras. Muito mais de teor especulativo, essa afirmação que não é científica pelo fato de não se poder comprovar empiricamente isso. Mas há em Renan afirmações de muito valor para a linguística atual. Primeiro pelo fato dele buscar a defesa de postulados de maior abrangência possível, que abarquem o maior número de fatos, o que é próprio de uma boa teoria científica. Pode ser que ele tenha sido até ambicioso demais em acreditar que a tendência analítica seria a lei evolutiva de todas as línguas. Por outro lado ele revela um profundo conhecimento de muitas línguas e de sua evolução, e apesar de em muitas partes de seu livro ser mais um filósofo especulativo do que linguista, há postulados seus de valor científico, pois se baseiam na comparação de diversas línguas semíticas e indo-europeias, principalmente. Sua teoria da simplificação morfológica, do aumento do emprego de preposições, dos verbos auxiliares que substituem as flexões, enfim, da marcha da síntese à análise são elementos que de fato se observam, pelo menos nas línguas neolatinas. A história interna do português pode ser vista sob esse ângulo, como comprovam inúmeros

fatos. Além disso, muitos processos de variação morfossintática estudados na atual sincronia do português, no fundo, ainda relevam essa tendência cada vez maior à análise.

É melhor falar de uma *tendência* no lugar de uma *lei*. No conjunto de todas as línguas humanas, não se pode falar uma lei que regeria sua evolução, tal qual como as leis da física explicariam a evolução do universo. Uma lei não admite exceção, pois é universal, devendo explicar todo um conjunto determinados de fatos. Como as línguas são objetos constituídos historicamente, não é prudente falar em leis que regeriam sua evolução. As leis têm poder de previsão dos fenômenos, ao passo que na língua não há como prever os caminhos de sua evolução nos próximos séculos. Falar em *tendência evolutiva* é algo muito mais flexível e melhor aplicável a fatos históricos, como são os fatos da língua. Nesse sentido, entende-se que muitas das posições de Renan sobre os processos de transformação das línguas ainda são válidos, trazendo à percepção de que há uma lógica comum que subjaz a evolução da língua portuguesa, que encontra semelhanças incríveis com a evolução de línguas indo-europeias de troncos diferentes do seu.

A regularização do paradigma dos pronomes oblíquos tônicos é o resultado da continuidade da atuação dessa tendência à análise. Em *nosco* há a marca de caso e pessoa em apenas um vocábulo, já em *com a gente* não há marca explícita de caso. Perde-se, portanto, mais um resquício de caso nos pronomes. Desse modo, pode-se dizer que essa tendência à análise, de que fala Renan, é causadora da mudança nesse paradigma pronominal. Mas diversas outras causas podem ser encontradas, podendo se chegar até a fonologia, como visto

anteriormente, porque uma mudança fonológica desencadeia outras mudanças, em outros níveis gramaticais, como o nível morfológico.

Para se ter uma boa compreensão dos fenômenos implicados na reestruturação dos pronomes oblíquos tônicos, é necessário rever os processos de mudança que estão relacionados. E elementos fonéticos, morfológicos e sintáticos estão, em diferentes níveis, relacionados à cadeia de eventos que resultou na mudança do paradigma dos pronomes oblíquos tônicos.

No capítulo 2 foram analisados alguns fatos de mudança fonética e a reestruturação da sílaba latina. Ressalta-se a diminuição dos fonemas em coda silábica. Como as flexões ocorrem no fim dos vocábulos, qualquer alteração na coda da sílaba altera também a morfologia flexional. Após isso, foi visto como se processou a perda dos casos em latim.

Falta agora observar mais detalhadamente como se deu a passagem da ordem sintática SOV para a atual estrutura SVO.

5.2 A MUDANÇA SINTÁTICA

Há entre o latim vulgar e o clássico algumas diferenças bem significativas com relação ao componente sintático da gramática. De forma geral, a língua se torna mais analítica, e a posição dos elementos na frase se torna mais fixa. Por exemplo, a passiva sintética, na qual a voz do verbo era marcada na morfologia, dá lugar a uma passiva analítica na qual se emprega o verbo *sum* mais o particípio passado

(COUTINHO, 1978, p. 34): *amor > sum amatus (> sou amado)*. Também o comparativo e o superlativo deixam de ser expressos de forma sintática: *certior > magis certus; justissimus > multum justus*.¹⁰⁰

Além desses fenômenos, a sintaxe do latim vulgar se diferencia do latim clássico pelo desenvolvimento da *ordem direta* dos vocábulos na frase: sujeito + verbo + objeto direto. Esse é um fato importante na história da língua, pois evidencia que a gramática estava passando para uma nova tipologia, a qual vai exercer uma espécie de pressão estrutural para a substituição da posposição *cum*, diante dos pronomes pessoais, pela preposição.

Um texto no qual é evidente a mudança no padrão sintático da frase é a tradução da Bíblia feita por São Jerônimo, denominada de Vulgata. Como se verá a seguir, esse é um bom exemplo de um texto onde aparecem certas características do latim vulgar, inclusive na sintaxe. O mais interessante na história da Vulgata é que, no meio da tradução, São Jerônimo decide continuar seu trabalho de verter as Escrituras Sagradas ao latim de um modo diferente: adota uma linguagem mais popular.

¹⁰⁰ Exemplos citados por Coutinho (1978, p. 33).

5.2.1 O exemplo da Vulgata de São Jerônimo

Com o decorrer do tempo, os diversos usos do latim se diferenciavam cada vez mais do uso clássico da língua. Isto pode ser observado quando se compara a gramática e estilo da tradução da Bíblia (a Vulgata) feita por S. Jerônimo no século IV, texto em que se antecipam diversas características das línguas românicas, com o latim preservado e descrito pelos gramáticos (ROBINS, 2004, p. 43).

As afirmações de Robins (2004) são confirmadas por um recente estudo, feito por Legroski (2008), sobre as características do latim vulgar da Vulgata, no qual a autora analisa “o terceiro capítulo do livro do Gênesis e o décimo segundo capítulo do Evangelho de São João” (p. 5), com o objetivo de rastrear em que medida as estruturas linguísticas próprias do latim vulgar ocorrem nessa tradução da Bíblia. A Vulgata, com algumas alterações, até hoje é o texto oficial da Igreja Católica.

Há um fato interessante na vida de São Jerônimo que possivelmente pode ter influenciado em seu trabalho de traduzir a Bíblia. Durante o período em que esteve envolvido na tarefa de verter ao latim as Sagradas Escrituras, conta o próprio São Jerônimo, em carta escrita a Eustáquia, uma religiosa que era sua amiga, que teve um sonho no qual foi “levado à presença de Deus e açoitado por anjos, sob a acusação de ser ciceroniano e não cristão na sua tradução da Bíblia”

(LEBROSKI, 2008, p. 16). Diante de tal acontecimento é de se esperar que São Jerônimo tenha mudado, no meio do caminho, o estilo da linguagem que empregou para traduzir o restante da Bíblia, no sentido de se tornar mais próximo da língua falada pelo povo, para que assim fosse melhor compreendido.

De fato, a Igreja teve importante papel na propagação do latim vulgar, na medida em que as pregações dos padres se destinavam às grandes multidões, sendo que a grande maioria não tinha contato com o latim clássico dos antigos autores. Na época de Santo Agostinho e São Jerônimo, o latim já apresentava significativas diferenças em comparação ao latim de Virgílio, por exemplo. Uma evangelização feita na linguagem erudita dos grandes escritores de três ou quatro séculos antes poderia encontrar problemas: o povo sem contato com a cultura escrita poderia não entender. Por isso a Igreja adotou uma política linguística com o objetivo de incorporar certas características do latim corrente. Como afirma Mattoso Câmara Jr., “O Cristianismo [...], com sua literatura religiosa para as massas, concorreu definitivamente, afinal, para dar uma feição vulgar intensa à língua romana” (1979, p. 21).

No estudo de Lebroski (2008), a tentativa era justamente ver se houve mudança no modo de traduzir o início e o final da Bíblia. Pretendia, portanto, comprovar a hipótese segundo a qual o sonho fez com que São Jerônimo deixasse o latim clássico e escrevesse numa linguagem mais compreensível, portanto, com contornos da variedade vulgar da língua.

De fato, a hipótese se confirma, pois confrontando o Gênesis ao Evangelho de São João, no primeiro as formas linguísticas seguem o

padrão clássico, ao passo que no segundo certas características do latim vulgar acabam transparecendo. Dentre estas podemos destacar certas construções sintáticas, como o caso das proposições *ex* e *de*.

28(...) *Venit ergo vox **de** caelo*

Então uma voz veio do céu

42 (...) *ut **de** synagoga non eicerentur;*

para não serem expulsos da sinagoga¹⁰¹

Nesses dois exemplos do Evangelho de São João, a preposição *de* é empregada no lugar de *ex*, tal como ocorre no latim vulgar, construção que passou ao português. Por outro lado, no Gênesis o emprego de *ex* segue a norma do latim clássico, como se pode conferir no seguinte exemplo citado por Lebroski (2008, p. 24):

17 (...) *comedisti **de** ligno **ex** quo praeceperam tibi ne*

comederes

comeu da árvore que eu tinha avisado para não comer (...)

A tradução de São Jerônimo deixa entrever certas características generalizadas nas línguas neolatinas, como a expansão do uso da preposição *de* em contextos originalmente se empregava *ex* ou *ab*.

Mas não só no uso das preposições que o latim vulgar aparece. A ordem canônica da frase na Vulgata, principalmente da tradução feita

¹⁰¹ Exemplos e tradução citados de Lebroski (2008, p. 24).

após o sonho, não é mais a do latim clássico, na qual o verbo geralmente ocupa a posição final na frase. A ordem clássica SOV muda na Vulgata para a sintaxe românica SVO, como a encontrada nas línguas neolatinas, em grande parte dos casos.

3 *Maria (...) accepit libram unguenti nardi pistici*

(nominativo, verbo, acusativo, genitivo)

Maria tomou uma libra de perfume de nardo puro.

(sujeito, verbo, objeto, adjunto adnominal)

34 *Nos audivimus ex lege quia Christus manet in aeternum;*

(nominativo, verbo, preposição, ablativo, preposição,

nominativo, verbo, preposição, acusativo)

Nós ouvimos da lei que o Cristo permanece para sempre

(sujeito, verbo, adjunto adnominal, conjunção que introduz subordinada, sujeito, verbo, adjunto adverbial)¹⁰²

Nesses dois exemplos, citações do Evangelho de São João, a sintaxe já é aquela herdada pelo português. A existência da ordem SVO na Vulgata é um bom indício – levando-se em conta o contexto sócio-histórico em que se efetuou a tradução da Bíblia – de que essa é a sintaxe dominante no latim de tempo em que atuou São Jerônimo. Outro fato digno de nota é que as mudanças tendem a ocorrer primeiro na fala, e só muito depois são incorporadas na escrita. Por isso, a mudança na ordem das palavras deve ter se operado bem antes do século IV.

¹⁰² *Apud* Lebroski (2008, p. 25).

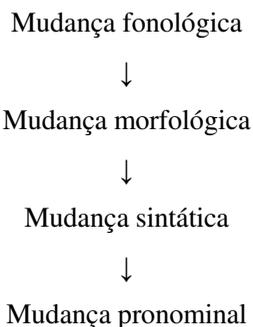
O importante é ver aqui que a mudança sintática precede no tempo a mudança no paradigma pronominal, e que a mudança fonológica antecede a mudança sintática. Com o enfraquecimento das consoantes em final de sílaba – ou da palavra – há a perda de certas flexões verbais e nominais. Destaca-se a perda do *m*, o que vai resultar no apagamento do caso acusativo. Com a neutralização entre nominativo e acusativo – na primeira declinação, por exemplo – há a necessidade da posposição do objeto direto ao verbo, para a manutenção da interpretação semântica dos elementos da oração. Ou seja, cada vez mais é a posição do vocábulo e não mais a morfologia que indicará a função sintática.

5.2.2 Mudanças em cadeia

Pode-se, assim, estabelecer uma linha de relações causais. Primeiramente parece ter ocorrido o enfraquecimento do segmento nasal em final de palavras, como foi discutido anteriormente com mais detalhes. É evidente que essa mudança fonológica não ocorre sozinha, mas é parte da tendência evolutiva que leva a língua cada vez mais ao padrão silábico CV. Tendência esta já observada em latim, ainda é existente nas mudanças observadas em português.¹⁰³ A mudança fonológica alia-se ao novo emprego das preposições, as quais passam a substituir os casos, principalmente *ad* e *de* que mudam de função para reger os vocábulos na função de objeto indireto e adjunto adnominal,

¹⁰³ Cf. Hora *et alii* (2010), Furlan (1989),

respectivamente. Na evolução do latim, a mudança morfológica – o enfraquecimento dos casos –, causada em parte pela mudança fonológica, causa a mudança sintática, a qual, por último gera a mudança pronominal.



A mudança pronominal é justamente a reestruturação do paradigma dos oblíquos tônicos regidos pela preposição *com*. A colocação dessa preposição deu-se durante o português arcaico. A alteração na ordem dos constituintes explica a introdução da preposição *com* diante dos oblíquos tônicos como um *fator interno* de mudança, uma força propulsora de mudança advinda do próprio sistema gramatical.

5.3 A TENDÊNCIA A REGULARIZAÇÃO DAS FORMAS PRONOMINAIS

Analisando a evolução do pronome *conosco* (e as outras formas do paradigma pronominal de que ele faz parte), vê-se a tendência, possivelmente mais evidente no português do Brasil, do apagamento dos resquícios de caso ablativo herdados do latim. Os pronomes do caso reto têm ocorrido cada vez com mais frequência nessa posição sintática. No estágio mais avançado da mudança o resquício de ablativo só se preserva na primeira pessoa:

comigo	com você	com ele	com a gente	com vocês
---------------	----------	---------	-------------	-----------

Somente a forma *comigo* ainda tem o oblíquo *migo* aglutinado à preposição. Esse é o único resquício de ablativo verdadeiramente vivo no português do Brasil, entre os indivíduos mais jovens.¹⁰⁴ Mesmo assim, *comigo* varia com *mais eu*, que também funciona como um adjunto adverbial de companhia, portanto, tendo a mesma interpretação semântica de *comigo*. Como já testemunhava Nunes no início do século XX, “o povo, em sentido idêntico a *comigo*, usa também *de mais* ou *a mais eu* (*Quer comer, vir, etc., mais eu? queres tu vir a mais eu?*)” (NUNES, 1975, p. 241).

A forma reflexiva *consigo* também tem se regularizado, deixando de ter marcas de caso. No português do Brasil atual é muito

¹⁰⁴ Entre os informantes mais velhos ainda há ocorrências de *conosco* como variante de *com a gente*.

raro ouvir alguém dizer “Paulo traz as compras consigo”. Muito mais comum é ouvir

(10) Paulo traz as compras com ele.

É possível constatar que *Paulo* e *ele* possuem o mesmo referente. O pronome *ele* em contexto como o exemplo (10), no português do Brasil, passa a ser reflexivo, função originalmente reservada a forma *se* (*si*, *sigo*) para a terceira pessoa, tanto do singular quanto do plural.

Para evitar a ambiguidade que tal construção poderia criar, também há a possibilidade do acréscimo de *mesmo*, que também pode ocorrer com *consigo* no português do Brasil:

(11) Paulo traz as compras *com ele mesmo/consigo mesmo*.

Infelizmente os atlas linguísticos que possuem questionário morfossintático – ALiB e ALERS – não possuem questões específicas para registrar a variação no uso do pronome reflexivo de terceira pessoa. Contudo, baseando-nos em nossa experiência diária com a língua, praticamente nunca se ouve *consigo* na fala informal, no Brasil. E quando aparece a forma *consigo*, ela geralmente não ocorre só, mas combinada a *mesmo*, em construções do tipo:

(12) Paulo está de bem *consigo mesmo*.

Esse uso parece indicar a perda da ideia reflexiva de *consigo*, no Brasil.

De forma geral, é a primeira pessoa do singular que mais tem preservado suas próprias marcas morfológicas (flexões verbais, possessivo, clíticos). Por outro lado, as demais pessoas têm sofrido drásticas alterações, principalmente motivadas pela entrada de novos pronomes pessoais na língua (*você, vocês, a gente*). Com isso se inicia toda uma cadeia de mudanças que acabam reestruturando a morfossintaxe portuguesa.

É de notar que o pronome **vós** e as formas que lhe correspondem praticamente desapareceram do português do Brasil. Aliás, de acordo com a exaustiva pesquisa que realizamos (Monteiro, 1994), o sistema dos pronomes pessoais está sofrendo outras sérias modificações, todas no sentido da eliminação dos vestígios de caso (MONTEIRO, 2002, p. 95).

O *vós* desapareceu em virtude do nascimento da forma *vocês*. A questão é que o novo pronome não substituiu a forma antiga apenas na posição de sujeito, mas também nos outros contextos sintáticos. Por isso, as formas oblíquas (*vos, vosco*) são substituídas pela forma do caso reto. Até o possessivo *vosso* dá lugar ao *de vocês*.

(13) *Vosso* irmão está doente. > O irmão *de vocês* está doente.

(14) Eu *vos* vi na rua. > Eu vi *vocês* na rua.

(15) Ele viajou convosco. > Ele viajou com vocês.

A segunda pessoa do plural, que tinha três formas, uma no caso reto e duas no caso oblíquo, regulariza-se em apenas uma forma para todos os contextos sintáticos, com o surgimento de *vocês*. Isso tem claras consequências nos oblíquos tônicos, paradigma em que há a perda do resquício do caso ablativo vindo do latim. Com a forma *vocês* ocorrendo regida pela preposição *com* e como complemento verbal, o caso reto vai se generalizando em todos os contextos. No que se refere ao pronome *você* e ao *a gente* dá-se o mesmo. Essas formas substituem as do caso oblíquo da segunda pessoa do singular e da primeira do plural. Isso ocorre, na verdade, pelo fato de essas formas terem entrado na gramática por processos de gramaticalização. Eram originariamente expressões nominais, parte do sistema aberto da língua, que acabaram por assumir propriedades formais e semânticas novas, próprias da classe dos pronomes.

Porém, dentro dos estudos sobre gramaticalização, há o *princípio da persistência*, segundo o qual “alguns traços do significado lexical original de um item tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical” (HOPPER, 1991, p. 124). Ou seja, entram em jogo a história das formas lexicais e sua semântica, na gramaticalização. Sobre a história do léxico em português, sabe-se que houve a perda da categoria formal de caso entre os nomes. O caso não é mais expresso na forma das palavras, ao contrário dos pronomes, que ainda conservam certas marcas casuais. O traço formal de ausência de caso, nas formas

lexicais que se gramaticalizam, *persiste* quando se tornam pronomes. Por essa causa há a perda de marcações de caso entre os pronomes, pois as novas formas conservam características dos nomes, mais especificamente a ausência de caso expresso na forma.

Curioso é ver que nos nomes foi o caso acusativo que se preservou, ao passo que nos pronomes é o caso nominativo (ou reto) que tende a se manter, expandindo-se a todas as funções sintáticas. Então, a regularização atualmente vista nos pronomes, mais especificamente nos oblíquos diante de *com*, é ocasionada em grande parte por uma força advinda do próprio sistema. A entrada de novos pronomes por meio de processos de gramaticalização é um fator que se destaca no apagamento dos resquícios de caso entre os pronomes. Mas isso, antes de tudo, revela uma tendência mais geral no desenvolvimento da língua portuguesa, até mesmo uma tendência generalizada no tronco indo-europeu. O que se observa atualmente é a continuação dessa marcha, iniciada mesmo antes do latim, da síntese à análise.

Com razão, Renan (1950) afirmou que, no século XIX – durante o período dos estudos de gramática comparada – existia uma tendência generalizada entre as línguas indo-europeias da simplificação de suas flexões. Na visão de Renan, essa evolução cega em que ocorre a perda da riqueza morfológica, geral para todas as línguas indo-europeias, é uma verdadeira lei natural (positiva, científica, implacável) de evolução das gramáticas. As noções gramaticais deixam de ser expressas por morfemas, e desenvolvem-se partículas que se antepõem aos vocábulos. As preposições e a ordem fixa substituem os casos e as declinações e verbos auxiliares tomam o lugar das desinências.

Com razão, os fenômenos de variação/mudança que hoje são amplamente estudados dentro da sociolinguística¹⁰⁵ podem, em grande parte, ser enquadrados dentro dessa “lei científica” observada por Renan. Geralmente a tendência que se observa é a instauração de uma forma inovadora que, comparada à conservadora, é morfologicamente mais simples (regular) e sintaticamente mais analítica.

5.3.1 A evolução dos oblíquos tônicos em outras línguas

A tendência natural da língua a perder os resquícios do caso ablativo é um fator propulsor da mudança. É possível entender que essa tendência seja um fator interno de mudança, tal como as questões de tipologia linguística, analisadas acima. O que chama a atenção é o fato de que essa não é uma tendência exclusiva do português, pois em outras línguas neolatinas é possível observar fatos evolutivos semelhantes.

Os pronomes *convosco* e *conosco* em espanhol atual já não mais possuem resquícios de caso ablativo, tal como ocorre no português, que nesse sentido – ao menos na primeira pessoa do plural – é mais conservador. As formas atuais desses pronomes em castelhano são *con ustedes/con vosotros* e *con nosotros*, todas sem marcas de caso. O interessante é que possuem a estrutura “preposição + pronome no caso reto”, igual a forma não padrão *com nós*, ou da variante socialmente aceita *com a gente*. No português atual, a estrutura que tem se revelado

¹⁰⁵ Como, por exemplo, a concordância de número no interior do SN ou entre verbo e sujeito.

nesse paradigma também é a de colocar o pronome do caso reto sob a regência da proposição *com*. Nesse aspecto, portanto, português e espanhol apresentam uma evolução convergente, no sentido que a tendência evolutiva em ambas as línguas é a da eliminação da forma oblíqua por um novo pronome do caso reto.

No espanhol medieval havia as formas *connusco* e *convusco*, como atesta o poema épico *Cantar de Mio Cid*¹⁰⁶, escrito por volta do ano 1200:

Si vieredes gentes venir por **connusco** ir (v. 388)

Si **convusco** escapo sano o vivo (v. 75)

Nos **convusco** la vençremos y valer nos ha el Criador. (v. 2330)

As formas *vusco* e *nusco* não ocorrem isoladamente nesse poema épico, o que indica que a mudança na reestruturação desse paradigma ocorreu mais rápida em espanhol do que em português. Segundo Nunes (1975, p. 241), no português medieval também se documentam as formas *vusco* e *convusco*, como variantes de *convosco*. A causa da mudança linguística em espanhol para perda das marcas de ablativo em *convusco* e *connusco* está no surgimento de duas novas formas pronominais do caso reto em espanhol: *vosotros* e *nosotros*. Esses dois pronomes surgiram da aglutinação do pronome indefinido

¹⁰⁶ Obra anônima, disponível em <http://www.4shared.com/get/Hm4-8Ns6/cantar-de-mio-cid.html>.

outro aos pronomes pessoais *nos* e *vos*. Ao contrário do português, no qual a estrada das formas *você(s)* e *a gente* resultou numa simplificação da morfologia verbal, *vosotros* e *nosotros* mantiveram a morfologia original do verbo. Isso se deve, possivelmente, pelo fato de terem se formado com base nos próprios pronomes pessoais, aos quais se aglutinou outro pronome. No português, pelo contrário, os novos pronomes pessoais têm origem lexical, e no processo de gramaticalização mantiveram a morfologia verbal apropriada à concordância com os nomes, a qual vem da 3ª pessoa.

Apesar do conservadorismo do espanhol nas flexões, possessivos e clíticos das 1ª e 2ª pessoas do plural, os oblíquos tônicos foram reestruturados, e as formas *nusco* e *vusco* tornaram-se arcaísmos, traços característicos do espanhol medieval. A causa da mudança nesse paradigma no espanhol, resultando na perda de marcas de caso, é a mesma do português atual: a implementação de novos pronomes pessoais. *Vosotros* e *nosotros* nascem como pronomes do caso reto, portanto, na função de sujeito, e seu uso expande-se a uma nova função sintática, adjunto adverbial de companhia. A mudança, entretanto, para aqui, e os clíticos *nos* e *vos* não são substituídos pelas novas formas do nominativo. No português, pelo contrário, os novos pronomes pessoais expandiram-se praticamente por todas as funções sintáticas (objeto direto, indireto, adjunto adverbial), o que leva a uma neutralização entre as formas do caso reto e as do caso oblíquo.

O exemplo do espanhol nos mostra que a perda dos resquícios do caso ablativo não é algo que ocorre isoladamente no português. No

francês também se repete essa estrutura “*preposição + pronome no caso reto*”: *avec vous* (com vocês), *avec nous* (conosco).

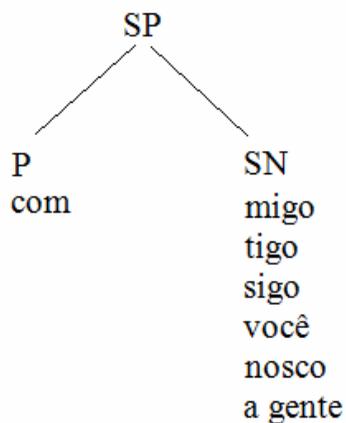
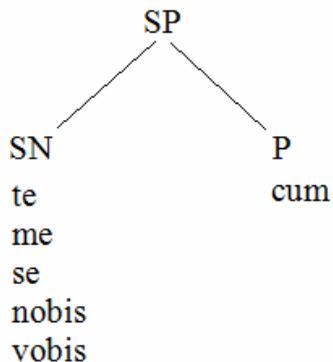
No Galego e no português de Portugal, segundo Nunes (1975 [1909], p. 241), também se registra *com nós*, que é amplamente difundida no português do Brasil: “Em vez de *connosco*, também o povo diz *com nós*, expressão que se usa igualmente em galego.” Isso indica que a existência dessa variante não é exclusiva do Brasil. Não é, muito possivelmente, um desenvolvimento próprio da língua portuguesa da América, mas uma forma importada do português europeu não padrão. Na região sul do Brasil, por exemplo, segundo indicam os dados do ALERS, a variante *com nós* foi detectada em 80% dos pontos pesquisados.

No italiano generalizou-se também o fenômeno da perda do caso ablativo diante da preposição *com*. Os pronomes *com nós* e *com vocês* possuem no italiano a mesma estrutura do português do Brasil: *con noi* e *con voi*, respectivamente. Isso significa que a preposição *com/con* rege o pronome na sua forma nominativa.

5.4 A MUDANÇA NA SINTAXE DO ADJUNTO ADVERBIAL

A mudança pronominal implica numa mudança sintática do adjunto adverbial, com a total inversão na ordem entre o sintagma nominal e a proposição que o rege. No latim, há a posposição regendo caso ablativo. No português, por outro lado, há a preposição *com* regência de caso oblíquo. Contudo, no português do Brasil a tendência é

a passagem à regência de caso nominativo. Porque, como recorda Monteiro (2002), o sistema pronominal do português do Brasil evolui no sentido da eliminação das marcas de caso, com a sobrevivência somente do nominativo.



5.5 A MUDANÇA NA REGÊNCIA DE CASO

Como foi dito anteriormente, a preposição/posposição *cum* no latim clássico regia o caso ablativo, que era o caso próprio dos nomes que exercem a função sintática de adjunto adverbial. No caso dos pronomes pessoais, já no período clássico havia a neutralização entre as formas do acusativo e ablativo, menos na 1º e 2º pessoa do plural. Assim, ao lado de *nos* e *vos* (acusativo) havia *nobis* e *vobis* (ablativo). O fato é que na passagem ao latim vulgar houve neutralização entre ablativo e acusativo, ou melhor, o caso acusativo absorveu o ablativo. O que provocou a passagem de *nobiscum/vobiscum* a *noscum/voscum*.

Esse sintagma, obviamente, é regido pela preposição *cum*. Dizer que essa preposição *rege* o SN significa que *cum* determina tanto a forma¹⁰⁷ quanto a interpretação semântica do SN que lhe é subordinado. No presente caso, a interpretação semântica é a de que o SN expressa a ideia de instrumento ou de companhia. Tal fato é inclusive, uma característica universal entre as línguas, pois segundo o universal linguístico de Lakoff e Johnson, “Com poucas exceções, o seguinte princípio mantém-se em todas as línguas do mundo: a palavra ou dispositivo gramatical que indica ACOMPANHAMENTO também indica INSTRUMENTALIDADE” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 135). Ao se tratar do latim ou português, essa “palavra ou dispositivo

¹⁰⁷ A forma que *cum* “impõe” ao nome é a forma do caso ablativo. É evidente que esse aspecto gramatical de perdeu ao longo da evolução da língua latina. No português, contudo, permanece o aspecto formal dessa relação entre as preposições e os SN que subordinam.

gramatical” é a preposição *cum/com*. É necessário ver mais detalhadamente a questão da semântica dessa preposição.

(16) Pedro cortou a árvore *com um machado*.

(17) Pedro cortou a árvore *comigo*.

Em (16) e (17) há uma só preposição, mas duas interpretações para os SNs que estão subordinados a essa preposição, justamente a noção de instrumentalidade e acompanhamento, como indica o universal linguístico. No português, dessa forma, a interpretação semântica que a proposição *cum/com* dá ao SN se mantém. O que muda na passagem do latim ao português é a regência de caso: do caso ablativo ao caso acusativo, mudança ocorrida num período tardio do latim vulgar. Já no português atual o que se observa é a tendência a implementação da regência de nominativo pela preposição, em substituição ao oblíquo.

PRONOME < regência de caso ablativo < POSPOSIÇÃO (latim)

↓

PRONOME < regência de caso acusativo < POSPOSIÇÃO (latim vulgar)

↓

PREPOSIÇÃO > regência de caso oblíquo > PRONOME (português clássico)

↓

PREPOSIÇÃO > regência de caso nominativo > PRONOME (português atual)

Segundo o esquema acima, portanto, há quatro grandes períodos na regência de caso. Porém, entre o momento em que a

preposição/posposição rege o acusativo e a atualidade, com o avanço do nominativo, há o momento em que, de certa forma, o ablativo ressurge no paradigma do pronome *conosco*. Porque a aglutinação da posposição *cum* à direita dos pronomes faz renascer uma oposição entre acusativo/dativo e ablativo. As sílabas *-co* e *-go* em *conosco* e *comigo* são verdadeiras marcas de ablativo, ou melhor, resquícios de ablativo na língua portuguesa. Entretanto, a tendência a regularização, que leva à perda dos casos e ao nascimento de novos pronomes, tem feito com que o caso nominativo seja cada vez mais predominante após a preposição *com*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais preocupações da presente pesquisa foi a superação de uma abordagem atomística da mudança linguística. Dessa forma, abandona-se a metodologia na qual cada mudança é estudada isoladamente, sem relação com o contexto interno (da própria estrutura linguística) ou externo (social). A análise dos fatos foi conduzida tendo em mente a concepção de WLH (2006 [1968]) da língua como um sistema dinâmico, no qual uma mudança leva a outra.

A mudança pela qual passaram os pronomes pessoas regidos pela partícula *com*, do latim ao português brasileiro atual, foi o núcleo a partir do qual se buscou uma visão mais global da evolução da língua, rastreando as relações existentes entre a reestruturação desse paradigma pronominal e os outros níveis da gramática. A pergunta que norteou a pesquisa foi a seguinte: que outras mudanças estariam em jogo na reestruturação dos oblíquos tônicos do latim ao português?

Outro problema central foi o fato de que as gramáticas históricas da língua portuguesa, tais como as de Nunes (1975), Coutinho (1976 [1938]) e Williams (2001 [1938]), não dão uma explicação apropriada para a introdução da preposição *com* diante dos pronomes oblíquos arcaicos *migo*, *tigo*, *sigo*, *nosco* e *vosco*. A questão era, então, saber por que no latim havia a posposição de *cum* aos pronomes pessoas no caso ablativo, ao passo que em português só é possível a colocação da partícula *com* diante desse paradigma pronominal.

Na busca pela causa interna que seria responsável por essa profunda reestruturação dos oblíquos tônicos, chegou-se à constatação

de que o principal fator fora a mudança sintática ocorrida gradativamente na evolução do latim clássico ao vulgar, e deste ao português arcaico. Tal mudança consiste na passagem de uma ordem básica dos constituintes da oração SOV – como ocorria no latim clássico – para a ordem SVO, própria do português. Ocorre que as línguas SOV são majoritariamente línguas de posposição, já nas línguas SVO predomina a preposição. Isso significa que as partículas gramaticais que regem SNs, como *cum*, ocorrem após o SN em línguas de estrutura SOV. Por outro lado, em línguas de estrutura sintática SVO essas partículas ocorrem após os SNs. Isso se trata de universais implicacionais, ou seja, uma estrutura linguística *A* implica na existência de uma estrutura *B* dentro de uma língua, no presente caso a relação entre posposição e sintaxe SVO e entre preposição e sintaxe SVO. A constatação dessas relações é de extrema importância para a linguística histórica, pois permitem prever possíveis mudanças na língua. Porque se uma estrutura *A* implica noutra estrutura *B*, mudando *B* haverá também mudança em *A*, ou vice-versa. Nessa transição entre o latim e as línguas neolatinas, mais especificamente o português, houve justamente a passagem de uma sintaxe SOV para uma sintaxe SVO. O que significa que se passou de uma estrutura que favorece a existência da posposição para uma estrutura que favorece a preposição de partículas que regem SNs, como a partícula *com*. Foi, portanto, essa mudança sintática a causa – ou força interna – da reestruturação dos oblíquos tônicos, na qual passou a ser necessária a inserção da partícula *com* diante do paradigma. Há aqui, então, uma motivação que tem relação com os universais linguísticos. O que corrobora para que essa motivação interna

da mudança tenha, de fato, vínculo com os universais linguístico é o que aconteceu em outras línguas neolatinas, como espanhol, francês e italiano, por exemplo. Sem que uma língua interferisse na evolução da outra, ocorreu em todas elas essa colocação de uma proposição (*con* em italiano e espanhol, ou *avec* em francês) diante dos pronomes pessoais vindos do ablativo latino. Essas línguas, evoluindo isoladamente umas das outras, passaram pelos mesmos processos: após a passagem de uma ordem SOV para uma ordem SVO há a colocação de uma preposição diante dos pronomes pessoais oblíquos. Há processos semelhantes (ou mesmo idênticos) em diferentes línguas neolatinas, o que aponta para um elemento unificador dessa evolução diacrônica, que se encontra nos universais linguísticos, mais especificamente, os universais implicacionais. Talvez essa seja a mais relevante contribuição dessa pesquisa, que leva a um aprofundamento da compreensão da diacronia do português, em especial de parte de seu sistema pronominal sobre a qual ainda não se havia dado uma devida explicação da mudança.

Merece destaque também o fato de deixar de abordar atomisticamente o fenômeno, buscando a relação entre diferentes mudanças em diferentes níveis gramaticais, traçando uma cadeia de causa e efeito entre os fenômenos. Outro elemento inovador dessa pesquisa é que se mostram evidências de que a mudança na sintaxe provocou a reestruturação do paradigma dos pronomes regidos por *com*. Normalmente o que as pesquisas mostram é que mudanças no sistema pronominal provocam mudanças sintáticas (a entrada de novos pronomes que levam a um maior preenchimento da posição de sujeito, para citar um exemplo).

Mas se a mudança sintática (SOV > SVO) provocou a mudança no paradigma pronominal, que outras mudanças teriam causado a mudança sintática em questão? Nos capítulos 2 e 3 buscou-se a resposta a esta questão.

A progressiva perda de fonemas em final de palavra pode ser indicada como um fator central no enfraquecimento e conseqüente perda do sistema de flexões de caso dos nomes. E foi justamente a perda dessas flexões de caso que levou a uma reorganização da sintaxe latina (SOV > SVO). Em textos tardios escritos em latim, como a tradução da Bíblia por São Jerônimo, chamada de *Vulgata*, encontram-se indícios de uma mudança sintática em direção à ordem românica SVO. A perda da consoante nasal /m/ em final de palavra leva à perda da flexão do acusativo singular, o que causa uma neutralização entre acusativo e nominativo, na primeira declinação. Esse foi o estopim de uma série de outras mudanças que levaram a uma cada vez maior neutralização das flexões de caso, até a perda completa dessa morfologia, na transição entre o latim vulgar e a formação das línguas neolatinas. À mudança fonológica, como é evidente, somam-se outros eventos, como a mudança no uso de preposições. A expansão no uso da preposição *de* em detrimento de outras, como a preposição *ex*, que passou a ser usada em um número maior de contextos sintáticos, como o de adjunto adnominal, que no latim clássico era representado pelo caso genitivo. Também houve a uso da preposição *ad* mais o acusativo no lugar do caso dativo. Mudanças como estas causaram a perda da morfologia de caso. Tal perda reorganizou a sintaxe, a qual, por fim, levou a reestruturação dos pronomes oblíquos tônicos. Com a identificação

dessa cadeia de mudanças, pinta-se um quadro mais abrangente da evolução da língua, no qual as mudanças vão se articulando, desencadeando outras mudanças, noutros níveis gramaticais.

A análise diacrônica dos fonemas de final de sílaba, efetuada no capítulo 2, mostra uma progressiva transformação da sílaba no sentido da perda da possibilidade de codas ramificadas, e depois uma drástica redução no quadro de fonemas que podem ocupar essa posição de final de sílaba, em especial de final de palavra. O apagamento de fonemas em final de palavra tem repercussões na morfologia da língua, pois as flexões ocorrem justamente ao final dos vocábulos. Ficou evidente que, no português do Brasil atual, há uma mudança paramétrica em curso referente à estrutura silábica, na qual há a manutenção das codas internas e a perda da possibilidade de coda em final de palavra.

O estudo da evolução do sistema pronominal como um todo também tem importância para uma compreensão mais aprofundada de como se formou o atual paradigma do qual faz parte o pronome *conosco*. A entrada de novos pronomes pessoais na língua por meio de processos de gramaticalização tem repercussões nos oblíquos tônicos. Com o surgimento de *você(s)* e *a gente*, os oblíquos *contigo*, *convosco* e *conosco* entram em variação com as formas inovadoras *com você(s)* e *com a gente*.

Interessava também precisar em que século houve a implementação da mudança, na qual as formas arcaicas dos oblíquos – *migo*, *tigo*, *sigo*, *nosco* e *vosco* – foram substituídas pelas inovadoras *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco* e *convosco*, características do português clássico. Através da análise de textos do século XIII ao XV

ficou evidente que os primeiros textos em português já apresentavam grande variação entre as formas arcaicas (sem preposição aglutinada) e as inovadoras (com a preposição *com* aglutinada). No século XIV há uma drástica redução nas formas arcaicas, que deixam de existir na língua no século XV, no qual é categórica a frequência das formas com a preposição *com* aglutinada.

Por último buscou-se o estudo da variação entre *conosco*, *com nós* e *com a gente* no português do Brasil atual, por meio da análise de dados da geolinguística (ALERS e ALiB). Os dados das capitais obtidos pelo ALiB mostraram que fatores como espaço geográfico, idade e escolarização são relevantes no condicionamento da variação. De forma geral, as variantes *conosco* e *com a gente* foram as que obtiveram maiores índices. Os informantes mais velhos tiveram maiores índices das variantes *conosco* e *com nós* do que os mais jovens, ao passo que estes preferiram a variante *com a gente*. A variante *com nós* também apresentou índices bem maiores na fala dos menos escolarizados do que nos informantes de nível superior. O comportamento dos informantes mais escolarizados e dos mais jovens demonstra que a variante *com nós* perde espaço para a variante *com a gente*. Há, portanto, uma tendência da perda da variante *com nós*. Ocorrendo isso, a disputa ficaria entre *com a gente* e *conosco*. Contudo, com a rápida propagação do pronome sujeito *a gente* entre as novas gerações, como mostra Lopes (2007), a possibilidade mais provável é que a mudança se concretize no sentido da sobrevivência somente da variante *com a gente*. De qualquer forma, o que fica claro é que a propagação do pronome *a gente* está se dando de forma mais rápida na posição de sujeito do que após a preposição *com*.

Esta pesquisa tem suas limitações, principalmente em virtude do tempo. Ela deveria ter tal abrangência que pudesse ser levada a cabo durante o mestrado. Por causa disso não foi possível fazer o estudo de um corpus mais abrangente, tanto diacronicamente quanto sincronicamente. Há, certamente, muito a ser estudado sobre o tema, porque muito já se pesquisou sobre a variação *nós/a gente* na posição de sujeito, mas nenhuma pesquisa foi encontrada que focasse a variação *conoscol/com nós/com a gente*, a não ser as pesquisas que tenho desenvolvido desde a graduação (PINHO, 2009; PINHO, CADOSO, 2010). Futuras pesquisas poderão coletar mais textos do português arcaico em diante, e ampliar o corpus sincrônico referente ao português do Brasil, analisando a evolução do paradigma detalhadamente em cada pessoa gramatical. Também seria interessante coletar dados atuais que cobrissem todo o paradigma e não apenas a primeira pessoa do singular e do plural, para averiguar qual a presente situação da variação diatópica e diastrática de tudo o paradigma pronominal no Brasil. É possível ampliar ainda mais o objeto de pesquisa comparando dados do português do Brasil ao português europeu e africano, o que nos daria um panorama bem mais amplo da variação diatópica dos oblíquos tônicos.

REFERÊNCIAS

1 Corpus diacrônico

ANÔNIMO. *Cantar de mio Cid*. Disponível em <<http://www.4shared.com/get/Hm4-8Ns6/cantar-de-mio-cid.html>>, acesso em setembro de 2011.

CORPUS INFORMATIZADO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL (CIPM). Disponível em <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>, acesso em setembro de 2011.

DINIS, Dom. *Cancioneiro d'El Rei D. Dinis*: pela primeira vez impresso sobre o manuscrito da Vaticana. Disponível em <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>, acesso em setembro de 2011.

GUILHADE, Joan Garcia de. *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br>>, acesso em: 30/09/2011.

NÍNIVE, Isaac de. *Livro de Isaac de Nínive*. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br>>, acesso em: 30/109/2011.

RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro Geral*. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br>>, acesso em: 30/109/2011.

_____. *Livro das obras de Garcia Resende*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1994.

PEREIRA, Gabriel. Livro d' Aveitaria do Mestre Giraldo. *Revista Lusitana*, v. XII, 1909.

VASCONCELOS, José Leite de. *Textos arcaicos*. 5 ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1970.

VELHO, Álvaro. *O descobrimento das Índias: o diário de viagem de Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

VICENTE, Gil. *Monólogo do vaqueiro*. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt>>, acesso em: 02/10/2011.

_____. *Auto da alma*. Lisboa: Porto, s.d.. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt>>, acesso em: 02/10/2011.

_____. *Auto da Índia*. Lisboa: Porto, s.d.. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt>>, acesso em: 02/10/2011.

_____. *Auto da barca do inferno*. Lisboa: Porto, s.d.. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt>>, acesso em: 02/10/2011.

_____. *Farsa de Inês Pereira*. Lisboa: Porto, s.d.. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt>>, acesso em: 02/10/2011.

2 Geral

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1962.

_____. *Gramática latina*. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALiB). *Questionários*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2001.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec, 1976 [1920].

ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS).

Volume 1: Introdução; Volume 2: Cartas Fonéticas e Cartas Morfossintáticas. ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo; KOCH, Walter (orgs.) *et al.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

BLAS ARROYO, José Luis. *Sociolingüística del español*. 2 ed. Madrid: Cátedra, 2008.

BRANDÃO, Silvia F.. Aspectos sociolingüísticos de um dialeto rural. In: HORA, Dermeval da (org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 61-69.

_____. Variação em coda silábica na fala popular fluminense. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 1, p. 177-189, jan./jun. 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de fonética do português brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1981. Tese de livre docência.

CALLOU, D.; LEITE, Y. & MORAES, J. Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: ABAURRE, M. B & RODRIGUES, A. (orgs.) *Gramática do português falado. v. VIII: novos estudos descritivos*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 2002.

_____. Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real. *D.E.L.T.A.*, número especial, v. 14, 1998. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000300006&script=sci_arttext>. Acesso em 2/02/2010.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008 [1953].

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 41 ed. Petrópolis: Vozes, 2008 [1970].

_____. *Problemas de linguística descritiva*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

_____. *Dicionário de linguística e gramática*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CHOMSKY, Noam. *Aspectos de la teoria de la sintaxis*. Madrid: Aguilar, 1975 [1965].

_____. *Lingüística cartesiana: un capítulo de la historia del pensamiento racionalista*. Tradução de Enrique Wulff. Madrid: Gredos, 1969 [1966].

_____. *Linguagem e pensamento*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1971 [1968].

_____. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho, 1994.

_____. *Linguagem e mente*. Brasília: UnB, 1998.

_____. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Tradução de Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: UNESP, 2005 [2000].

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1976 [1938].

CRISTÓFARO SILVA, Thais. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CUNHA LOPES, Eliana da. Pompéia: um relicário do latim vulgar. *Philologus*, ano 10, n. 30, p. 106-116, 2004.

DIAZ Y DIAZ, Manuel C.. *Antologia del latin vulgar*. 2 ed. Madrid: Gredos, 1962.

DIEGO, Vicente Garcia de. *Manual de dialectologia española*. 2 ed. Madrid: Cultura Hispanica, 1959.

DUARTE, Maria Eugênia L.. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, n. 13, p. 51-82, 1996.

_____. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FARENZENA, Deize; DALPIAN, Laurindo. A preposição de: do latim ao português. *Disc. Scientia*, v. 9, n. 1, p. 193-203, 2008.

FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. 2 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRA, Carlota. A geografia lingüística no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 11, n. 2, p. 255-277, 1995.

FURLAN, Osvaldo A.. Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina. *INSVLANA*, vol. XLV, 1989, p. 5-32.

GONÇALVES, Sebastião C. Leite *et al.* (orgs.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

GRANDGENT, C. H.. *An Introduction to latin vulgar*. Boston: D. C. Heath, 1907.

GREENBERG, Joseph. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, Joseph (org.). *Universals of language*. Cambridge: MIT Press, 1966, p. 73-113.

HAHN, Laura Helena. A lateral sob uma perspectiva diacrônica. *Anais do CELSUL*, 2008.

HOPPER, P.. On some principles of grammaticization. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. Vol. 1.

HORA, Dermeval da. Variação da lateral //l/: correlação entre restrições sociais estruturais. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 29-44, 1º semestre. 2006.

_____; MONARETO, Valéria N. O.. Enfraquecimento e apagamento dos róticos. In: HORA, Dermeval da, COLLISCHONN, Gisela (org). *Teoria lingüística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: EDUFPB, 2003.

_____. (et al.). *Status da consoante pós-vocálica no português brasileiro: coda ou onset com núcleo não preenchido foneticamente?* *Letras de hoje*, v. 45, n. 1, p. 71-79, jan./mar. 2010

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. 3 ed. São Paulo: Parábola, 2008.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

JAKOBSON, Roman. *Fonema e fonologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.

LABOV, William. *Modelos sociolingüísticos*. Madrid: Cátedra, 1983 [1972].

_____. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LEGROSKI, Maria Chiara. *O latim vulgar na Vulgata de Jerônimo*. Curitiba: UFP, 2008. Monografia de conclusão de curso.

LEITE DE VASCONCELLOS, José. Para a história do L. *Revista Lusitana*, v. 1, 1888-1889, p. 64-65.

_____. *Textos arcaicos*. 5 ed. Lisboa: Clássica, 1970.

_____. *Lições de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959 [1911].

LEITE, Cândida Mara Britto. Estudo do /R/ em coda silábica medial e final no falar campineiro. *Anais do VII Congresso Internacional da Abralin*, Curitiba, 2011, p. 674-681.

LIGHTFOOT, David. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: MIT, 1993.

LOPES, Eliana da Cunha. Pompéia: um relicário do latim vulgar. *Philologus*, n. 30, 2004.

LOPES, Célia Regina dos Santos. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. Dissertação de mestrado.

_____. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 14, n 2, 1998.

_____. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Tese de doutorado.

_____. A gramaticalização de a gente em português em tempo real e de longa duração: retenção e mudança na especificação de traços intrínsecos. *Fórum Linguístico*, v. 4, n. 1. 2007. p. 47-80.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

MALMBERG, Bertil. *A fonética*. Lisboa: Livros do Brasil, 1954.

_____. *As novas tendências da lingüística*. São Paulo: USP/Companhia Editora Nacional, 1971 [1962].

MARGOTTI, Felício W.; PINHO, Antonio José de; SOUZA, Olívia P. de. A lateral alveolar em coda silábica nas capitais brasileiras: um estudo geolinguísticos. In: *9º Encontro do CELSUL: caderno de programação e resumos*. Palhoça: Editora da Unisul, 2010.

MARGOTTI, Felício W.. Abordagem empiricista em trabalhos de variação sociolingüística. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. 1, p. 149-166, 2003.

_____. *A difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese de doutorado.

MARTIN, Robert. *Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina*. São Paulo: Parábola, 2003 [2002].

MARTINET, André. *A linguística sincrônica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

_____. *Economía de los cambios fonéticos: tratado de fonología diacrônica*. Madrid, Grados, 1974b.

_____. *De las estepas a los océanos: el indoeuropeo y los “indoeuropeos”*. Madrid: Gredos, 1997.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 2002 [1989].

_____. Novos indicadores para os limites do português arcaico. *Revista da Abralín*, vol. 3, n. 1 e 2, jul. 2004.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2008 [2004].

_____. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

_____. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.

_____. Linguística histórica. *Alfa*, n. 11, p. 19-40, 1967.

MENDONÇA, Clara Simone I. de. A sílaba em fonologia. *Working Papers em Linguística*, n. 7, 2003, p. 21-40.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P.. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística: Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani*, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 509-523. Disponível em <<http://www.ai.mit.edu/projects/dm/bp/scherre-naro98.pdf>>, acesso em 05/01/2012.

NETO, Serafim Silva. *Fontes do latim vulgar: o Appendix Probi*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 8 ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1975 [1909].

PAUL, Hermann. *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1970 [1880].

PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro. *Análise do /s/ pós-vocálico no português brasileiro: coda ou onset com núcleo foneticamente vazio?*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009. Tese de Doutorado.

PINHO, Antonio José de. *Um estudo diacrônico do pronome conosco*. Florianópolis: UFSC, 2009. Trabalho de conclusão de curso.

_____.; CARDOSO, Bruno. Considerações sobre a história do pronome conosco. *Working Papers em Linguística*, v. 11, n. 1, 2010. p. 55-69.

PINKER, Steven. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PIRES, Marcos Eroni. Análise tipológica de posposições em línguas indígenas brasileiras. *Interdisciplinar*, v. 9, 2009.

PONTES, Ismael. *A vocalização do /r/ pós-vocálico oriundo de /l/ no dialeto caipira*. Curitiba: UFPR, 1992. Dissertação de mestrado.

QUEDNAU, Laura Rosane. *A lateral posvocálica no sul do Brasil: análise variacionista e representação não-linear*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Dissertação de mestrado.

_____, HAHN, Laura Helena. A lateral posvocálica no português de Londrina: análise variacionista e estrutura silábica. *Letras de Hoje*, v. 42, n. 3, p. 1000-113, setembro, 2007.

QUILES, Carlos; LÓPEZ-MENCHERO, Fernando. *A grammar of modern indo-european*. 3 ed. Badajoz: Indo-European Language Association, 2011.

RENAN, Ernest. *A origem da linguagem*. Salvador: Progresso, 1950 [1858].

RIGATUSO, Elizabeth Mercedes. Contribución de la sociolingüística al estudio del problema de la variación lingüística en la Argentina. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). *Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cono Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 229-256.

ROBINS, R. H.. *Pequena história da lingüística*. 6ª impressão. Rio de Janeiro, Ao livro técnico. 2004.

RODRIGUES, Ângela C. S.. Concordância verbal, sociolingüística e história do português brasileiro. *Fórum Linguístico*, v. 4, n. 1, 2007, p. 115-145.

SCHERRE, M. M. P.. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Tese de doutorado.

_____. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*. v. 12, p. 37-49. dez. de 1994.

SOUZA, Ana Claudia. Sílabas fonéticas e sílabas fonológicas: algumas considerações. *Working Papers em Linguística*, n. 2, 1998, p. 116-133.

SLOBIN, Dan Isaac. *Psicolinguística*. São Paulo: EDUSP, 1980.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990a.

_____. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990b.

TASCA, Maria. *A lateral em coda silábica no sul do Brasil*. Porto Alegre: PUC-RS, 1999. Tese de doutorado.

_____. Variação e mudança do segmento lateral na coda silábica. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (orgs.). *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. 38 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

TOVAR, Montserrat Pons. El problema de la fragmentación del espacio lingüístico latino: una aproximación de estudio. *AnMal Eletrônica*, n. 26, p. 147- 162, 2009.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana M. Stahl (org.). *Estudos de variação lingüística no Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2005.

VERDAN, André. *O ceticismo filosófico*. Florianópolis: UFSC, 1998.

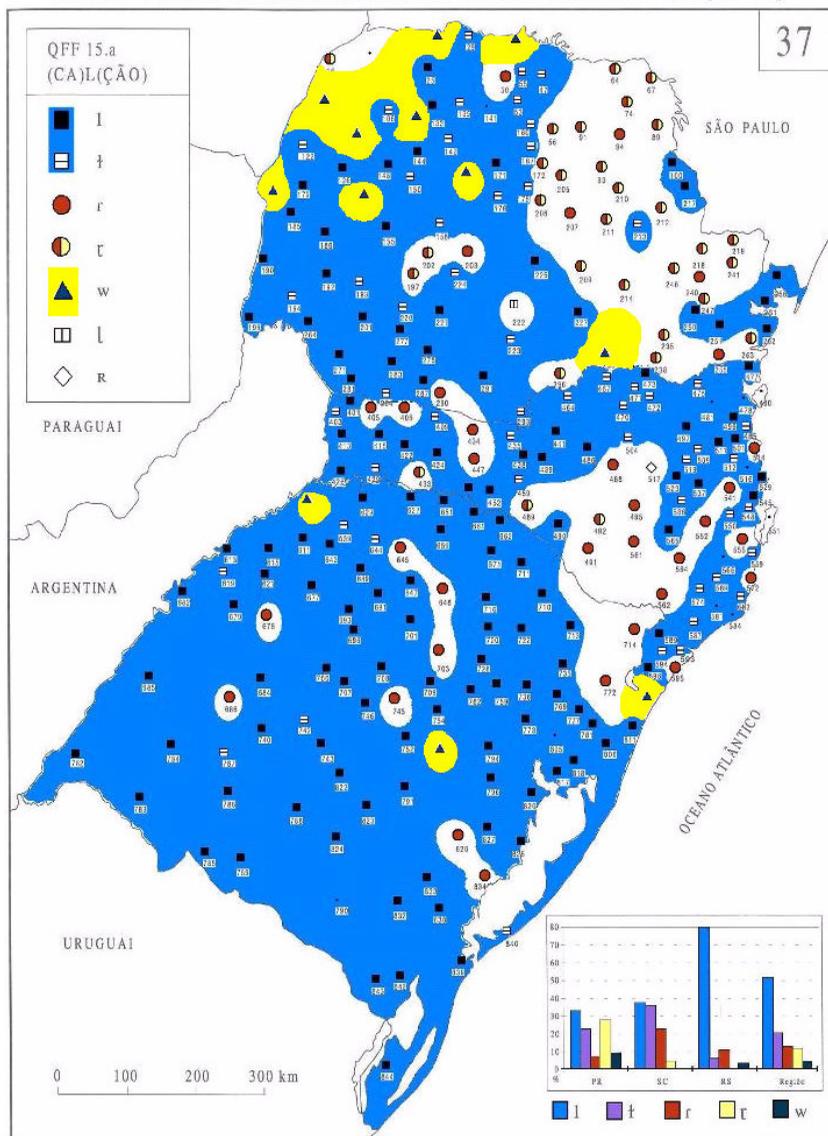
WEIREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WHITNEY, William D.. *A vida da linguagem*. Tradução de Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010 [1875].

WOODARD, Roger D.. Greek dialects. In: WOODARD, Roger D (org.). *The Ancient Languages of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Anexo 1 – Mapa da vocalização da lateral // pós-vocálica no sul do Brasil

ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)



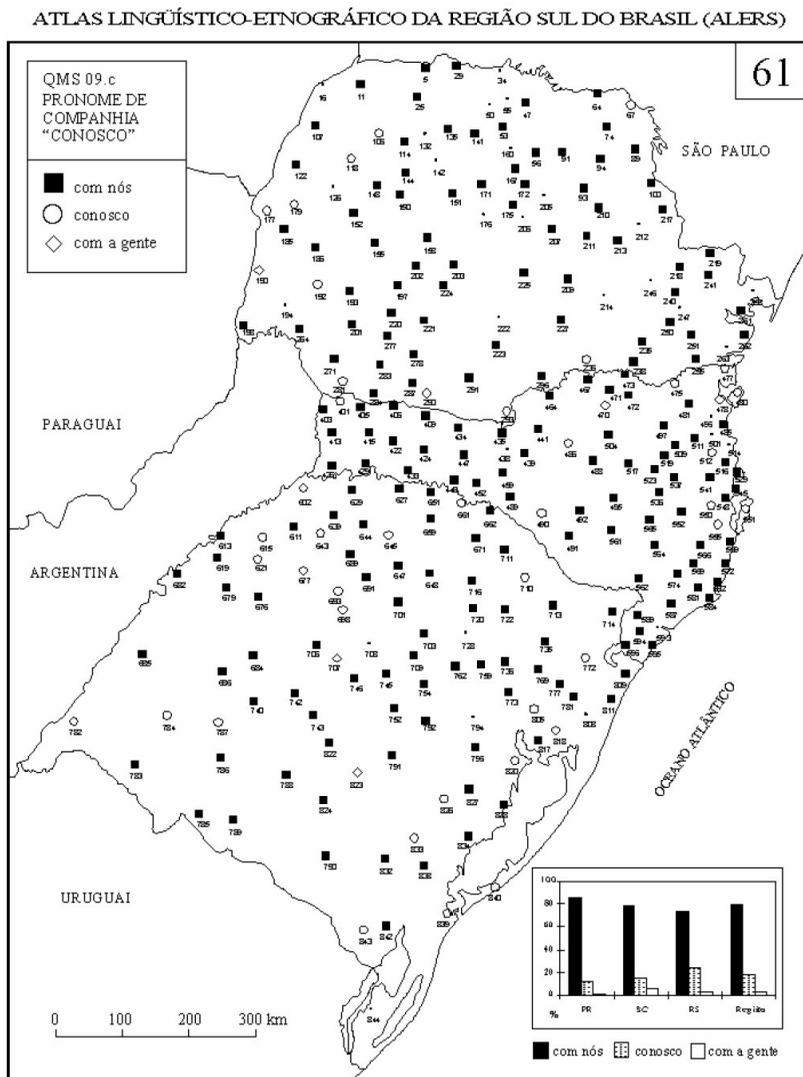
Fonte: Pinho & Margotti (2010, p. 69).

Anexo 2 – Caminho dos tropeiros (séculos XVIII e XIX)



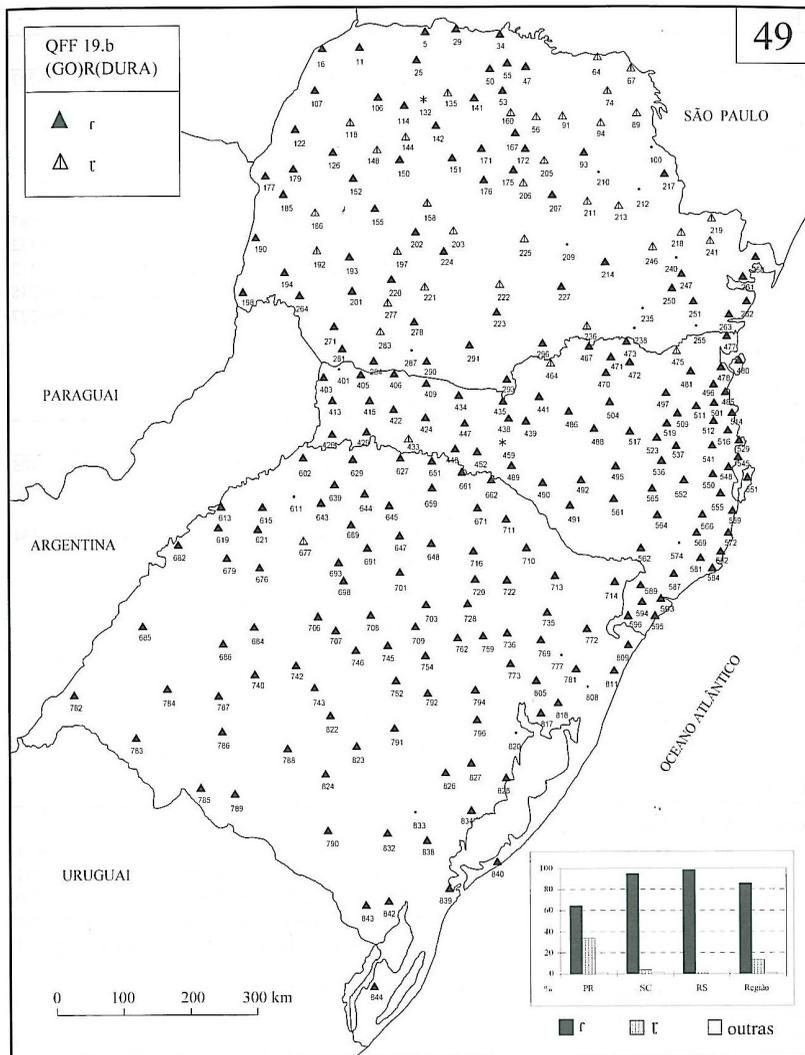
Fonte: Pontes (1990, p. 90).

Anexo 3 – Mapa da variação do pronome *conosco* em regiões rurais do sul do Brasil



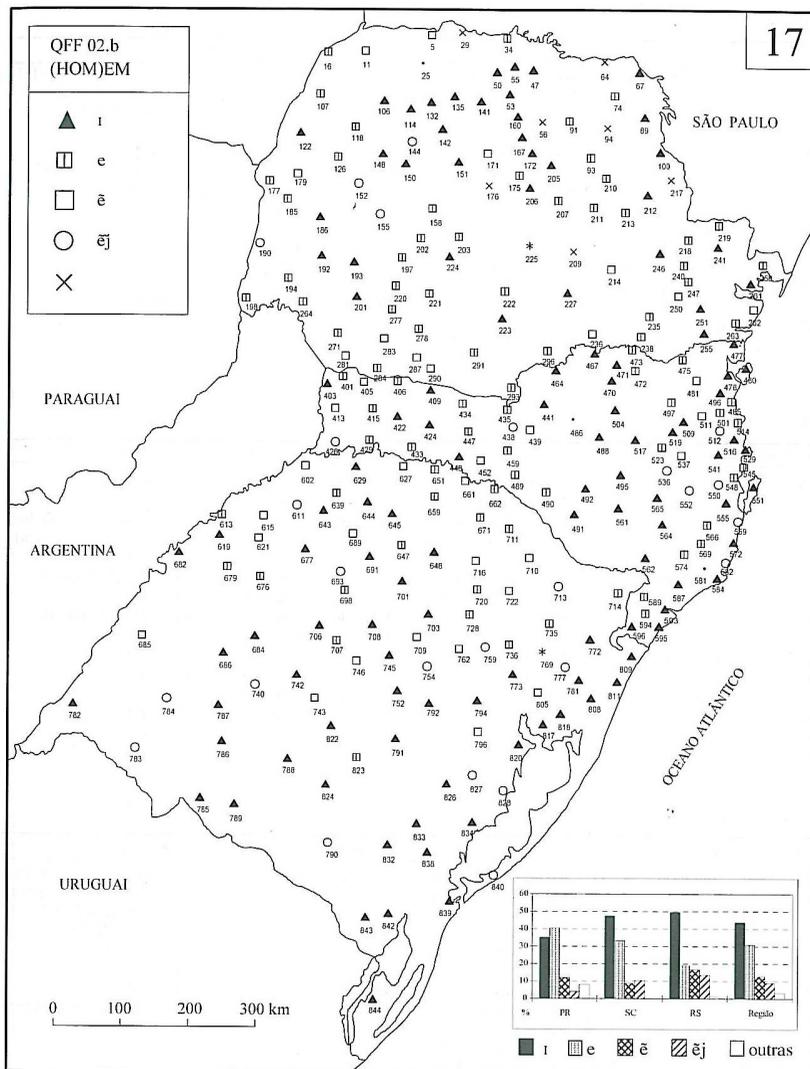
Anexo 4 – Mapa da variação do /r/ em coda silábica no sul do Brasil

ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)



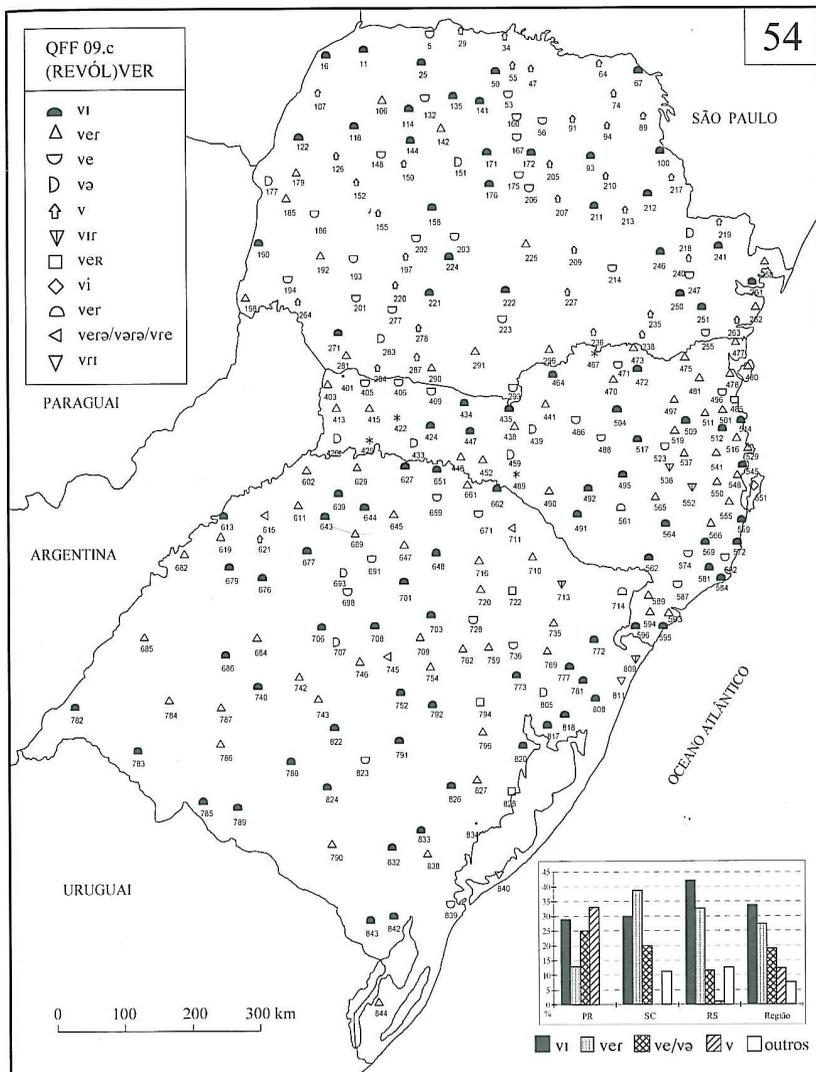
Anexo 5 – Mapa do apagamento do arquifonema /N/ no final da palavra *homem* no sul do Brasil

ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)



Anexo 6 – Mapa do apagamento do fonema /r/ no final da palavra *revólver* no sul do Brasil

ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)



Anexo 7 – Mapa do apagamento do fonema /r/ no final da palavra *calor* no sul do Brasil

ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)

